UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA – PROLAM

WAGNER MENEZES

**A contribuição da América Latina para o Direito Internacional:
o Princípio da Solidariedade**

São Paulo
2007

WAGNER MENEZES

**A Contribuição da América Latina para o Direito Internacional:
o Princípio da Solidariedade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do título de Doutor em Integração da América Latina.

Área de concentração/Linha de pesquisa: Integração da América Latina – Práticas Políticas e Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Araminta de Azevedo Mercadante.

São Paulo

2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

Wagner Menezes

A Contribuição da América Latina para o Direito Internacional:
o Princípio da Solidariedade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Integração da América Latina (PROLAM) da
Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do
título de Doutor em Integração da América Latina.
Área de concentração/Linha de pesquisa: Integra-
ção da América Latina – Práticas Políticas e Rela-
ções Internacionais.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Araminta de Azevedo Mercadante – Orientadora

Instituição: USP/PROLAM

Assinatura: _____

Prof. Titular: _____

Instituição: USP/PROLAM

Assinatura: _____

Prof. Titular: _____

Instituição: USP/PROLAM

Assinatura: _____

Prof. Titular: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Titular: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Titular: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Dedico esse trabalho à memória de meu Pai:

Tercílio Lino,

meu tudo,

meu afeto,

e amor mais verdadeiro.

Meus agradecimentos muito especiais, à
Dr^a Araminta de Azevedo Mercadante,
orientadora, conselheira e inspiradora de um
modelo a ser seguido de dedicação e
seriedade acadêmica.

A todos aqueles — e foram muitos
realmente — que me ajudaram e participaram,
de uma forma ou de outra, para que este
trabalho fosse concretizado.

“No dia que nossos plenipotenciários fizerem a troca de seus poderes, fixar-se-á na história diplomática da América uma época imortal. Quando, depois de cem séculos, a posteridade procurar a origem de nosso direito público e recordar os pactos que consolidaram seu destino, registrará com respeito os protocolos do Istmo. Neles, encontrará o plano das primeiras alianças, que traçará a marcha de nossas relações com o universo.”

(SIMÓN BOLÍVAR, Lima, 7 de dezembro de 1824. Texto retirado da Carta-Convite enviada aos Estados para o Congresso do Panamá).

RESUMO

MENEZES, Wagner. **A contribuição da América Latina para o Direito Internacional: o Princípio da Solidariedade**. 2007. 342 f. Tese (Doutorado). Programa de Integração na América Latina – PROLAM, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

A América Latina, com sua história marcada por lutas contra a exploração colonial, pelos conflitos internos nos Estados e pela tentativa constante de afirmação no cenário internacional, desde a independência de suas nações, produziu em razão desse conjunto de fatores uma prodigiosa e dinâmica agenda jurídica empregada para tutelar as relações internacionais. O ponto de partida para o desenho de um Direito Internacional característico dessas relações foi o Congresso do Panamá, realizado em 1826, sob a liderança de Simon Bolívar, e o desenvolvimento do ideal do panamericanismo. Desde então, um conjunto de ações políticas, de declarações diplomáticas, de soluções jurídicas adotadas para dirimir conflitos e práticas costumeiras que envolviam as relações entre os Estados latino-americanos acabaram por oferecer ao Direito Internacional, até então predominantemente eurocentrista, novos institutos que passaram a contribuir com o desenho do Direito Internacional contemporâneo e a enriquecer doutrinariamente seu estudo, além de se tornar referencial para outros Estados da sociedade internacional em suas relações internacionais. Institutos jurídicos, como a Cláusula Calvo, a Doutrina Drago, Doutrina Tobar, Doutrina Estrada, Doutrina Blum, Pacto Saavedra-Lamas, formaram um conjunto de princípios, de valores, como o princípio do asilo diplomático, o princípio do *uti possidetis*, e especialmente o princípio da solidariedade, que contribuiu com a mudança do Direito Internacional e da sociedade internacional. Não obstante a perspectiva dessa importante contribuição da América Latina para o Direito Internacional, toda aquela evidente influência exercida no princípio diluiu-se ao longo da história latino-americana em meio aos avanços e retrocessos políticos locais, envolvendo-se novamente pela construção eurocentrista do Direito Internacional. Documentos diplomáticos, além de textos jurídicos, ensinamentos doutrinários históricos e tratados resgatam e afirmam essa contribuição, apontando para a efetiva influência da América Latina na formação do Direito Internacional contemporâneo, principalmente baseado na idéia do disciplinamento de uma sociedade internacional igualitária e solidária.

Palavras-chave: Direito Internacional. Integração regional. América Latina. Pan-americanismo.

ABSTRACT

MENEZES, Wagner. **The contribution of Latin America for the International Law: the Principle of Solidarity**. 2007. 342 f. Tese (Doctoraty). Program of Integration in Latin America - PROLAM, University of São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

Latin America, with its history marked for fights against the colonial exploration, the internal conflicts in the States and for the constant attempt of affirmation in the international scene, since the independence of the States, produced in reason of this set of factors a prodigious and dynamic legal schedule used to tutor the international relations. The starting point for the beginning draw of characteristic an International law of these relations was the Congress of the Panama carried through in 1826, under the leadership of Simon Bolivar and the development of the pan Americanism ideal. Since then, a set of legal and political actions, diplomatical declarations, of legal solutions adopted to nullify conflicts, and usual practices that involved the relations between Latin American States, had finished for offering for the International law, until then eminently Central European System, new institutes that had started to contribute with the beginning of the contemporary International law and to improve the doctrine of its studies and to be a referential for other States of the international society in its international relations. Legal institute codes as the Calvo Clause, the Drago Doctrine, Tobar Doctrine, Estrada Doctrine, Blum Doctrine, Saavedra-Lamas Pact, and formed a set of principles, of values, as the principle of Political Asylum, the principle of *uti possidetis*, and specially the principle of solidarity, that contributed changing the International Law and the International Society. In spite of this, the perspective of this important contribution of Latin America for the International law, all that evident influence exerted in the principle, dissolved itself long through the Latin American history in way to the advances and the local politicians' retrocession, and was involved again for the construction of the Central European System in the International Law. However, diplomatic documents, legal juridical texts, historical doctrinal teachings and treats, rescue and affirm this contribution, demonstrating the effective influence of Latin America for the formation of the contemporary International Law, mainly focused in the idea of a disciplinary of an international equalitarian and solidary society.

Key words: International law. Regional integration. Latin America. Panamericanism.

RESUMEN

MENEZES, Wagner. **La contribución de la America Latina para el Derecho Internacional: el Principio de la Solidaridad**. 2007. 342 f. Tese (Doctorado). Programa del Integración en la America Latina - PROLAM, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

La America Latina con su historia marcada por luchas contra la exploración colonial, por los conflictos internos en los Estados y por lo intento constante de afirmación en el escenario internacional, desde la independencia de los Estados, ha producido, en razón de ese conjunto de factores una estupenda y dinámica agenda jurídica utilizada para tutelar las relaciones internacionales. El punto de salida para el dibujo de un Derecho Internacional característico de esas relaciones fue el Congreso del Panamá, que se realizó en 1826, bajo el liderazgo de Simon Bolívar, y el desarrollo del ideal del panamericanismo. Desde entonces, un conjunto de acciones jurídicas y políticas, declaraciones diplomáticas, de soluciones jurídicas adoptadas para dirimir conflictos, y prácticas habituales que envolvían las relaciones entre Estados latinoamericanos, acabaron por ofrecer al Derecho Internacional, hasta entonces eminentemente eurocentrista, nuevos institutos que pasaron a contribuir con el dibujo del Derecho Internacional contemporáneo y a enriquecer doctrinariamente su estudio y ser referencia para otros Estados de la sociedad internacional en sus relaciones internacionales. Institutos jurídicos como la Cláusula Calvo, la Doctrina Drago, la Doctrina Tobar, Doctrina Estrada, Doctrina Blum, Pacto Saavedra-Lamas, y formaran un conjunto de principios de valores, como el principio del asilo diplomático, el principio del *uti possidetis*, y en especial el principio de la solidaridad, que ha contribuido con el cambio del derecho internacional y de la sociedad internacional. Sin embargo la perspectiva de esa importante contribución de la America Latina para el Derecho Internacional, toda aquella evidente influencia ejercida en el principio, se ha diluido al lo largo de la historia latinoamericana en medio a los avances y retrocesos políticos locales, y fue envuelto nuevamente por la construcción eurocentrista del Derecho Internacional. No obstante, documentos diplomáticos, textos jurídicos, enseñamientos doctrinarios, históricos y tratados, rescatan y afirman esa contribución de mostrando la efectiva influencia de la America Latina para la formación del Derecho Internacional contemporáneo. Principalmente basado en la idea del la disciplina de una sociedad internacional igualitaria y solidaria.

Palabras llave: Derecho internacional. Integración regional. América Latina. Panamericanismo.

LISTA DE SIGLAS

AEC	Associação dos Estados do Caribe
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
CAN	Comunidade Andina
CARICOM	Comunidade do Caribe
CASA	Comunidade Sul Americana de Nações
CDI	Comissão de Direito Internacional
CECA	Comunidade Européia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Européia
CEEA	Comunidade Européia da Energia Atômica
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIJ	Corte Internacional de Justiça
DI	Direito Internacional
DIP	Direito Internacional Público
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
LEA	Liga dos Estados Árabes
MCCA	Mercado Comum Centro americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODECA	Organização dos Estados Centro-Americanos
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECO	Organização dos Estados do Caribe Oriental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PARLATINO	Parlamento Latino-Americano
SdN	Sociedade das Nações
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TPI	Tribunal Penal Internacional
UA	União Africana
UE	União Européia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNCITRAL	Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – AMÉRICA LATINA: CONTEXTO E HISTÓRIA	20
1.1 LINEAMENTOS SOBRE A AMÉRICA LATINA	20
1.2 DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA DA AMÉRICA LATINA	24
1.3 PERÍODOS HISTÓRICOS	27
1.3.1 Institucionalização da Conquista	27
1.3.2 Período Colonial	32
1.3.3 Independência dos Países da América Latina	37
1.3.4 Neocolonialismo: a crescente influência dos Estados Unidos na América Latina	35
1.3.5 América Latina e o Militarismo no Contexto da “Guerra Fria”	40
1.3.6 Processo de Democratização da América Latina nos Anos 80	49
1.3.7 Globalização e América Latina no Contexto da Sociedade Internacional: o desenho de um novo paradigma?	55
1.3.8 Perspectiva sobre as Relações entre os Estados da América Latina	61
1.4 ACONTECIMENTOS INSPIRADORES DE TESES	69
1.4.1 Discurso do Pan-americanismo	69
1.4.2 Doutrina Monroe	72
1.4.3 Bolívar e Hispano-americanismo	74
1.4.4 Negadores do Pan-americanismo	77
1.4.5 Sistema Interamericano	79
1.4.6 Simetrias e Assimetrias entre o Pan-americanismo e o Sistema Interamericano	81
1.5 MOVIMENTOS SINCRÔNICOS DA AMÉRICA LATINA	84
CAPÍTULO II – DISCUSSÃO SOBRE O SISTEMA INTERAMERICANO E O DIREITO INTERNACIONAL: ASPECTOS RELEVANTES	88
2.1 NOÇÕES PRELIMINARES	88
2.2 DISCUSSÃO SOBRE O SISTEMA INTERAMERICANO E O DIREITO INTERNACIONAL	93
2.2.1 Direito Internacional e Regionalismo	96
2.2.2 Regionalismo e Direito Internacional Regional	101
2.2.3 Congresso do Panamá em 1826 e sua Influência sobre o Direito Internacional	103
2.2.4 Proposta da Existência do Direito Internacional Americano	107
2.3 RELEVANTES DOCTRINAS INVOCADAS NA AMÉRICA LATINA	115
2.3.1 Considerações sobre o Tema	115
2.3.2 Cláusula Calvo	118
2.3.3 Doutrina Drago	119
2.3.4 Doutrina Tobar	122
2.3.5 Doutrina Estrada	124
2.3.6 Doutrina Blum	125
2.3.7 Doutrina Larreta	126
2.3.8 Pacto Saavedra-Lamas	127
2.4 REFLEXÕES SOBRE TEMA	129

CAPÍTULO III – AMÉRICA LATINA E PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL ..	131
3.1 NOÇÕES GERAIS SOBRE OS PRINCÍPIOS NO DIREITO	131
3.2 OS PRINCÍPIOS E O DIREITO INTERNACIONAL	136
3.3 PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL	141
3.4 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO INTERNACIONAL	144
3.4.1 Princípio da Igualdade entre os Estados	145
3.4.2 Princípio da Boa-Fé	149
3.4.3 Princípio da Solução Pacífica dos Conflitos	150
3.4.4 Princípio da Cooperação entre os Povos	152
3.4.5 Princípio da Autodeterminação dos Povos	154
3.4.6 Princípio da Não-Intervenção	158
3.4.7 Outros Princípios	163
3.5 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO LATINO-AMERICANO.....	164
3.5.1 Princípio da Assistência Recíproca Contra Agressão Externa: a legítima defesa coletiva	167
3.5.2 Princípio da Proibição do Uso de Força Contra Territórios de Outros Estados	171
3.5.3 Princípio do <i>Uti Possidetis</i> e o <i>Uti Possidetis iuris</i>	174
3.5.4 Princípio do Asilo Diplomático	177
CAPÍTULO IV – O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE	186
4.1 CONCEITO DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL: SUA DIMENSÃO E CONTEÚDO	186
4.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE	190
4.3 A POSITIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NO CONTINENTE AMERICANO: A SOLIDARIEDADE LATINO-AMERICANA	193
4.4 A DISTORÇÃO NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NA AMÉRICA LATINA: SOLIDARIEDADE CONTINENTAL OU LEGÍTIMA DEFESA COLETIVA?	198
4.5 DIMENSÕES DO CONCEITO DE SOLIDARIEDADE	200
4.6 MODALIDADES DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL	202
4.7 IMPACTOS DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS	204
4.8 O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NO SISTEMA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO	210
4.9 PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL NAS CONSTITUIÇÕES DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA: UMA VISITA NECESSÁRIA..	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
CONCLUSÃO	232
REFERÊNCIAS	241
ANEXOS	268

INTRODUÇÃO

O Direito Internacional tem como marco de surgimento doutrinário a assinatura dos Tratados de Westfália, em 1648, que puseram fim à Guerra dos 30 Anos, estabelecendo princípios de igualdade entre os Estados europeus. A partir dessa data passa a existir uma preocupação doutrinária constante com a sistematização de um Direito produzido a partir das relações entre os Estados, que possibilitasse uma coexistência pacífica entre os povos, ganhando com isso um *status* de ciência jurídica, fundado inicialmente numa concepção predominantemente eurocentrista.

À medida que o cenário internacional foi se transformando e sofrendo alterações com o surgimento de novos atores, os fenômenos que fundamentavam a sistematização do Direito Internacional também sofreram repercussões, encorporaram-se e ampliaram seus horizontes, aperfeiçoando inclusive seus mecanismos de aplicação. Nesse sentido, um novo marco histórico que contribuiu para a evolução conceitual e doutrinária do Direito Internacional foi a ampliação da sociedade internacional com a independência das antigas colônias européias na América Latina.

Assim, a sociedade internacional ampliou-se com novos sujeitos de Direito Internacional, que, impulsionados pela necessidade de afirmação no cenário mundial, e após seu reconhecimento pela sociedade internacional de então, sustentaram abertamente sua independência e autonomia, repudiando qualquer tipo de ingerência em sua condução política.

Um evento que registra esse posicionamento foi o Congresso Anfictiônico do Panamá, realizado em 1826, e idealizado por Simón Bolívar, que não se limitou a

enquadrar-se no modelo europeu das relações internacionais da época, trazendo consigo uma nova perspectiva da produção e direcionamento das regras internacionais, instituindo naquele momento um novo modelo de relação entre Estados para a sociedade internacional.

A partir de então os seguidos atos e declarações dos novos Estados inauguram uma forma diferenciada de práticas até então desenvolvidas nas relações internacionais, seja sob a perspectiva hispano-americana, pan-americana, interamericana ou não. A ação internacional dos Estados latino-americanos acaba por trazer novos institutos jurídicos que, após serem reconhecidos pela comunidade internacional, firmam-se como elementos que passam a compor o objeto de estudo do Direito Internacional.

Nesse sentido, em âmbito regional, um conjunto de institutos jurídicos e práticas das relações internacionais já existentes foram bem aceitas pela sistemática desenvolvida na América Latina e encontraram campo fértil para se aperfeiçoar, como a utilização da arbitragem como mecanismo pacífico de solução de controvérsias entre os Estados, o princípio da não-intervenção, a autodeterminação dos povos como princípio e a observância dos princípios gerais do Direito Internacional como regra de conduta. Tais institutos acabaram por caracterizar um sistema jurídico imerso no Direito Internacional marcadamente latino-americano, diferenciado do sistema até então desenvolvido pelas potências européias e que por isso oferecia novos institutos e novas formas de resolução de controvérsias em âmbito global. Por outro lado, pode ser citada uma multiplicidade de teses, declarações diplomáticas, de institutos que foram especificamente desenvolvidos a partir da dinâmica política internacional na América Latina, como o Pacto Saavedra-Lamas, a Doutrina Drago, a Doutrina Tobar, a Doutrina Estrada, a Cláusula Calvo,

dentre outras, chegando a se propor que esses elementos compusessem um Direito Internacional Americano.

Mais importante ainda, com base no pensamento doutrinário e nas ações latino-americanas, foram proclamados princípios até hoje consagrados em textos universais, como o princípio da igualdade entre Estados, a defesa coletiva em caso de agressão, da não-utilização-da-força contra territórios de outros Estados, do asilo diplomático, do *uti possidetis*, que além de contribuírem para o aperfeiçoamento do Direito Internacional, foram inclusive recepcionados e estabelecidos nas Cartas Constitucionais dos Estados. Eles são observados como regras de conduta estatal, contribuindo fundamentalmente para o desenvolvimento de um ambiente de paz na sociedade internacional.

Neste aspecto, um princípio inovador, o Princípio da Solidariedade, mudou radicalmente a concepção das normas de Direito Internacional, uma vez que elas passaram a regular uma relação mais estreita entre Estados com a finalidade de enfrentar problemas comuns; transformou o conceito das relações entre os Estados no plano internacional no sentido de desenvolver ações conjuntas e, além disso, possibilitou uma nova postura das alianças entre Estados no cenário contemporâneo a partir da constituição de organizações internacionais pautadas por vínculos mais estreitos entre os Estados-membros.

O desenvolvimento da concepção e do Princípio da Solidariedade revela-se um divisor de águas na perspectiva do Direito Internacional, gerando profunda influência e sendo absorvido como um sentido implícito e natural, um valor inato nas relações internacionais mundiais. Por outro lado, ele é a base para o estabelecimento de um novo tipo aliança entre Estados para fins de integração regional aprofundada, como no caso do Direito Comunitário Europeu.

Particularmente na América ele acaba se consolidando como um princípio continental presente em vários textos, mas paradoxalmente, a partir da evolução histórica das relações entre os Estados da região, em um contexto diferente daquele inicialmente gestado e do sentido em que foi inicialmente pensado, baseado sobretudo em uma solidariedade continental para a defesa contra a agressão externa, legitimando e sendo acobertado assim, por um outro princípio de Direito Internacional, o “Princípio da Defesa Coletiva Contra a Agressão Externa”.

Isso leva à causa pela qual o Princípio da Solidariedade não venha expresso em textos importantes, quando deveria vir; por outro lado, sua não tipificação em textos jurídicos com seu verdadeiro sentido faz com que, apesar de sua fundamental importância para a sociedade mundial e a concepção moderna do Direito Internacional, acabe não sendo tratado doutrinariamente como um princípio jurídico normativo informador de todo o sistema jurídico de Direito Internacional e perca o seu valor no contexto da construção sistemática da disciplina.

Assim sendo, este trabalho tem como escopo demonstrar de forma lógica, em uma primeira perspectiva, que a América Latina é um manancial de princípios, teses e teorias, de práticas e institutos, de organismos, e que, por essa razão, gerou um princípio fundamental para a concepção das relações internacionais contemporâneas que influencia toda a sociedade internacional, o Princípio da Solidariedade, que não obstante acabou por dissolver-se em razão da sua utilização de forma equivocada e por sua não individualização, devendo por isso serem resgatados os seus conceitos fundamentais gestados na América Latina e enquadrados dentro do sistema contemporâneo, despertando a doutrina e os legisladores para o seu disciplinamento.

É oportuno, neste sentido, que se faça um estudo da construção sistemática do Direito Internacional a partir da perspectiva histórica e geográfica da América Latina, traçando um contraponto do surgimento e da afirmação dos institutos de Direito Internacional no continente e sua aplicação nos dias atuais no cenário das relações internacionais contemporâneas, buscando respostas para as questões que neste quadro tornam-se pertinentes, tais como: de que forma o processo histórico de afirmação dos Estados, a partir da independência, influenciou na construção de um sistema de Direito Internacional marcadamente latino-americano? A partir de quando se pode falar em Direito Internacional na América Latina? É possível demonstrar isso sistematicamente? O que é o Princípio da Solidariedade? Qual o sentido de seu conceito? Como caracterizá-lo e delimitá-lo? Ele foi positivado? De que forma e em quais textos normativos? Como o Princípio da Solidariedade influenciou o Direito Internacional contemporâneo?

As respostas para essas e várias outras indagações que possam surgir a partir do estudo sistemático da temática central não podem ser dadas inopinadamente. Para serem esclarecidas merecem um estudo aprofundado e multidisciplinar de vários fatores que contribuíram para o processo de desenvolvimento das relações entre os Estados latino-americanos, como questões históricas, econômicas, políticas, culturais, antropológicas e sociais, que naturalmente repercutem no campo da construção do Direito, pois este é expressão da sociedade que tutela, sem esquecer que nesse ambiente os Estados são os criadores e os principais destinatários das normas internacionais. Esse conjunto de elementos é que propiciarão, de forma segura, chegar ao objeto da tese, provar sistematicamente, por meio de um estudo aprofundado em campo e espaço

apropriados, a medida da contribuição da América Latina para a sistematização do Direito Internacional, especialmente na construção do Princípio da Solidariedade.

Diante deste panorama desafiador, este trabalho se divide em quatro capítulos. No primeiro será realizada uma abordagem histórica do surgimento e afirmação dos Estados no cenário internacional, analisando os acontecimentos que contribuíram para a condução da política internacional desses Estados; estudo que tem como objetivo buscar as raízes, os motivos que influenciaram a construção do perfil paradigmático das relações internacionais regionais e conseqüentemente do Direito Internacional na América Latina.

No segundo capítulo o estudo é direcionado para os institutos e doutrinas do Direito Internacional existentes no contexto regional, seus contornos e aplicação, a partir do Congresso do Panamá, em 1826, e da sua influência sobre a sistematização do Direito Internacional, momento em que também será analisada a discussão da existência ou não do Direito Internacional Americano, como importante contribuição para a formação doutrinária.

Já no terceiro capítulo a pesquisa volta-se para um estudo e análise dos princípios como elementos informadores do sistema normativo no plano internacional, e, principalmente, um enfoque especial sobre aqueles princípios que foram inspirados e criados na América Latina, mas que servem de instrumentos modeladores do Direito Internacional. Para tanto estabelece um debate sobre a caracterização dos princípios como vetores da sistematização das relações internacionais e da celebração de regras jurídicas, alertando para o fato que a América Latina, a partir das suas relações jurídicas, também é influenciadora de valores que orientam as relações dos Estados na sociedade internacional.

No quarto capítulo, finalmente, o estudo faz um análise do Princípio da Solidariedade, seu conceito, fundamentos, suas dimensões no Direito Internacional e um debate sobre sua aplicabilidade e as distorções no seu conceito inicialmente concebido, bem como seus efeitos sobre a transformação da sociedade internacional contemporânea.

Com essa perspectiva, a obra busca não só desenvolver um raciocínio lógico que consagre a hipótese levantada, mas, ademais, resgatar uma tradição doutrinária na América Latina posta em prática pelos grandes nomes do Direito Internacional, que se dedicaram a estudar fenômenos jurídicos resultados da dinâmica regional, mantendo vivo e atualizado o debate sobre a existência e o aperfeiçoamento dos institutos locais, da coesão normativa que permite regionalmente buscar a integração entre os Estados, da importância da ação dos Estados latino-americanos para as relações internacionais contemporâneas.

CAPÍTULO I – AMÉRICA LATINA: CONTEXTO E HISTÓRIA

1.1 LINEAMENTOS SOBRE A AMÉRICA LATINA

Estudos sobre qualquer tema que envolva a América Latina são sempre de grande complexidade, por conta das dificuldades de se precisar terminologicamente um conceito seguro e exato sobre seu espaço de abrangência.

O questionamento inopinado que faz o leitor mais afoito é sobre qual América Latina está se falando e sobre quais critérios estão sendo utilizados para determinar a abordagem: Qual espaço geográfico que a delimita? O idioma utilizado? O processo de colonização e os colonizadores? As características socioculturais? As zonas de influência externa de determinadas potências hegemônicas? Nenhuma das indagações pode ser respondida, sem que se trate de pontos diversos que englobam certamente uma definição sobre as questões apresentadas.¹

Quando se tem a perspectiva de tratar da América Latina, deve-se ter presente que se está falando de diferentes fatos que envolvem várias estruturas e análises que acabam por identificar um ambiente que se convencionou denominar assim. Deve-se levar em conta uma interpretação que conjuga uma imagem dos fatos, uma realidade explicável, “uma identidade de pensar essa sociedade que tem uma problemática própria que envolve dimensões sociais, econômicas políticas, culturais e históricas.”^{2, 3}

¹ SANCHEZ, Luis Alberto. *Existe América Latina?* México: Fondo de Cultura Económica, 1945.

² IANNI, Octávio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. p. 9-13.

³ RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

Os países latino-americanos possuem uma identidade histórica, política e econômica que lhes permite serem vistos em conjunto como uma civilização^{4, 5, 6} por conta de sua identidade cultural que, paradoxalmente desconstruída, agora se reconstrói dentro de novos paradigmas e parâmetros. Esse conjunto de elementos propicia encontrar neste panorama de dados construídos um ambiente de contradições e de diversidade, que acabam por identificar fios condutores de uma unidade temática por conta de temas comuns.

Conforme descreve Helio Jaguaribe:

A América Latina apresenta um elevado grau de unidade cultural, decorrente de sua colonização Ibérica, em que as diferenças entre as colonizações portuguesa e espanhola, embora significativas, são pouco relevantes, em confronto com o restante do mundo. É certo que distintos fatores, além dos resultantes de diferenças geoclimáticas, operaram no sentido de aumentar as diferenças, como as que resultaram da maior ou menor influência de preexistentes populações indígenas, ou do superveniente ingresso de povos negros e outros. A evolução histórico-social da América Latina, isto não obstante, seguiu um caminho semelhante, o que acentuou as comuns características culturais da região.⁷

A América Latina dos contrastes que a caracterizam, dos golpes e das revoluções, do terceiro mundo e do desenvolvimento, da pobreza e da riqueza, que inexoravelmente andam juntas no mesmo cenário, entre a suntuosidade e a miséria, a cordilheira gelada e o tropicalismo, entre a auto-suficiência e a dependência, o índio nativo, o branco e o mestiço, a subamérica colonizada, explorada, isolada por conta de seu posicionamento geográfico e insuficiente, uma encruzilhada de tentativas de atração por órbitas internacionais mais fortes, sendo condicionada a

⁴ ANDERSON, Perry. *A civilização e seus significados*. Tradução de Leda Maria Paulani e Fernando Haddad. São Paulo: Bomtempo, 1997. p. 23-39.

⁵ HUNTINGTON, Samuel. *Choque de civilizações*. Política externa. São Paulo, v. 2. n. 4. mar./maio 1994.

⁶ Sobre especificamente a América Latina como uma civilização ver: ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *América Latina: história e presente*. Tradução de Jurandir Malerba. Campinas: Papirus, 2004; BRAUDEL, Fernad. América Latina. In: *Las civilizaciones actuales*. Madrid: Tecnos, 1978.

⁷ JAGUARIBE, Helio. *Brasil: alternativas e saída*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 53.

servir sempre aos interesses dos impérios e cumprir os receituários de um mundo idealizado por eles, recebendo-o pronto com seus métodos, teorias e sistemas.^{8, 9}

Por essa razão, o conceito de América Latina envolve a perspectiva da unidade da diversidade, daquele conjunto de características que embora conjuguem uma série de elementos culturais, sociais e políticos distintos, e, às vezes desconexos, acabam por alinhar os povos na busca de sua afirmação perante o mundo, não só porque o mundo os reconhece como referência, mas também porque ela assim se reconhece.

Essas contraposições são levantadas por Alain Rouquié, que conclui:

Se a definição latina do subcontinente não recobre, pois integralmente nem de forma adequada realidades multiformes e em transformação, nem por isso se pode abandonar uma etiqueta evocadora retomada hoje por todos e notadamente pelos próprios interessados (*nosotros los latinos*). Estas observações visam apenas sublinhar que este conceito de América Latina não é nem, plenamente cultural nem apenas geográfico. Utilizaremos, portanto, esse termo cômodo, mas com conhecimento de causa, isto é, sem ignorar seus limites e ambigüidades. A América Latina existe, mas apenas por oposição e de fora. O que significa que os latino-americanos, enquanto categoria, não representam nenhuma realidade tangível além de vagas extrapolações ou de generalizações inconsistentes. O que significa igualmente que o termo possui uma dimensão oculta que lhe completa a acepção.¹⁰

⁸ CHACON, Vamireh. A invenção da América Latina. *Revista Política Externa*. São Paulo, v. 11, n. 4, mar./abr./maio 2003.

⁹ Sobre a América Latina dos contrastes entre a riqueza, a pobreza e o subdesenvolvimento, Eduardo Galeano discorre: “Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos. Na alquimia colonial e neo-colonial, o ouro se transformou em sucata e os alimentos se converteram em veneno. Potosí, Zacatecas e Ouro Preto caíram de ponta do cimo dos esplendores dos metais preciosos no fundo buraco dos filões vazios, e a ruína foi o destino do pampa chileno do salitre e da selva amazônica da borracha; o nordeste açucareiro do Brasil, as matas argentinas de *quebrachos* ou alguns povoados petrolíferos de Maracaibo têm dolorosas razões para crer na mortalidade das fortunas que a natureza outorga e o imperialismo usurpa. A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas por fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga.” (GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 43. ed. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 14).

¹⁰ ROUQUIÉ, Alain. *O extremo ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1991. p. 23-24.

Quando se fala em América Latina está se fazendo referência a um ambiente de diversidade que marca seus povos, mas, paradoxalmente, é essa diversidade que dá a singularidade dessas nações como que fazendo parte de uma unidade temática, como uma nova tentativa de construir uma história por dentro, quando sempre a recebeu de fora.

Neste ambiente, no qual aflora a riqueza da diversidade, é que se materializa uma cultura rica, uma diversidade que permite que várias etnias e povos convivam harmonicamente, uma realidade que pode a cada dia ser mudada, caso seja libertada das amarras da História. É isso que insufla os povos a continuar acreditando e tentando buscar seus caminhos com liberdade e autodeterminação.^{11,12}

A propósito, Gilberto Freyre faz referência a essa diversidade cultural mas harmônica, que reside em uma conciliação da história social com a geografia física existente em um “arquipélago sociológico” de proporções continentais, mas que possui por isso características provinciais:

[...] Diversidade nem sempre corresponde, é certo, aos títulos de nações com que se apresentam alguns dos grupos. Diversidade regional ou provincial de cultura, repito.

A América nasceu e se formou sociologicamente como um grupo de ilhotas, plásticas em sua maioria, que motivos ou necessidades de natureza igualmente sociológica ou econômica foram solidificando ou agrupando em ilhas maiores ou menores por meio de confederações como a anglo-norte-americana, ou de reinos e depois impérios como o luso-brasileiro, ou repúblicas como as da América Espanhola. De modo que dentro de nossa configuração continental permanece a diversidade sociológica de ilhas que ainda somos.¹³

¹¹ MORNER, Magnus. *La mezcla de razas en la historia de América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1969.

¹² DOZER, Donald Marquand. *América Latina: uma perspectiva histórica*. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1966. p. 5-10.

¹³ FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Organizado por Edson Nery da Fonseca. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2003. p. 48.

A perspectiva de América Latina que será utilizada aqui compreende os vários aspectos dessa análise e da diversidade panorâmica que devem ser considerados, mas que engloba uma única denominação, a geográfica, pois se tratará daqueles países que se estendem da fronteira do México com os Estados Unidos ao extremo sul do Atlântico, abaixo da Argentina e do Chile. É histórica, por conta do processo de colonização expropriatório instituído pelos colonizadores; é antropológica, pois reconhece o forte processo de miscigenação (europeu, negro, índio) de que é resultado e, sobretudo, jurídica, pois busca dentro desse espaço diverso, mas unitário, delinear o perfil dos princípios que embasam o estabelecimento de acordos e a produção de regras internacionais, que embora tenham sido reproduzidas a partir do Velho Mundo, por conta de sua prática, acabaram por revelar características essenciais desenvolvidas na “Nossa América” e servir de parâmetro a outros Estados em suas relações jurídicas internacionais.

1.2 DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA DA AMÉRICA LATINA

Uma descrição geográfica da América Latina também requer o desenvolvimento de uma análise sobre os vários elementos que compõem o cenário regional, e que demarcam certas peculiaridades de caráter geral como perfil da região, mas também específico, em razão do vínculo do Estado com um determinado acidente geográfico,¹⁴ e até mesmo histórico e político,¹⁵ ao mesmo

¹⁴ Antonio Carlos Robert Moraes ensina que as formas espaciais e geográficas são produtos históricos e expressam as relações sociais que lhe deram origem e exprimem a espacialidade de organizações sociopolíticas específicas e se articulam nesse espaço, levando ao desenho de ideologias geográficas: “As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. [...] tem-se que as representações do espaço com um dos materiais

tempo em que se deve levar em conta que o Estado tem sempre a tendência para se expandir, se relacionar ou para contrair sua área política de acordo com a extensão de seus interesses ou mesmo de sua capacidade.^{16, 17}

De maneira geral pode-se enquadrar a América Latina na faixa de terras que se estende, ao norte, entre a fronteira do México com os Estados Unidos até as terras de Argentina e Chile, no extremo sul do Atlântico; a oeste, das porções de terras banhadas pelo Oceano Pacífico e, a leste, pelas terras delimitadas pelo Oceano Atlântico.

Por questões características de cada ambiente geográfico, a América Latina é também subdivida em três áreas: a) América Latina ao Norte – compreendida pelo México; b) América Latina Central e Caribe – formada pelos Estados do continente Costa Rica, Belize, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, e, pelos países insulares subdivididos entre grandes Antilhas, onde se localizam Cuba, Jamaica, Haiti, República Dominicana e Porto Rico, e pequenas Antilhas, que faziam parte da Comunidade Britânica de Nações, o *Comonwealth* Antigua e Barbuda, São Cristóvão e Nevis, Dominica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Granada, Barbados e Trinidad e Tobago^{18, 19}; e c) América Latina do Sul – formada por doze

constitutivos da esfera do discurso político, um dos assuntos das constelações ideológicas. Observou-se que para aprendê-las é necessário tomar a relação entre política e cultura nos marcos de uma formação nacional. No sentido formulado por Gramsci, caberia buscar as idéias geográficas no bojo da luta ideológica numa conjuntura concreta, questionando a eficácia prática desta classe de ideologia. Tentar detectar quais leituras do espaço se hegemonizaram num país, quais influíram nas representações coletivas de uma nação quais orientaram diretamente a produção de seu território.” (MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 321).

¹⁵ FORBES, D. K. *Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento*. Tradução de João Alves dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

¹⁶ FAWCETT, C. B. *Geography and empire in G. Taylor (Ed.), Geography in the Twentieth Century*. Londres: Methuen, 1953. p. 418.

¹⁷ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹⁸ Existe nesta região um conjunto de Microestados (“o Estado constituído conforme as normas de Direito Internacional, no qual a pequena área geográfica e a população de alguns milhares de habitantes são suficientes para assegurar-lhes o direito de legação, de convenção e de ser parte nos tribunais internacionais, além de manutenção de relações normais com os demais sujeitos da sociedade internacional”). A propósito, Del’Olmo refere quatro países do continente americano,

países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela) e uma colônia, a Guiana Francesa.²⁰

Em razão da existência de fenômenos geográficos regionalizados que vinculam alguns Estados a uma dada região da América do Sul, determinados autores destacam ainda uma subdivisão que leva à atuação conjunta dos Estados no sentido de celebrar tratados com a finalidade de geograficamente perseguir específicos objetivos, tais como: países platinos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), situados na bacia do Prata; países andinos, cortados pela Cordilheira dos Andes (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela); países da Bacia Amazônica (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guianas, Peru, Venezuela); países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) situados geograficamente no extremo sul da região.²¹

Não custa ressaltar, diante da caracterização feita anteriormente, que existem evidentemente alguns vetores na configuração do espaço latino-americano que podem ser questionados, ora de caráter cultural, outras vezes tecnicamente ou cientificamente. Para além dessas incongruências menores, contudo existe um conjunto de coincidências fortemente arraigadas cultural, histórica, e

todos eles integrados na ONU, que podem ser postos nessa categoria. Trata-se de Antígua e Barbuda, Dominica, Granada e São Cristóvão e Névis, localizados na região, no mar do Caribe. Com seu costumeiro viés poético o autor observa que: "O fascinante estudo desses Estados, dotados de superfície minúscula e número inexpressivo de habitantes, oferece ensinamentos e lições. Talvez neles se pudesse pensar na sempre nostálgica e enigmática democracia direta das cidades-estado gregas, possível agora pelo pequeno número de habitantes. Se olharmos os avanços proporcionados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, levados a todos os recantos do mundo pelo lado saudável da globalização, o Microestado seria hoje o modelo acabado da legendária democracia ateniense, sem o inconveniente do afastamento da multidão de escravos, então existentes." (DEL'OLMO, Florisbal de Souza. *Curso de direito internacional público*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 81-82).

¹⁹ Por sua relação de associativismo direto ao governo dos Estados Unidos, deixa-se de incluir Porto Rico nesta relação.

²⁰ Dos países da América do Sul, o Paraguai e a Bolívia não possuem contato com o mar, dependendo de acordos com os vizinhos para utilizar portos e escoar sua produção e promover o comércio internacional.

²¹ Descrições geográficas, em sua grande parte, baseadas nos estudos de: OLIC, Nélsion Bacic. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna, 1992.

antropologicamente que se sobrepõem a elas e que permitem identificar a existência de um espaço latino-americano com o mesmo perfil de sustentação e afirmação geográfica e política dos países na condução de seus assuntos internos e externos.^{22, 23}

1.3 PERÍODOS HISTÓRICOS

1.3.1 Institucionalização da Conquista

Embora o marco histórico de surgimento da América Latina seja a chegada de Colombo ao México,²⁴ em 1492, o acontecimento que iria determinar os destinos das terras além-mar ainda não descobertas iniciou-se com a assinatura de documentos “internacionais” que delimitavam a seu tempo as zonas de influência de cada reino que na ocasião tinham relação direta com a Igreja Católica e tiveram em razão disso impacto determinante na colonização e formação das sociedades.^{25, 26}

Em 1493, com o objetivo de assegurar a posse das terras alcançadas, o Papa Alexandre VI promulga a *Bula intercoetera*, dividindo a propriedade do mundo entre os reinos católicos de Portugal e Espanha, fixando um meridiano a 100 léguas a oeste de Açores e do arquipélago de Cabo Verde. A divisão prejudicava essencialmente os interesses portugueses, que ameaçaram com a possibilidade de

²² COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucitec/EDUS, 1992.

²³ BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

²⁴ Vale destacar aqui que a teoria da descoberta sempre foi uma falácia, pois não se descobre o que já existe por si. Na América, quando aportaram os europeus, existiam povos, culturas tão desenvolvidas quanto a européia, que a seu modo possuíam sua organização social e suas crenças.

²⁵ Embora o Direito Internacional tenha como marco de origem o ano de 1648, com a assinatura dos Tratados da Paz de Westfália, que pôs fim à Guerra dos 30 Anos, os historiadores não deixam de reconhecer que antes desse marco os povos, por costume, já desenvolviam alguns elementos que mais tarde se consolidariam como institutos de Direito Internacional, como acordos de armistício e de relações diplomáticas e mesmo a celebração de Tratados.

²⁶ SODER, José. *História do direito internacional*. Frederico Westphalen, RS: Ed. da URI, 1998.

entrarem em guerra, o que obrigou a Igreja Católica, na condição de mediadora, a redigir um novo acordo com a finalidade de apaziguar os ânimos.^{27, 28}

Assim, em 7 de junho de 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas, mais tarde convalidado para a sociedade internacional pelo papa Júlio III no ano de 1506. O referido documento alterou de 100 para 370 léguas a Oeste de Cabo Verde o limite determinado anteriormente, e Portugal garantiu assim o reconhecimento de seus interesses. O Tratado regulamentou a divisão do mundo em duas partes que cabiam aos dois reinos. Para ser lavrado, foi assinado com fundamento em princípios que validavam o poder dos reinos em detrimento dos outros em se apropriar das terras descobertas, sob o argumento de que: primeiro, tinham primazia por terem encontrado as terras antes de outros povos, e, segundo, tinham direito a uma compensação sobre o dinheiro despendido com o investimento nas navegações, gasto para o descobrimento e colonização.²⁹

Para se compreender esse momento histórico é preciso entender que na Idade Média o esquema de relação desenvolvido entre reinos ficava sob o jugo papal como representante de Deus na Terra. Em razão disso, a Igreja Católica se colocava acima dos reinos e atuava como árbitro em eventuais conflitos, impondo normas de cunho religioso.^{30, 31}

²⁷ GÓES, Synésio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*. Brasília: Funag, 1991.

²⁸ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1966.

²⁹ TAPAJÓS, Vicente. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

³⁰ CERVO, Amado Luiz. *Contato entre civilizações: a conquista da América como serviço de Deus e de sua majestade (1442-1548)*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

³¹ Conforme descreve Walter Vieira do Nascimento: “[...] em virtude do feudalismo, a igreja cresceu em prestígio e força, passando a ser fator preponderante no desenvolvimento das relações internacionais, na Idade Média. Dispunha ela de uma arma poderosa para se impor como instrumento de alta eficácia: a excomunhão. De modo que o papado aparece como árbitro supremo das questões surgidas entre comunidades de diferentes territórios, não faltando muitas vezes para resolver ou contornar um grande impasse.” (NASCIMENTO, Walter Vieira do. *Lições de história do direito*. 8. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 1996. p. 138-139).

Esses documentos tiveram efeitos decisivos no processo de colonização e na construção geográfica do que se transformou a América Latina, bem como na formação cultural da sociedade que foi sendo moldada ao longo da História e que foi dividida em várias fases, as quais denotam um determinado tipo de relação entre os povos da América Latina, que podem ser identificadas como o colonialismo, os movimentos pós-coloniais e de independência, o militarismo e o período de redemocratização, e que oportunamente serão objeto da devida análise.³²

A zona de influência da Espanha foi organizada da seguinte forma: quatro vice-reinados – Nova Espanha (México), Peru, Nova Granada (Colômbia e Equador), e do Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia); quatro Capitanias Gerais – Cuba (Cuba, Flórida, S. Domingos e Porto Rico), Guatemala (América Central), Venezuela e Chile; e quatorze audiências que representavam a ordem judiciária.^{33, 34, 35} A área destinada aos portugueses foi organizada pelo sistema de capitanias hereditárias e expandiu-se em razão do desinteresse da Espanha sobre parcela de sua área e em razão da atividade dos bandeirantes, legalizada pelo Tratado de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777), permitindo assim a formação de várias áreas do Brasil colonial.³⁶

³² CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. Tradução de Miguel Urbano Rodrigues. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

³³ WILGUS, A. Curtis; D'EÇA, Raul. *Latin american history*. Nova York: Barnes & Nobles, 1966. p. 67-68.

³⁴ CRUZ, Feliu Guilherme; ALFARO, Carlos Monge. *Las encomiendas según tasas y ordenanzas*. Buenos Aires: Talleres, 1941.

³⁵ KONETZKE, Richard. *América Latina: II la época colonial*. México: Siglo Veintiuno Ediciones, 1981. p. 119.

³⁶ BETHELL, Lislle (Org.). *História da América Latina*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

1.3.2 Período Colonial

Com a propriedade “legal” das terras conquistadas, os reinos trataram rapidamente de estabelecer sua posse adotando práticas violentas já narradas pela história, como a extinção em massa de povos indígenas,³⁷ a imposição do culto católico pela catequização de índios, a destruição da cultura local (muitas civilizações eram tão avançadas em alguns campos da ciência quanto os europeus conquistadores) e a extração de pedras preciosas destinadas às metrópoles.^{38, 39}

Por outro lado, a relação estabelecida entre os colonizadores e a terra teve marcante caráter expropriatório da natureza, da dizimação e submissão dos povos aqui estabelecidos, inclusive como forma de tributação. Todos os povos dos países europeus que vieram para estas terras o fizeram com a finalidade de extrair seus bens, seus recursos naturais, simplesmente com o objetivo de tirar dela o lucro sem nada devolver, remetendo para a metrópole o que podiam extorquir.^{40, 41, 42}

³⁷ CASAS, Frei Bartolomé de Las. *Brevíssima relação da destruição das índias: o paraíso perdido*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

³⁸ CHEVALIER, François. *América Latina: de la independencia a nuestro días*. Barcelona: Labor, 1979.

³⁹ SCHWARTZ, Stuart B., LOCKHART James. *A América Latina na época colonial*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁴⁰ SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de Terras, de 1850*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

⁴¹ Para Murdo J. Macleod, as colônias foram estruturadas por aqueles que as governavam para beneficiar a pátria-mãe e suas classes dirigentes, e descreve: “Sua economia é organizada com o objetivo, pelo menos em parte, de enviar para outras porções significativas de suas matérias-primas e produtos valiosos e lucrativos. [...] A América espanhola colonial começou como uma sociedade de conquista, cuja primeira prioridade foi extrair riqueza ou capital. Durante o próprio período de conquista, e nos anos turbulentos que se seguiram em cada região, essa extração foi realizada mediante a apreensão direta de excedentes previamente acumulados de metais ou pedras preciosas. Isso tomou a forma de saques e pilhagens, uma maneira oficialmente aceita de pagar soldados ou expedicionários voluntários numa época anterior à criação dos exércitos permanentes com soldo regular.” (MACLEOD, Murdo J. Aspecto da economia interna da América espanhola colonial: mão-de-obra; tributação; distribuição e troca. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999. v. II. p. 219-220).

⁴² BONFIM, Manuel. *América Latina: males de origem*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

Tanto Portugal quanto Espanha, para controlar a continuidade de toda atividade expropriatória, estabeleceram uma modalidade de “pacto colonial” determinando que as colônias só poderiam comercializar com sua metrópole, ou seja, não tinham autoridade para desenvolver nenhuma atividade produtiva, tampouco podiam vender matéria-prima para outros povos ou comprar produtos industrializados que não lhe fossem vendidos pela metrópole.⁴³

Essa relação entre metrópole e colônia, à medida que foi evoluindo e amadurecendo, acabou gerando uma dependência natural entre os povos daqui e os centros irradiadores de poder, uma dependência sistêmica, de caráter econômico, comercial, cultural, religioso, educacional.

Cabe observar que é possível traçar um paralelo desse momento histórico com os dias atuais, pois muito desses mecanismos ainda são empregados agora com uma nova roupagem nas relações internacionais entre os Estados. Fruto desse ranço histórico, os países latino-americanos ainda são tratados como colônias. O colonialismo praticado no século XIV continua, de alguma forma, vigente até os dias atuais, com o uso de outras formas e linguagens. A face da colonização adquire outros modelos, outros são os interesses que submetem os povos da região que são induzidos a adotar padrões de comportamento sem ter com eles uma identidade cultural.^{44, 45}

⁴³ Conforme descreve Jacques Lambert: “Colonizadores precoces, espanhóis e portugueses aplicaram o sistema colonial mercantilista: as metrópoles não viam em suas colônias mais do que uma fonte de riquezas para elas próprias, através da importação de metais preciosos e de produtos de agricultura colonial e, acessoriamente, um mercado para a indústria metropolitana. Toda a atividade dos países conquistados organizava-se em função das necessidades diretas da metrópole, sem cogitar-se do desenvolvimento interno desses países. As colônias mantidas estritamente nas atividades primárias das minas e da agricultura foram proibidas de fabricar o que a metrópole podia fornecer-lhes, como também de comerciar diretamente com o estrangeiro ou entre si. Essa concepção da colonização, aliás, predominou durante muito tempo, e a Inglaterra a adotava tanto quanto a Espanha e Portugal.” (LAMBERT, Jacques. *América Latina: estruturas sociais e instituições políticas*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Nacional, 1971. p.135).

⁴⁴ Sobre a herança colonial: “É impossível ignorar a poderosa influência de três séculos de domínio colonial. As instituições e decisões políticas e o comportamento social acabaram influenciando as

1.3.3 Independência dos Países da América Latina

O sistema colonial começou a se fragilizar sobretudo pelo enfraquecimento das metrópoles, que perderam a sua condição de protagonistas do poder europeu com a ascensão da França e da Inglaterra, e também por conta das elites nativas formadas basicamente pelos comerciantes e especuladores privados locais.⁴⁶ Eles passaram, em função desse quadro, a enxergar o vínculo colonial como desvantagem, aspirando, a partir daí a uma política colonial muito mais vantajosa

estruturas políticas.” (GIL, Federico G. *Instituciones y desarrollo político de América Latina*. Buenos Aires: Instituto para la Integración de América Latina – INTAL, BID, 1966. p. 11, tradução livre).

⁴⁵ A propósito, José M. Borrero Navia, sob uma perspectiva ambiental, faz a seguinte crítica a este tipo de prática: “Desde a perspectiva da dívida ecológica que o Norte tem com o Sul, a história dos países latino-americanos é uma crônica de exploração de seus recursos naturais. Desde os tempos da colonização seu território foi considerado pelas monarquias européias como um inesgotável depósito de minerais, pedras preciosas, madeiras e especiarias. Nos tempos coloniais a espoliação e a pilhagem constituíram o paradigma da relação ser humano-ambiente. Por outro lado, esta lógica espoliativa não registrou mudança alguma com a independência e a chegada das Repúblicas: o marco hegemônico do controle colonial se deve ao poder de grandes corporações internacionais vinculadas a grupos nacionais, para quem a oferta ambiental de seus respectivos países só representam uma fonte de rápido enriquecimento e cuja lógica não deu lugar para considerações ambientais. A deterioração ambiental e a devastação de sistemas naturais conduzem ao empobrecimento de amplas maiorias da população. Por sua vez, a pobreza é uma das causas da deterioração ecológica e o mais significativo obstáculo da sustentabilidade econômica. O processo de produção da pobreza que degrada o ambiente e ao mesmo tempo malogra a qualidade de vida dos habitantes. Os setores financeiramente empobrecidos da América Latina participam das práticas contra o ambiente como atores dramáticos da pobreza absoluta, e mais ainda, do processo de produção da pobreza por uma desigual distribuição dos benefícios da oferta ambiental em cada país.” (BORRERO NAVIA, José Maria. *Los derechos ambientales: una visión del sur*. Cali: FIPMA, 1994. p. 94-95, tradução livre).

⁴⁶ Cabe observar que o processo de independência dos Estados latino-americanos não foi totalmente livre de ingerências externas, e não se pode sobre isso ter uma visão ingênua. É o que narra Adam Watson nos seguintes termos: “Assim como a França havia apoiado a independência dos Estados Unidos da Grã-Bretanha, da mesma forma, durante e após as guerras napoleônicas, a Grã-Bretanha apoiou ativamente a independência da América Latina: tanto por razões econômicas a fim de abrir as portas desse continente para o que era então a economia do mundo que conhecia a maior expansão, quanto por razões estratégicas, a fim de lá estabelecer Estados novos e supostamente mais democráticos, para contrabalançar o que eram consideradas em Londres as tendências reacionárias da Santa Aliança. Quase vinte Estados de assentamento Latino-Americanos tornaram-se independentes e foram aceitos como membros associados da sociedade internacional européia. O mais importante deles, o Brasil, fê-lo por intermédio de um imperador que era membro da família real portuguesa e casado com a princesa de Habsburgo e que, portanto, gozava de apoio de Metternich. A aceitação européia dos novos Estados americanos inseriu-se no objetivo dos Estados Unidos de manter o hemisfério ocidental isolado do colonialismo e da política de poder europeus.” (WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004. p. 371).

elaborada a partir das próprias colônias pelas classes dominantes locais as quais assumiriam os postos dos seus adversários metropolitanos.⁴⁷

Por outro lado, a independência norte-americana em 1776 e a chegada ao Novo Mundo de idéias revolucionárias que influenciavam o pensamento europeu e eram trazidas pelos filhos de nobres que haviam ido estudar na Europa acabaram servindo como modelo e fundamento ideológico para legitimar os movimentos pela independência em todo o continente.

Desencadeiam-se, assim, em todo o continente, de maneira quase que uniforme, nos vice-reinados da Espanha e nas capitanias gerais, tensões, conspirações, conflitos e ensaios de golpes.⁴⁸ Destacam-se nesse período figuras que até hoje são invocadas como símbolos da resistência latino-americana diante da influência de outras potências, os chamados libertadores da América,⁴⁹ como José de San Martín, que contribuiu para a independência de vários países da região platina,⁵⁰ Bernardo O'Higgins e Simón Bolívar.^{51, 52, 53, 54}

Declaram-se independentes nesse período: o México, a Argentina, o Chile, a Venezuela, a Colômbia, o Equador e Bolívia pelas mãos do general Sucre. O Brasil, numa situação bem peculiar, declarou sua independência como Estado, adotando o

⁴⁷ DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 47-80.

⁴⁸ MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar e el poder: orígenes de la revolución en las Repúblicas entecas de américa*. México: Universidade Nacional Autónoma do México, 1991. p. 13ss.

⁴⁹ HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 160.

⁵⁰ MITRE, Bartolomé. *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos, tomo I, 1950.

⁵¹ Simón Bolívar (1783-1830), intelectual, estrategista, político, nascido na aristocracia, na juventude foi estudar na Europa onde teve contato o pensamento revolucionário da época, sofrendo forte influência do pensamento de J. J. Rousseau que constituiu a estrutura básica de seu pensamento, tendo como norte a pátria, a liberdade, a igualdade, a razão. Retorna à América com uma idéia fixa: criar uma pátria livre do jugo da metrópole européia independente, liderando a luta da América Andina contra o domínio espanhol, chegando a vencer mais de 200 batalhas, sendo responsável pela libertação de Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela.

⁵² HISPANO, Cornélio. *El libro de oro de Bolívar*. Paris: Garnier Hermanos, 1925.

⁵³ LECUNA, Vicente. *Bolívar y el Arte Militar*. New York: The Colonial Press, 1955.

⁵⁴ LECUNA, Vicente. *Cartas del libertador*. New York: The Colonial Press, 1948.

sistema imperial e não o republicano. Na América Central é criada uma federação que mais tarde foi dissolvida, dando autonomia para cada Estado que compunha aquela federação, como Honduras, Costa Rica, Nicarágua, São Salvador, Guatemala. Enfim, houve um movimento sincrônico que levou à independência dos países na América Latina, variando a forma e o período de acordo com as peculiaridades locais de cada ex-colônia.

Após a independência os governos locais tiveram enormes dificuldades para a consolidação e organização administrativa em razão da necessidade de conformação de diversos interesses, muitas vezes antagônicos, que envolveram o processo de independência, o que gerou muita frustração dos gentios que compunham os novos Estados.⁵⁵ Daí se interpretar que os maiores impasses para a afirmação dos Estados latino-americanos foram de ordem interna, com problemas relacionados à partilha de poder, à diversidade étnica, cultural, estratificação de

⁵⁵ Maria Ligia Coelho Prado descreve bem essa insatisfação generalizada após a independência e observa: "Se, portanto, a independência aparece como frustração, como proclamaram tantos de seus protagonistas, é porque, antes de tudo, abriu a possibilidade de um desenlace diferente e despertou os sonhos adormecidos de muitos. Tempos de transformação trazem em si grandes esperanças e sua outra face, as inevitáveis frustrações. Os poderosos queriam tudo organizar e controlar. Os letrados, desencantados com a incapacidade de realizar seus sonhos, esqueceram que os processos históricos eram lentos, que o ritmo das mudanças não acompanhava a pressa dos atores sociais e que os ventos nem sempre sopravam na direção por eles desejada. Os humildes também se desesperaram, pois sua vida continuava dominada pela pobreza e opressão e tratados com desdém e desrespeito. Aqueles que dispunham de poder e traduziam os interesses econômicos dominantes tinham, diante de si, um rol de tarefas complexas. Era necessário construir novos Estados, com instituições que garantissem a ordem e o controle sociais, mas que também conferissem legitimidade aos que governam. Grupos políticos antagônicos formavam-se, a Igreja lutava para não perder seu lugar hegemônico, debates furiosos travavam-se entre os que defendiam um governo centralizado e os que preferiam o federalismo. Porém, para aqueles que não dispunham de recursos, quer econômicos, quer culturais, os novos tempos não trouxeram benesses ou regalias. Reformas sociais de peso, terra, salários dignos, participação política, educação popular, cidadania, respeito cultural às diferenças, tudo isso teria de esperar. As ações de governos autoritários cobriam e deixariam a suas marcas registradas na América Latina durante a maior parte do século XIX. Os "de baixo" teriam de se organizar, lutar, sofrer e morrer para alcançar seus objetivos. Não foram as lutas de independência que mudaram sua vida." (PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004. p. 73).

grupos e interesses, que acabaram por sistematicamente gerar tensões ainda hoje presentes nos Estados da América Latina.⁵⁶

Por outro lado, na sociedade internacional, a recém conquistada independência das ex-colônias marca profundamente as transformações nas relações internacionais, com o surgimento de um conjunto de novos atores. São impulsionados pela necessidade de afirmação no cenário internacional, se auto-proclamando independentes e autônomos, repudiando qualquer tipo de ingerência em sua condução política, e inserindo-se na dinâmica agenda do quadro do poder mundial.

Os sucessivos atos e declarações dos novos Estados, mesmo que tenham sido produzidos de forma espontânea, inauguram uma forma diferenciada de práticas nas relações internacionais até então desenvolvidas, seja no plano interamericano ou fora dele, que acabam por trazer novos institutos jurídicos os quais, após serem reconhecidos pela comunidade internacional, firmam-se como elementos e passam a compor o arcabouço de estudo do Direito Internacional, como se fará referência nos próximos capítulos.

1.3.4 Neocolonialismo: a crescente influência dos Estados Unidos na América Latina

No curso da História, à medida que diminuía a influência européia, no continente americano os governos tratavam de afinar um discurso de independência em relação a qualquer tentativa de intervenção nos então jovens Estados latino-

⁵⁶ PANTALEÃO, Olga. *A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783*. São Paulo, 1946.

americanos.⁵⁷ As nações americanas tornadas independentes perceberam a necessidade de fortalecer seus vínculos diante da possibilidade de novas intervenções ou tentativas de reconquista por parte das nações européias.

A “Doutrina Monroe” de alguma forma marca o início desse processo e a efetivação da influência dos Estados Unidos em todo o continente (que mais tarde se comprovaria mediante práticas antagônicas).

Em que pese a importância doutrinária da “Doutrina Monroe” para o continente, o tempo mostra que, definitivamente, é preciso desmistificar tal declaração, pois ela pode ter afastado de alguma forma a intervenção européia, mas impôs em seu lugar a “proteção” dos Estados Unidos. Assim, a intervenção continuou pelas mãos dos estadunidenses, que invocaram para si essa prerrogativa, o que foi confirmado mais tarde em várias oportunidades na História, como na Nicarágua, Panamá e na Colômbia, com as justificativas mais sombrias, desde o tráfico de drogas até a ameaça à democracia. É como que se a Doutrina Monroe subliminarmente deixasse implícita a negação da intervenção européia e ao mesmo tempo legitimasse o domínio dos Estados Unidos sobre o continente americano.⁵⁸

Em 1826, Simón Bolívar dá início a um movimento de coesão dos Estados da América, com a tentativa de criar um processo de “regionalismo”, com a realização do Primeiro Congresso dos Estados Americanos, o Congresso do Panamá.

⁵⁷ VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional*. Barueri: Manole, 2003. p. 550.

⁵⁸ Segundo aponta Moniz Bandeira, a Doutrina Monroe retomava o caminho do “Destino Manifesto”, defendido em 1890 e teve forte oposição de Rui Barbosa que a taxou como uma ilusão americana pois constituía, na verdade, em uma intervenção perigosa dos Estados Unidos e que, como doutrina tivera, em todos os tempos, um caráter exclusivamente americano e que “era uma limitação da soberania das outras repúblicas, a cuja causa a democracia de Washington nunca se irmanara. Os Estados Unidos, vedando o Continente à cobiça da Europa, não fizeram mais que reservá-lo para os futuros empreendimentos de sua ambição.” (BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 150).

No ano de 1889 ocorre a Primeira Conferência Internacional dos Estados americanos, realizada em Washington, que criou a União Internacional das Repúblicas Americanas.

Cabe descrever que o desenvolvimento das relações entre os Estados do continente se deu, nesse tempo, em um contexto internacional, em que havia a hegemonia internacional da Inglaterra, que vivia o seu apogeu, fruto do triunfo sobre os franceses e o desencadeamento da Revolução Industrial. Muitos daqueles eventos que marcaram a construção de um regionalismo, seja de caráter hispano-americano, pan-americano ou o interamericanismo, foram monitorados de algum modo pela nação britânica e pela sua influência política.^{59, 60} Neste contexto a América Latina, por sua vez, buscava se firmar como protagonista na sociedade internacional, estabelecendo acordos comerciais, mas submetendo-se a ser uma fornecedora de matéria-prima para o desenvolvimento de um mercado consumidor de produtos industrializados, processo capitaneado pela hegemonia inglesa, que garantia essa condição pela sua poderosa frota naval e por um processo incipiente

⁵⁹ Para o professor Antonio Carlos Lessa: “O enraizamento do liberalismo político e econômico nas instituições da Grã-Bretanha teve um grande impacto na afirmação de um determinado padrão de comportamento, que valeu para todo o século XIX: os homens de Estado na Grã-Bretanha estavam a cada dia mais convencidos de que a prosperidade do seu país devia-se, também, à manutenção de uma política externa que facilitasse a expansão dos interesses econômicos da nação e que evitasse, sempre que possível, o surgimento de tensões nos níveis regional e global. Segundo o ideário do *laissez-faire* que se apoderou da elite britânica, a Grã-Bretanha tinha a cada dia menos interesses em adotar políticas que levassem a conflitos, porque a cada dia o seu comércio, finanças e indústrias eram mais integrados e dependentes da economia internacional. Em outras palavras, a paz traz sempre a prosperidade e vice-versa. Esse padrão de comportamento internacional explica a obsessão com que a diplomacia inglesa se dedicou à busca de condições para a expansão internacional da influência política e econômica da nação, no que foi seguida pelas demais potências européias. Os britânicos souberam negociar ou impor, como lhes convinha, o liberalismo econômico aos países da periferia na forma de acordos de comércio que, evidentemente, beneficiaram a sua expansão econômica. É nessa perspectiva que se explica o interesse da Grã-Bretanha em favorecer e proteger a independência das colônias ibéricas na América Latina na década de 1820 e, do mesmo modo, a dedicação com que negociou e exigiu novas concessões para penetrar no mercado alheio.” (LESSA, Antônio Carlos. *História das relações internacionais: a pax britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 97-98).

⁶⁰ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

de comercialização de produtos e busca de mercados consumidores. Daí se afirmar que esse período foi marcado pelo “neocolonialismo”.

Os Estados Unidos, por seu turno, fortalecem-se internacionalmente por meio do desenvolvimento de um parque industrial, que em 1894 já era superior ao britânico, e da dinamização de seu comércio, diversificando parcerias comerciais e expandindo seus domínios para além de suas fronteiras, ora por meio de acordos comerciais, ora pela conquista de territórios pela imposição da força.⁶¹ Vê-se que os Estados Unidos desenvolvem uma agenda internacional bem mais dinâmica que os demais Estados do continente, com uma forte influência nos acontecimentos internacionais e uma manifesta investida sobre o território da América Latina, principalmente para conquistar mercados para a sua crescente produção industrial, principalmente na década de 20, o que transformou aquele país na principal fonte de recurso externo para os países da região.^{62, 63, 64, 65}

⁶¹ CASANOVA, Pablo Gonzáles. *História contemporânea da América Latina: imperialismo e libertação*. Tradução de Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987.

⁶² Neste sentido, Victor Bulmer-Tomas contextualiza: “A ascensão dos Estados Unidos, na década de 20, como principal fonte do capital externo, constitui uma bênção ambígua para a América Latina. O aparecimento de novos mercados dinâmicos de capital no hemisfério ocidental era, claramente, de grande importância, tendo em vista a diminuição de capital excedente disponível nos mercados europeus tradicionais; mas os novos empréstimos cobraram seu preço. Nas repúblicas menores, junto com os novos ingressos de capital chegaram objetivos de política externa dos Estados Unidos, de modo que muitos países, para garantir o pagamento da dívida, viram-se obrigados a ceder aos norte-americanos o controle de suas alfândegas e mesmo das estradas de ferro nacionais. Em algumas repúblicas maiores, a sede de novos empréstimos alcançou proporções tão epidêmicas que o processo foi denominado “a dança dos milhões”. Poucos esforços foram feitos para investir os recursos, produtivamente, em projetos que pudessem garantir o pagamento das divisas, e, em alguns casos, o nível de corrupção atingiu dimensões espantosas (BULMER-TOMAS, Victor. *As economias latino-americanas, 1929-1939*. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: a América Latina após 1930: economia e sociedade*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, v. VI, 2005. p. 25).

⁶³ Antonio Carlos Lessa descreve o processo de expansão dos Estados Unidos e aponta: “Enquanto as antigas colônias ibéricas na América se inseriram nas relações internacionais empurradas pelo liberalismo econômico, que lhes forjou novos vínculos de dependência, uma experiência muito diferente se processou ao norte do hemisfério. Com efeito, mesmo estando de fora do concerto das grandes potências, os Estados Unidos seguiram um caminho diferente, de construção e fortalecimento nacional pela via do desenvolvimento econômico autônomo e de afirmação de política em um mundo dominado pelas potências européias. A ação internacional do país guiava-se pelos interesses do seu desenvolvimento e adaptava-se às suas necessidades. [...] Mesmo mantendo uma distância sanitária (sic) e uma atitude ativa com relação ao imperialismo europeu, demonstrada em diferentes episódios que se sucederam nas primeiras décadas do século XIX, como a proclamação da Doutrina Monroe, os Estados Unidos também tiveram uma versão própria

Aquelas experiências revelam a desunião política entre os Estados da América Latina, mas, sobretudo, evidenciam a raiz da endemia dos Estados de um modo geral, em razão das políticas locais: os Estados recém-tornados independentes têm dificuldades de se firmarem como nação em função dos conflitos internos entre várias castas e povos e os EUA dispõem-se agressivamente a liderar a região.⁶⁶

O ponto que deve ser sobrelevado é que a idéia de integração e de um regionalismo surge pela primeira vez na história das relações internacionais na América Latina, cujos povos, já naquele tempo, desejavam desenvolver um processo de integração regional que privilegiasse a solução pacífica de controvérsias e fosse um foro democrático e multilateral de discussão dos problemas regionais, idéias que mais tarde foram postas em prática não só no âmbito da ONU, mas também da União Européia. Enquanto os países europeus se perdiam em disputas e conflitos, a América Latina, de alguma forma, buscava a solidariedade entre seus povos, por intermédio de instrumentos jurídicos inovadores, hoje amplamente empregados.

Este cenário internacional foi vivenciado até 1939, quando teve início a Segunda Guerra Mundial e a queda, por conta dos efeitos devastadores da guerra, do eurocentrismo que dominou a palco internacional até então.⁶⁷

de imperialismo. Com o encerramento da fase da consolidação da independência e das instituições republicanas, a política externa buscou os meios para a expansão territorial, fosse a diplomacia ou a guerra, mas que atendessem às motivações psicossociais, ideológicas, econômicas e estratégicas que justificavam a construção de uma grande nação de talhe continental, do Atlântico ao Pacífico.” (LESSA, Antonio Carlos. Op. cit., 2005, p. 83-84).

⁶⁴ O imperialismo materializado a partir da idéia do *Destino Manifesto*, preconizado por Thomas Jefferson quando afirmou que a ordem natural das coisas seria os Estados Unidos estenderem sua influência sobre todo o continente americano.

⁶⁵ A propósito, Darcy Ribeiro chama esse fenômeno de industrialização recolonizadora, apontando que: “Ela opera, deste modo, como uma nova via de incorporação histórica equivalente à que libertou os povos latino-americanos da dependência ibérica para submetê-los à inglesa e depois à norte-americana. Por força de sua expansão, mais uma vez se apresenta às classes dominantes da América latina como seu caminho natural.” (RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978. p. 27-30).

⁶⁶ STEIN, Stanley J.; STEIN, Bárbara H. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. Tradução de José Fernandes Dias. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

⁶⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

1.3.5 América Latina e o Militarismo no Contexto da “Guerra Fria”

A partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a América Latina passa a vivenciar uma nova fase em suas relações internacionais. Emergem novos protagonistas do cenário internacional, considerados vencedores do conflito, tendo, de um lado, os Estados Unidos, que já possuíam, conforme referido, uma expressiva presença internacional, e, de outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

No quadro internacional a edificação de uma nova sociedade mundial e a “falência”, por conta dos efeitos da guerra, dos países europeus, marcou o fim do eurocentrismo nas relações internacionais e tirou de vez a sombra da influência ou ameaça européia sobre a América Latina. O continente tornou-se definitivamente demarcado como uma zona de influência de uma nova potência com vocação hegemônica, os Estados Unidos, que nesse tempo já haviam estendido os seus domínios sobre grande parte da América Central. Além disso, estabelecidos os acordos comerciais com vários países da América do Sul, deram-se todas as demonstrações de injeção interna sobre os assuntos de vários países da região.

Neste cenário, que apontava para mudanças na estrutura da ordem internacional, chegou-se a vivenciar mundialmente a esperança de um mundo multipolar mais justo e equilibrado, com prevalência dos Direitos Humanos e do respeito à autonomia dos povos e dos Estados. Os dois Estados, contudo, dão início a uma disputa ideológica passando a competir no cenário internacional pelo domínio de zonas de influência

As relações internacionais modificam-se, todavia sofrem um congelamento com a disputa entre os dois Estados, passando a existir uma grande desconfiança sobre a política de alinhamento dos países no plano internacional, pois as duas

grandes potências passam a disputar zonas de influência para impôr seu modelo ideológico e estabelecer acordos militares e econômicos estratégicos.

Os países da América Latina, que naquele período ainda buscavam se firmar na sociedade internacional e se organizar como Estados-nação, enfrentando ainda problemas históricos crônicos, como os conflitos internos, a dívida externa crescente, economia interna e externa mal-estruturada e desorganizada, com comércio pouco dinâmico e uma dependência tecnológica para alcançar o desenvolvimento, passam a pautar suas relações internacionais dentro de um quadro de bipolaridade, em um ambiente de muitas incertezas e desconfianças.

Durante a Guerra Fria a América Latina vive dois momentos distintos, em decorrência do desencadeamento da disputa hegemônica internacional. Numa primeira fase, alinha-se naturalmente aos Estados Unidos, mediante a assinatura de tratados e acordos de cooperação, e, em um segundo momento, vive a radicalização da Guerra Fria por meio da militarização dos governos dos Estados com a imposição de golpes e revoluções falseadas com o apoio externo.

A Guerra Fria, inicialmente, acabou não afetando diretamente a América Latina, pois esta não era considerada uma zona de alta prioridade defensiva militar e era tida naturalmente como uma zona de influência dos Estados Unidos, com governos alinhados e afinados com os ideais liberais e, de alguma forma, já comprometidos por acordos comerciais.⁶⁸

Na verdade já estava contido no discurso do pan-americanismo, um movimento norte-americano para legitimar e externar esse domínio no exercício de

⁶⁸ AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002. p. 70

uma liderança regional sobre essa porção do continente como sendo sua zona de influência.

Nesse período podem ser citados alguns tratados sobre cooperação militar e, principalmente, a assinatura, no Rio de Janeiro, em 1947, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), ou Pacto do Rio, pelo qual todos os Estados signatários comprometem-se a, em caso de agressão a um deles, considerar uma agressão ao continente e a todos os que haviam ratificado o pacto, estabelecendo assim um acordo de comprometimento de defesa e solidariedade coletiva diante de uma agressão extracontinental,⁶⁹ e, mais tarde, em 1948, com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), pela assinatura da Carta de Bogotá, que transformou o antigo escritório do Departamento de Estado dos Estados Unidos em uma organização multilateral, recebendo assim esse *status* de seus signatários.

Esse primeiro momento vivenciado no pós-guerra tem um caráter mais institucional, aberto e voluntarista. Ocorre que acontecimentos decorrentes do conflito Leste-Oeste marcariam significativamente a condução dos governos latino-americanos e sua inserção no plano internacional.

O fato que mudou essencialmente a direção dos Estados latino-americanos foi a Revolução Cubana em 1959, introduzindo na América Latina, em uma zona geográfica muito próxima dos Estados Unidos, um governo socialista que adota o modelo soviético mediante a instituição da reforma Agrária, estatização e

⁶⁹ Segundo o preâmbulo do referido tratado, o seu objetivo era assegurar a paz por todos os meios possíveis, prover auxílio recíproco efetivo para enfrentar os ataques armados contra qualquer Estado Americano, e conjurar as ameaças de agressão contra qualquer deles e disciplinava que: “a obrigação de auxílio e de defesa comum das Repúblicas Americanas se acha essencialmente ligada a seus ideais democráticos e à sua vontade de permanente cooperação para realizar os princípios e propósitos de uma política de paz; e que a comunidade regional americana sustenta como verdade manifesta que a organização jurídica é uma condição necessária para a segurança e a paz, e que a paz se funda na justiça e na ordem moral e, portanto, no reconhecimento e na proteção internacionais dos direitos e liberdades da pessoa humana, no bem estar indispensável dos povos e na efetividade da democracia, para a realização internacional da justiça e da segurança.”

nacionalização das empresas. Cuba estabeleceu um acordo com a URSS tornando-se uma base de disseminação na América Latina dos ideais socialistas, principalmente demonstrando concretamente a possibilidade de adotar um outro regime no continente americano.^{70, 71}

O temor da possibilidade da ocorrência de um movimento que pudesse desencadear um processo de revolução socialista em toda região ameaçando a segurança e a hegemonia regional, fez com que os norte-americanos passassem, através da “Junta Interamericana” a realizar tratados e a financiar o aparelhamento militar dos Estados latino-americanos com a finalidade de frear e barrar a investida comunista sobre a região.⁷²

Nos Estados latino-americanos cujas democracias eram frágeis e o poder militar sempre foi bastante influente e esteve arraigado à cultura dos povos,⁷³ a

⁷⁰ Pablo González Casanova lembra que após a Segunda Grande Guerra desenvolveu-se uma forma mais completa de super-Estado pan-americano, baseado em instituições militares, econômicas, educativas, jornalísticas, assentadas sobre a OEA, com a aplicação do poder dos Estados Unidos sobre os países da América Latina e que a revolução cubana teria desencadeado um processo de fascismo de dependência em razão dessa relação: “Depois da revolução cubana, e para enfrentar as correntes revolucionárias que se proliferaram nos anos 60, surgiu um novo Estado militante conhecido como fascismo da dependência, o militarismo do Pentágono e a ‘burocracia autoritária militar’. Correspondeu a uma nova estruturação do capital monopólico transnacional e transindustrial. No final dos anos 70 e início dos 80, resultou em novas formas de articulação dos mercados de bens, serviços e dinheiro, apropriação e roubo de recursos naturais, privatização e desnacionalização de empresas públicas, refuncionalização de taxas diferenciais de mais-valia, de força de trabalho cativa e de migração interna e internacional de trabalhadores manuais ou intelectuais.” (CASANOVA, Pablo Gonzalez. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Tradução de Ana Carla Lacerda. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.175-176).

⁷¹ SADER, Emir. *A revolução cubana*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

⁷² Conforme observa Moniz Bandeira: “Sem dúvida alguma, a Junta Interamericana de Defesa, a verdadeira Internacional Militar, tratava de implementar, a qualquer custo, a estratégia de contra insurreição, dentro da nova dimensão militar da política de segurança continental, e que tornava necessária a remoção de todos os obstáculos à eliminação do regime revolucionário de Cuba, considerado como “base para comunizar a América Latina”. (BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1995. p. 152).

⁷³ As raízes do militarismo encontram suas razões no processo de independência dos Estados latino-americanos, pois a construção de uma unidade nacional dos novos Estados foi bastante conflituosa, sobretudo pela diversidade de interesses de classes e povos que compunham os grupos revolucionários, daí que se constrói uma grande influência militar para legitimar bem como assegurar a estruturação de uma nova ordem, conforme descreve Tulio Halperin Donghi: “Os Estados recém formados terminam por gastar mais do que arrecadam, mesmo porque só excepcionalmente o exército consome menos da metade do orçamento. É uma situação anormal e todos o percebem; mas é claro que a consideram como um fato inevitável. Começa a difundir-se a

difusão da doutrina alarmista da ameaça subversiva comunista à segurança do mundo livre, reforçada pelo apoio incondicional americano, desenvolveu um ambiente propício para o fortalecimento ainda maior dos poderes militares para a instauração de golpes e “revoluções” por todo o continente em um movimento sincrônico e varrido por uma série de levantes militares e estabelecimento de governos ditatoriais.^{74, 75}

Com isso, os governos latino-americanos, e suas respectivas Forças Armadas, foram transformados em polícias estatais a serviço do governo norte-americano na sua cruzada para defender o mundo livre contra os agentes subversivos e a ameaça da expansão comunista, conforme sintetiza Alain Rouquié:

Se a ideologia hemisférica da guerra contra-revolucionária e a quase dissolução do conceito de nação, em proveito da defesa do Ocidente, freqüentemente enfraqueceram os reflexos nacionalistas das Forças Armadas do continente, o crescimento da americanização dos exércitos teve em alguns países “efeitos perversos” mais variados e vastos do que seria possível acreditar. Os programas de ajuda militar contribuíram para reforçar a confiança institucional dos oficiais e também para aumentar a consciência de suas capacidades técnicas e organizacionais consideradas superiores às dos civis. Neste plano, os estágios estritamente profissionais ou tecnológicos convergiram para o aprendizado ideológico contra-revolucionário. A ajuda e os empréstimos, assim como o “efeito de demonstração” de uma estrutura defensiva que se beneficia de uma produção industrial cientificamente avançada de meios de ajustamento ou destruição, tiveram, como conseqüências freqüentes, exigências sempre acrescidas em matéria de compra de armamentos.⁷⁶

imagem de uma América espanhola prisioneira dos guardiães da ordem (e continuamente fontes de desordem); uma imagem bastante exata, mas que era preciso compreender. A hegemonia militar só parcialmente pode ser explicada como um processo que se auto-alimenta; nem a causa de sua permanência é resultado da impossibilidade, por parte dos desarmados, de desarmar os que têm armas. O peso das forças armadas — e que se faz sentir no exato momento em que tem início uma democratização, ainda que limitada, mas real, da vida política e social da América espanhola — é inicialmente um aspecto do processo de democratização; mas, bem cedo, transforma-se numa garantia contra uma extensão excessiva desse processo. Por isso (e não só porque pareça inevitável) é que mesmo os que deploram algumas de suas manifestações fazem bem pouco para acabar com elas (DONGHI, Túlio Halperin. Op. cit., 1975, p. 83).

⁷⁴ Os movimentos de militarização dos governos latino-americanos ocorreram no mesmo período, valendo lembrar: julho de 1962, Peru; março de 1963, Guatemala; julho de 1963, Equador; setembro de 1963, República Dominicana; outubro de 1963, Honduras; abril de 1964, Brasil; novembro de 1964, Bolívia; junho de 1966, Argentina; setembro de 1973, Chile.

⁷⁵ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

⁷⁶ ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa Omega, 1984. p. 175.

Os governos militares são mantidos com o apoio americano e identificam um inimigo comum a ser combatido — o comunismo subversivo e seus simpatizantes. Tem início um período sombrio em toda a região, desencadeado por uma política de repressão inquisitória, sincronizada e coordenada, por meio do estabelecimento de operações militares estatais conjuntas para dizimar os movimentos guerrilheiros ou qualquer suspeito de simpatizar com aquelas idéias subversivas.^{77, 78}

Os governos que ascendem ao poder, além do alinhamento à política internacional norte-americana de combate ao comunismo e da adoção dos ideais liberais, são marcadamente nacionalistas, xenófobos e conservadores, e orientam suas ações para o desenvolvimento de uma integridade nacional e o fortalecimento da segurança interna.

Para garantir a manutenção dos governos, os Estados Unidos lançam um conjunto de medidas, estabelecendo diálogos e debates com ações afirmativas no intuito de fortalecer economicamente a América Latina e fortalecer a doutrina da liberdade de mercado, propalada pelo liberalismo econômico, corolário do pensamento norte-americano.

Nesse sentido, foram realizadas diversas tentativas de incursão no continente com o objetivo de desenvolver economicamente a América Latina e, de forma clara, solidificar a ideologia da liberdade de mercado. Nesse ambiente é que são criados: a) em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tinha a finalida-

⁷⁷ Nesse período deve ser lembrado com tristeza o controvertido “Plano Condor”, que foi uma série de ações integradas dos governos militares instalados no poder na América Latina com a finalidade de extinguir grupos de oposição de esquerda e que envolveu os governos de Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, e Chile como mentor do plano, que teve apoio da CIA e do governo dos Estados Unidos e que deixou um saldo de mais de 50 mil pessoas mortas ou desaparecidas. Fato lamentável é que a transição política da ditadura para a democracia fez com que, de forma negociada, se paralisassem, na maioria dos países, as investigações sobre a responsabilidade pelos crimes cometidos.

⁷⁸ ROSSI, Clovis. *Militarismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

de de promover o desenvolvimento econômico e social da América Latina pelo financiamento de projetos ou programas de desenvolvimento; b) em 1960, os Estados latino-americanos criam a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), bloco econômico que pretendia estabelecer uma zona de livre comércio na região e tinha sua sede em Montevideu; c) em 1961, foi proposta pelo presidente Kennedy a “Aliança para o Progresso”, programa de desenvolvimento e cooperação econômica patrocinado pelos Estados Unidos, cujo objetivo era promover uma “revolução pacífica” na América Latina por meio da ajuda financeira direta daquele país a projetos nacionais de desenvolvimento.⁷⁹

Nesse período, que mostra a falácia do discurso e a ineficácia do projeto de cooperação econômica, paradoxalmente a América Latina enfrenta um processo de estagnação econômica e de substituição de importações, com o aumento da presença de grupos transnacionais de capital internacional nos mais variados mercados, e em razão disso internacionaliza seu setor produtivo.⁸⁰

⁷⁹ Para Octavio Ianni essas medidas teriam sido apenas uma formulação hábil adequada à época de grande efervescência social e política na região: “A Carta (de Punta del Este) e a Aliança (aliança para o Progresso) foram mais dois atos importantes, na sucessão de acontecimentos que assinalam o desenrolar da guerra fria na América Latina. Elas tiveram sucesso, enquanto elementos de uma operação de cunho contra-revolucionário e contra qualquer reforma social, política ou econômica que pusesse em causa as estruturas de poder vigentes. Destinavam-se a incentivar o aperfeiçoamento do *status quo*, em face das forças que preconizavam reformas e revoluções. Como tais, permitiram que muitos governantes ampliassem o âmbito de ação do Estado e aperfeiçoassem os aparelhos repressivos.” (IANNI, Octávio. *Imperialismo na América latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 36).

⁸⁰ Celso Furtado descreve a estagnação da economia Latino-americana e fundamenta: “No quadro da economia mundial, altamente dinâmico, dos últimos dois decênios, a América Latina surge como um caso especial de relativa estagnação. Excetuados casos especiais, as economias da região foram seriamente afetadas, ainda que em graus diversos, pelo declínio relativo do comércio internacional de produtos primários. Em razão da insuficiência estrutural de capacidade importadora criada por essa tendência básica, tais economias procuraram diversificar suas estruturas produtivas instalando indústrias “substituidoras de importações”. Assim, a fase de expansão externa das grandes empresas norte-americanas coincide, na América Latina, com a criação de amplas facilidades visando à interiorização de atividades produtivas, particularmente no campo manufatureiro. A industrialização latino-americana tendeu a assumir, por conseguinte, a forma de internacionalização das atividades produtivas ligadas ao mercado interno, o que viria a marcar o desenvolvimento da região em sua fase atual. Essa internacionalização teria conseqüências em várias direções: a) debilitaria o processo formativo dos centros nacionais de decisões, criando uma nova forma de desarticulação das decisões econômicas; b) criaria uma pressão crescente sobre a balança de pagamentos decorrentes de transferências financeiras; e c)

Por outro lado, o governo cubano em 1960 cria a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), com o objetivo de disseminar a proposta da revolução socialista em toda a América Latina. Tal processo foi dissuadido pelos Estados Unidos mediante a imposição de várias medidas contra Cuba, como o boicote comercial, o rompimento de relações diplomáticas e a pressão sobre os demais países da América Latina para que participassem do embargo.⁸¹

Fato marcante para o Direito Internacional e para as relações internacionais, que suscita diversas críticas de internacionalistas, foi a decisão da OEA, em 14 de fevereiro 1962, de expulsar de seus quadros o governo de Cuba por ser “incompatível com o sistema interamericano”. Por mais que se tenha argumentado que havia ocorrido a exclusão do governo cubano e não do Estado dos quadros da OEA, tal acontecimento, nefasto sem dúvida, alimentou especulações sobre o comprometimento da organização com os interesses da política norte-americana.

Marco positivo em meio a todas essas experiências e institucionalização das relações internacionais na região foi a criação da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), braço institucional da Organização das Nações Unidas (ONU), que conjuga, desde a sua criação, os esforços de vários pensadores e pesquisadores latino-americanos no estudo da realidade econômica dos países da América Latina e a proposição de medidas de promoção do crescimento.⁸²

poria em marcha um processo de integração multinacional essencialmente baseado na articulação de decisões ao nível das grandes empresas estrangeiras que se instalaram na região.” (FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 79).

⁸¹ A investida cubana teve na figura carismática do guerrilheiro Che Guevara um símbolo do movimento de organização de guerrilhas para a promoção da revolução socialista na América Latina. Da mesma forma, o seu assassinato na Bolívia, em 1967, representou e retratou um desfecho trágico para as guerrilhas em todo o continente pela repressão empregada pelos governos militares que desenvolveram várias operações violentas com essa finalidade.

⁸² BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Um importante contributo para a interpretação das relações internacionais na América Latina foi a construção, a partir dos debates da CEPAL, da teoria da dependência, pela qual se procurou analisar as relações internacionais da América Latina com os países centrais, sob o prisma econômico, o que revelou, após uma análise estrutural e social, uma relação de dependência por parte dos países da América Latina dos países economicamente desenvolvidos, principalmente em função de debilidades inerentes ao baixo continente, no seu setor produtivo, tecnológico e estrutural-financeiro.^{83, 84}

O perfil regional de ditaduras militares à frente dos governos latino-americanos começou a se modificar por conta da falta de sustentação do governo dos Estados Unidos, por meio da política de proteção dos direitos humanos do presidente Jimmy Carter (1977-1981), que deixou de apoiar governos e ditaduras que violassem os direitos do homem, principalmente de presos políticos.⁸⁵ Some-se

⁸³ Sobre essa debilidade Raul Prebisch um dos formuladores econômicos mais influentes na CEPAL apontava: “A produtividade nos países da América Latina é muito baixa, porque falta capital; e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, em virtude dessa baixa produtividade. Para romper esse círculo vicioso, sem deprimir exageradamente o atual consumo das massas, em geral muito baixo, é necessária a ajuda transitória do capital estrangeiro. Se sua aplicação for eficaz, o aumento da produtividade, ao longo do tempo, permitirá desenvolver a própria poupança e com ela substituir o capital estrangeiro, nas novas inversões exigidas pelas inovações técnicas e pelo crescimento da população.” (PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 108-109).

⁸⁴ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

⁸⁵ Osvaldo Coggiola contemporiza os resultados dessa nova linha política americana para a região, chamando atenção para a recomposição de forças das massas e da falência do discurso americano de alinhamento com os países da América Latina: “O imperialismo dos Estados Unidos era o primeiro a ser consciente da fragilidade das vitórias contra-revolucionárias. Toda a burguesia ianque encampou a política de ‘direitos humanos’ do governo Jimmy Carter (eleito em 1976), que pressionava em favor de uma institucionalização dos regimes de reação política latino-americanos. Nos finais da década de 1970, a recomposição do movimento das massas não fez mais do que confirmar esses temores. A crise econômica mundial e a resistência das massas levaram à crise não só dos regimes reacionários, mas de todo o sistema de dominação imperialista. A Guerra das Malvinas foi a expressão mais espetacular da podridão do aparelho político-militar dos Estados Unidos na América Latina, e abalou, em poucas semanas, as bases de um sistema montado ao longo de mais de três décadas (Tratado do Rio de Janeiro, OEA, TIAR, Força Interamericana de Intervenção etc.). A ditadura mais pró-imperialista do Cone Sul (a do ditador argentino Leopoldo Galtieri), os treinadores da “contra” nicaragüense, dos “esquadrões” salvadorenhos e dos narcoterroristas bolivianos, foram paradoxalmente a ponta de lança da desmontagem de um sistema que ruíu na sua própria entranha. A ocupação das Ilhas Malvinas pela ditadura argentina,

a isso o nítido enfraquecimento da política expansionista soviética até a sua derrocada definitiva em 1989, simbolizada pela queda do muro de Berlim.

1.3.6 Processo de Democratização da América Latina nos Anos 80

A partir da década de 80 novos acontecimentos desencadeariam um processo sincrônico na América Latina, que reorientariam novamente a condução política dos Estados e das relações internacionais. O visível enfraquecimento da URSS e o recolhimento de sua política expansionista, a retirada de apoio incondicional dos Estados Unidos aos governos militares na região e o processo do necessário reordenamento das políticas econômicas, defasadas com a crescente dívida externa, traziam a perspectiva de um mundo diferente, que exigia o desafio panorâmico de novos temas.

Inicia-se um processo sincrônico de (re)democratização dos governos por iniciativa e pressão popular que varreu toda a América Latina.⁸⁶ Os governos, na sua grande maioria, foram tomados por um discurso de modernidade econômica mediante a concepção do fim do modelo socialista (ou fim da história⁸⁷) e da vitória do modelo liberal. A América Latina, imersa em problemas econômicos crônicos, via no discurso do neoliberalismo a saída para os seus males. Um governo para ser moderno e de vanguarda, ou representar os novos tempos, deveria corroborar com o

para desviar a atenção de sua crise interna, que atingira seu pico em 30 de março de 1982, dois dias antes da invasão, colocou todas as nações latino-americanas em rota de colisão objetiva com a OTAN, traduzindo a inadequação de todo o sistema político imperialista diante das novas relações políticas entre as classes (GOGGIOLA, Osvaldo. América Latina: o presente em perspectiva histórica. In: GOGGIOLA, Osvaldo (Org.). *América Latina: encruzilhada da história contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2003. p. 319).

⁸⁶ Peru em 1980; Honduras em 1981; Argentina e Bolívia em 1983; El Salvador e Uruguai em 1984; Brasil em 1985; Guatemala em 1986; El Salvador e Chile em 1988; Paraguai em 1989; Nicarágua em 1990.

⁸⁷ FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

discurso neoliberal na adoção de medidas liberalizantes, acabar com as barreiras tarifárias, cumprir as metas dos organismos econômicos internacionais, integrar-se a esquemas regionais de integração econômica, pagar suas dívidas para manter a credibilidade internacional. Os traços que delineiam a nova realidade econômica eram, nesse tempo: a) a tendência a fundar a competitividade internacional baseada em novas técnicas e inovação de tecnologia; b) maior peso ao fator político na formação dos preços em função do uso dos recursos não-renováveis, cabendo assim ao governo, ao Estado, uma função reguladora.⁸⁸

Dando sinais de uma mudança na perspectiva de atuação nas relações econômicas internacionais, alguns países da América Latina decidem organizar uma nova tentativa de integração regional. Após a dissolução da ALALC, em 12 de agosto de 1980, com a assinatura do Tratado de Montevidéu, decidem criar a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), composta por 11 países, iniciando assim uma nova fase na busca pelo desenvolvimento econômico conjunto, e do multilateralismo, para fugir do subdesenvolvimento e da perigosa marginalização internacional.

A propósito, Rubens Antonio Barbosa descreveu essa nova fase do regionalismo pragmático da seguinte forma:

Inicia-se, assim, a segunda etapa do processo de integração regional: a fase pragmática. A própria crise, a partir de 1982, ao revelar brutalmente as limitações de vontade política de integração, confrontou os países da região com a inadiável tarefa de adequar seu discurso à realidade e, com isso, forçou-os a elaborar um projeto integracionista mais ajustado às necessidades do momento. As transformações do cenário internacional, por outro lado, com o perigo de uma marginalização ainda maior do continente latino-americano, introduziram novas condicionantes no jogo regional, criando um renovado interesse pela independência ativa entre os países da região, num contexto de crescente abertura internacional e de liberalização econômica interna.⁸⁹

⁸⁸ FURTADO, Celso. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 279.

⁸⁹ BARBOSA, Rubens Antônio. *América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991. p. 66.

Na verdade, com o fim da Guerra Fria, passa-se a acreditar na existência de um cenário de esperança para a região no que respeita ao desenvolvimento das relações internacionais e uma nova oportunidade para a América Latina. Segundo escreveu Heraldo Muñoz, emergiu com o fim da Guerra Fria uma oportunidade mais ampla para a América Latina no processo de redefinição do cenário mundial do que após a Segunda Guerra Mundial, lembrando que os países da região possuíam melhores condições políticas e econômicas, pois havia um conjunto maior de atores internacionais, ao mesmo tempo em que os países da região estavam procurando resolver seus problemas internos e promover a redefinição num quadro mais democrático.⁹⁰

Com o processo de redemocratização e adoção por parte da maioria dos “novos” governos da tônica do discurso liberalizante, adicionado ao fato da expansão e dinamização das relações internacionais, as organizações econômicas internacionais (FMI, Banco Mundial e GATT, G7) ligadas, sobretudo, aos países avançados industrialmente, passam a exercer uma função mais dinâmica no cenário internacional e a desempenhar um papel de foros de recomendações.⁹¹ Os países até então denominados “de terceiro mundo” recebem uma nova roupagem e passam a ser chamados “em desenvolvimento”. A idéia agregada a essa denominação é que para que eles alcançassem o desenvolvimento deveriam se inserir no sistema econômico internacional, cumprindo rigorosamente seus preceitos.

⁹⁰ MUÑOZ, Heraldo. *A nova política internacional*. São Paulo: Alfa Omega, 1996. p. 37-38.

⁹¹ É de se destacar que neste contexto podem ser identificados alguns elementos que levam ao fortalecimento dos organismos internacionais. O primeiro deles diz respeito ao discurso da falência do Estado monopolista, com justificativa no modelo soviético falido e no Estado totalitário que comandou a América Latina por anos e que naquele momento representava o atraso. Por outro lado os organismos internacionais eram vistos como agentes supranacionais imparciais e dispostos a ajudar a todos os países quando necessário, principalmente com o acesso a crédito.

Um documento representa bem esta reorientação na condução dos governos, o chamado “Consenso de Washington”, extraído de uma reunião na capital americana em novembro de 1989, convocada e coordenada por funcionários ligados a instituições internacionais financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). Esse documento orientava a nova fase de organização das reformas econômicas a serem adotadas pelos países latino-americanos, dando lastro para a organização da economia com fundamento no modelo norte-americano com base no grau de efetivação das medidas já anteriormente recomendadas. Novamente, contudo, a América Latina era tentada a ser intelectualmente cooptada a comprar modelos prontos *a la carte*, como se não tivesse condições de pensar sua própria realidade.

Nesse sentido, o diplomata Paulo Nogueira Batista, em lúcido artigo, descreveu o processo de proposição do “Consenso de Washington” e advertiu para as incongruências contidas nele (que ficariam comprovadas mais tarde), traçando um paralelo entre a teoria e a prática, entre o que pregavam os países centrais para a América Latina, com o referido documento, e o que efetivamente praticavam na administração de suas economias, ou seja, o “consenso” visava na verdade a desregulamentar as economias latino-americanas para servir ao fluxo livre do capital dos países centrais, e não retratava tecnicamente a realidade das economias dos países da região, no objetivo de resguardar interesses das economias centrais.

O Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas, mediante processo em que acabou se usando muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta, embora esta constituísse todo o tempo o pano de fundo do competentíssimo trabalho de convencimento. Certamente, uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de *open-door* nas quais se apelava sem maiores constrangimentos, à força das canhoneiras para “abrir os portos de países amigos”. Por serem menos ostensivas, as pressões atuais são mais difíceis de combater.

O Consenso de Washington, além de contraditório com as práticas dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos em geral, contém, como

podemos apreciar, várias incoerências nos seus próprios termos. Revela-se especialmente inadequado quando se tem em conta que sua avaliação e prescrições se aplicam de maneira uniforme a todos os países da região, independentemente das diferenças de tamanho, de estágio de desenvolvimento ou dos problemas que estejam concretamente enfrentando. O diagnóstico e a terapêutica são virtualmente idênticos tanto para um imenso Brasil já substancialmente industrializado quanto para um pequeno Uruguai e Bolívia ainda na fase pré-industrial. Não diferem muito, por incrível que pareça, do que o FMI e o Banco Mundial estão recomendando à Europa oriental na transição para as economias de mercado.⁹²

Os países da América Latina, emergindo de crise econômica e atrelados a uma dívida externa sufocante,⁹³ através de seus governos, aceitam se submeter à grande parte das obrigações por meio de compromissos formais assinados no plano internacional. Os tratados se transformam, mais uma vez, em um instrumento de legalização de regras a serem seguidas pelos países da América Latina.

No novo cenário se dinamizam as relações de caráter econômico, seja em um ambiente mais amplo, na relação dos países da região com aqueles países centrais ou organismos internacionais, ou mesmo nos necessários e importantes esquemas regionais de integração, seja no âmbito da ALADI ou mediante microacordos regionais permitidos por aquele bloco e amplamente exercitados pelos países-membros.

As transformações decorrentes da adequação dos países a um cenário econômico internacional mais dinâmico contribuíram de alguma forma para amenizar alguns problemas crônicos que a América Latina sofria quando do início do processo de democratização, como a ausência de democracia nos governos e a dívida externa. Não resolveu totalmente, porém essas questões centrais que, aliadas a outros fatores como a desigualdade social, a desestruturação do Estado e a

⁹² BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Caderno Dívida Externa*. 2. ed. São Paulo: PEDEX, n. 6, 1994. p. 40.

⁹³ Esse endividamento foi decorrente do fato de terem sido contraídas dívidas em taxas flutuantes de juros pelos países da América Latina, mas que com a decisão dos Estados Unidos de romper com o “padrão-ouro”, pactuado após a Segunda Grande Guerra, de desvincular o dólar do ouro e deixar flutuar sua moeda, acabou tendo efeito perverso sobre as taxas internacionais de juros, elevando estratosféricamente a dívida dos países latino-americanos, comprometendo, sobretudo, suas receitas (BATISTA, Paulo Nogueira. Op. cit., 1994, p. 17-18).

distribuição de renda, põem os países da região a “caminhar sobre esteiras”. É o que vislumbra também Paulo Roberto de Almeida:

Dominada pela crise da estagnação durante a maior parte dos anos 80, a América Latina começou lentamente a recuperar-se de seus principais problemas econômicos (dívida e inflação) na transição democrática de meados da década. Mas, ainda no final do século, a região não conseguiu se desfazer de suas mais perversas mazelas sociais, consubstanciadas, em grande número de países, nas altas taxas de desigualdade na distribuição da renda, nos baixos níveis de educação formal e na carência generalizada dos valores da cidadania. Esses fatores econômicos e sociais, como sua própria excentricidade em relação aos principais cenários de disputa estratégica, explicam a perda de importância internacional da América Latina. Em compensação, em princípios dos anos 90, a América Central estava pacificada, a exceção de Fidel Castro, quase todos os líderes políticos do continente tinham sido democraticamente escolhidos em eleições livremente disputadas.⁹⁴

É de se acrescentar ainda que em meados dos anos 90 surge um novo fenômeno no cenário internacional, decorrente da economia internacional transnacionalizada e do modelo econômico adotado pelos países em desenvolvimento, e que teve forte repercussão nos países do mundo todo, mas desembocaram principalmente nos países da América Latina:⁹⁵ as crises econômicas de “efeito dominó” arrebataram e quebraram países em série, em razão principalmente da relação estabelecida entre eles e o capital especulativo internacional, e cujas economias ficaram à mercê dos fluxos do capital financeiro internacional e perderam com isso o controle sobre os tipos de investimento aplicados em sua economia.⁹⁶

Os governos que se seguiram a essas crises, procuraram se resguardar contra os ataques do capital especulativo e organizaram seu sistema financeiro. De qualquer forma não se pode afirmar com segurança que os Estados da América Latina estão livres desse fenômeno especulativo, pois regras internacionais ainda não foram criadas para disciplinar tal fato e coibir a atuação dos especuladores.

⁹⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto. *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 97.

⁹⁵ Efeito Tequila no México, Tango na Argentina e Samba no Brasil.

⁹⁶ PAZOS, Luiz. *La globalización*. México: Diana, 1999. p. 167-168.

Todos os acontecimentos que ocorreram nas décadas de 80 e 90, na América Latina, levam a uma só leitura para os discursos dos governos democratizados da região central, no âmbito de um mundo de pós-“Guerra Fria” e da crença do triunfo do capital como mecanismo para promover a organização da economia e do pagamento da dívida externa, com base no receituário neoliberal, principalmente pela atuação das instituições internacionais. Por outro lado, essas transformações foram potencializadas por novos fatores de integração não só da América Latina, mas entre ela e o mundo. Isso revela que a América Latina acompanha tendências desenhadas por um quadro internacional mais amplo. Em contrapartida, acaba por criar um quadro regional bastante peculiar no sentido de sua locomoção e atuação neste ambiente.⁹⁷

1.3.7 Globalização e América Latina no Contexto da Sociedade Internacional: o desenho de um novo paradigma?

Com o fim da Guerra Fria, a partir de 1989, o mundo experimenta uma profunda transformação na estrutura das relações internacionais. A sociedade como um todo que havia sido desenhada a partir de transformações estruturais por que

⁹⁷ Segundo Joseph S. Tulchin: “O fim da Guerra Fria ocasionou um notável ressurgimento nos Estados Unidos de algumas abordagens muito tradicionais no tratamento com a América Latina, abordagens essas que pareceram arrancadas de um passado distante e apoiadas em pressupostos profundamente arraigados e amplamente aceitos a respeito das realções dos Estados Unidos com o restante do hemisfério. Em resumo, entre essas atitudes – não se pode dizer que sejam uma política coerente ou consciente tanto quanto um conjunto de atitudes convergentes – estão uma aversão à interferência de estranhos, uma compulsão a evitar a instabilidade caso ela ameace os Estados Unidos e um desejo de preservar a autonomia de ação de modo que os interesses globais do país não sejam comprometidos. No conjunto, essas atitudes, se deliberadamente formuladas como política, seriam sinal de uma hegemonia hemisférica cujas maiores preocupações encontrar-se-iam em outra parte, uma hegemonia que preferiria não se envolver o quanto possível e que gostaria de manter a região como uma espécie de reserva, uma área de segurança que pudesse ser redefinida como um bloco econômico quando necessário.” (TULCHIN, Joseph S. Os Estados Unidos e a América Latina no mundo. *Revista Política Externa*, v. 2, n. 1, jun./1993. p. 124).

passou o mundo após a Segunda Guerra Mundial,⁹⁸ mas limitada pela disputa bipolar entre o mundo capitalista e o mundo socialista durante os 50 anos subseqüentes, passa a constituir um ambiente propício para as trocas culturais, normativas, econômicas e ideológicas entre o plano global e o local, em razão de um conjunto de acontecimentos coincidentes de caráter geopolítico, tecnológico, científico, cultural, econômico etc. Há um processo de abertura dos canais de comunicação entre o global e o local que permite o desenvolvimento de uma realidade em que eventos locais guardam relação com acontecimentos globais e assim reciprocamente, despertando na sociedade, e subseqüentemente no cidadão comum, um sentimento de se viver em uma aldeia global.

A esse processo, que se materializa em uma série de acontecimentos na sociedade internacional, dá-se o nome de globalização ou mundialização. E seus efeitos sobre a sociedade mundial podem ser percebidos nos mais diversos setores da vida social, como a ciência, a religião, as relações internacionais e o Direito.

A globalização se traduz no conjunto de acontecimentos coincidentes que se configuram por meio da intensificação das interações transnacionais, entre o local e o global, dinamizando as relações sociais mundiais, seja na forma de localismos globalizados ou globalismos localizados.^{99, 100} A realidade de um fenômeno meramente localizado mostra-se cada vez mais inadequada neste cenário.

⁹⁸ A construção de um novo cenário internacional a partir do final da Segunda Grande Guerra pode ser creditada a três fatores que foram sistematizados pelos países aliados: a) A criação da Organização das Nações Unidas e a gravitação em torno dela de vários organismos internacionais; b) a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos como corolário ideológico da comunidade internacional; e c) a internacionalização da ordem econômica. Cada um desses elementos, a seu modo e segundo suas características, produziu repercussões no campo do direito e são pilares do conjunto de relações jurídicas que se desenvolveram desde então (MENEZES, Wagner. *Ordem global e transnormatividade*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005).

⁹⁹ GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 23ss.

¹⁰⁰ FINKELSTEIN, Cláudio. *O processo de formação de mercados de blocos*. São Paulo: IOB-Thomson, 2003. p. 65.

Fatos, acontecimentos, idéias, invenções, teorias, disseminam-se com uma velocidade nunca vista antes, e podem influenciar o plano internacional que, por sua vez, pela abertura de canais de comunicação não só tecnológicos, mas também políticos (atores transnacionais como organismos financeiros, políticos), acabam por reproduzir aquele modelo para o plano local, apropriando-se, assim, daquele padrão, agregando-o a sua cultura local.

A propósito do movimento global de trocas culturais entre os diferentes povos, tanto o localismo globalizado como o globalismo localizado devem ser entendidos como dois modos de produção de globalização que operam em conjunto. Devem, no entanto ser tratados separadamente, por causa dos desdobramentos de cada tipo de fenômeno da globalização. Segundo Santos, é cada vez mais determinante que os países centrais especializem-se em localismos globalizados, exportando para outros povos seus padrões culturais, normativos, que são vendidos como modelos, restando aos países periféricos, como é o caso daqueles situados na América Latina, o exercício do globalismo localizado, importando paradigmas globais e aplicando seus pressupostos sobre a cultura local de seu povo, gerando assim uma desestruturação e desintegração dessa cultura para absorver imperativos transnacionais.¹⁰¹

É fácil constatar que a sociedade no seu conjunto amadureceu mediante trocas culturais ao longo da História. Isso pode ser percebido na música, na culinária, na ciência, e nas mais variadas manifestações dos povos. A inteligência da civilização mundial avança à medida que ocorrem essas trocas de conhecimento, de tecnologias, de invenções, costumes e práticas, propulsoras de outras que serão decorrentes das primeiras. Existe, assim, o desencadeamento de um processo de

¹⁰¹ SANTOS, Boaventura de Souza. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 65-66.

amadurecimento do conhecimento, em razão das trocas e de aperfeiçoamentos feitos por um povo ou por outro, e a isso aqui não se opõe. Os globalismos são perigosos à proporção que eles desestruturam o pensar, impõem padrões comportamentais diversos daqueles de uma dada sociedade e utilizam poderes transestatais para submeter povos a interesses econômicos, políticos e comerciais, e ferir o princípio da autodeterminação e a própria consciência de habitar em um mesmo plano e de se ter a mesma condição de ser humano.¹⁰²

Neste aspecto, diante do movimento de trocas transnacionais, é possível ser construída uma nova realidade que estabelece uma relação de dependência renovada, que agora é sutilmente imposta pela operação de atores transnacionais que atuam no contexto da sociedade globalizada, apoiados pelos instrumentos disponíveis através das fronteiras dos Estados: os Estados centrais política ou economicamente fortes, por meio de seus agentes multinacionais, atuam para submeter determinados povos aos seus interesses.^{103, 104}

¹⁰² STIGLITZ, Joseph. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002. p. 263.

¹⁰³ Em relação à atuação de agências internacionais neste novo contexto, Samuel Pinheiro Guimarães adverte: “No seio de tais organizações se desenvolve, sob a liderança dos países que integram aquelas estruturas hegemônicas, um esforço de elaboração de normas, com suas respectivas sanções, de comportamento internacional (e, hoje, crescentemente nacional) que seria ‘permitido’, ou seja, ‘legal’. A participação da maioria dos países da periferia nesse processo não só é considerada essencial, como chega a ser ‘exigida’: não para que tomem parte efetivamente da elaboração ou ‘aperfeiçoamento’ daquelas normas, mas, sim, para dar legitimidade e validade universal a tais normas e à eventual aplicação de sanções ‘internacionais’ contra os infratores. De um lado, essas normas de conduta refletem a força relativa dos diversos integrantes daquelas estruturas hegemônicas e regulam suas relações dentro das estruturas. De outro lado, tais normas enquadram os Estados de periferia, buscando sempre o objetivo maior de preservação das estruturas, de seu poder e dos benefícios delas decorrentes para as sociedades dos Estados centrais que as integram.” (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/Contraponto, 2002. p. 32-33).

¹⁰⁴ James Petras tem uma opinião bastante crítica em relação à globalização. Para o autor, ela na verdade é resultado do imperialismo dos Estados Unidos que promove uma expansão política, econômica e militar, e a força impulsionadora é o poder militar e a atuação das suas corporações multinacionais (PETRAS, James. *Império e políticas revolucionárias na América Latina*. Tradução de Carmem Cristina Cacciaccaro. São Paulo: Xamã, 2002. p. 101-102).

Particularmente ao longo da história da América Latina pode-se notar que ela foi bastante suscetível à ingerência externa, à sugestão de padrões e modelos econômicos que levaram a uma situação real de dependência cultural, tecnológica e econômica,¹⁰⁵ e agora, com o processo de abertura de canais de comunicação por meio da globalização, a fragmentação das barreiras dos Estados e de fissuras abertas na soberania. Esse processo pode acabar gerando uma dependência sistêmica e atingir o cerne da estrutura da formação cultural de certos Estados da região, que se “clientelizarão” e terão a sua vontade submetida aos interesses espúrios de outros Estados.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Gilberto Dupas sintetiza a situação da América Latina no cenário pós Guerra-Fria, alertando para uma nova forma de dependentismo: “O discurso hegemônico neoliberal do pós-Guerra Fria gerou a aplicação de um receituário de políticas públicas e econômicas cujos resultados na América Latina – para além da ajuda no controle das situações hiperinflacionárias no Brasil, na Argentina e no Peru – foram decepcionantes. A consequência dessas políticas foi um aumento significativo da exclusão social, em meio a uma sucessão de crises que afetou boa parte dos grandes países da periferia. Enquanto isso, a marcha acelerada da globalização constrangia progressivamente o poder dos Estados nacionais, subordinando-os a metas monetárias rígidas que os impediram de praticar os princípios Keynesianos que vigoraram na maior parte da segunda metade do século que findou.” (DUPAS, Gilberto. A lógica global e os impasses da América Latina. *Revista Política Externa*, v. 13, n. 3, dez./jan./fev. 2004-2005. p. 21).

¹⁰⁶ Conforme analisam Celso Lafer e Felix Pena, nos últimos anos as relações entre os Estados latino-americanos foram dominados por três temas: a) a “heterogeneidade ideológica”, b) o processo de integração econômica; e c) a dependência externa, neste sentido: “a dependência externa é o terceiro tema central da última década. No plano econômico, os países latino-americanos entendem que esta dependência tem-se agudizado e mudado de forma, como consequência da ação, na região, das filiais das empresas internacionais. Teme-se que estas, através de emprego de técnicas de penetração mais sofisticadas e, em especial, através do controle tecnológico, ‘desnacionalizassem’ as indústrias da região e ‘deslatinoamericanizem’ o processo de integração econômica. Um indicador nesse sentido é o elevado grau de participação das filiais de empresas multinacionais no comércio intra-regional que, de fato, tendem a convertê-lo em comércio interno dessas corporações. Os países latinoamericanos começam a visualizar uma nova divisão internacional do trabalho, na qual suas economias se industrializarão num sistema econômico internacional, dominado por grandes corporações localizadas nos países mais industrializados, porém desempenhando funções subalternas e utilizando tecnologia de ‘segunda mão’. Quer dizer, antecipam um mundo futuro, no qual haverão de desempenhar uma função que alguém chamou de ‘países sucursais’, ficando marginalizados no processo de inovação científica e tecnológica, com o que consolidar-se-ia sua dependência. Evidentemente, existem reações e oposições a essa perspectiva. Se é acertada ou não essa forma de imaginar o mundo num futuro próximo, o fato é que começa a existir consenso na região de que é necessário unir forças para aumentar o poder da negociação dos países latinoamericanos, frente as grandes empresas multinacionais.” (LAFER, Celso; PENA, Felix. *Argentina e o Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo: Duas Cidades, 1973. p. 76-77).

Nessa realidade que se desenha, o papel da América Latina em um mundo globalizado deve ser visto como uma oportunidade a ser aproveitada para se opor ao colonialismo transnacional e marcar sua atuação no plano internacional pelo paradigma da afirmação cultural, econômica, política, histórica, e, em um processo muito mais amplo, de inserção como protagonista no cenário internacional para se fazer ouvir, para falar.¹⁰⁷ Os países da América Latina devem atuar no âmbito das organizações internacionais, ou mesmo da sociedade internacional, como proponentes de debates de temas que cercam sua realidade e lhes dizem respeito, como o combate à pobreza, a proteção e o desenvolvimento sustentado do meio ambiente, o tráfico de drogas, a distribuição mundial de renda, a quebra de patentes para fins terapêuticos, o respeito à não-ingerência, a autodeterminação dos povos, a eliminação de barreiras tarifárias ou não-tarifárias para produtos agrícolas e dos subsídios etc.¹⁰⁸

Agora a América Latina deve atuar dentro do paradigma da afirmação e impor-se no cenário internacional,¹⁰⁹ mas paradoxalmente deve buscar essa

¹⁰⁷ GIDDENS, Anthony; HUTTON, Will. *No limite da racionalidade*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 8-9.

¹⁰⁸ “Uma vez esvaziado o cenário de bipolaridade, dois fenômenos — em parte confluentes, em parte divergentes e contraditórios — emergiram como rumos possíveis para o rearranjo das relações internacionais. De um lado, a concentração de poder e a tendência à unipolaridade; de outro, a proliferação de atores políticos e a possibilidade de diversificação das instâncias de poder. A nova formatação do poder supranacional, fundado num novo e cambiante equilíbrio de forças, foi um dos temas mais recorrentes nas projeções sobre o cenário mundial que sucede a Guerra Fria. Fundamentalmente, as análises giram em torno de especulações sobre a consolidação da preponderância política norte-americana ou em torno da emergência de focos múltiplos que engendrariam uma complexa conformação de poderes e contrapoderes interagindo no cenário internacional. Nesta conjuntura, o aprofundamento da integração regional de países latino-americanos emerge como o contrapeso possível à univocidade de diretrizes, normalmente constatada na política internacional.” (MEDEIROS, Sabrina Evangelista; HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Política externa e América Latina: avaliando a trajetória e a extensão de seu globalismo e regionalização*. In: COSTA, Darc; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Orgs.). *Mundo latino e mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2004. p. 276).

¹⁰⁹ Os paradigmas enfrentados pela América Latina são claros e estão relacionados à sincronização dos movimentos políticos. De qualquer forma, Antonio Negri e Giuseppe Cocco focalizam uma perspectiva do paradigma da desigualdade que se arrasta e atravessa o tempo em todos os ciclos econômicos e políticos, que a leva para a multidão diante de uma ordem global: “nos parecem particularmente emblemáticas da condição latino-americana: de sua generalidade e de suas particularidades. Trata-se de fato, da única região do mundo que, no decorrer de todo o século XX,

imposição pela regionalização e aliança entre os povos que compõem a região, que em conjunto devem atuar nos foros de debate,¹¹⁰ com a consciência de que compõem um amplo espaço geográfico; que formam um grande mercado consumidor; que são ricos em recursos naturais, produtores de minérios e matéria-prima que, mesmo tendo sido dilapidados ao longo da história, sustentam o desenvolvimento mundial; que é um continente formado por um grande número de povos e pessoas, que representam significativa parcela da humanidade e que têm por isso, em um mundo globalizado, o direito de se fazer ouvir, de propor e se fazer respeitar.¹¹¹

1.3.8 Perspectiva sobre as Relações entre os Estados da América Latina

Ao se propor uma análise das relações entre os Estados da América Latina devem ser utilizados como objeto de estudo todos aqueles elementos históricos, culturais, antropológicos, econômicos e políticos que influenciaram na condução dos Estados e que compõem um quadro regional, contribuindo, em conjunto, para a

não conseguiu diminuir a desigualdade e manteve-se sempre como o continente mais desigual do mundo. A generalidade do paradigma latino-americano aparece de imediato na permanência dos níveis de desigualdade iniciais, apesar das altas taxas de crescimento econômico que tiveram como palco Brasil, México e Argentina.” (NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. *Global: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 19).

¹¹⁰ FERRÉ, Methol. *A América Latina no século XXI*. Tradução de Neófita Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 103-114.

¹¹¹ Segundo avaliação de Alain Touraine: “América Latina só é parcialmente moderna; tem uma capacidade insuficiente de ação, técnica, econômica, social e política. Sem um aumento rápido e forte dessa capacidade, sucumbirá em uma competição internacional onde estão ingressando novos países industrializados que possuem uma capacidade de investimento e inovação mais forte, uma aptidão para mobilizar seus recursos sociais mais potentes [...]. Em resumo, o renascimento da América Latina depende, sobretudo, de duas condições. Antes de tudo é preciso que se constituam fortemente os atores de uma sociedade industrial: empresários, sindicatos, administradores públicos, profissionais e intelectuais. E a segunda condição, é a que exige as decisões mais urgentes, é a luta contra a desigualdade com o crescimento do mercado interno.” (TOURAINÉ, Alain. *América Latina, política e sociedade*. Madrid: Espasa-Calpe, 1989. p. 449ss, tradução livre).

perspectiva de um panorama que permita buscar, definir, explicar ou entender o paradigma que marca as relações internacionais na América Latina. Esse tema é aqui entendido como uma construção teórica para análise das relações inter-regionais e dos Estados da região com países de outros continentes, na perspectiva de uma sociedade internacional formada por um conjunto dinâmico de atores e instituições, que, a partir de uma conceitualização estrutural e de sua categorização, possam definir um padrão que marca a ação dos Estados da América Latina no plano internacional.¹¹²

Em um primeiro momento antecipa-se que as raízes históricas de formação dos Estados advindos de um sistema colonial acabaram gerando um quadro endêmico de dependência e subordinação (às vezes, com a incidência de um de forma intensa, às vezes de outro, outras vezes dos dois ao mesmo tempo) estrutural nas relações desenvolvidas no plano internacional. Isso acaba repercutindo política e ideologicamente sobre a América Latina como um todo, mais fortemente do que em outros continentes, estabelecendo-se neste ambiente um modelo de relações internacionais amplamente influenciado pelo contexto da sociedade global. Ao analisar a atuação dos Estados latino-americanos no seu conjunto, no plano internacional, é perceptível que ao longo de sua história sempre houve condicionantes externas nessas relações, formadas por uma atuação no cenário internacional.^{113, 114}

¹¹² BEDIN, Gilmar Antônio et al. *Paradigmas das relações internacionais: idealismo-realismo-dependência-interdependência*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2000.

¹¹³ Carlos Antonio Aguirre Rojas descreve: “Assim a civilização da América Latina nasce como civilização periférica e submetida, que vive em função de Espanha, Portugal, França, Inglaterra, Holanda ou Estados Unidos, e que edifica suas economias e sociedades segundo as exigências dessas potências e metrópoles, porém nunca segundo seu próprio destino, autocentrado ou construído com base na lógica de suas necessidades e demandas internas. De modo que, se mudam os centros hegemônicos externos que decidem e impõem o modo e as formas de construção de nossas economias e de nossas sociedades, o que permanece inalterada é a realidade congênita de nossa subordinação e dependência estrutural.” (ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Op.cit., 2004, p. 29).

A influência dos acontecimentos internacionais, por sua vez, encontra razão também pela forte atuação regional dos Estados Unidos, que, desde a independência e a aceitação das ex-colônias como Estados, exercem forte influência sobre a região, invocando uma condição de protetor das ex-colônias tornadas independentes, contra a agressão de nações de outros continentes e de antigas metrópoles européias. Além disso, o fato de os Estados Unidos desenvolverem suas relações internacionais com vocação hegemônica mundial faz com que as suas políticas no plano internacional sejam de caráter militar ou comercial e tenham desdobramentos sobre a América Latina como ambiente fortemente influenciado pela política americana, o que faz emergir políticas de alinhamento automático.

A propósito, na análise de Samuel Pinheiro Guimarães, essa influência ocorre porque os Estados Unidos consideram naturalmente a América Latina sua zona de influência mais importante. Por isso, desenvolvem e desenvolveram ao longo da História estratégias de controle sobre todo o continente: de caráter político, no sentido de preservar a Doutrina Monroe mediante a legitimação das intervenções militares e do alinhamento político no plano internacional; estratégias de caráter econômico, no sentido de garantir os mercados consumidores da América Latina abertos para “a desova” de sua produção industrial e de seus investimentos, ao mesmo tempo em que com sua política de “parceria” sufoca o projeto de desenvolvimento dos países da região; também põe em prática estratégias de caráter militar, por intermédio de mecanismos que já ficaram explicitados no esboço histórico em linhas anteriores, por conta do programa de formação de oficiais e dos acordos de vendas de armamentos; ainda, mediante o desenvolvimento de uma

¹¹⁴ CARMAGNANI, Marcello. *El outro Occidente*. América Latina desde la invasión europea hasta la globalización. México: El Colegio de México, 2004.

estratégica ideológica como modelo de aspiração para as demais sociedades e do desenvolvimento da simpatia dos grupos, como o instituto de línguas, intercâmbio para estudantes e distribuição de bolsas de Pós-Graduação.¹¹⁵

Além do processo de formação dos Estados latino-americanos, da clara influência política hegemônica norte-americana sobre a região, outros fatores ainda delineiam elementos determinantes para a modelação das relações internacionais. É o que explicita Ricardo Seitenfus ao contextualizar as características das relações internacionais na região:

A grande disparidade entre os Estados da região: sob qualquer ponto de vista, seja econômico, político, militar, cultural ou religioso, há uma nítida hierarquia entre países que possuem distintos níveis de desenvolvimento relativo.

A construção e a consolidação na atualidade de um poder hegemônico, representado pelos Estados Unidos.

A grande dimensão espacial do Continente, dificultando a formação de macrointeresses.

Como consequência dos traços acima mencionados, tanto a expectativa quanto a materialização das políticas dos Estados em suas relações recíprocas possuem alcance diferenciado. Os Estados Unidos administram suas relações continentais no âmbito de uma estratégia mundial, enquanto os outros países delimitam suas perspectivas pelo localismo e regionalismo. As ações estatais são marcadas por naturezas distintas: a dos Estados Unidos é ofensiva e a dos outros Estados está no plano defensivo.

A dificuldade de afirmação da cooperação regional intralatino-americana, em razão da oposição dos Estados Unidos;

A matriz européia de ocupação do Novo Mundo e a coincidência temporal (início do século XIX) dos processos que levaram a grande maioria das colônias latinas a tornarem-se Estados independentes não constitui elemento suficiente para fomentar política de cooperação.¹¹⁶

Em que pese a existência de todo um conjunto de elementos determinantes para a compreensão das relações entre os Estados latino-americanos, ao se analisar as relações internacionais na América Latina os estudiosos deparam-se com movimentos de integração, dependência e ingerência dos Estados Unidos, que oscilam à medida que se modifica o cenário internacional. Este, por sua vez,

¹¹⁵ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Op. cit., 2002, p. 100-101.

¹¹⁶ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 181-182.

determina o enquadramento ideológico e o papel dos países da região neste novo quadro, sempre de forma compartimentada, ditando se serão terceiro-mundo, emergentes, periferia ou se estarão em desenvolvimento, estabelecendo uma linguagem rapidamente absorvida e aceita pelos povos da América Latina, inclusive por sua elite intelectual, sem uma análise aprofundada das matrizes dessas determinações e de suas implicações no plano internacional e repercussões sobre cada sociedade.

Odete Maria de Oliveira, ao analisar o estudo das relações internacionais na América Latina e seu enquadramento teórico, tece a seguinte crítica:

Esses enfoques — integração, dependência, ingerência dos Estados Unidos — marcam distintas etapas dos estudos das Relações Internacionais na América Latina, motivando o surgimento de escolas de pensamento radicalmente diferentes entre si e da compreensão da realidade contemporânea, ocasionando fortes dificuldades de conexão e de enquadramento entre os respectivos temas. Por outro lado, o paradigma comum da dependência, a heterogeneidade e a excessiva compartimentalização dos estudos dessas escolas impediram a promoção do necessário intercâmbio entre esses centros e seus pesquisadores, a fim de possibilitar a reunião de um corpo homogêneo e compartilhado de conhecimentos.¹¹⁷

A aceitação e ao mesmo tempo o conceito determinista de teorias que representavam um momento histórico das relações internacionais acabaram alimentando a idéia do desequilíbrio estrutural com repercussão sobre o processo de desenvolvimento da região.

A esse respeito, Amado Luiz Cervo, em trabalho sobre o desenvolvimento histórico do debate sobre as relações internacionais na América Latina, conclui:

Além de reverter o processo de desenvolvimento auto-sustentado posto em marcha desde os anos 30, os liberais do fim do século exibiram uma desmedida segurança em sua estratégia, chamando com desprezo de saudosistas aqueles que porventura discordassem de suas idéias. De um ponto de vista histórico, contudo, foram os dirigentes do fim do século XX que reproduziram na América Latina o paradigma liberal conservador do século XIX, a política das portas abertas, fê-lo para escoar excedentes

¹¹⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais: estudos de introdução*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 49.

industriais, capitais e serviços. Quando impôs a mesma política de portas abertas, ao final do século XX, fê-lo para escoar excedentes de capitais, tecnologias, produtos e empresas. Esses fatores, que sustentam a superioridade do centro, seus níveis de emprego, de renda e de bem-estar, não deveriam ser gerados na periferia, mas absorvidos passivamente, para retroalimentar o centro. O estado normal, estado subserviente e sem criatividade, a invenção latino-americana por excelência, consentiu na reprodução do desequilíbrio estrutural do processo de desenvolvimento. Ele repôs a América Latina no caminho de regresso à infância socioeconômica, como se devesse retomar sua função de exportadora de matérias-primas e produtos agrícolas.¹¹⁸

Por outro lado, como forma de alento a todo esse cenário privado de esperança, no quadro regional observa-se concretamente o desenvolvimento de uma outra mentalidade, que compõe os elementos caracterizadores das relações internacionais na América Latina, a de dinamização das relações internacionais, especificamente entre os Estados latino-americanos, marcada pela solidariedade, pelo multilateralismo, pela solução pacífica de controvérsias, pela dialética diplomática e pelo respeito ao Direito Internacional.

Se, por um lado, em sua atuação no plano internacional global, os países da região se inserem com muita dificuldade e revelam debilidades estruturais para posicionar-se sobre questões importantes em foros multilaterais globais, inclusive perante os Estados centrais, regionalmente é possível identificar claramente uma certa conduta que orienta os Estados na conformação de acordos e de uma postura no âmbito das relações internacionais que marca claramente a orientação dentro de certos pressupostos, princípios condutores dessas relações internacionais, que são materializados pelo Direito Internacional.

Essa forma de conduta dos Estados por certo acaba servindo de inspiração e modelo para que outros Estados, de outros continentes, acabem adotando idêntico

¹¹⁸ CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001. p. 300-301.

modelo e seguindo os mesmos princípios na realização de atos internacionais, o que tem clara repercussão na construção doutrinária do Direito Internacional.

De qualquer forma, como foi apresentado aqui, existe uma nova perspectiva de mudança profunda nas relações internacionais e na edificação de um novo ambiente que será palco para as relações internacionais no cenário contemporâneo. A globalização emerge como um processo trazendo novos atores, novos sujeitos do Direito Internacional, novos foros de produção de regras jurídicas, novos mecanismos de poder nas relações entre os Estados, novos temas para a sociedade, o que, conseqüentemente, exige a elaboração de regras internacionais adequadas à nova realidade.

A América Latina, por sua vez, precisa, nesse novo contexto que se desenha, incluindo os fatores que demarcam a sua conduta no plano internacional, superar as variantes que vez ou outra se intrapõem na conduta dos Estados regionalmente, bem como construir um novo paradigma para as suas relações, não só localmente, mas também de forma global, ciente de uma nova realidade que se configura com padrões de afirmação e resistência.¹¹⁹

A sociedade internacional contemporânea, mediante de uma nova dinâmica de inserção dos países no debate que compõe a agenda internacional, permite que os países da América Latina possam efetivamente mudar a sua atuação no panorama de ação, passando de uma relação de dependência para o paradigma da

¹¹⁹ Na análise de Helio Jaguaribe: “A preservação, mediante apropriados mecanismos integrativos, da mais ampla margem possível de autonomia constitui, para os países subdesenvolvidos, notadamente no caso da América Latina, o modo pelo qual podem manter sua identidade nacional no curso das próximas décadas, período no qual se encontrarão sob forte pressão hegemônica por parte dos estados Unidos. Se tais países lograrem preservar margens satisfatórias de autonomia, no caso mais provável de que o mundo, na segunda metade do século, venha a se regular por uma ordem multipolar, tais países poderão superar sua atual condição de dependência e se elevar para o nível intermediário de resistência. Procedendo dessa forma, disporão de margem muito mais ampla de autonomia se, e quando, se constitua no mundo um regime multipolar.” (JAGUARIBE, Helio. Op. cit., 2002, p. 64).

afirmação, desde que, em um primeiro momento tenham ciência de onde residem as suas debilidades, e que saibam os riscos e desafios de atuar em um cenário povoado por atores e mecanismos transnacionais. Por fim, a sociedade internacional contemporânea possibilita que os países da América Latina, se assim o desejarem, livrem-se dos antigos vícios que macularam sua vontade ao longo da História e inclusive contemporaneamente.¹²⁰

Os países da América Latina devem buscar a solução de seus próprios problemas, em vez de esperar a ajuda internacional ou o reconhecimento de outros povos que igualmente possuem seus dilemas, suas realidades e seus problemas. Aliás, o ressentimento por ser tratado como uma zona periférica, a aceitação a adesismos em foros multilaterais em troca de esmolas, a falta de comprometimento com o senso de civilização coincidem com a própria submissão e com a falta da construção de uma agenda de diálogo regional que priorize particularmente temas regionais. Nesse debate estão as crises econômicas e o desenvolvimento, temas como o meio ambiente, o tráfico de drogas, o aperfeiçoamento e amadurecimento das instituições políticas, o sistema multilateral global e a inserção da América Latina no cenário internacional.

As formas de submissão internacional e de exploração a que foi submetida a América Latina ao longo de sua história, como o colonialismo ou neocolonialismo e a dependência, em um mundo progressivamente mais entrelaçado, só serão superadas neste novo contexto se os países buscarem seus caminhos dentro de

¹²⁰ Odete Maria de Oliveira propõe uma nova leitura da teoria de dependência na América Latina sob o enfoque de paradigma nas relações internacionais dos países e método de interpretação dos fenômenos da globalização e de suas políticas neoliberais, chamando a atenção para um aperfeiçoamento na dimensão de seu arcabouço teórico-instrumental mediante a inclusão de abordagens interdisciplinares dentro de uma perspectiva de mundialização (OLIVEIRA, Odete Maria de. Paradigma da dependência. In: BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigmas das relações internacionais: idealismo-realismo*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000).

sua própria realidade, de seu mundo, de suas histórias, seus interesses comuns e suas prioridades, sob a perspectiva da unidade da diversidade que marca o desenvolvimento de uma civilização.

1.4 ACONTECIMENTOS INSPIRADORES DE TESES

Para que se compreenda o Direito Internacional na América Latina e como foram produzidas as teorias e teses que se consubstanciaram em regras jurídicas, não se pode ignorar os acontecimentos, os movimentos e os sistemas que foram identificados pela doutrina de acordo com a influência em um determinado tempo, imprimida por Estados, pela retórica ou por líderes, como tentativa de unificar a ação internacional dos Estados da região entre si e diante da comunidade internacional.

Essas ações caracterizam momentos e perspectivas distintos da afirmação de posição política dos Estados americanos, e particularmente latino-americanos, no cenário regional e internacional, e influenciaram, a seu modo, o surgimento de valores, teses e regras no continente americano e por conseguinte na ordem jurídica internacional e são identificados como pan-americanismo, outras vezes como monroísmo, hispano-americanismo, bolivarianismo, interamericanismo e sistema interamericano, e serão a seguir identificados a partir de sua verdadeira consolidação científica, metodológica e doutrinária.

1.4.1 Discurso do Pan-americanismo

O conceito de Pan-americanismo é derivado do grego identificado com as palavras “*pás*”, “*pantós*”, “*pâsa*”, “*pâses*”, “*pan*” e “*pantós*” que significa “tudo” ou

“todos”,¹²¹ sendo que o sentido do termo empregado envolve a idéia de uma ação unionista que corresponde à correntes de doutrinadores do final do século XIX, semelhante ao panarabismo, paneslavismo ou paneuropeísmo, e que remete a unidade do todo, sem exclusão, de todos os Estados de um determinado continente, aqui especificamente do continente americano, no sentido de coordenar suas ações políticas internacionais em uma mesma direção baseada em um sentido de solidariedade.¹²²

O termo pan-americanismo começou a ser empregado na imprensa norte americana nos idos de 1889 e 1890 adaptada de outros termos como o paneslavismo criado em 1846 e do panhelenismo, surgido em 1860, justamente com o surgimento das conferências pan-americanas a partir de 1889.¹²³ Por isso, parte da doutrina questiona a existência de tal idéia no sentido em que se tenta empregar como um ideal continental, mas sim a vêem como uma estratégia norte americana de, através de um discurso de unidade, obter mecanismos que possibilitassem a sua hegemonia regional.

Por outro lado, segundo os defensores da existência do ideal do pan-americanismo, ele tem sua origem nos movimentos de afirmação dos Estados americanos perante os Estados europeus, consubstanciado mediante declarações políticas, conferências e manifestações da dinâmica da diplomacia. Por conseguinte é resultado de um movimento político regional com desdobramentos jurídicos, culturais e científicos sobre o pensamento e a ação dos Estados da região.¹²⁴

¹²¹ HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. *Novo dicionário de língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1255.

¹²² QUINTANA, Lucio M. Moreno. *El sistema internacional americano*. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciências Sociales, 1925. Tomo I. p. 128 e ss.

¹²³ CANCINO, Francisco Cuevas. *El ideal panamericano del libertador*. México: Fondo de Cultura Económica, 1951. p. 327.

¹²⁴ THOMAS, Ann Van Wynen; THOMAS Jr., A. J. *The organization of american states*. Dallas: Southern Methodist University Press, 1963. p. 12.

Por pan-americanismo entende-se o

movimento histórico, político, cultural e econômico que é assentado sobre a idéia de união e colaboração de todos os Estados do continente americano sob um pé de igualdade jurídica e de completa independência, que encontrou a sua expressão concreta nas conferências internacionais americanas.^{125, 126}

Nesse sentido, o pan-americanismo é concebido acima de tudo como um ideal que influencia as ações dos Estados da região, arraigado desde a afirmação dos Estados americanos, um grande movimento político de solidariedade em todo o continente, cujo objetivo central é promover uma aliança, manter a paz e estabelecer vínculos de boas relações, bem como impedir em um primeiro momento a influência de potências européias em território americano. Por isso o pan-americanismo se reveste na consciência contida no ideal de todas as repúblicas americanas de pertencerem a um mesmo continente, acima de sua personalidade, que evoluiu a partir do sentimento de solidariedade continental que decorreu e foi justificada por coincidências geográficas, históricas, econômicas e internacionais.¹²⁷

É oportuno advertir que ocorre certa confusão doutrinária do termo pan-americanismo, enquanto ideal, com a União Pan-americana organização criada no âmbito do sistema interamericano, o que é um erro, pois a criação da União Pan-americana foi apenas uma das manifestações do ideal de integração continental que não teve toda a abrangência de seu conceito. O pan-americanismo compõe o discurso da existência de um ideal, de um movimento político ideológico cujas raízes históricas podem ser encontradas no movimento de independência e afirmação dos Estados americanos. Por sua vez, a União Pan-americana é uma construção

¹²⁵ Dictionnaire de la terminologie du droit international. Paris: Sirey, 1960. p. 436.

¹²⁶ PÉPIN, Eugène. *Lê panamericanisme*. Paris: Librairie Armand Colin, 1938.

¹²⁷ ROBLES, Alfonso Garcia. *Lê panaméricanisme et la politique de bons voisinage*. Paris: Lês Éditions Internationales, 1938. p. 13ss.

essencialmente política-jurídica de uma organização entre Estados e a tentativa de materialização de um conjunto de ideais do pan-americanismo.¹²⁸

No tocante ao marco doutrinário do surgimento do ideal do pan-americanismo, dois momentos distintos são identificados pela doutrina como geradores do movimento, o que revela certo conflito no tocante à abordagem do tema: alguns doutrinadores apontam a ação norte-americana por meio do movimento de independência e do “monroísmo”; outros apontam apenas o “bolivarianismo” materializado no Congresso do Panamá através de uma ação eminentemente hispanoamericana. Existem também aqueles que citam os dois indistintamente¹²⁹ e, outros ainda que são negadores da existência do pan-americanismo como ideal continental, sendo esses acontecimentos acima citados, ações isoladas dos Estados com diferentes objetivos e perspectivas.¹³⁰

1.4.2 Doutrina Monroe

Os partidários do pan-americanismo derivado da ação dos Estados Unidos citam o movimento com o reconhecimento de independência (1810), por meio de manifestações como a de Henry Clay quando afirmou que a “América Espanhola quando tornada independente seria animada por um sentimento americano e guiada por uma política americana.” Na sequência o presidente dos Estados Unidos, James

¹²⁸ YEPES, Jesus Maria. *Le panaméricanisme* [s.d.], p. 88.

¹²⁹ Neste sentido ver: VALLADÃO, Haroldo. A nova dimensão do pan-americanismo econômico-social. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, n. 43-44, jan./dez. 1966. p. 97ss.

¹³⁰ Segundo o internacionalista Mário Pessoa, reforçando pensamento de José de Vasconcelos: “Chamaremos bolivarianismo ao ideal hispanoamericano de criar uma federação com todos os povos de cultura espanhola. Chamaremos monroísmo ao ideal anglo-saxão de incorporar as vinte nações hispânicas ao Império Nórdico, mediante a política do panamericanismo.” (PESSOA, Mário. *O direito internacional moderno*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 86).

Monroe,¹³¹ pronuncia-se diante do Congresso Americano em 2 de dezembro de 1823, declarando que Washington não aceitaria nenhuma intervenção da Europa nos assuntos da América Latina que se declarava independente. Por sua vez, o governo americano não se envolveria nas questões européias.^{132, 133}

Esta declaração foi dirigida contra as intenções colonizadoras da Europa monárquica e conservadora, manifestada pela Santa Aliança, e consubstancia o princípio da não-intervenção, invocado hoje pela teoria do Direito Internacional, não legitimando a nenhum país se imiscuir nos assuntos internos de outro Estado, tema que será abordado de forma mais detalhada oportunamente.

Na verdade a Doutrina Monroe condensou um pensamento americano trazido desde sua independência. George Washington, em 1776, em sua mensagem de despedida, aconselhava que o Estado americano deveria manter uma política de não alinhamento com os Estados europeus e com outras partes do mundo, conservando uma política de independência em relação a qualquer nação da terra. Jefferson, já em 1808, pregava que se deveria excluir toda a influência européia sobre a região e não permitir que os europeus intervissem nos negócios do hemisfério.

Nesse sentido, Héctor Gros Espiell argumenta:

Esta doutrina foi exposta pelo presidente Monroe num discurso em 1823. Trata-se de uma doutrina unilateral dos Estados Unidos que jamais incluiu a América Latina, mas que por seus múltiplos corolários, sempre impediu ao curso do século XIX e parte do século XX, a expansão européia na América Latina, a fim de reservar sua política intervencionista, política que, de diferentes formas, sempre existiu.

¹³¹ PEREYRA, Carlos. *El mito de Monroe (1763-1860)*. Madrid: M. Aguilar, 1931.

¹³² LOBO, Helio. *O pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1939. p. 3-4.

¹³³ Segundo assinala Hildebrando Accioly: "Os princípios enumerados não eram originais e já haviam sido proclamados com anterioridade. O presidente George Washington, em sua mensagem de despedida, de 17 de dezembro de 1796, foi taxativo quanto ao eventual envolvimento em questões da Europa: "A principal regra de procedimento que devemos observar com respeito às nações estrangeiras consiste em oferecer-lhes nossas relações comerciais, e manter com elas vínculos políticos tão escassos quanto seja." E acrescentou: "Nossa verdadeira política consiste em manter-nos afastados de alianças permanentes com qualquer porção do mundo estrangeiro." (ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G.E. do. *Manual do direito internacional público*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 122).

Mas, essa doutrina não impediu — pois no fundo não era a verdadeira meta — a ocupação militar das Ilhas Malvinas (Ilhas Falkland) pela Inglaterra, em 1833, nem a intervenção francesa no México em 1860, nem as expedições punitivas para recuperação de dívidas em vários países, notadamente na Venezuela, em 1902.

A doutrina Monroe, portanto, não foi um instrumento para a defesa dos interesses dos Estados Unidos completamente estranho aos interesses da América Latina.¹³⁴

A Doutrina Monroe foi sim uma manifestação unilateral do governo americano que invocava um poder de polícia sobre o continente. Nas críticas de Manuel de Oliveira Lima ela foi “tão pessoal na sua origem, tão restrita nos seus fins e tão expressiva no seu enunciado, que não merecia ser bem concebida mesmo depois de latinizada.”¹³⁵ Apesar disso, é citada como referência para o fomento do pan-americanismo, por defender a não retomada da intervenção sobre os Estados do continente.

1.4.3 Bolívar e Hispano-americanismo

Outro acontecimento, freqüentemente apontado pela doutrina como o marco histórico de surgimento do pan-americanismo, foi a realização do Congresso do Panamá em 1826, sob a liderança de Simón Bolívar,¹³⁶ através da tentativa de criar um sistema regional hispano-americano, baseado em uma aliança perpétua entre os Estados latino-americanos contra a retomada de poder pelas antigas metrópoles e é visto como umas das faces do pan-americanismo, fornecendo bases jurídicas e ideológicas para o movimento que permanecem vivas até hoje.¹³⁷

¹³⁴ ESPIELL, Héctor Gross. La doctrine du droit international en Amérique Latine avant la première conférence panaméricaine (Washington, 1889). In: *Journal of the History of International Law* 3, 2001. p. 5.

¹³⁵ LIMA, Manuel de Oliveira. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal, 1980. p. 27.

¹³⁶ LUDWIG, Emil. *Bolívar: Caballero de la gloria y de la libertad*. Buenos Aires: Losada, 1947.

¹³⁷ SIERRA GARCIA, Jaime. Bolívar, el panamericanismo, el modelo sociológico americano y el derecho. *Estudios de Derecho*. Medellín: Universidade de Antioquia, n. 128, 1997. p. 255ss.

O Congresso do Panamá marca o surgimento de um movimento de coesão dos Estados hispano-americanos da América, numa tentativa de criar um processo de “regionalismo” durante a realização desse Congresso, no qual foi proposta a criação de uma liga ou confederação de Estados americanos independentes, que representariam uma união continental com a previsão de resolver pacificamente os litígios internacionais; abolir o tráfico negreiro; fazer respeitar a integridade territorial; garantir a existência permanente da confederação em que todos os Estados participantes tivessem igualdade de tratamento com o objetivo central de estabelecer uma aliança contra agressões externas.¹³⁸

O Congresso do Panamá teve apenas a participação de delegados da Colômbia, Peru, México e América Central, não contando com a presença da Coroa Imperial do Brasil, que embora convidada possuía interesses contraditórios com o movimento,¹³⁹ e por outro lado despertou a hostilidade de outros países, como a Argentina. Dos dois representantes dos Estados Unidos acreditados para o evento, um acabou falecendo na viagem e o outro chegou quando os debates já haviam terminado. Embora a idéia fosse de grande importância, não teve a adesão e a representatividade dos Estados, sendo ratificado apenas pela Colômbia.¹⁴⁰

Na seqüência o México tentou, sem sucesso, por três vezes consecutivas (1831, 1838 e 1840), organizar uma nova conferência, mas não logrou êxito, porque

¹³⁸ TRATADO de União Liga e Confederação Perpétua, 1826.

¹³⁹ A não participação do Brasil no Congresso do Panamá se dá em razão de sua situação peculiar em razão de ser o único Império descendente do trono europeu, com quem aliás tentava se identificar, e evitou um outro problema de fundo: a discussão sobre a abolição da escravidão (SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o Interamericanismo* (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Ed. da UNESP, 2004. p. 60).

¹⁴⁰ KUNZ, Josef L. *Del derecho internacional clasico ao derecho internacional nuevo*. México: Imprenta Universitária, 1953. p. 33.

nenhum país se predispôs a participar da iniciativa em razão da época de turbulências por que passavam os Estados.¹⁴¹

Em 1847, contudo, realiza-se em Lima, no Peru, uma nova tentativa de unir os povos latino-americanos, sobretudo por conta da tentativa da Espanha de restaurar a monarquia nas ex-colônias e em razão do conflito entre Estados Unidos e México. Participaram: Equador, Bolívia, Nova Granada e Peru. Foram aprovados acordos referentes à criação de uma confederação de Estados, não-intervenção, comércio e navegação, relações consulares e correios e solução pacífica de controvérsias.¹⁴²

Por iniciativa do Chile, em 1856 foi firmado um tratado que reafirmava a aliança dos povos da América Latina chamado de Tratado Continental, envolvendo algumas regras de Direito Internacional Privado, declarando respeito aos limites territoriais dos Estados e proclamando que todas as controvérsias deveriam ser solucionadas pacificamente. O referido documento teve a adesão de Equador, Peru, Bolívia, Costa Rica, Honduras, México, Nicarágua e Paraguai. Curiosamente, a Argentina negou sua adesão e o Chile não ratificou o tratado.¹⁴³

De 1864 a 1865 realiza-se na capital peruana um novo encontro que reúne Peru, Bolívia, Chile, Equador, Venezuela, San Salvador e Guatemala. O Congresso resultou em novas convenções entre os países, sobre correios, aliança, preservação da paz, comércio e navegação e proteção contra a agressão externa. Em que pese a importância dos temas, os tratados não entraram em vigor por falta de ratificação.¹⁴⁴

¹⁴¹ YEPES, Jesus Maria. *Del Congreso de Panamá a La Conferência de Caracas (1826-1954)*. Caracas, v. I, 1955. p. 147.

¹⁴² VALLADÃO, Haroldo. *Democratização e socialização do direito internacional: os impactos latino-americano e afro-asiático*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1961. p. 34-35.

¹⁴³ GARCIA, Carlos Arellano. *Segundo curso de derecho internacional público*. 2. ed. México: Porrúa, 1998. p. 513-514.

¹⁴⁴ YEPES, Jesus Maria. Op cit., 1955. p. 255ss.

Como se vê, infelizmente todo o esforço de Bolívar para a construção de uma grande aliança de Estados não teve grandes repercussões práticas nas conferências inicialmente realizadas, mas seu esforço não foi em vão, como se “tivesse arado em mar”¹⁴⁵; o conjunto ideológico e os princípios motivadores da aliança entre os Estados permaneceu arraigado na cultura dos Estados da região, no espírito das relações internacionais e do pan-americanismo e se incorporaram e se redimensionaram no conjunto de textos, doutrinas e tratados produzidos nas relações regionais e internacionais no contexto da sociedade mundial.

1.4.4 Negadores do Pan-americanismo

Por outro lado, para os negadores da existência do ideal do panamericanismo, esse termo não passa de uma retórica hegemônica empregada pelos Estados Unidos, adaptada da Doutrina Monroe, mas utilizada no âmbito das conferências pan-americanas, como forma de cooptar os demais Estados do continente.

Os negadores não encontram nenhum tipo de identidade entre o movimento iniciado por Bolívar o hispano-americanismo, a doutrina Monroe, manifestação unilateral dos Estados Unidos e o termo pan-americanismo utilizado mais tarde a partir de 1889, e os consideram termos totalmente distintos, porque Monroe em 1823 estava preocupado com os interesses norte-americanos, Bolívar em 1826 só agregou Estados hispano-americanos e propôs a criação de uma confederação de Estados hispânicos, e o termo pan-americanismo nunca foi implementado de fato

¹⁴⁵ MARINHO, Ilmar Penna. *O pan-americanismo*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1933. p. 21.

pelos Estados do continente que sempre tiveram interesses e objetivos divergentes, sendo traduzido em uma simples retórica.

Para Felix Fernandez Shaw, que contesta de forma aprofundada a existência do pan-americanismo:

não só os sistemas são diferentes, mas também seus enunciados e bases são diversos. Monroe será a base do panamericanismo e Bolívar a do hispano-americanismo. Ao se comparar o pensamento de um e de outro, segundo faz Badía Malagrida, se nota que em Monroe se trata de uma doutrina americanista, unilateral, defensiva, tutelar, pacifista, democrática, com dois aspectos: positivo, América para os americanos, e negativo, os americanos na América somente. A doutrina de Bolívar é americanista como idéia e como sentimento; não era unilateral como a de Monroe; tinha um caráter defensivo – proclamando o princípio da não intervenção – mas surge com caráter menos exclusivista e mais democrático e desaparece portanto, o sentido tutelar da de Monroe, destacando assim mesmo seu pacifismo.¹⁴⁶

De fato existem diferenças profundas e marcantes entre os dois modelos e um distanciamento histórico e político entre os fatos isoladamente analisados. Por sua vez, o discurso do pan-americanismo implementado mais tarde, lança raízes para a construção de uma identidade regional sedimentada nos dois acontecimentos, tendo como referência tanto o bolivarismo hispânico ou o monroísmo norte-americano.

A perspectiva contraditória dos termos e sua inadequação com a não implementação de uma ação pan-americana na região contribui para uma perspectiva sombria sobre sua aplicação e existência material. Em que pese estar presente nos discursos políticos e diplomáticos essa contradição alimenta a própria contradição do sistema das relações internacionais regionais, baseado no sistema interamericano, que busca pautar a sua identidade entre dois modelos distintos, como mecanismos e caminhos que levam a lugares diferentes.

¹⁴⁶ SHAW, Felix Fernandez. *La Organización de Los Estados Americanos (O.E.A.): una nueva visión de América*. 2. ed. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1963. p. 70.

1.4.5 Sistema Interamericano

O marco doutrinário do surgimento do Sistema Interamericano foi o ano de 1889, quando ocorreu a Primeira Conferência Pan-americana, reunida na cidade de Washington. Em que pese, não se pode ignorar que foi naquele momento que doutrinariamente se cunhou o termo *pan-americanismo* para expressar um movimento de coesão continental, resgatando oportunisticamente, suas raízes nos acontecimentos históricos já mencionados.¹⁴⁷

Com a realização da Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos, foi criada a União Internacional das Repúblicas Americanas. Este fato capitalizou todo o trabalho empreendido pelos países da América Latina que havia sido realizado anteriormente. A edição desse evento marca a centralização por parte dos Estados Unidos das conferências continentais, e também a absorção de vários daqueles ideais pactuados nos documentos anteriores,¹⁴⁸ ao mesmo tempo em que enfraquece a idéia de uma aliança continental voltada para a realidade dos países latino-americanos.^{149, 150, 151}

¹⁴⁷ MARINHO, Ilmar Penna. *O funcionamento do Sistema Interamericano dentro do Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1959.

¹⁴⁸ Conforme observa Clodoaldo Bueno, a realização da Conferência de Washington liderada pelos Estados Unidos marca o surgimento de um “novo pan-americanismo”, uma nova etapa nas relações interamericanas em razão de o capitalismo norte-americano tentar expandir suas fronteiras comerciais sobre os Estados latino-americanos, fazendo com que adotassem o discurso do panamericanismo e os ideais das conferências bolivarianas, provocando a sensação de que esse país apenas procurava exercer sua hegemonia sobre o hemisfério, por meio da busca de uma união continental, transformada em palavra de ordem (BUENO, Clodoaldo. *Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003)*. *Revista Política Externa*, v. 13, n. 1, jun./jul./ago. 2004. p. 67-68).

¹⁴⁹ Neste sentido Francisco Cuevas Cancino assevera: “A presença dos Estados Unidos impediu o sistema interamericano de institucionalizar-se como o método por excelência de uma expressão política comum às repúblicas americanas. O pensar na assembléia americana como meio para discutir os grandes problemas da guerra e da paz com os representantes de outras regiões do globo foi ideal bolivariano. A partir de 1826 tem-se um hispano-americanismo e um pan-americanismo restritos: sob a perspectiva de se regulamentar as relações comerciais, segundo a visão nor-te-americana; na visão dos latino-americanos resolver questões políticas.” (CANCINO, Francisco Cuevas. *Tratado sobre la organización internacional*. México: Jus, 1962. p. 408, tradução livre).

Com a Conferência dos Estados Americanos, os Estados Unidos criam um escritório comercial vinculado ao seu Departamento de Estado, que se propunha a armazenar dados sobre a produção, legislação alfandegária e comércio. Posteriormente, em 1901, ele foi denominado de Escritório Internacional das Repúblicas Americanas com representantes de todos os Estados do continente junto ao governo de Washington (submetendo, assim, de forma subliminar, todos os representantes dos Estados ao governo central de Washington). Em 1928, em Havana, foi criada mediante Tratado a estrutura institucional da União Pan-americana, com sede em Washington (estrutura que sucedeu o antigo Escritório do Departamento de Estado americano), que mais tarde, em 1948, em um outro ambiente histórico, iria originar a Organização dos Estados Americanos (OEA) e que centraliza o Sistema Interamericano. Em síntese, ao todo foram oito conferências pan-americanas realizadas até 1938 (ver quadro nos anexos). Quando teve início a Segunda Guerra Mundial foram aprovadas resoluções sobre os mais variados temas que reafirmaram a solidariedade continental.¹⁵²

¹⁵⁰ Para Raul Pederneiras: “A União Internacional das Repúblicas Americanas” porém, não autoriza a existência de uma “sociedade de nações” da América; além de ser exclusivamente diplomática, mostrava-se como dependência ou anexo de um departamento governamental de Washington, porque a presidência do Conselho da “União” era privilégio da grande república e o Secretário de Estado norte-americano era seu presidente de direito. Revelava-se uma preponderância declarada ou, pelo menos, um desejo de ascendência, que não merecia apoio (PEDERNEIRAS, Raul. *Direito internacional compendiado*. 12. ed. rev., aum. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1961. p. 79).

¹⁵¹ Nesta segunda fase do desenvolvimento do regionalismo, quando se adotou o discurso do pan-americanismo, as conferências regionais ocorreram na seguinte ordem: Primeira Conferência Pan-Americana, Washington - 1889-1890; Segunda Conferência Pan-Americana, México - 1901-1902; Terceira Conferência Pan-americana, Rio de Janeiro - 1906; Quarta Conferência Pan-Americana, Buenos Aires - 1910; Quinta Conferência Pan-Americana, Santiago do Chile - 1923; Sexta Conferência Pan-Americana La habana - 1928; Sétima Conferência Pan-Americana Montevideo - 1933; Oitava Conferência Pan-Americana, Lima - 1938; Nona Conferência Pan-Americana, Bogotá - 1948, Décima Conferência Pan-Americana, Caracas - 1954.

¹⁵² Sobre os conceitos que povoam o ambiente diplomático e jurídico da América Latina e que foram construídos nesse período como o interamericanismo; o sistema interamericano, o pan-americanismo, é desnecessário buscar as raízes etimológicas do termo e ao mesmo tempo é muito perigoso e complexo traduzir uma definição que expresse algum desses acontecimentos na América Latina que levam a certas imprecisões. Todas elas estão voltadas aos esforços de se criar uma unidade regional capaz de unir os diversos Estados e culturas do continente. Por sistema interamericano é chamado o conjunto de instituições e regras que compõem a estrutura de representação dos Estados e está assentado sobre a OEA. Por sua vez, o termo pan-

Assim, por Sistema Interamericano é denominado o conjunto de institutos jurídicos, políticos e de práticas diplomáticas que foram desenvolvidos pelo processo de cooperação regional e que marca a orientação dos Estados do continente americano em suas relações internacionais, a partir de 1889 até os dias atuais. O Sistema Interamericano absorve os textos e princípios do que se convencionou doutrinariamente chamar de pan-americanismo e é composto por um conjunto de organizações, institutos jurídicos e doutrinas, desenvolvidos no continente americano.¹⁵³

1.4.6 Simetrias e Assimetrias entre o Pan-americanismo e o Sistema Interamericano

Inicialmente cabe esclarecer que dentro do desenvolvimento da idéia de pan-americanismo existem assimetrias quanto ao seu método e a sua perspectiva de

americanismo é encontrado nos congressos liderados pelos EUA que exprimem uma fase do processo de integração entre os povos mas que não chegou a existir materialmente, até porque o sistema regional com o agravamento da política internacional tornou-se falho e excludente de potências não alinhadas como é o caso de Cuba, não podendo se falar em “Pan-americanismo”. A propósito desse conceito, comunga-se da idéia de Gilberto Freyre que ensina: “A palavra pan-americanismo se desenvolveu como uma espécie de glorificação da idéia de massa ou totalidade americana, que é sem dúvida alguma uma força que deve ser aproveitada pelos estadistas americanos, mas pela qual não devemos nos deixar dominar como por um gigante apenas forte. É um americanismo de quantidade. Nas ilhas, nas províncias, nas regiões se esquece o que tem de bom do ponto de vista de qualidade. A uma Pan-América indistinta, pomposamente maciça, filipicamente uma, me parece preferível uma combinação interamericana de energias regionais e qualidades provinciais: energias criadoras, susceptíveis de serem utilizadas em vasto plano continental, não só de economia ou de política, mas também de cultura. Utilizadas sem violência suas peculiaridades. Utilizadas interamericanamente.” (FREYRE, Gilberto. Op cit., 2003, p. 49-50). Pode-se encontrar assim elementos da existência de um interamericanismo efetivo.

¹⁵³ Segundo documento oficial da Organização dos Estados Americanos, que centraliza o sistema interamericano, fazem parte do sistema interamericano as seguintes instituições: Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); Associação dos Estados do Caribe (AEC); Associação Latinoamericana de Integração (ALADI); Banco Centroamericano de Integração Econômica (BCIE); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Comissão Interamericana de Mulheres; Comitê Jurídico Interamericano; Comunidade Andina; Comunidade do Caribe (CARICOM); Corporação Andina de Fomento (CAF); Corte Interamericana de Direitos Humanos; Cúpula das Américas; Instituto Indigenista Interamericano; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Instituto Interamericano de Direitos Humanos; Instituto Interamericano da Criança; Instituto Panamericano de Geografia e História IPGH; Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ; Organização Panamericana da Saúde (OPS); Secretaria de Integração Econômica Centroamericana (SIECA); Sistema da Integração Centroamericana (SICA); Sistema Econômico Latinoamericano (SELA).

ação e instituição. O pan-americanismo é um ideal, um movimento de coesão continental, que foi alimentado por manifestações distintas que possuem desdobramentos até os dias atuais, a bolivariana e a monroísta. Existe no conceito do pan-americanismo e na sua efetivação duas perspectivas distintas de método do desenvolvimento da aliança continental e que perduram até hoje, produzindo repercussões no sistema interamericano que abarcou as duas perspectivas.

O pan-americanismo bolivariano, ou hispano-americano, foi calcado em uma relação de solidariedade entre os Estados latino-americanos, com fundamento em profundos laços de fraternidade continental entre os Estados partícipes, assentada sobre o Direito Internacional, sobre Tratados e sobre laços de irmandade de uma realidade comum, na criação de uma confederação de Estados hispânicos.

Por sua vez o monroísmo representa uma forma de pensar de natureza muito mais unilateral, foi resultado de uma ação governamental dos Estados Unidos, que avocaram a sua postura individual no sentido de não permitir a ingerência européia nos Estados americanos, muito mais como política estratégica do governo americano para o continente como uma região de influência natural sua e como forma de contar com os mercados latino-americanos para a comercialização de seus produtos industrializados.

Essa distinção de perspectiva do pan-americanismo leva a repercussões profundas na forma de pensar e conceber um sistema regional e na existência do sistema interamericano e da construção do próprio Direito Internacional.¹⁵⁴

Quando sistematizado o interamericanismo, a partir de 1889, os Estados Unidos seguiram sua estratégia de unilateralismo e de imposição de liderança natu-

¹⁵⁴ HIRST, Mônica. A distribuição desigual dos poderes: um governo regional no hemisfério ocidental. *Revista Política Externa*. São Paulo, v. 4, n. 2, set./out./nov., 1995. p. 98.

ral na região dentro do pensamento monroísta, mas abarcou, como forma de cooptação dos Estados latino-americanos, todo o conteúdo ideológico do ideal pan-americanista bolivariano, sedimentado no ideal de uma verdadeira solidariedade, baseada em laços históricos e geográficos comuns.¹⁵⁵

O discurso do pan-americanismo que permeia o Sistema Interamericano acabou se transformando em um “jano”, o que leva muitas vezes à constrição do estabelecimento das ações e dos posicionamentos políticos, jurídicos e diplomáticos dos Estados na região. Um mesmo sistema, baseado em documentos jurídicos comuns, mas cuja perspectiva ideológica dos princípios e dos valores que orientam as ações dos Estados são profundamente distintas, leva assim a uma distorção na forma do agir e na aplicação das regras jurídicas.

Ao se realizar uma leitura desses conceitos, com suas assimetrias e coincidências, pode-se encontrar as razões para o ambiente fértil para a produção de mecanismos, teses e regras jurídicas em que se transformou a América Latina e subseqüentemente o continente americano. Por outro lado, fica patente também a justificativa para que teses tão importantes e que fazem parte do Sistema

¹⁵⁵ Sobre a contraposição entre os ideais dos Estados latino-americanos e os EUA diante da construção do Sistema Interamericano é oportuno citar John C. Dreier que descreve o ambiente de criação da Organização e os antagonismos da perspectiva: “Entre os latino-americanos, a linha adotada pela política dos Estados Unidos causou desagrado e apreensão. Sentiam-se ameaçados de se tornarem virtuais protetorados da América do Norte. Cresceu, em toda a América Latina, o receio diante dos Estados Unidos, e ao receio seguiu-se o ódio. Um só caminho — por estreito que fosse — se lhes abria no seu esforço de obter dos Estados Unidos uma garantia maior de respeito pela sua soberania e independência: a minúscula e incipiente organização internacional. Portanto, o crescimento do Sistema Interamericano, nos anos de 1890 a 1933, esteve dominado pelos esforços das repúblicas latino-americanas no sentido de assegurar a adoção de certos princípios básicos que regeriam as relações entre os Estados-membros da União, e de refrear o poderio dos Estados Unidos. Não é de admirar que tais princípios tenham adquirido papel de tamanha importância na atual Carta da OEA, e despertem tão sólido devotamento por parte dos governos latino-americanos. Elaborando um código de leis que refreasse o poderio ianqui, os juristas americanos invocaram princípios que, na sua maioria, se originavam do período bolivariano: Todos os Estados são juridicamente iguais; as controvérsias internacionais devem ser solucionadas por meios pacíficos; o uso de força é proibido em tais casos; os estrangeiros estão sujeitos às mesmas leis que os cidadãos de cada país; a civilização deve repousar sobre a democracia e a justiça social.” (DREIER, John C. *A Organização dos Estados Americanos e a Crise do Hemisfério*. Tradução de George Gurjan. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1964. p. 29).

Interamericano não sejam plenamente aplicadas, existindo um profundo descompasso entre aquilo que se escreve e proclama em foros internacionais e o que se aplica pragmaticamente na prática política regional, levando sem dúvida ao questionamento da existência real de um ideal pan-americanista que influencia as ações dos Estados do continente e seus interesses comuns, ele estaria muito mais presente como discurso do que como prática e verdadeiramente um ideal.¹⁵⁶

1.5 MOVIMENTOS SINCRÔNICOS DA AMÉRICA LATINA

Para que se compreenda as relações internacionais na América Latina e o conjunto de normas delas derivadas, é preciso fazer uma leitura dos acontecimentos históricos e políticos que determinaram não só a formação dos Estados, mas também os vetores que orientaram a ação dos Estados no plano internacional e que, por conseguinte, repercutiram no nível de observância e comprometimento com o Direito Internacional.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Este fato influi também no questionamento doutrinário quanto à existência do pan-americanismo como um movimento, ou se ele seria apenas um mecanismo de discurso para implementação da liderança norte-americana sobre a América Latina quando da convocação da Primeira Conferência Pan-americana em 1889.

¹⁵⁷ Para Edmundo A. Heredia: “É inevitável incorrer em convencionalismos quando se fala das Relações Internacionais na história da América Latina, posto que, para ter havido estas relações, era necessário que existissem as nações. Pois bem: desde quando existem essas nações? Parece uma sanção da história que nos países libertados da Espanha as nações como tais adquiriram configuração política e solidez institucional na segunda metade do século XIX; de todos os modos, parece convencionalmente legítimo falar de relações internacionais – paradoxalmente, sem a existência de nações desde o momento em que se instalam governos independentes e estes decidem estabelecer vínculos com países estrangeiros, desde o começo mesmo das revoluções emancipadoras. De todos os modos, se deve reconhecer que a falta de precisão é mais flagrante ao se observar que estes países em estado “pré-nacional” iniciavam suas relações com ‘super-nações’ ou como eram chamadas então ‘potências’; ou seja, não só havia uma clara assimetria – para usar um termo dos cientistas políticos – enquanto a quantidade de poder, mas sim, enquanto a natureza da identidade política em sua qualidade de agente das relações internacionais; isto se faz evidente ao se observar a precariedade e inconsistência dos corpos diplomáticos Latino-Americanos.” (HEREDIA, Edmundo A. Una aproximación teórica a los conceptos de “nación” y de “espacios regionales” en la configuración de las relaciones internacionales latinoamericanas. In: CERVO, Amado Luiz; DOPCKE, Wolfgang (Orgs.). *Relações internacionais dos países americanos: vertentes da história*. Brasília: Linha Gráfica, 1994. p. 11-12, tradução livre).

Nesse aspecto, um fato curioso e bastante peculiar do continente, como visto anteriormente, é a existência de uma coincidência sincrônica dos acontecimentos que orientam a condução política dos Estados. Não são modismos ou tendências, mas acontecimentos muito mais profundos que atingem a estrutura dos Estados, seu modo de condução e sua perspectiva no contexto das relações com outros Estados da região e do globo, que incidem em certa ordem e em determinados períodos da História, contagiando Estado após Estado, como um efeito dominó, marcando, assim, uma identidade de ação dos Estados da América Latina a uma certa direção.

Esses eventos podem ser chamados de movimentos sincrônicos, pois se traduzem em um movimento orquestrado, encadeado e desencadeado, coincidente, que orientam, de tempos em tempos, a movimentação dos Estados na adoção de seus caminhos históricos e políticos, e, sobretudo, os Estados como sujeitos de Direito Internacional, nas relações no contexto da sociedade global.

Esses movimentos sincrônicos são mostrados pela História de forma evidente: os movimentos sincrônicos da independência dos países da América Latina; os movimentos sincrônicos da militarização; os movimentos sincrônicos da redemocratização; os movimentos sincrônicos de dependência. Todos movimentos regionalizados, agrupados, embora cada Estado, como ator desses acontecimentos, mantenha sua autonomia administrativa e organizacional.

A forma coincidente com que esses movimentos ocorreram nos Estados permite fazer uma leitura das relações internacionais nos Estados de tempos em tempos, e buscar a matriz de construção dos valores a que esses movimentos sincrônicos acabaram induzindo.

À luz desses movimentos coincidentes buscar-se-á estabelecer um paradigma que marca as relações internacionais na América Latina, para compreender depois

os valores que são motivadores da formação dos princípios que orientam essas relações e a produção de regras jurídicas neste ambiente, bem como no Direito Internacional em uma visão mais ampla, como o conjunto de normas empregadas por toda a sociedade internacional para estabelecer seus direitos e deveres e dirimir seus conflitos.

Em suma, contraditoriamente, ao longo da história das relações internacionais na região, o que se traduz é a América Latina sincronicamente perseguindo seus caminhos dentro de um contexto de interesses globais, buscando soluções em modelos desenhados em outros continentes ou em outras realidades, aceitando uma condição de autodebilidade e de subalternidade perante outras soberanias, enquanto, na verdade, as respostas estavam em sua própria realidade, no seio de sua própria complexidade.

Quando nos próximos capítulos se discorrer sobre a construção de um Direito Internacional marcadamente latino-americano e a materialização de princípios característicos dessa disciplina que servem de contribuição doutrinária para seu entendimento, recorrer-se-á fundamentalmente ao estudo feito neste primeiro capítulo, determinante para a identificação dos princípios condutores do Direito Internacional na América Latina e desta em um contexto de relação na sociedade internacional.

Nesse sentido, é importante esclarecer que, ao se realizar análise histórica das relações internacionais no âmbito da América Latina, bem como ao se estabelecer um desenho geopolítico dos movimentos geográficos e de poder que movem esses Estados, o objetivo foi observar os reflexos dessas relações sobre o Direito Internacional, compreendido como o instrumento para tutelar as relações jurídicas em um dado ambiente, para com isso embasar os fundamentos e os

paradigmas que sustentam e orientam a produção de regras internacionais na América Latina, numa perspectiva tridimensional dessas regras.^{158, 159}

Ademais, sob uma análise jurídica da concepção de como são impressas as relações internacionais e a orientação dos Estados nessas condutas, tal leitura e estudo são fundamentais para buscar o sentido motivador e inspirador do desenho dessas regras. Elas servem como elementos instituidores dos princípios materializados e exportados da região para toda a comunidade internacional e para a consolidação num corpo normativo e doutrinário do Direito Internacional.

¹⁵⁸ REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 163.

¹⁵⁹ RANGEL, Vicente Marotta. O tridimensionalismo de Puig. Mundo Nuevo. *Revista de Estudios Latinoamericanos*. Caracas: Universidad Simon Bolívar, año XII, n. 2/4, abr./dic. 1989. p. 299-300.

CAPÍTULO II – DISCUSSÃO SOBRE O SISTEMA INTERAMERICANO E O DIREITO INTERNACIONAL: ASPECTOS RELEVANTES

2.1 NOÇÕES PRELIMINARES

No capítulo anterior foi realizada uma análise histórica das relações internacionais desenvolvidas a partir de uma perspectiva focada nos países da América Latina, com o objetivo central de se buscar as matrizes axiológicas das normas que orientam juridicamente essas relações.

O instrumento hábil para regular as relações entre Estados no plano internacional é o Direito Internacional, que se configura mediante regras e princípios desenvolvidos a partir da ação dos Estados nesse ambiente, ou seja, a natureza das regras de Direito Internacional é essencialmente determinada pela mobilidade da sociedade que busca tutelar e dos princípios por ela adotados.^{1, 2}

Assim, o Direito Internacional, como o conjunto de normas e princípios que regulam as relações jurídicas estabelecidas entre sujeitos da comunidade internacional,^{3, 4} assume uma função essencial à medida que é expressão de uma sociedade que tutela, imposto pela consciência geral, ou por força de convenções ou tratados, e representa a manifestação dos sujeitos envolvidos nessa relação e ao mesmo tempo a orienta e disciplina.^{5, 6}

¹ SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. São Paulo: Atlas, 2002, v. 1, p. 21.

² BRIERLY, James Leslie. *Direito internacional*. 4. ed. Tradução de M. R. Crucho de Almeida. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979. p. 1.

³ ACCIOLY, Hildebrando. *Tratado de direito internacional público*. 2. ed. Rio de Janeiro: (s.n.), 1956, v. 1. p. 2.

⁴ REUTER, Paul. *Direito internacional público*. Tradução de Maria Helena Capêto Guimarães. Lisboa: Presença, 1981. p. 11.

⁵ VATTTEL, Emer de. *O direito das gentes*. Prefácio e tradução de Vicente Marotta Rangel. Brasília: Ed. da UnB, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2004.

⁶ RÃO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos*. São Paulo: Max Limonad, v. 1, 1960. p. 61.

Deixando de lado as discussões acadêmicas e doutrinárias sobre a existência ou não do Direito Internacional, entendida como inadequada e que o próprio tempo fez questão de suplantar, vê-se um crescimento da sua importância na sociedade internacional em um cenário cada vez mais integrado em rede. Com essa evolução, os sujeitos tradicionais passaram a desempenhar novos papéis, surgiram novos atores neste cenário e o envolvimento do indivíduo nas relações de caráter internacional, seja utilizando-se das regras ou mesmo vivenciando os efeitos derivados das relações entre os Estados no plano internacional, é cada vez mais intensa.

A América Latina guarda uma relação direta com essa evolução, transformação e também com a ampliação dos mecanismos que passaram a fazer parte do conjunto do acervo doutrinário e normativo e mesmo dos pressupostos para a sistematização do Direito Internacional contemporâneo.⁷

Cabe recordar, todavia, que, embora desde cedo o homem buscasse mecanismos para regular a relação entre povos e tribos, o Direito Internacional, como sistema e ciência, é decorrente do nascimento e evolução do Estado moderno e guarda com ele uma profunda relação. O marco de surgimento do Direito Internacional data do ano de 1648 com a assinatura dos Tratados de Paz de Westfália, que puseram fim à Guerra dos 30 Anos.

Naquele período, a América Latina vivia o auge do colonialismo e nesta condição era submetida à vontade da metrópole, destituída da liberdade para esta-

⁷ Para Podestá Costa: "De duas formas contribuíram os Estados americanos para o desenvolvimento do Direito Internacional: introduziram ou afirmaram novas normas importantes e foram os precursores das organizações internacionais. Este fenômeno deve atribuir-se à circunstância singular de que quase todos os Estados americanos têm uma origem comum, o que os uniu estreitamente, e todos sem exceção adotaram os mesmos princípios fundamentais como base de sua independência e de sua organização política." (COSTA, L. A. Podestá. *Derecho internacional público*. Buenos Aires: Tipográfica Ed. Argentina, 1955. p. 27, tradução livre).

belecer qualquer tipo de política internacional, sem autonomia para estabelecer relação com outros Estados ou reinos. O mundo vivia um sistema essencialmente eurocentrista. As relações internacionais eram determinadas basicamente por um conjunto de Estados europeus e suas práticas amadurecidas ao longo da História.

Por isso não se pode falar em Direito Internacional no âmbito da América Latina antes da declaração de independência dos Estados e do seu reconhecimento pela comunidade internacional, pois só a partir de então é que os Estados passaram a ter prerrogativas de serem sujeitos de direito e obrigações no plano internacional, usufruindo assim de todos os atributos de sua soberania, segundo os pressupostos do Direito Internacional clássico.

Em um primeiro momento os Estados tornados independentes se valem amplamente do Direito Internacional como instrumento de afirmação perante toda a sociedade internacional, apropriando-se do costume e do conjunto normativo já existente para obter o reconhecimento de sua personalidade e de sua aceitação como Estado naquele cenário.

Por outro lado, deve-se observar que com a independência dos países da América Latina, a partir de 1810, amplia-se consideravelmente a sociedade internacional, o Direito Internacional deixa de ser um “direito internacional europeu” – marcadamente eurocêntrico – que existia para regular as relações entre os reinos daquele continente, e pela primeira vez na História passa a contar com novos atores, que imprimem um novo formato de produção normativa no plano internacional, inserem novos temas para debate e dinamizam a agenda internacional, instituindo novas formas e métodos de relação jurídica no plano internacional.^{8, 9}

⁸ TRUYOL Y SERRA, Antonio. *Noções fundamentais de direito internacional público*. Tradução de R. Ehrhardt Soares. Coimbra: Arménio Amado, 1962. p. 204-205.

Os princípios empregados pelos países europeus são absorvidos pelos novos Estados americanos como modelo nas relações internacionais,¹⁰ mas em função da dinâmica das relações entre os Estados na região e devido às peculiaridades locais, outros são criados especificamente para orientar as relações entre os Estados da América Latina e entre estes e outros Estados.¹¹

Nesse sentido, Heber Arbuét Vignale complementa:

Na América os descendentes de europeus que chegam ao poder com a independência aderem ao mesmo, reafirmando assim seus laços com as antigas metrópoles. Não realizam uma revisão sistemática de todo ordenamento à luz das diferentes necessidades dos novos Estados, mas propõem um distinto enfoque ideológico, impulsionando e objetivando também algumas trocas pontuais.¹²

⁹ VALLADÃO, Haroldo. Os Enfoques Universalistas no Direito Interno e Internacional. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, n. 61-66, 1975/1979. p. 28.

¹⁰ Conforme observa J. da Silva Cunha ao formular estudo sobre a formação e desenvolvimento histórico do Direito Internacional: "O reconhecimento da independência dos EUA, do Brasil e das colônias espanholas da América, consagrou a existência de novos sujeitos de Direito Internacional, mas este Direito, como corpo de normas, continuou a ser concebido como uma espécie de Direito Público europeu, excluindo, mesmo na Europa, a Turquia, por não ser um Estado cristão. A Doutrina Monroe mostrou que a Europa doravante tinha que contar com os Estados americanos. [...] Esta tendência foi acompanhada de outra caracterizada pela formação de núcleos de Estados que, em resultado da vizinhança geográfica, mantinham entre si relações internacionais especialmente intensas, nas quais se estabeleceram sistemas de convivência internacional individualizados regidos por normas que consagram alguns princípios e instituições que permitem distinguir no Direito Internacional certos núcleos regionais. O primeiro a constituir-se surgiu nas relações entre os Estados americanos e forma o chamado Direito Internacional Americano." (CUNHA, J. da Silva. *Direito internacional público: introdução e fontes*. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1993. p. 119-120).

¹¹ Segundo Juan Antonio Carrillo Salcedo: "A separação das colônias inglesas da América do Norte e a emancipação da América hispânica, de uma parte, e a expansão da sociedade euro-ocidental, de outra, trouxeram como consequência a incorporação de novos Estados não europeus ao sistema internacional e a progressiva ampliação deste último além do mundo ocidental. Deste modo, duas forças históricas contrapostas, a descolonização americana e a expansão imperialista e colonial do Ocidente, contribuíram para que o sistema do direito das gentes europeu, próprio de uma sociedade internacional geograficamente limitada no momento de seu nascimento histórico, expandisse paulatinamente seu âmbito geográfico de aplicação; o que nasceu de um sistema europeu de Estados se transforma assim em um sistema de estados de civilização cristiniana através dos processos de independência dos Estados Unidos da América e da América hispânica, para converter-se mais tarde, através da admissão da Turquia no sistema de Direito Internacional Público e do concerto europeu, em 1856, em uma ordem jurídica reguladora das relações entre Estados civilizados. O caráter europeu-ocidental da ordem internacional não foi afetado, por esses processos, já que na América os novos Estados independentes não impugnaram o sistema de Direito Internacional, mas sim se incorporaram a ele, enquanto que a incorporação dos povos da Ásia e África se fez de modo passivo e desigual, sobre a base da expansão imperialista e colonial do Ocidente." (SALCEDO, Juan Antonio Carrillo. *El derecho internacional en perspectiva histórica*. Madrid: Tecnos, 1991. p. 37-38, tradução livre).

¹² VIGNALE, Heber Arbuét. *Derecho internacional publico: temas de la teoria general*. Montevideu: Talleres, 1993. p. 44-45 (tradução livre).

Na essência, os mecanismos do Direito Internacional clássico, de regramento da sociedade internacional, como os tratados e o respeito à unidade soberana dos Estados como sujeitos, continuaram a subsistir, mas certos princípios, fundamentos, além da essência das regras, são modificados a partir da perspectiva dos Estados da América Latina, que buscavam inserir-se no contexto da sociedade internacional e regular suas próprias relações fronteiriças e a sua perspectiva de atuação perante a outros povos, trazendo consigo por isso, novas soluções e instrumentos inovadores da relação entre os Estados.

É certo, também, que em grande parte das ocasiões o Direito Internacional foi utilizado para legitimar a submissão dos países da América Latina perante outros Estados, como naqueles documentos em que reconheciam a dívida derivada da independência, acordos comerciais desvantajosos em troca de reconhecimento de sua soberania e a legitimação de certa dependência estrutural.

Tudo isso é decorrente do momento histórico vivido pelos Estados que, tornados independentes, recebiam uma estrutura de sociedade internacional já montada e que possuíam as regras de coexistência definidas entre seus sujeitos. Em todo caso, é certo também que, se não fosse o Direito Internacional, seriam comuns graves conflitos entre os países da América Latina após a sua independência, relacionados à delimitação territorial e com certeza ainda teriam dificuldades no estabelecimento da própria unidade continental. Dessa forma, foi a utilização do Direito Internacional que propiciou o compartilhamento de preocupações comuns e a elaboração de uma agenda regional, impondo-se perante as antigas metrópoles.¹³

¹³ URRUTIA, Francisco José. *Lê continent américain et lê droit international*. Paris: Librairie Arthur Rousseau, 1928.

2.2 DISCUSSÃO SOBRE O SISTEMA INTERAMERICANO E O DIREITO INTERNACIONAL

A inserção dos países da América na sociedade internacional deu-se pelo instituto do reconhecimento e, a partir dele, do estabelecimento de relações políticas e comerciais com antigas metrópoles e com outros sujeitos integrantes do Sistema Internacional desenvolvido na época.

Conforme já referido, como forma de espantar o fantasma de uma retomada de poder por parte das antigas metrópoles ou pela “Santa Aliança” que se formava na Europa, os países recém tornados independentes gestaram a idéia de uma ação conjunta para fortalecer os vínculos regionais, por meio, inicialmente, da convocação dos Congressos Bolivarianos, marcadamente de caráter hispano-americano, desenvolvendo o gérmen da idéia de uma confederação de Estados unidos pela solidariedade histórica e por afinidades culturais.¹⁴

Mais tarde o movimento iniciado pelos Estados latino-americanos e parte do ideal solidarista sistematizado nos tratados foram absorvidos pela liderança dos EUA, que mobilizaram os países da região para a reestruturação do sistema regional a partir de um escritório vinculado ao governo de Washington. Desenvolveram-se, então, várias conferências que, a despeito das diferenças de perspectiva dos governos e mesmo de diferenças econômicas e políticas, atravessaram momentos históricos diversos.¹⁵

¹⁴ Conforme já descrito anteriormente, neste período foram realizados: Congresso do Panamá - 1826; Congresso de Lima – 1847-1848; Congresso de Lima – 1864-1865.

¹⁵ Ricardo Seitenfus descreve essas incertezas resgatando alguns posicionamentos da OEA: “A OEA representa a forma institucionalizada do pan-americanismo no pós-Segunda Guerra Mundial. Dotada de uma pesada e ineficiente estrutura institucional, a organização foi colocada sob o manto da problemática geral das relações internacionais. A primeira manifestação dessa submissão da organização aos interesses do sócio mais poderoso foi a luta constante contra os regimes nacionalistas latino-americanos. A intervenção na Guatemala em 1954, a expulsão de Cuba em

É o que observou Héctor Gross Espiell ao advertir:

Apesar de todos os esforços de unir o ideal de Bolívar – de natureza latino-americana – com o pan-americanismo – a fórmula pan-americana – é evidente que se trata de sistemas políticos e jurídicos totalmente diferentes, mesmo opostos, tanto do ponto de vista jurídico quanto político.

A partir de 1889, o pan-americanismo enterrara o latino-americanismo, que renasceria muito mais tarde, ao fim do século XX, por meio de fórmulas como a da Contadora, o Grupo do Rio, OPANAL, OLADE, ALALE e ALADI.¹⁶

O estabelecimento de um discurso sobre a existência de um ideal pan-americano que desaguou em um Sistema Interamericano centralizado na Organização dos Estados Americanos atendeu claramente aos interesses da política estratégica americana em cada tempo, mas, de qualquer forma, serviu, sobretudo, para sedimentar o regionalismo e o resgate de valores preconizados no Congresso do Panamá, de 1826, com o desenvolvimento de certos institutos do Direito Internacional, que foram amplamente utilizados pelos Estados em suas relações regionais.

Todos esses eventos, somados à participação crescente dos países da América na dinâmica da sociedade internacional, à materialização de um foro

1962, a intervenção da República Dominicana em 1965 e a complacência com as ditaduras militares na América Latina ao longo dos anos 1960-1980, demonstraram que a organização estava a serviço de uma causa ideológica. A doutrina das fronteiras ideológicas, que acompanhou as relações interamericanas durante toda a experiência da OEA, colocou uma questão fundamental: a aceitação de seus pressupostos implicava o abandono do tradicional conceito de soberania e a possibilidade de ingerência nos assuntos internos dos Estados. Para contornar as limitações jurídicas impostas pelo ato constitutivo da OEA a qualquer possibilidade de intervenção, individual e coletiva, nos assuntos internos dos Estados-membros, procedeu-se a interpretações abusivas e políticas da Carta. Por outro lado, estas questões foram transferidas para a alçada do TIAR, permitindo a adoção de medidas decorrentes daquela aliança militar. Concebido para ser um fórum de consultas e de debates, onde os parceiros deveriam encontrar-se em perfeita igualdade jurídica, o Sistema Interamericano rapidamente transformou-se num sistema de aliança assimétrico. Portanto, a OEA refletiu os dilemas e contradições da Guerra Fria servindo como biombo institucional à manifestação de poder dos Estados mais fortes, essencialmente dos Estados Unidos. Os esforços empreendidos na cooperação para o desenvolvimento fornecem resultados medíocres. Projetos pontuais como a Aliança Para o Progresso, ou permanentes como os esforços do BID, estão muito aquém das necessidades dos Estados-membros.” (SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. Op. cit., 1997, p. 197).

¹⁶ ESPIELL, Héctor Gross. La doctrine du droit international en Amérique Latine avant la première conférence panaméricaine (Washington, 1889). *Journal of the History of International Law* 3: 1-17-2001. p. 13 (tradução livre).

regional, marcado por princípios e uma sistemática própria de utilização do Direito Internacional, voltado para a realidade regional, resultaram em diversos textos normativos que trouxeram uma série de novidades ao estático e pouco dinâmico Direito Internacional, que ganhou novos institutos e um método próprio de produção de normas jurídicas nas relações entre Estados. Disso resultou um debate sobre o desenvolvimento de um Sistema Interamericano e sobre a conformação de um Direito Internacional americano.

A adoção de novos institutos acabou por influenciar outras regiões do mundo a empregar a mesma sistemática, seja por ter se tornado um costume regional como modelo, seja pela novidade que representavam esses institutos.

Conforme observa Julio Barboza:

A Organização Internacional dos Estados das Américas é a mais antiga do planeta, com antecedentes que remontam aos primeiros anos da independência. Foi em grande medida o modelo em que se inspiraram organizações similares em outros continentes, inclusive a própria organização mundial em 1918. Como descreve Fenwick, é um caso singular enquanto sistema anterior ao seu documento constitutivo.

Resultava natural uma colaboração entre as diferentes porções do império espanhol na América, que reconheciam uma origem comum, a mesma língua e comunidade de crenças. Ainda que depois da independência forças centrífugas tenham levado a uma atomização das divisões administrativas do antigo império, apareceram também atrações centrípetas, que impulsionavam a unidade e a coesão necessária para enfrentar os perigos do mundo externo, europeu, que avançava em seus propósitos colonialistas.¹⁷

Em que pese, como será visto a seguir, a discussão sobre a existência de um sistema regional interamericano, ou mesmo latino-americano, e seu impacto na criação de um Direito Internacional com características regionais, acabou por se diluir em meio a um conjunto de discussões doutrinárias de menor importância, que não enxergaram o mérito do conjunto de mecanismos que se desenvolviam no continente.

¹⁷ BARBOZA, Julio. *Derecho internacional público*. Buenos Aires: Zavalia, 2003. p. 565-566 (tradução livre).

2.2.1 Direito Internacional e Regionalismo

No estudo do Direito Internacional contemporâneo, um dos acontecimentos mais significativos foi o amadurecimento dos processos de integração regional, que passaram de uma ação meramente de coordenação e aproximação entre Estados para uma integração mais aprofundada, afetando as bases do Direito Internacional, suas fontes, princípios e formas de aplicação e trazendo novos mecanismos e institutos. Assim, por conta desses fenômenos, o regionalismo passa a ser tema obrigatório no estudo do Direito Internacional.

É de se observar que o Direito Internacional, segundo a indiscutível concepção universalista, paradoxalmente surgiu em um contexto regional, disciplinando basicamente a relação entre os reinos europeus com a paz de Westfália. Por isso é possível afirmar que o Direito Internacional foi construído basicamente dentro do contexto de relações internacionais regionais. Com a ampliação da sociedade internacional, a concepção do Direito Internacional expandiu-se como um instrumento à disposição de toda a sociedade internacional, vertendo assim a sua concepção mundializada, firmada por aqueles pressupostos desenvolvidos pelos Estados, para regular suas relações regionais.¹⁸

A propósito, não é demais lembrar que a ação dos países da América Latina, tendo objetivos comuns ao se tornarem independentes, e o desencadeamento do trabalho iniciado por Simón Bolívar, no sentido de reunir representantes de todos os

¹⁸ Emma Nogales de Santivañez descreve o novo cenário de desenvolvimento que se vislumbra no plano internacional entre a globalização e o regionalismo: “A globalização busca a desintegração das fronteiras nacionais, para as relações internacionais, devido à transnacionalização dos fluxos de comércio, de capital e de tecnologia e além disso em razão de que os países devem formular seus planos de desenvolvimento não só levando em conta as características próprias de um país, mas também sua inserção no cenário internacional; o regionalismo se refere ao acordo ideológico, político e econômico que buscam os países e que se denomina democracia liberal ocidental.” (SANTIVAÑEZ, Emma Nogales de. *Bolívia y sus relaciones continentales*. Los procesos de integración en el nuevo milenio. La Paz: Universidade Católica Boliviana, 2000. p. 559, tradução livre).

Estados para, em um foro multilateral, traçar estratégias comuns para a região, apoiados, sobretudo, por questões políticas dada a proximidade geográfica, permitem afirmar que o regionalismo foi gestado na América Latina.

Nesse sentido, quem defende claramente esse posicionamento é o professor Antonio Remiro Brotons, quando contextualiza:

Dentro da ampla liberdade de disposição que as normas gerais reconhecem aos seus sujeitos, estes podem constituir no seio de sociedades particulares ou regionais uma ordem, instituições e mecanismos do mesmo caráter, particular ou regional. O Direito Internacional Americano (propriamente Latino-americano) foi um arquétipo do Direito Internacional Regional.¹⁹

A partir daqueles conceitos trazidos pelos países latino-americanos, mais tarde envolvidos pela construção do sistema interamericano, é que se desenvolveram em todo o mundo processos de organização regional que acabaram sedimentando na doutrina internacional o conceito da existência do regionalismo no Direito Internacional.

O regionalismo pode ser definido como a ação internacional de Estados que, dada a proximidade geográfica, além de sua identidade histórica e cultural, pactuam acordo internacional no sentido de coordenarem estrategicamente suas ações em busca da solução de problemas que lhes são próprios e na consecução de objetivos comuns previamente estabelecidos no tratado.

Para Dinh, Daillier e Pellet, o regionalismo foi por muito tempo malvisto. Em razão disso, era camuflado pela tomada de posições regionais como “doutrinas”. Tal debate era superficial, uma vez que subestimava a origem europeia regional das normas internacionais, reconhecendo a aplicação de tais regras na América Latina:

O debate sobre o regionalismo internacional apresenta múltiplas facetas: política, econômica, ideológica, jurídica. Sob esse último ângulo, a questão

¹⁹ BROTONS, Antonio Remiro. Universalismo, multilateralismo, regionalismo y unilateralismo en el nuevo orden internacional. *Revista Española de Derecho Internacional*. Madrid: Boletín Oficial Del Estado, v. LI-1999, n. I, enero-junio, 2000. p. 13 (tradução livre).

central é a da oportunidade do regionalismo jurídico sob o ponto de vista internacional geral: favorecer as instituições regionais e reforçar o “corpus” das normas regionais é parecer querer evitar os mecanismos universais e travar a adoção de regras de alcance geral; mas é, também, dispor de um laboratório de idéias e de práticas, antecipação experimental graças à qual permitem-se novos progressos no âmbito mundial.

De há trinta anos a esta parte, a tendência para o regionalismo reforçou-se e generalizou-se na seqüência de dois fenômenos maiores: a descolonização e as tentativas de integração política e econômica. A descolonização fez com que os continentes africano e asiático acessem às preocupações que eram as da América Latina desde o século XIX: todos os novos Estados tentam elaborar, em âmbito regional, regras que defenderão coletivamente nas instâncias universais, em matéria de luta contra o colonialismo, de sucessão de Estados, de resolução dos diferendos territoriais, de desenvolvimento. As grandes potências e os Estados europeus já não estão em condições de impedir o êxito dessas reivindicações e são eles próprios tentados pelo regionalismo, como tática defensiva. As modalidades de elaboração do direito do mar nestes últimos vinte anos ilustram, de forma impressionante, estes fenômenos. O desenvolvimento do Direito regional utiliza vias complexas, em que se combinam o processo consuetudinário tradicional – cuja legitimidade foi admitida pela jurisprudência internacional (T.I.J., caso Haya de la Torre, 1951) e a diplomacia “parlamentar” no seio das conferências e organizações regionais. Mas o regionalismo já não é apenas uma reação a um ambiente internacional desfavorável. É também um fenômeno positivo que traduz solidariedades mais estreitas do que no âmbito universal. Dá origem, no mínimo, a uma rede bastante densa de relações de cooperação e a mecanismos de controle vinculativos para os Estados (proteção dos direitos do homem no quadro do Conselho da Europa, ou a C.S.C.E.). Em certas conjunturas particulares, o regionalismo permite o aparecimento de ordens jurídicas de tal modo específicas que, por vezes, se hesitou em ver nelas elementos do Direito Internacional.²⁰

O regionalismo baseado no Princípio da Solidariedade acabou, por sua vez, criando uma modalidade variante que é o integracionismo desenvolvido a partir das experiências dos processos de integração econômica e regional entre Estados. Assim, o processo de integração é baseado nas idéias concebidas do regionalismo, mas, além de promover aproximação entre Estados e a adoção de decisões políticas coordenadas, visa a criar um canal de solidificação econômica

mediante o qual dois ou mais países procedem à abolição das barreiras discriminatórias existentes entre eles, para estabelecer um espaço comum que resulta na soma dos espaços econômicos de cada um dos participantes do processo, com o objetivo de facilitar o fluxo de bens, serviços e fatores produtivos e a harmonização das políticas econômicas.²¹

²⁰ DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito internacional público*. Tradução de Vítor Marques de Coelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. p. 67-68.

²¹ CANTERO, Carlos Marcial Russo. *El Mercosur ante la necesidad de organismos supranacionales*. Asunción: Intercontinental, 1999. p. 71.

Esses processos de integração econômica podem ser identificados segundo os níveis de integração buscados ou desenvolvidos,²² e, especificamente no caso da União Européia, a despeito de sedimentar-se em mecanismos de Direito Internacional Público, no surgimento de um ordenamento jurídico *sui generis* constituindo um novo sistema jurídico regional como o Direito Comunitário.^{23, 24}

A idéia de integração econômica gerou o conceito de regionalismo aberto ou radical, diferenciado justamente pela possibilidade, no primeiro caso, de os Estados ao mesmo tempo em que coordenam ações regionais comuns, não descartarem a inserção com organismos internacionais e abertura comercial com outros blocos e países. Esta, aliás, tem sido uma marca do desenvolvimento das organizações regionais da América Latina, sobretudo por conta da deliberação de organismos internacionais.

O regionalismo se desenvolve em um ambiente no qual se respeitam determinadas características locais e peculiaridades regionais, e se sustenta sobre princípios e pressupostos localmente reconhecidos como aceitos por aquela comunidade regional, ou ainda, em função dessa dinâmica, fazendo surgir outros princípios que norteiam as relações entre os Estados. O regionalismo envolve então um conjunto de fenômenos não só marcados pelo estabelecimento de estratégias regionais de cooperação, mas por um processo mais aprofundado de integração entre os blocos econômicos.

²² Bela Balassa identifica os seguintes níveis de integração de acordo com repercussões na supressão das barreiras e organização das políticas tarifárias: Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e União Econômica total (BALASSA, Bela. *Teoria da integração econômica*. Trad. de Maria F. Gonçalves e Maria E. Ferreira. Lisboa: LCF, 1972).

²³ TESAURO, Giuseppe. *Diritto comunitario*. 2. ed. Padova: Cedam, 2001.

²⁴ CEREXHE, Etienne. *O direito europeu*. Tradução de António Mota Salgado. Lisboa: Editorial Notícias, v. I, 1985.

O desenvolvimento de um sistema geograficamente estratificado, que demarcava as relações internacionais em uma certa região, como na ex-União Soviética, África e América, proporcionou o debate sobre a consonância ou oposição entre o regionalismo e o sistema internacional mais amplo.

A propósito, o marco de surgimento de movimentos regionais influenciou inclusive a redação da Carta das Nações Unidas, cujo Capítulo VIII tratou especificamente sobre o tema.^{25, 26} A Carta, de forma inequívoca, estimula a assinatura de acordos para o desenvolvimento de ações regionais em conformidade com os propósitos das Nações Unidas.

A Carta não chega a estabelecer um conceito fechado de regionalismo, deixando aberta a interpretação sobre a modalidade de cada projeto, o que, na opinião abalizada do professor Vicente Marotta Rangel, leva a uma perspectiva imprecisa, e por isso esclarece:

Os motivos entendem com a própria indecisão da terminologia que concerne às diferentes manifestações, normativas e institucionais, do regionalismo internacional. Ainda mais. Têm eles raízes também no desejo das principais nações, presentes em São Francisco, de manterem de tal sorte vaga a noção de acordo regional, que permanecessem intactos os compromissos anteriormente assumidos, ou que, de futuro, viessem a assumir.²⁷

De fato, a Carta das Nações Unidas não chega a conceituar objetivamente o regionalismo, mas faz menção generalizada a acordos ou entidades regionais que se destinam a tratar de manutenção da paz, mediante ação regional e que sejam compatíveis com os propósitos das Nações Unidas. Nesse contexto, submete a ação regional à manutenção da paz e a segurança internacional ao Conselho de Segurança.

²⁵ RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e relações internacionais* – textos coligidos, ordenados e anotados. 8. ed. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 27 e ss.

²⁶ MENEZES, Wagner. *Direito internacional: legislação e textos básicos*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 106.

²⁷ RANGEL, Vicente Marotta. *Do conflito entre a Carta das Nações Unidas e os demais acordos regionais*. São Paulo: Saraiva, 1954. p. 83-84.

De toda forma, o principal atributo de uma dinâmica internacional regional ou continental deve ser visto como uma iniciativa positiva que trabalha a serviço da paz. Ora, ao longo da História, a maioria dos conflitos ocorreu entre povos de uma determinada região por conta de sua proximidade geográfica e, em razão dessa vizinhança, do choque de interesses. O estabelecimento de acordos regionais minimiza esses conflitos e faz com que os Estados, em vez de competirem, flexibilizem suas fronteiras geográficas e políticas e busquem em conjunto atuar para perseguir objetivos políticos e econômicos de seu interesse.

2.2.2 Regionalismo e Direito Internacional Regional

A questão que se debate refere-se, principalmente, a se é possível um Direito Internacional regular a existência de um espaço continental, uma região conformada por um conjunto de Estados soberanos, bem como se é possível coexistirem um sistema internacional amplo e um sistema regional fechado, chegando-se mesmo a se afirmar que o regionalismo não poderia coexistir com o Direito Internacional, ou ainda, mais contemporaneamente, com a própria globalização.

Conforme bem esclarece Celso de Albuquerque Mello:

A possibilidade da existência de um Direito Internacional Particular quase que não é mais negada atualmente. O DI Particular existe em virtude de as normas internacionais imperativas serem muito poucas e ainda de as normas internacionais serem [...], um simples “invólucro” sem um conteúdo bem determinado. Deste modo, nada impede que alguns Estados se utilizem de normas próprias para regerem as suas relações. Todavia, isto não significa que eles possam violar as normas imperativas de aspecto universal. Possuem, entretanto, tais Estados, como vimos ao fixar as características das normas internacionais, limites bastante amplos para a fixação de suas normas próprias. Admitir a existência de um DI Particular não é negar a unidade do DI Geral, uma vez que o Particular só se manifesta nos limites fixados pelo Geral. Existe entre os dois uma relação de subordinação. Entre os Estados latino-americanos, as normas do asilo diplomático são aplicáveis em virtude do princípio de que as normas especiais derrogam as gerais. Este instituto não é oponível a um Estado não-americano.²⁸

²⁸ MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 13. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 176.

É certo que o exemplo dos movimentos latino-americanos de integração ensinaram ao mundo que o regionalismo não se constitui um obstáculo ao universalismo ou às relações globais, pois o regionalismo assume os problemas próprios dos Estados de uma região, mas serve como trampolim para expressá-los em foros globais ou para estabelecer um posicionamento sobre temas universais.

Nesse sentido, o professor António Truyol y Serra sustenta que:

O universalismo não constitui pois um obstáculo ao regionalismo internacional, que dá lugar a comunidades dentro da sociedade internacional. Exemplo clássico disso é o pan-americanismo, que se plasmou institucionalmente na União Pan-Americana, com conferências, e no estabelecimento da Organização dos Estados Americanos. Uma tendência semelhante ao regionalismo manifestou-se, se bem que com menos continuidade e eficácia institucional, entre os países árabes (Liga Árabe, 1945) e, em geral, afro-asiáticos (Conferência de Bandung, 1955). Precisamente, assistimos hoje a um fortalecimento de acordos regionais estáveis, de estruturas comunitárias parciais, dada a dificuldade dum acordo no plano universal, que resulta da diversidade cultural, política, econômica e social entre povos de tão diversa procedência e tradição como os que hoje constituem a sociedade internacional. No fundo, isso não é senão a confirmação do que reiteradamente comprovamos ao longo da nossa digressão histórica, isto é: que a intensidade dos vínculos jurídico-internacionais está em função da afinidade cultural das partes. Quanto mais fatores comuns haja entre elas, mais firme e estável será a ordem da convivência.²⁹

Sem dúvida o desenvolvimento de esquemas regionais de relação entre Estados segue regras do Direito Internacional, como a utilização de tratados, princípios e de mecanismos de prevenção de litígios. A criação de mecanismos característicos regionais e até de microssistemas, como é o caso do Direito Comunitário, ou mesmo do Direito Americano, não é razão suficiente para se afirmar que tais experiências se contrapõem ao conjunto normativo do Direito Internacional ou que se constituem em um ordenamento totalmente autônomo diferenciado. Pelo contrário, essas experiências são em sua essência normas para regular a relação entre Estados, motivo pelo qual servem para dinamizar o Direito Internacional,

²⁹ TRUYOL Y SERRA, António. Op. cit., 1962, p. 207.

enriquecendo-o com novos institutos jurídicos, e outras regras da relação entre o Direito Internacional e o Direito Nacional, novos princípios que acabam sendo aplicados universalmente.

De qualquer forma, o regionalismo fez emergir debate sobre a criação de microssistemas normativos de Direito Internacional Regional, como na União Européia, onde o Tribunal de Justiça pronunciou-se sobre a natureza autônoma do Direito Comunitário^{30, 31}, e que substancialmente não foi renegada, através das decisões do Tribunal de Luxemburgo, sua identidade com o Direito Internacional Público, que norteia a relação jurídica entre Estados mediante tratados e princípios vetores dessa relação. Particularmente na América Latina tal fenômeno redundou no debate sobre a existência ou não de um Direito Internacional Americano, conforme se analisará adiante.

2.2.3 Congresso do Panamá em 1826 e sua Influência sobre o Direito Internacional

É impossível fazer menção ao Direito Internacional desenvolvido no seio da América Latina, aos seus institutos e elementos, sem que se reconheça a importância da liderança de Simón Bolívar e de todo seu idealismo ao convocar o

³⁰ O Tribunal de Justiça da União Européia definiu o Direito Comunitário como “uma nova ordem jurídica de Direito Internacional, em proveito da qual os Estados limitaram, ainda que em domínios restritos, os seus direitos soberanos, e cujos sujeitos são não apenas os Estados-membros, mas também os seus nacionais.” (CJCE, de 5-02-63, *Algemene Transport* – en Expeditie Onderneming van Gend et Loss c/administration fiscale néerlandaise. Collec. de 1963, n. 26/62, p. 23, tradução livre).

³¹ Para Pierre Pescatore: “a própria existência do Sistema Comunitário, enquanto ordem jurídica unitária, seria posta em causa, em toda a linha, se, em caso de conflito, a ordem e o interesse nacionais pudessem opor-se vitoriosamente à sua plena realização. Em outras palavras: qualquer atentado ao princípio do primado do Direito Comunitário teria como consequência por-se em causa a própria existência da Comunidade. É dessa necessidade existencial que resulta a noção de uma hierarquia claramente traçada entre o Direito Comunitário e o Direito Nacional.” (PESCATORE, Pierre. *L'ordre juridique des communautés européennes*. Liège: Presses Universitaires, 1975. p. 257, tradução livre).

Congresso do Panamá, que serviu como instrumento para o direcionamento das relações internacionais inter-regionais e do conjunto de regras, normas e princípios que são aplicados contemporaneamente, não só no plano regional, mas também para toda a sociedade internacional.

Muitos dos institutos do Direito Internacional, mesmo que travestidos por outras denominações, ou mesmo que tenham adquirido uma outra roupagem, devem ser creditados à idéia de Simón Bolívar e ao conjunto de preceitos instituídos no documento final da conferência denominada “Tratado de União Liga e Confederação Perpétua”.³²

Segundo a concepção abalizada de Alfonso Barrera Valverde ao analisar a contribuição de Simón Bolívar para a sistematização do Direito Americano:

Não se trata, agora, de discutir a importância de Bolívar na independência da América Latina. Não se trata de estabelecer limites entre a ação do Libertador Bolívar e a do Libertador San Martín.
Trata-se da visão do internacionalista.
Está certo que Bolívar é o fundador do sistema Americano do Direito Internacional, entendendo este como o conjunto de esforços dos países de nosso continente.
O sonho de Bolívar de formar uma grande confederação Latino-Americana tem duas fases complementares. Primeiro a do idealista, depois a do realizador [...] E, anos depois, quando os destinos da América começavam a confiar a suas mãos, o Libertador, o estadista Bolívar se empenhou em concretizar os propósitos do visionário.³³

O Congresso do Panamá, realizado em 1826, sob a liderança do libertador, foi o marco inicial para a criação de uma unidade jurídica continental assentada sobre princípios, desaguando em um sistema de Direito Internacional baseado nas relações regionais. Por outro lado, é essencial observar que a sistemática, os princípios, os modelos adotados para a conjunção de objetivos dos Estados foi uma

³² SANDERS, Willian. Criação e consolidação da comunidade americana. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, jan./dez. 1965, n 41-42, p. 97ss.

³³ VALVERDE, Alfonso Barrera. *Cursillo de Derecho Internacional Publico. Caderno n. 25*. La Paz: Publicaciones de La Facultad de Derecho y C. P., 1961. p. 14-15 (tradução livre).

inovação para a própria sociedade internacional da época, pois ela era, até então, predominantemente dominada por conflitos e disputas políticas entre povos, reinos e Estados e não por uma organização nos moldes kantianos,³⁴ idéia que foi materializada por Bolívar.^{35, 36}

É de se ressaltar que dispositivos sistematizados no Tratado de União Liga e Confederação Perpétua, assinado no Congresso do Panamá, foram reproduzidos, em textos dos Tratados instituidores da Liga das Nações e da Organização das Nações Unidas e, por conseguinte, orientam até hoje as relações internacionais contemporâneas.

Neste sentido, o professor José Carlos Brandi Aleixo lembra que:

Os artigos II e XXI do Tratado do Panamá são antecedentes lógicos do artigo X da Liga das Nações, que trata da garantia da independência política e integridade territorial dos Estados. A respeito, o renomado internacionalista francês Albert de La Pradelle dizia que “o artigo X do Pacto da Sociedade das Nações não é mais do que a aplicação ao mundo inteiro das doutrinas de Simon Bolívar”.

A título de exemplo, vale ressaltar outros pontos do tratado do Panamá. Pelo artigo XVI, “as partes contratantes se obrigam, e se comprometem solenemente a transigir amigavelmente entre si todas as diferenças que existam ou possam existir entre elas [...]”. Segundo Jesus Maria Yepes, é no Tratado do Panamá que se menciona pela primeira vez, na história das instituições internacionais, o sistema de conciliação para resolver os confli-

³⁴ KANT, Immanuel. *Doutrina do direito*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993. p. 201; KANT, Emmanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 137.

³⁵ São fortes as evidências de que Bolívar, ao estudar na Europa, se deparou com a efervescência intelectual, filosófica e política dos pensadores europeus da época e intelectual que era teve contato e absorveu as idéias difundidas à época, e que, com base nisso, acabou formulando as bases para sua ação continental e também de todo seu pensamento jurídico, normativo e ideológico.

³⁶ Conforme enfatiza José Alberto Zambrano, a grande contribuição de Bolívar para o Direito Internacional: “O libertador conhecia com profundidade as doutrinas do liberalismo francês, as constituições da Republica Francesa e a dos Estados Unidos da América, mas fazia esforços sobre humanos para adotar preceitos que foram congruentes com a realidade de nossos povos e a época em que vivia. Também nesse aspecto nos deu um exemplo precioso. Enquanto por decorrência se impunha – e a grande medida se segue impondo – a cópia e a imitação, tratou sempre de auscultar as tendências profundas da sociedade e de dar-lhes um adequado tratamento constitucional. E ainda às vezes as suas propostas foram exitosas, o que foi verdadeiramente destacável foi a intenção contínua de adaptar e de criar, antes que de copiar servilmente, como era a atitude psicológica que prevalecia entre os círculos bem pensantes da revolução americana.” (ZAMBRANO, José Alberto. Bolívar y el derecho internacional. *Décimo curso de derecho internacional*. Washington: Ediciones Jurídicas de las Américas, 1984. p. 5-6, tradução livre).

tos entre os Estados, a cargo da Assembléia Geral. O Princípio de Consulta Mútua, que só é firmado na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz, realizada em Buenos Aires, em 1936, encontra-se claramente no artigo XIII do Tratado do Panamá.³⁷

Nesse mesmo sentido, deve ser creditado a Jesus Maria Yepes³⁸ a realização de estudos de qualidade no intuito de analisar a influência do Congresso do Panamá, de 1826, sobre a criação de outras regras jurídicas que foram reproduzidas e aplicadas pela sociedade internacional,³⁹ ao mesmo tempo em que ilustrou e sintetizou a contribuição que o referido Congresso deu ao Direito Internacional, apontando as seguintes inovações:

Manutenção da paz, segurança coletiva, defesa recíproca e mútua ajuda contra o agressor, garantia da independência política e da integridade territorial dos Estados-membros; solução pacífica de controvérsias internacionais, quaisquer que sejam suas naturezas e origens, codificação do Direito Internacional; enfim emprego da força justa para assegurar o reinado do Direito.⁴⁰

De fato, ao se realizar a leitura do documento que foi resultado do Congresso do Panamá, ao longo de seus 31 dispositivos, podem ser encontrados vários institutos, como a igualdade dos Estados; postulado jurídico; a solidariedade como fundamento para aliança entre os Estados; a defesa coletiva contra agressões estrangeiras; o princípio da solução pacífica dos conflitos e a não utilização do uso de força contra outros territórios e povos; o formato de assembléia para a tomada de decisões e a sistematização de uma organização regional como base numa proximidade geográfica e identidade histórica comum. Tais institutos até então eram desconhecidos costumeira ou juridicamente da sociedade internacional e

³⁷ ALEIXO, José Carlos Brandi. O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: FUNAG, ano 43, n. 2, 2000. p. 172.

³⁸ MANTILLA PINEDA, Benigno. La filosofía del panamericanismo de Jesús María Yepes. *Estudios de Derecho*. Medellín: Universidad de Antioquia, n. 131-132, 1999. p. 189ss.

³⁹ YEPES, Jesus Maria. La contribution de l'Amérique Latine au développement du droit international public et privé. In: *RdC*, v. III, t. 32, 1930.

⁴⁰ YEPES, Jesus Maria. *Del Congreso do Panamá a la Conferência de Caracas*. Caracas: Oficina Central de Informação, 1976. p. 75-76 (tradução livre).

representaram uma verdadeira revolução no conjunto sistemático e normativo da ciência, antecedendo vários dos dispositivos que hoje são reconhecidos e aplicados pela dinâmica da sociedade internacional. Mesmo que o Congresso do Panamá não tenha sido ratificado pelos Estados, os valores ali anunciados se consubstanciaram em princípios e sobreviveram ao longo do tempo, estabelecendo as bases inspiradoras e modeladoras do Direito Internacional na América Latina e contribuindo para a edificação de um Direito caracteristicamente regional.⁴¹

2.2.4 Proposta da Existência do Direito Internacional Americano

A sistematização de um Direito Americano foi vislumbrada essencialmente em razão da identidade cultural, geográfica e histórica dos países da região, que possibilitaram um ambiente facilitador para a adoção de institutos jurídicos comuns e para o desenvolvimento de normas próprias para enfrentar e regular as questões que se apresentavam diante da realidade local.^{42, 43}

Oscar B. Lianes identifica particularismos entre os países do continente que permitiriam chegar a um conceito de Direito Regional:

Da tendência à particularização emerge o Direito Internacional Americano, sendo o nosso continente um conglomerado de origens comuns e pensamentos idênticos levado a aprimorar as suas instituições, desenvolver certos institutos jurídicos de Direito Internacional, para regular as relações entre os Estados que o compõem. O continente americano apresenta

⁴¹ ESPIELL, Héctor Gros. Op. cit., 2001.

⁴² Para Karl Strupp: “o conjunto de instituições, de princípios, de regras, de doutrinas, de convenções, de costumes e de práticas que dominam as relações internacionais são próprias das repúblicas do Novo mundo.” (STRUPP, Karl. *Elements de droit international public universal, européen et américain*. Paris: Lês Editions Internationales, v. III, 1930, tradução livre).

⁴³ Segundo análise de Raul Pederneiras, a situação especial da América apresenta aspectos do Direito Internacional que merecem referência como uma “feição” regional de Direito Internacional com base principalmente na formação histórica dos Estados por terem nascidos dentro dos mesmos moldes e processos e os fatores de emancipação das colônias por se rebelarem aos entraves à produção e ao comércio coloniais, e ainda os fenômenos de ordem moral por influência da revolução francesa e americana e sobretudo o amor pelo solo natal (PEDERNEIRAS, Raul. Op. cit., 1961, p. 74-75).

singularidades marcantes em comparação ao continente europeu: a) temos sistema constitucional próprio; b) meio social diferente, miscigenação de raças, originando um tipo psicológico característico; c) somos Estados notadamente de imigração; d) instituições políticas não consolidadas, provocando revoluções e golpes de Estado na ordem interna; e) pertencemos, a grande maioria, ao “Terceiro Mundo”. Estas diferenças foram fatores que levaram a criar e desenvolver normas jurídicas próprias para enfrentar as realidades e necessidades políticas, econômicas e sociais de nosso continente.⁴⁴

Ademais, os encontros sucessivos, promovidos pelas conferências latino-americanas, em atas dos congressos, a sedimentação de institutos característicos desenvolvidos na região, os debates doutrinários iniciados a partir de 1830 e o estabelecimento de princípios vetores das relações entre os Estados, levaram a que se discutisse a sistematização de um Direito Internacional tradicionalmente americano.⁴⁵

A primeira referência que se fez à possibilidade de se organizar um sistema predominantemente regional, conforme já se aduziu, ocorreu no Congresso do Panamá, promovido em 1826, que incluiu entre os objetivos a serem alcançados a sistematização de um Código de Direito Internacional baseado nas relações desenvolvidas pelos Estados-membros da conferência e que deveria reger as relações entre os Estados latino-americanos.

Doutrinariamente o debate inicia-se em 1883, com a discussão sobre a sistematização de um Direito Internacional Americano defendida por Amâncio Alcorta em que sustentou que as repúblicas americanas possuíam origens comuns e uma mesma orientação política, motivo porque deveriam contar com regras próprias

⁴⁴ LIANES, Oscar B. *Direito internacional público: instrumento das relações internacionais*. Brasília: Horizonte, 1979. p. 54.

⁴⁵ Daniel Antokoletz descreve os contornos da existência do Direito Internacional Americano ao afirmar que: “A idéia de que existe ou pode existir um Direito Internacional Americano foi anunciada várias vezes em notas de chancelaria, atas de Congressos e obras de juristas deste continente. Ela surgiu nos albores da emancipação, provavelmente como reação contra as práticas políticas européias que foram repudiadas pelo novo mundo, em cujos povos se foi arraigando pouco a pouco o pensamento de que deveriam guiar-se por normas de conduta diferentes das que regiam a Europa naquele tempo.” (ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de derecho internacional público*. 5. ed. Buenos Aires: Librería y Editorial “La Facultad”, 1951. p. 50, tradução livre).

como as já implementadas, o *uti possidetis*, a livre navegação dos rios, a igualdade civil entre nacionais, a não-intervenção. Essa tese foi combatida pelo internacionalista argentino Carlos Calvo, que não via nenhum sentido prático ou aplicação do conceito.

A discussão teve seqüência mais madura a partir de 1905, no 3º Congresso Científico Latino-Americano realizado no Rio de Janeiro, quando o internacionalista chileno Alejandro Alvarez apresentou tese intitulada “Origem e desenvolvimento do Direito Internacional Americano”, na qual alegava a existência de situações peculiares no continente americano que demandavam a aplicação de práticas e regras próprias de natureza *sui generis*, desconhecidas ou inexistentes em outros continentes. Mais tarde, em 1910, Alvarez reafirmou a tese da existência de um Direito Americano em seu *Le Droit International Américain*, no qual sustentou a existência de um conjunto de regras que só interessavam aos Estados americanos, por conta de sua mesma origem.⁴⁶

O autor constatou a existência de um conjunto de características desenvolvidas a partir do Direito Internacional Americano indicando, entre outras, as seguintes: o otimismo, o idealismo, a devoção aos princípios, o espírito liberal e igualitário, o espírito de fraternidade e solidariedade continental, a consciência de uma individualidade continental, o desejo da manutenção da paz regional, o desejo de manter relações recíprocas e de criar regras jurídicas nesse sentido, e as relações baseadas em regras jurídicas.⁴⁷

A proposta foi veementemente contestada pelo jurista brasileiro Sá Viana que na obra *De la non existence d'un Droit International Américain*, publicada dois anos

⁴⁶ ALVAREZ, Alejandro. *Lê droit international américain*. Paris: A. Pedone Editeur, 1910.

⁴⁷ ALVAREZ, Alejandro. *Lê panaméricanisme et la sixième Conférence Panaméricaine tenue à la havane en 1928*. Paris: Les Éditions Internationales, 1928. p. 38.

mais tarde, negou a existência de um Direito Internacional Americano, mas reconheceu a construção de princípios que não eram suficientes para constituir um ordenamento jurídico próprio.⁴⁸

O debate entre os dois juristas arrastou-se,⁴⁹ e, de tempos em tempos, doutrinadores internacionalistas posicionam-se em um ou outro sentido. Contemporaneamente, o tema ainda não foi pacificado na doutrina, tendo como mais veemente opositor à idéia de um Direito Internacional Americano o professor Luiz Ivani de Amorim Araújo, que sustenta:

O Direito Internacional Público é um Direito universal e jamais poderá ser aceito como um direito fragmentado ou dividido em número igual ao dos continentes ou às ideologias político-filosóficas em que se reparte o mundo; O Direito Internacional Público americano e o soviético são, apenas, doutrinas que certos Estados aplicam com maior ou menor intensidade, sem perderem com isso o caráter de capítulos do Direito Internacional Público Universal. Eles fazem parte integrante do todo desta disciplina.⁵⁰

Por sua vez, Celso de Albuquerque Mello defende claramente a existência de um Direito Internacional marcadamente americano e conceitua: “O DI Americano, em sentido estrito, isto é, abrangendo apenas princípios normativos, pode ser definido como o conjunto de normas convencionais e costumeiras desenvolvidas no continente americano e aí aplicadas nas relações internacionais.”⁵¹ O mesmo autor

⁴⁸ VIANNA, Sá. *De la non existence d'un droit international américain*. Rio de Janeiro: L. Figueiredo Éditeur, 1912.

⁴⁹ Como muito bem lembra Celso de Albuquerque Mello, deve-se destacar que em 1959 Alejandro Alvarez deu maior precisão ao seu estudo onde expõe as divergências entre os povos continentais, entre europeus e latino-americanos, anglo-saxões e hispânicos e faz referência expressa ao que se esboça mais claramente hoje que é o Direito Internacional Latino-Americano a partir de seu raciocínio da formatação de um Direito Internacional regional, com seus princípios, doutrinas e práticas características (MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito internacional americano: estudo sobre a contribuição de um direito regional para a integração econômica*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995. p. 32-33).

⁵⁰ ARAÚJO, Luiz Ivani de Amorim. *Da globalização do direito internacional público: os choques regionais*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000. p. 119-120.

⁵¹ MELLO, Celso D. de Albuquerque. Op. cit., 1995, p. 180.

complementa: “Em sentido amplo, DI Americano é o conjunto de princípios, normas, doutrinas e práticas aplicado nas relações interamericanas.”⁵²

Ambos os autores, apesar da oposição clara de idéias, possuem apontamentos coincidentes no sentido de se reconhecer o desenvolvimento de certos mecanismos próprios e característicos de uma região, por seus interesses, práticas, realidade e evolução histórica em consonância com o Direito Internacional. A distensão reside na aceitação ou não de uma terminologia que possa enquadrar o conjunto de regras e práticas regionais, dando a ela a condição de um sistema próprio e característico da região, denominado Direito Internacional Americano. Não existe um fundamento que impeça a caracterização do direito, oriundo das relações entre Estados na América Latina, como um sistema próprio e característico, até porque há, na verdade, um conjunto de práticas, princípios e normas coincidentes que encerram um verdadeiro microssistema de Direito Internacional geral.

Nesse sentido César Sepúlveda, ao analisar o tema em uma concepção sociológica, encontra nas condições econômicas, políticas e sociais das nações latino-americanas um forte sentimento de solidariedade que surgiu entre elas, o que permitiu a formação de uma consciência jurídica particular, que por sua vez facilitou a construção de um sistema jurídico hemisférico, e arremata:

Pode-se advertir que os preceitos que constituíram o Direito Internacional Americano diferem das regras gerais em relação ao âmbito de sua aplicação, em relação aos sujeitos a quem se dirige e as fontes que o criam. Trata-se de um ramo que influi no “metabolismo” do Direito Internacional geral, lhe comunicando frescor e vitalidade. Por outro lado, a designação possui valor científico, pois proporciona uma área perfeita para estudo e investigação, e um repositório abundante de normas e instituições.⁵³

⁵² MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Internacional Americano: estudo sobre a contribuição de um direito regional para a integração econômica*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995. p. 36.

⁵³ SEPÚLVEDA, César. *Las fuentes del derecho internacional americano*. México: Editorial Porrúa, 1975. p. 15-18 (tradução livre).

Esse contexto é endossado também por Carlos Arellano Garcia, ao formular o seguinte pensamento sobre o Direito Internacional Americano:

Não existe nenhum impedimento lógico para classificar o Direito Internacional Público do ponto de vista de sua aplicação regional. Existem tratados internacionais e normas costumeiras de alcance universal e também aquelas que possuem um mero alcance bilateral e existem normas jurídicas internacionais convencionais e costumeiras que têm vigência em um continente. Portanto, as normas jurídicas internacionais de caráter convencional e costumeiro que regem com especialidade o continente americano formam o Direito Internacional Americano.

As condições peculiares da evolução dos países do continente americano projetaram normas jurídicas que implicaram em um avanço considerável do Direito internacional, na condição de que serviram de modelo para a codificação ao título universal do Direito Internacional.

O fenômeno do regionalismo é inegável. A proximidade geográfica dos países os obriga a regular sua convivência pacífica e faz surgir suas próprias normas jurídicas, ajustadas à imediatez de seus problemas. Recordemos simplesmente que o capítulo VIII da Carta das Nações Unidas refere-se aos acordos regionais e os regula nos artigos 52 e 54.

Quando existe pluralidade de normas jurídicas, regionais, universais e bilaterais, é preciso estabelecer uma ordem hierárquica; neste aspecto, as normas jurídicas universais prevalecem sobre as regionais. Isto se constata com a simples leitura dos dispositivos da Carta das Nações Unidas anteriormente citados.

O drama do Direito Internacional Americano é o desnível de potencialidade entre Estados Unidos da América de um lado e os demais países deste continente de outro. Dessa maneira, quando Estados Unidos não influem, surgem normas que tratam de restringir as atuações desmedidas do gigante, mas este não as aceita. Ao contrário, quando os Estados Unidos influem podem ser manipulados certos governos e os resultados da atividade internacional regional são desastrosos.

Apesar deste drama, no continente americano alcançaram-se importantes institutos jurídicos que algumas vezes inspiraram instituições jurídicas universais. Isto ficou constatado neste capítulo e nos anteriores.

Não existe impedimento para que, dentro do Direito Internacional Americano haja classificações sub-regionais, de tal maneira que pode estabelecer-se Direito latino-americano ou Direito centro-americano.

Enquanto há grande polêmica, as posturas antagônicas se fundamentam em vários argumentos sólidos, mas dentro do grande direito universal cabem direitos regionais que lhe estão subordinados e que atendam as suas próprias necessidades.⁵⁴

A discussão sobre a sistematização do Direito Internacional Americano foi desvirtuada por interesses antagônicos e muitas vezes pelo prazer explícito da dialética desnecessária. Outra questão importante que não foi levada em conta no debate, e que constituiu equívoco doutrinário naquele tempo, foi que a

⁵⁴ GARCIA, Carlos Arellano. *Segundo curso de derecho internacional público*. 2. ed. México: Editorial Porrúa, 1998. p. 503-504 (tradução livre).

argumentação não focalizou a construção do sistema a partir da diferença de seus atores. A teoria do chamado Direito Americano não levou em conta que os pressupostos do sistema foram criados com base nas relações desenvolvidas pelos países latino-americanos, mais tarde abarcadas pelos Estados Unidos. Isso gerou uma diferença de visão de ação dos Estados, concentrados, desconcertados e englobados em um pan-americanismo inexistente, sob a tentativa de um remendo entre duas perspectivas diferentes que levaram à dissolução da crença na existência do sistema como um conjunto de fenômenos sistematicamente encadeados e rigidamente estabelecidos e ao seu questionamento.

Neste mesmo sentido Antonio Augusto Cançado Trindade enfatiza:

O princípio da solidariedade continental, em diversas ocasiões desde sua consagração originária na Conferência de Havana de 1940, tem-se afigurado como sendo bem mais propriamente latino-americano do que interamericano. No seio do sistema interamericano sempre persistiu uma tensão latente.⁵⁵

O regionalismo iniciado pelos países da América Latina naquele tempo foi confundido com a imposição de uma hegemonia regional, que deixou de lado a idéia central de um regionalismo puro, assentado sobre o estabelecimento entre os Estados de um consenso regional para a consecução de objetivos comuns.⁵⁶ Todas aquelas regras e princípios que cristalizavam um alto comprometimento jurídico nunca foram adotados realmente em defesa do conjunto de países da América, em razão de não terem sido absorvidos pela cultura dos países norte-americanos devido ao seu descomprometimento na recepção dos textos e tratados no quadro regional.

⁵⁵ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *Direito das organizações internacionais*. 3. ed. rev., atual e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. p. 443-545.

⁵⁶ HAASS, R. N. What to do with American Primacy. *Foreign Affairs*, v. 78, n. 5, sept./oct. 1999. p. 37-49.

É certo, contudo, que o Direito Internacional é um só, um sistema autônomo, marcado por características próprias. Por outro lado, é certo também que a atuação regional dos Estados acaba por trazer um conjunto de institutos próprios derivados das características regionais e das necessidades dos países.⁵⁷ Não é um erro entender que existe um Direito Internacional essencialmente latino-americano sob a perspectiva de um microssistema de Direito Internacional formado por um conjunto coeso e fechado de regras, princípios e normas, por conta de uma nova experiência da dinâmica imprimida por novos Estados em suas relações interestatais, após a independência na América Latina, ou ainda, um Direito Comunitário na Europa unificada, permeado, sobretudo, pelo instituto da supranacionalidade.⁵⁸ É sabido que todos eles se enquadram em um panorama maior do Direito Internacional como um sistema mais amplo, contribuindo com ele na formação de novos institutos e novos mecanismos que servem como propulsores para o debate doutrinário do Direito Internacional.⁵⁹

⁵⁷ FERRERO, Raul. *Derecho Internacional*. Lima: Ediciones Peruanas, tomo I, 1966. p. 14-15.

⁵⁸ CELLI JUNIOR, Umberto. *O controle da aplicação das regras de concorrência nos processos de integração: a experiência européia*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da USP. São Paulo, 1997.

⁵⁹ Antonio Truyol y Serra contextualiza a existência do Direito Internacional Americano em um cenário histórico e político mais amplo, apontando: “Parece lícito dizer que, a princípio, em face de uma Europa monárquica e legitimista que visava a restabelecer na medida do possível o Antigo Regime, e do vazo intervencionista da Santa Aliança, num clima de profunda desconfiança para com a Europa, as diferenças foram mais acentuadas que as coincidências. Importa certamente acrescentar o atraso havido no reconhecimento dos novos Estados: se, para a Grande Colômbia e o México, o dos Estados Unidos se conseguiu em 1822 e o da Grã-Bretanha em 1824, a Espanha só em 1835 iniciou a série dos reconhecimentos que se foi escalonando, a partir do México, até ao fim do século. Mas a civilização americana era filha da européia e com ela partilhava a mesma tradição cristã. Por isso é que a evolução do Direito Internacional na Europa e na América atenuou largamente as divergências iniciais. Assim, foi lícito falar de um Direito Internacional europeu e americano, e é fácil admitir a existência de um sistema regional americano no quadro de um mais amplo Direito Internacional no seio do qual nasceu.” (TRUYOL Y SERRA, Antonio. *História do direito internacional público*. Tradução de Henrique Barrilero Ruas. Lisboa: Coimbra, 1996. p. 111, Coleção Estudo Geral).

Negar a inexistência de um sistema regional com mecanismos próprios de regulação é aceitar um conformismo comodista de um Direito Internacional estático e atrelado a fundamentos e regras inadequados à própria relação e realidade dos Estados e do tempo. Negar que as relações internacionais de uma dada região, que não a Europa, possam oferecer novas fórmulas e métodos ao Direito Internacional é aceitar um determinismo científico autoritário pouco democrático, contrário à própria noção do Direito Internacional, que deve ser visto sempre como um instrumento de inclusão na sociedade internacional e não de exclusão.

Contemporaneamente, com a edificação de um conjunto de novos temas no Direito Internacional a partir de relações regionais, a construção de sistemas jurídicos regionais está mais nítida e um debate sobre a existência ou não dos sistemas regionais não tem mais lugar.⁶⁰

2.3 RELEVANTES DOUTRINAS INVOCADAS NA AMÉRICA LATINA

2.3.1 Considerações sobre o Tema

Toda a discussão sobre a amoldamento de um sistema de Direito Internacional caracteristicamente americano foi resultado, sobretudo, do conjunto de ações jurídicas e políticas em matéria de Direito Internacional que foram invocadas em decorrência da dinâmica diplomática estabelecida a partir do momento que os Estados passam a ser reconhecidos como sujeitos atuantes e potenciais titulares de direitos e obrigações no plano internacional.

⁶⁰ Novamente aqui há que se fazer referência ao fenômeno da globalização de movimento de idéias, teses e doutrinas do “globalismo” e do “localismo”, e como essa troca pode influenciar em um fluxo e refluxo de conhecimentos e trocas entre o local e o global, o global e o local.

Após a independência, os Estados latino-americanos passam a imprimir relações interestatais e se envolvem em questões complexas que demandavam prontas interpretações e respostas à luz do Direito Internacional, as quais, por conta de lacunas no sistema internacional da época, não ofereciam soluções específicas para os casos que se apresentavam, exigindo esforço dos Estados latino-americanos no sentido de construir mecanismos que possibilitassem o enquadramento que as situações de fato demandavam. Por conta disso, acabaram se reproduzindo as doutrinas em defesas diplomáticas e políticas, sendo utilizadas como mecanismos jurídicos que marcavam uma certa coerência nas relações entre Estados no continente americano e que mais tarde passaram a fazer parte do estudo do Direito Internacional Americano, como institutos característicos do sistema jurídico regional.

Neste sentido, Podestá Costa descreve e enumera a contribuição do desenvolvimento de um Direito Internacional Regional para o Direito Internacional:

No que diz respeito às normas de Direito Internacional, os países americanos introduziram ou afirmaram as seguintes: o reconhecimento da beligerância; a liberdade dos mares para os países neutros; os direitos de estrangeiros sobre a base da igualdade civil com os nacionais; o direito da livre expatriação, a igualdade jurídica dos Estados; o princípio da não-intervenção; a doutrina Calvo e a doutrina Drago como restritivas dos abusos nas reclamações estrangeiras; o procedimento de conciliação internacional e o desenvolvimento da arbitragem como meios de solucionar as divergências entre Estados; a redução e limitação dos armamentos navais; a regra do não reconhecimento das conquistas territoriais e a codificação do Direito Internacional.⁶¹

Embora não seja e não possa ser confundida com princípios das relações internacionais na América Latina, a atuação política, diplomática e jurídica de lideranças regionais produziu um conjunto de institutos referenciais para a doutrina do Direito Internacional desenvolvido na região, que por sua importância, terminaram

⁶¹ COSTA, L. A. Podestá. Op. cit., 1955. p. 27.

incorporando-se ao estudo doutrinário da disciplina de Direito Internacional na América Latina e também se materializaram mais tarde na forma de princípios.

Héctor Gros Espiell, ao descrever a contribuição da América Latina para o Direito Internacional, cita de forma exemplar, entre outros temas o Direito de Navegação e o Direito do Mar:⁶²

Necessário mencionar o precoce posicionamento dos países latino-americanos frente aos problemas do mar territorial, dos rios e águas internacionais e da livre navegação, temas já tratados e desenvolvidos de maneira embrionária antes de 1889.

Quanto ao Direito Marítimo, a primeira doutrina latino-americana sustentou o princípio da projeção territorial sobre o mar e o direito de apropriação de suas riquezas, assim como a livre navegação no alto-mar. Tais critérios da doutrina serviriam de base ao futuro posicionamento jurídico e político latino-americano a este respeito.

A liberdade de navegação fluvial foi objeto de várias controvérsias na América Latina ao longo do século XIX. O critério negativo inicial, adotado a fim de evitar a penetração européia e americana e a limitação da soberania fluvial, foi adotado, a partir de 1850, por um critério de abertura e reconhecimento de tal liberdade, notoriamente sobre o Rio da Prata, o Paraguai e o Uruguai, a Amazônia e seus afluentes e o Orenoco. Esta tendência marcaria, mais tarde, a solução política definitiva sobre a matéria.⁶³

Além disso, a necessidade de afirmação no plano internacional, após a independência, o desenvolvimento de concepções sobre reconhecimento de governos, a imposição da soberania estatal diante das ex-metrópoles, o delineamento de fronteiras e o estabelecimento de parcerias, em momentos históricos diferentes, propiciaram a produção de doutrinas que serviram como instrumentos jurídicos para regular a relação dos Estados latino-americanos no plano internacional.

⁶² Neste sentido ver também: AMADOR, F. V. Garcia. A contribuição da América Latina para o desenvolvimento do Direito do Mar. In: *Curso de direito internacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977. p. 93.

⁶³ ESPIELL, Héctor Gros. Op.cit., 2001, p. 10.

Assim, nesse cenário e em homenagem aos seus formuladores, foram se sistematizando a Cláusula Calvo, a Doutrina Drago, Tobar, Estrada, Saavedra-Lamas, Larreta e Doutrina Blum, que são citadas como doutrinas predominantemente regionais e que participaram da discussão e da formulação teórica do Direito Internacional Americano.⁶⁴

2.3.2 Cláusula Calvo

Tese formulada pelo chanceler argentino Carlos Calvo em 1868, segundo a qual as cortes nacionais seriam as únicas vias de recurso contra atos do Estado praticados em detrimento dos interesses de cidadãos súditos de países estrangeiros.

Basicamente o instituto volta-se contra o mecanismo da proteção diplomática, segundo o qual os particulares (pessoas físicas e jurídicas) podem, por conta de sua relação de hipossuficiência perante os Estados, requerer que os seus Estados, com quem guardam vínculo político-jurídico de nacionalidade, assumam sua pretensão no plano internacional. Em contraposição a essa tese, aceita pela grande maioria da doutrina internacionalista, a “Cláusula Calvo” preconizava que os Estados, quando da celebração de contratos com súditos de outros países, poderiam estipular o seu comprometimento submetendo única e exclusivamente aos tribunais locais as reclamações que porventura tivessem em decorrência de alguma questão vinculada ao contrato, abdicando assim do recurso ao instituto da proteção diplomática.⁶⁵

⁶⁴ Cabe esclarecer, por obrigação acadêmica, que alguns autores inserem neste rol de teses e doutrinas do Direito Internacional Americano a “Doutrina Monroe” como corolário do princípio da não-intervenção e que muito serviu para que os países latino-americanos, após sua independência, seguidamente o invocassem. De qualquer forma, por não ter partido essencialmente de um debate iniciado no âmbito da América Latina, por ter sido expressão da paradoxal e contundente política americana para a região, conforme já estudado no primeiro capítulo, não se considera, para efeitos desse estudo, tal doutrina como parte integrante do Direito Internacional desenvolvido essencialmente na América Latina.

⁶⁵ Conforme observa José Francisco Rezek: “Desde o aparecimento dessa doutrina, uma cláusula se fez com frequência incorporar aos contratos de concessão e ajustes análogos, celebrados entre

Apesar de ter sido contestada pela doutrina extracontinental que se recusou a reconhecer a possibilidade de sua aplicação, a “Cláusula Calvo” teve realmente grande aplicação na América Latina, constituindo objeto de reconhecimento jurídico e tendo inclusive sido positivada no Pacto de Bogotá, resultante da XI Conferência Interamericana, de 1948.⁶⁶

2.3.3 Doutrina Drago

A “Doutrina Drago” foi resultado de protesto formal do ministro das Relações Exteriores da Argentina, Luis Maria Drago, realizado em 1902, contra represálias da Grã-Bretanha, da Alemanha e da Itália, realizadas através do bloqueio e o bombardeamento da costa venezuelana (*La Guayra, Puerto Cabello e Maracaibo*) em razão do inadimplemento do pagamento da Venezuela a credores súditos dos três países.

governos latino-americanos e súditos estrangeiros (pessoas físicas ou jurídicas), segundo cujos termos os últimos renunciam desde logo, e para todos os efeitos, à proteção diplomática de seus países de origem em caos de litígio relacionado ao contrato. Reconhecem, portanto, a jurisdição local como dotada de competência exclusiva para decidir sobre tal matéria. A doutrina e diversos governos do Hemisfério Norte reagiram à Cláusula Calvo do modo previsível, estimando-a nula, e o fundamento jurídico dessa reação foi relativamente simples: a proteção diplomática, segundo o Direito das Gentes, não é direito próprio do particular, mas de seu Estado patrial. É sempre o último quem decide sobre o endosso da reclamação do súdito que se afirma lesado no estrangeiro, mesmo na ausência de um pedido formal deste. Não se compreende, em tais circunstâncias, que disponha o indivíduo ou a empresa da prerrogativa de renunciar à proteção diplomática, entendida como um direito que não lhe pertence. A Cláusula Calvo exprimiria renúncia a uma faculdade alheia, sendo por isso nula de pleno direito. Essas proposições, um tanto cínicas, pretendem ignorar a óbvia distinção que se faz em toda parte — mas notadamente nos países ocidentais investidores — entre o patrimônio estatal e o patrimônio privado. Escamoteiam ao mesmo tempo outra distinção elementar, aquela que separa os direitos individuais indisponíveis — a vida, a integridade física, a liberdade, a personalidade jurídica — e aqueles outros disponíveis, e portanto renunciáveis a qualquer tempo, dos quais a propriedade industrial ou comercial é o modelo por excelência. Como quer que seja, a Doutrina Calvo colheu maior número de êxitos que de percalços na prática dos Estados e na jurisprudência internacional.” (REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 9. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 276-277).

⁶⁶ Pacto de Bogotá, art. 7º – “As altas partes contratantes comprometem-se a não fazer reclamações diplomáticas para proteger seus cidadãos, nem a iniciar a esse respeito uma controvérsia perante a jurisdição internacional, quando aqueles cidadãos tenham à sua disposição meios expedidos de recorrer aos tribunais domésticos competentes do Estado correspondente.”

Indignado com a ação dos Estados extracontinentais, Drago proclamou que as dívidas públicas dos Estados jamais poderiam servir de justificativa para a intervenção armada, e muito menos para a invasão territorial do continente americano, por parte de países da Europa, porque condenaria as nações mais fracas à ruína e à submissão perante as nações mais poderosas.^{67, 68}

Drago invocava assim legitimamente o princípio da não-intervenção, em um contexto internacional diferente da “Doutrina Monroe”, proclamada em 1823, pois não se estava perante uma ameaça, mas sim diante de uma ofensa concreta e de uma retomada de poder por parte das antigas metrópoles européias. Era oportuno, portanto, que se impusesse uma postura juridicamente mais agressiva por parte dos Estados latino-americanos diante de uma agressão externa imperialista. Por outro lado, é de se destacar que tal invocação já era resultado da idéia desenvolvida no ambiente das conferências hispano-americanas lideradas pelos ideais de Simón Bolívar, a partir de 1826.⁶⁹

Conforme descreve Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, a defesa de Drago, após ter sido convertida em doutrina e de ter obtido receptividade da grande maioria dos países do continente, teve repercussão mais ampla no plano internacional sendo submetida à Segunda Conferência da Paz, realizada em Haia, em 1907, recebendo a denominação de “Convenção Porter” embora em um sentido diferente do inicialmente concebido.⁷⁰ Depois disso, em 1910, na Quarta

⁶⁷ DRAGO, Luis Maria. *Memória de relaciones exteriores y culto (Argentina) de 1902-1903*. Anexo 1. Buenos Aires, 1904.

⁶⁸ CORREA, Castro. Rui e a Doutrina Drago. *Revista da Faculdade de Direito*. São Paulo, ano 62, n. 1, 1967. p. 267.

⁶⁹ MAGALHÃES, José Carlos de. Fatores de limitação da jurisdição do Estado. In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de (Org.). *Solução e prevenção de litígios internacionais*. São Paulo: Mania de Livro, v. II, 1999. p. 65-82.

⁷⁰ Cabe destacar contudo que ao ser denominada de “Convenção Porter”, a Doutrina Drago acabou sendo atenuada e adquirindo um sentido mais aberto quando passa a prever a possibilidade de submeter a cobrança da dívida à arbitragem antes do recurso à força. Assim, seria permitido o uso da força quando o Estado se recusasse a submeter-se à arbitragem, ou se após aceitá-la, se

Conferência Internacional Americana, as partes reconheceram a arbitragem como via de recurso para as reclamações por danos e prejuízos pecuniários, apresentados pelos respectivos nacionais, e ainda na Conferência Interamericana para a Consolidação da Paz, celebrada em Buenos Aires em 1936, na qual buscou-se, sem êxito, normatizar a doutrina.^{71, 72}

A “Doutrina Drago” caracterizou-se basicamente como um instituto dos países latino-americanos, não em função de sua originalidade, mas sim por marcar uma posição veemente, no plano internacional, primeiramente de Drago, como ministro das Relações Exteriores, e depois pelo apoio da maioria dos países, inclusive da delegação brasileira, que acabou por reconhecer no plano internacional tal posicionamento regional, e a partir dele passou a orientar suas relações com outros Estados, extracontinentais, em uma postura coincidente com a dos países da América Latina.^{73, 74}

recusasse a participar dos procedimentos ou se negasse a cumprir o laudo arbitral, o que de certa forma acabou dando margem a interpretações que possibilitem a intervenção, o que definitivamente não era o sentido da Doutrina Drago.

⁷¹ NUSSBAUM, Arthur. *Historia del derecho internacional*. *Revista de Derecho Privado*. Madrid: Editorial, 1949. p. 267ss.

⁷² SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. *Manual de direito internacional público*. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 136.

⁷³ José Carlos de Magalhães, de forma abalizada analisa que: “A Doutrina Drago haveria de alcançar maior repercussão e influir mais decisivamente na transformação do Direito Internacional, pois tocou fundo na questão mais importante das relações internacionais da época: o emprego da força. Se, hoje, passado um século, não mais se teme a coerção armada unilateral por parte de grandes potências, pelo menos com a frequência e os pretextos de outrora, é preciso ter em mente que o Direito de então considerava-a legítima, até mesmo as destinadas a simples conquista. [...] Se era imprescindível assegurar a independência política e afastar a ameaça da intervenção armada, era igualmente importante deixar consignada a necessidade de colaboração do capital externo para o crescimento dos países da região. Sua fala é demonstração de maturidade e equilíbrio político. Mais do que isso é a exibição ao público europeu — e portanto às nações civilizadas — de que os países latino-americanos tinham consciência de suas responsabilidades no plano internacional e que adotavam os mesmos princípios jurídicos reconhecidos pelas demais nações. Não precisariam, pois, ser tutelados; desnecessária seria a ação coercitiva para impor padrões europeus.” (MAGALHÃES, José Carlos de. *Direito econômico internacional*. Curitiba: Juruá, 2005. p. 134-135).

⁷⁴ Luis Ivani de Amorim Araújo lembra, porém, que: “Dessa mensagem, pois, surgiu a Doutrina Drago que muitos teimam em enquadrar como típica do Direito Internacional Americano, mas que na realidade não o é. Ela vai encontrar seu ponto de apoio nas lições de Lord Palmerston, o qual, já em 1848, declarava: aquele que, por intermédio de algum contrato, se torna credor de um Estado estrangeiro o faz com o objetivo de lucro e como tal deve suportar os riscos da operação.”

Contemporaneamente, a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) em seu artigo 2º, parágrafo 4º, consagra em forma de princípio a teoria de Drago ao firmar o comprometimento dos Estados membros das Nações Unidas em não utilizar a força contra a integridade territorial de qualquer Estado.⁷⁵ Por outro lado, no âmbito regional, a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), em seus artigos 16, 17, 18, também contempla o reconhecimento da “Doutrina Drago” e orienta a ação regional dos Estados americanos.⁷⁶

2.3.4 Doutrina Tobar

O estudo doutrinário da “Doutrina Tobar” se enquadra no estudo das teses sobre as formas de reconhecimento de governo, bastante recorrentes entre os países da América Latina em virtude das sucessivas crises políticas internas e golpes ocorridos ao longo de sua história, transformando-se, em razão disso, em uma preocupação continental por ser uma realidade muito presente e por envolver um tema delicado pelo próprio processo de emancipação porque passaram as ex-colônias e seu reconhecimento por outros Estados.

(ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. *Curso de direito internacional público*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 156).

⁷⁵ Carta das Nações Unidas, artigo 2º, parágrafo 4º: “Todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas.”

⁷⁶ Carta da Organização dos Estados Americanos, artigo 16: “Nenhum Estado poderá aplicar ou estimular medidas coercitivas de caráter econômico e político, para forçar a vontade soberana de outro Estado e obter deste vantagens de qualquer natureza.” O artigo 17 enuncia por sua vez: “O território de um Estado é inviolável; não pode ser objeto de ocupação militar, nem de outras medidas de força tomadas por outro Estado, direta ou indiretamente. Não se reconhecerão as aquisições territoriais ou as vantagens especiais obtidas pela força ou por qualquer outro meio de coação.” E ainda o artigo 18: “Os Estados americanos se comprometem, em suas relações internacionais, a não recorrer ao uso da força, salvo em caso de legítima defesa, em conformidade com os tratados vigentes, ou em cumprimento dos mesmos tratados.”

No esteio dessa preocupação, o chanceler equatoriano Carlos R. Tobar, em 1907, formulou a tese de que um governo revolucionário só deveria ser reconhecido após o sufrágio popular. Estaria, assim, seu reconhecimento condicionado às suas origens, devendo assentar-se sobre bases constitucionais.⁷⁷ O procedimento para reconhecimento de governos, derivados de mudanças por conta de ações revolucionárias muitas vezes eivadas de ambição que dificultava o progresso das nações latino-americanas e que levariam a conflitos civis internos, só se daria à medida que houvesse a legitimidade popular em seus países.

A “Doutrina Tobar” obteve seu reconhecimento por um conjunto de Repúblicas centro-americanas: Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador, que, em 1907, assinaram Tratado adotando o procedimento para reconhecimento de governos segundo as diretrizes proclamadas por Tobar, exigindo, assim, para reconhecimento do governo, a reorganização constitucional do país. As mesmas repúblicas firmaram mais tarde, em 1923, o Tratado Geral de Paz e Amizade, em que reafirmavam os mesmos procedimentos para reconhecimento de governo.⁷⁸

De certa forma, a Doutrina Tobar acabou por influenciar também o governo americano na formulação de seus procedimentos para reconhecimento de governo, mediante a negativa de se reconhecer governos originados de revoluções ou governos inconstitucionais (Wilson-1913), ou mesmo na sua exigência de legitimidade democrática amparada nas liberdades de expressão, de religião, libertação da miséria e do medo para o reconhecimento do governo (ROOSEVELT, 1941).⁷⁹

⁷⁷ ANDRADE, Agenor Pereira de. *Manual de direito internacional público*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 39.

⁷⁸ GEMMA, Scipione. *Les Gouvernements de Fait. Recueil des Cours*. Paris, Boulevard Saint Germain, v. 4, 1924. p. 335.

⁷⁹ LITRENTO, Oliveiros. *Manual de direito internacional público*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. p. 144-145.

2.3.5 Doutrina Estrada

A “Doutrina Estrada” reflete uma preocupação da sociedade mexicana com as questões vinculadas à intervenção externa quanto ao procedimento de reconhecimento de governo, por ter sofrido com atitudes discriminatórias externas ao longo de sua história.⁸⁰

No dia 27 de setembro de 1930 o ministro das Relações Exteriores do México, Genaro Estrada, em uma nota circular, condenou o reconhecimento formal de governos de um Estado, por considerá-lo uma forma de ingerência externa sobre o Estado que levaria a submissão de sua soberania, e por ser uma forma de emissão de juízo sobre a legitimidade de um governo. Em função dessa postura, o governo mexicano se limitaria a manter ou a retirar seus agentes diplomáticos, bem como continuar aceitando, quando lhe parecessem convenientes, os agentes diplomáticos das nações que eventualmente lhe acreditassem tais agentes, sem qualificar a princípio ou posteriormente o direito de outras nações para aceitar, manter ou substituir os seus governos ou autoridades.

A “Doutrina Estrada” guarda estreita relação com a “Doutrina Tobar”, posto que ambas cuidam do tema sobre reconhecimento de governo, mas dela se diferencia em razão da forma de procedimento a ser adotado pelos Estados para

⁸⁰ Conforme observa Maria Teresa Moya Domingues: “No plano axiológico, a Doutrina Estrada optou por privilegiar o princípio da não-intervenção nos assuntos internos dos Estados, adequando-se ao plano da realidade sociológico-política continental, pois considerava desnecessário e negativo para as relações internacionais o fato de colocar-se a investigar sobre a legalidade do governo de um Estado. México considerou os golpes de Estado em outros países *por non est*, como acontecimentos que não lhe interessavam de nenhum modo. Considerando que essa era a vivência dos demais países latino-americanos, a doutrina foi adotada como regional. Esta orientação muda com acontecimentos posteriores que se sucederam em matéria de consolidação do modelo democrático de governo, e com a repulsa aos golpes de Estado gerada na opinião pública regional. A mudança se produziu na Venezuela, onde os partidos políticos, depois de décadas de golpes de Estado, chegaram ao pacto do ‘ponto fixo’, que permitiu a alternância democrática dos principais partidos políticos do país.” (DOMINGUES, Maria Teresa Moya. *Manual de derecho internacional publico*. Buenos Aires: Ediar, 2004. p. 118, tradução livre).

tal.⁸¹ A partir da evolução dos acontecimentos internacionais, percebe-se um maior reconhecimento da comunidade internacional aos pressupostos contidos na “Doutrina Estrada”, embora em recente crise no governo do Equador a Organização dos Estados Americanos (OEA), após deposição do presidente da República pelo Congresso local, tenha se reunido e questionado os procedimentos constitucionais adotados durante a crise política para substituição do antigo presidente.^{82, 83}

2.3.6 Doutrina Blum

A “Doutrina Blum” guarda relação com o Princípio da Solidariedade existente entre os povos da América e também invoca os laços de defesa comum continental diante de uma ameaça, como continuidade aos preceitos bolivarianos.

Em 12 de junho de 1917 o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Baltasar Blum, diante das repercussões da Primeira Guerra Mundial, emitiu nota ministerial invocando os laços de amizade entre os países latino-americanos no

⁸¹ Segundo José Francisco Rezek: “Terá transparecido, a esta altura, a inconsistência da idéia de ver como antinômicas as doutrinas Tobar e Estrada. A primeira diz respeito ao fundo das coisas, enquanto a segunda é uma proposição atinente tão-só à forma. Prestigia simultaneamente as duas doutrinas o Estado que valoriza a legitimidade, não se relacionando com governos golpistas até quando a chamada do povo às urnas restaure o princípio democrático, mas tampouco pratica o reconhecimento formal, representado na dedução ostensiva de um juízo de valor. Por outro lado, estaria a desprezar a um só tempo ambas as doutrinas o Estado que se entregasse à política das velhas proclamações de outorga ou recusa de reconhecimento — como aquela que serviu de exemplo no tópico anterior —, mas não reclamasse, como pressuposto do reconhecimento, a legitimidade resultante do apoio popular, que em regra só se traduz de modo incontestável no processo eleitoral.” (REZEK, José Francisco. Op. cit., 2002, p. 223-224).

⁸² No dia 20 de abril de 2005, seguindo um quadro de instabilidade política caracterizada por sucessivos afastamentos e destituições dos dirigentes locais, e após intensos protestos populares, o Congresso do Equador destituiu do cargo o presidente Lucio Gutiérrez. Marcando, no entanto, sua atuação na região, a OEA considerou insuficientes as explicações dadas pelos representantes do Equador para a Organização, que chamou a destituição de “ato constitucional”, o que foi prontamente aceito pelo governo do antigo vice-presidente Alfredo Palácio, permitindo-lhe permanecer no cargo com autoridade institucional frente à Organização.

⁸³ “A Doutrina Estrada tem dois marcos positivos: primeiro muda a prática de ‘reconhecimento’ pelo de ‘continuação das relações diplomáticas’; segundo, ao aceitar a soberania, respeita a igualdade tanto como o direito à insurreição. A Doutrina Estrada influi até hoje sobretudo porque as nações americanas eliminaram o ‘reconhecimento’ para enquadrá-lo com a ‘continuação de relações’.” (VALVERDE, Afonso Barrera. Op. cit., 1961, p. 56-57).

sentido de que todo ato frontalmente contrário aos princípios e regras do Direito Internacional, realizado contra um dos países da América, constituísse uma ofensa a todos, e, em função disso, provocasse em todos uma reação comum.

A importância da “Doutrina Blum” para o continente está no fato de que ela inspirou a elaboração de um princípio de defesa continental comum, inserido em 1947 no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR),⁸⁴ e em 1948, na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), Carta de Bogotá, sendo adotada como princípio fundamental das relações entre os Estados da região.⁸⁵

2.3.7 Doutrina Larreta

Embora não tenha sido levada a sério e tido qualquer tipo de repercussão acadêmica, faz-se necessário lembrar a defesa desastrada do também ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Eduardo Rodriguez Larreta, que em 1944 divulgou nota ministerial dirigida aos países da América Latina, na qual defendia que os Estados, intransigentemente, não só não deveriam reconhecer os governos que chegassem ao poder por processos revolucionários, mas também deveriam promover uma intervenção coletiva nesses governos para o restabelecimento da ordem constitucional.^{86, 87}

⁸⁴ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) traz em seu artigo 3º o seguinte enunciado: “As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imaneente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo art. 51 da Carta das Nações Unidas.”

⁸⁵ Artigo 5º, alínea f: “a agressão a um Estado constitui uma agressão a todos os demais Estados americanos” e também o artigo 24: “Toda agressão de um Estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania, ou a independência política de um Estado Americano, será considerada como um ato de agressão contra todos os Estados Americanos.”

⁸⁶ A propósito, José Sette Câmara Filho teceu importantes críticas sobre a inoportuna teoria: “Os três sistemas propostos pelo Chanceler Larreta importam, todos eles, em intervenção coletiva: a comissão de inquérito, a consulta expressa, ou a incorporação do tema à futura Conferência do Rio

A proposta era nitidamente intervencionista e totalmente contrária às diretrizes políticas e diplomáticas dos países da América Latina, que sempre repeliram qualquer tipo de intervenção, mesmo aqueles que apresentassem justificativas “nobres”. O exemplo serve para demonstrar que, de certa forma, os países da América Latina guardaram certa coerência doutrinária nos pressupostos jurídicos norteadores de suas relações internacionais.

2.3.8 Pacto Saavedra-Lamas

O “Pacto Saavedra-Lamas” foi firmado em 1933, pelo Tratado de Não-Agressão e Conciliação, fora das conferências pan-americanas, e ofereceu um novo mecanismo de conciliação entre os Estados da região, apesar de todas as reservas a ele formuladas. Os Estados apontaram outros mecanismos, como o que as partes decidiram resolver pelo entendimento direto (mecanismo diplomático de solução de controvérsias), ou mesmo pela solução jurídica, as questões que são de competência do Direito interno dos Estados, os assuntos que afetam preceitos constitucionais das partes em litígio, mas principalmente firmou um compromisso pelos Estados no sentido de condenar a guerra de agressão.⁸⁸

de Janeiro acarretariam uma intervenção em negócios internos, visto como simples fato de arrogarem-se as outras repúblicas americanas o direito de conhecer as condições jurídicas internas de um outro país caracterizaria a intervenção. Também não será justa a intervenção para punir o inadimplemento dos compromissos livremente contraídos acerca dos deveres externos e internos de um Estado que o acreditam para atuar na convivência internacional. O problema da sanção, ponto crucial do Direito internacional Público, não pode ser resolvido de maneira simplista, aceitando-se a intromissão nos negócios domésticos de outro Estado como sanção do Direito. As obrigações internacionais não cumpridas dão azo a controvérsias que se resolvem por meios pacíficos (negociações, investigações, arbitragem, solução judicial, recursos a organismos regionais, nos termos do art. 33 da Carta das Nações Unidas).” (CAMARA FILHO, José Sette. A Doutrina Larreta. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano 2, n. 3, jan./jun. 1946. p. 64).

⁸⁷ ANDRADE, Agenor Pereira de. Op.cit., 1987, p. 41.

⁸⁸ Para Felipe Portocarrero Olave, o Pacto Saavedra-Lamas que se materializou em um tratado antibélico de não-agressão representou no âmbito americano e mundial, o esforço de fortalecer mediante o compromisso jurídico, a idéia de paz através de obrigações das partes em se submeter

O Pacto Saavedra-Lamas, nome do chanceler argentino que o idealizou, se consubstancia em um pacto antibélico, de não-agressão, e foi subscrito por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai, contando com a adesão de Bolívia, Costa Rica, Honduras, Cuba, República Dominicana, Nicarágua, El Salvador, Estados Unidos, Venezuela, Peru, Colômbia, Haiti, Guatemala e Panamá, entre outros Estados de fora do continente.⁸⁹

Conforme avalia José Joaquim Caicedo Castilla, o Pacto Saavedra-Lamas possui as seguintes características:

[...] diferencia-se principalmente de outros instrumentos de conciliação em que para o caso de agressão proibia sanções, umas de ordem moral, como a influência da opinião pública, outras não determinadas, pois o tratado fala de pôr em exercício os meios políticos, jurídicos e econômicos autorizados pelo Direito Internacional.

No entanto, o tratado estipula que as partes conservem sua qualidade de neutras, o qual é o oposto das modernas concepções do Direito Internacional que não admite, nem deve admitir, neutralidade frente à agressão, de onde se deduz que neste particular o tratado é obsoleto.⁹⁰

Em suma, a proposta não logrou êxito. O pacto visava manter a fraternidade que havia sido ferida por disputas diplomáticas dos Estados e aprofundar suas relações. Em que pese o conjunto de reservas opostas pelos Estados e sua inaplicabilidade, seu mérito reside na tentativa de proposta de solução pacífica de conflitos e o compromisso de não-agressão, além de sugerir a criação de um sistema inusitado por meio da submissão das controvérsias internas a tribunais internacionais, estabelecendo um sistema híbrido entre o Direito interno e externo para a solução de controvérsias entre os Estados da América Latina.⁹¹

à conciliação os eventuais conflitos (OLAVE, Felipe Portocarrero. *Derecho internacional público*. Lima: Ediciones Peruanas, 1966. p. 296).

⁸⁹ BARBOZA, Julio. Op.cit., 2003, p. 240-241.

⁹⁰ CASTILLA, José Joaquim Caicedo. *El panamericanismo*. Buenos Aires: Roque Depalma Editor, 1961. p. 243 (tradução livre).

⁹¹ PUIG, Juan Carlos. Solución de Conflictos en el DIP. Uma crítica latinoamericana. Nuevo Mundo. *Revista de Estudios Latinoamericanos*, [s.d.], p. 47.

2.4 REFLEXÕES SOBRE O TEMA

A América Latina desenvolveu uma ampla agenda jurídica de Direito Internacional ao longo de sua história, inserindo-se na sociedade internacional e lançando mão amplamente dos instrumentos disponibilizados naquele tempo para regular as relações interestatais. Por outro lado, a necessidade de resolver situações novas não tuteladas pelo sistema anterior fez com que os países da região imprimissem novos conceitos, teses e doutrinas sobre a aplicação do Direito Internacional.

É possível deduzir que o debate sobre o regionalismo e a gênese de um Direito Internacional Americano deixa isso bastante evidente, embora o tema não tenha sido tratado com a sensibilidade necessária e tenha se desvirtuado entre interpretações contestadoras subservientes ao pensamento dependente de que aqui não se pode produzir nada além de riquezas naturais.

Este é um paradoxo inventivo e oportuno dos operadores políticos, diplomáticos e jurídicos, pois se esforçam para solucionar lacunas e desenhar institutos que formariam a base do Direito Internacional e valores fundamentais na condução das relações internacionais na região. Ademais, o reconhecimento de regras inatas à região poderia certamente dinamizar e solidificar ainda mais alguns conceitos que fariam parte do conjunto de regras produzidas neste ambiente.

Se as relações geopolíticas são marcadas por forte influência americana, no campo do Direito Internacional também existe um sistema de gerenciamento normativo a partir do poder americano e da sua influência regional, por intermédio, principalmente, de canais nas organizações internacionais multilaterais e da sua influência sobre governos com perfis menos nacionalistas.

Do ideal iniciado por Simón Bolívar ficaram apenas as idéias iniciais de solidariedade e igualdade entre os povos da América Latina, as quais constantemente são positivadas, mas não aplicadas em sua essência pela debilidade político-estrutural dos Estados.

De qualquer forma, a despeito dessa realidade, os países da América Latina guiam-se no plano internacional por regras e princípios ora herdados do sistema clássico e da própria dinâmica internacional, ora construídos a partir da sua própria história, pela necessidade do Estado, pelo ambiente geográfico e pela característica cultural sedimentada na essência dos seus povos e idealizada por Simón Bolívar.

É possível notar a existência de um conjunto de institutos jurídicos. A base desses valores decorre do processo histórico de independência e afirmação desses Estados na sociedade internacional, um processo que se arrasta e se renova, por isso, marca e orienta as relações entre os Estados dentro de certos parâmetros que acabam em normas positivadas. Por isso, na base das relações entre Estados latino-americanos estão princípios vetores da construção de normas a partir da perspectiva e da concepção de condução interestatal existente entre esses Estados.

Nesse sentido, e por isso, a seguir, no próximo capítulo, a discussão que será apresentada baseia-se na concepção da existência de um Direito marcadamente regional, a partir de valores que são o fundamento das relações interestatais na região, tendo como alicerce princípios e regras como vetores da sistematização das relações internacionais, a concepção do Direito Internacional e sua relação com os princípios, sejam eles de caráter geral ou aqueles princípios que foram desenvolvidos pelos países latino-americanos e que, por isso, orientam as suas relações no plano internacional, sob o enfoque final de sua repercussão sobre a sociedade mundial, como é o caso específico do Princípio da Solidariedade.

CAPÍTULO III – AMÉRICA LATINA E PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL

3.1 NOÇÕES GERAIS SOBRE OS PRINCÍPIOS NO DIREITO

É natural que toda ciência tenha um ponto de partida, uma base propositiva, que fundamenta e organiza todo o sistema de compreensão de seu objeto de pesquisa. Nesse contexto, sob a perspectiva do sistema jurídico, quando se quer produzir uma norma ou decidir um litígio, deve-se voltar para os seus princípios orientadores, que resultam de “uma ordem axiológica ou teleológica de pressupostos jurídicos gerais”.¹ Esses pressupostos é que regerão toda a interpretação do sistema à qual é necessário se curvar, muitas vezes como valores éticos que permanecem até mesmo não explícitos.²

Por essa razão, definir os contornos dos princípios não é tarefa fácil, pois o tema envolve um conjunto de elementos, de perspectivas e planos que muitas vezes remetem a várias significações.³ É certo, por outro lado, que os princípios têm uma forte conotação valorativa, e que, por isso mesmo, variam e são influenciados por fatores históricos, culturais, psicológicos, políticos e mesmo jurídicos, que repercutem sobre a sua dimensão axiológica e instrumental, de seu meio ambiente, onde se desenvolvem e se consolidam, o que leva muitas vezes a uma relativização, a uma diferença de perspectivas segundo o sujeito que deles se utiliza.

Na acepção da palavra, o termo “princípio” deriva do latim *principiu*, e remete ao entendimento de que significa o início de algo, o ponto de partida de um fato, onde ele tem origem; ou aquilo que é compreendido como parte integrante de um

¹ CANARIS, Claus-Wilhelm. *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

² COING, Helmut. *Elementos fundamentais da filosofia do direito*. 5. ed. Tradução de Elisete Antoniuk. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2002. p. 150.

sistema (segundo a perspectiva adotada no presente trabalho), proposição que se põe no início de uma dedução, e que não é deduzida de nenhuma outra dentro do sistema considerado, sendo admitida, provisoriamente, como inquestionável.⁴

Para o dicionarista De Plácido e Silva, os princípios jurídicos:

[...] significam os pontos básicos, que servem de ponto de partida ou de elementos vitais do próprio Direito. Indicam o alicerce do Direito. E, nesta acepção, não se compreendem somente os fundamentos jurídicos, legalmente instituídos, mas todo axioma jurídico derivado da cultura jurídica universal. Compreendem, pois, os fundamentos da Ciência Jurídica, onde se firmaram as normas originárias ou as leis científicas do Direito, que traçam as noções em que se estrutura o próprio Direito.⁵

Filosoficamente, foram formulados vários conceitos para os princípios e estabeleceram-se diversas classes, seja do ponto de vista realista, o princípio do ser, ou do mais idealista, do conhecer, ou os dois atuando conjuntamente, para ilustrar uma realidade pela qual as coisas são o que são. Nesse sentido, José Ferrater Mora raciocina:

Ora, ainda que um princípio seja um “ponto de partida”, não parece que todo “ponto de partida” possa ser um princípio. Por este motivo, tendeu-se a reservar o nome de “princípio” a um “ponto de partida” que não seja redutível a outros pontos de partida, pelo menos a outros pontos de partida da mesma espécie ou pertencentes à mesma ordem. Assim, se uma ciência determinada tem um ou vários princípios, estes serão tais só enquanto não houver outros os quais possam ser reduzidos. Em contrapartida, pode-se admitir que os princípios de determinada ciência, ainda que “pontos de partida” de tal ciência, são por sua vez dependentes de certos princípios superiores e, em último termo, dos chamados “primeiros princípios”, *prima principia*, isto é, “axiomas” ou *dignitates*. Se nos limitamos agora aos *principia cognoscendi*, poderemos dividi-los em duas classes: os “princípios comuns a todas as classes do saber” e os “princípios próprios” da cada classe do saber.⁶

Especificamente no campo da ciência do Direito, os princípios são postos na base do sistema, orientando e embasando a construção das regras jurídicas como

³ CARRIÓ, Genaro R. *Principios jurídicos y positivismo jurídico*. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1970.

⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1393.

⁵ SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 18. ed. rev. e atual. por Nagib Slaib Filho, Geraldo Magela Alves. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 1095.

⁶ MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001. t. III. p. 2371.

proposições que descrevem direitos, ou seja, por ilação dos princípios deduzem-se direitos, que são comuns a todos os ramos do Direito.^{7, 8, 9} Por outro lado, por conta do objeto próprio do ramo Direito Internacional, desprendem-se princípios próprios que servem para orientar e delimitar os contornos e perfis das relações jurídicas que se busca tutelar.

No entendimento de Miguel Reale:

quando o nosso pensamento opera essa redução certificadora, até atingir juízos que não possam mais ser reduzidos a outros, dizemos que atingimos princípios. Princípios são, pois, verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade. Às vezes também se denominam princípios certas proposições que, apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários.¹⁰

São esses juízos fundamentais que fornecem os conceitos elementares para o pensamento e a configuração de regras jurídicas no campo do Direito. No Direito, a base da discussão sobre a existência e a localização dos princípios passa por uma perspectiva das diferentes escolas que regeram o pensamento filosófico da ciência, com expressa aceitação doutrinária de seu conteúdo normativo, embora alguns autores positivistas não a entendam assim.¹¹

Nesse contexto, Norberto Bobbio insere o princípio como ponto fundamental da completude da ordem jurídica, como verdadeira norma, argumentando: “Para mim não há dúvida: os princípios gerais são normas como todas as outras [...]” E ainda:

⁷ RÁO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos*. São Paulo: Max Limonad, v. 1, 1960. p. 307-315.

⁸ DWORKING, Ronald Mylis. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 141.

⁹ Os princípios do Direito comum são deduzidos de elementos valorativos que acabam influenciando a idéia do próprio Direito como regra de conduta, como a moral, a ética e os ideais de justiça, de igualdade, equilíbrio, entre outros.

¹⁰ REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 60.

¹¹ CARNELUTTI, Francesco. *Teoria geral do direito*. Tradução de Antonio Carlos Ferreira. São Paulo: Lejus, 1999. p. 192-193.

Para sustentar que os princípios gerais são normas, os argumentos são dois, e ambos válidos: antes de mais nada, se são normas aquelas das quais os princípios gerais são extraídos, através de um procedimento de generalização sucessiva, não se vê por que não devam ser normas também eles: se abstraio da espécie animal obtenho sempre animais, e não flores ou estrelas. Em segundo lugar, a função para qual são extraídos e empregados é a mesma cumprida por todas as normas, isto é, a função de regular um caso. E com que finalidade são extraídos em caso de lacuna? Para regular um comportamento não regulamentado: mas então servem ao mesmo escopo a que servem as normas expressas.¹²

O princípio se coloca como um pressuposto da existência de certas leis e do próprio Direito como sistema, motivo pelo qual é inerente a ele. A norma pode materializar objetivamente um princípio ou não. Ela também pode limitar-se a conter apenas uma regra.¹³ Um princípio, por sua vez, tem força suficiente para indicar uma conduta, não necessariamente se robustecendo em uma lei, mas existindo e submetendo-a, em certos momentos.

Nesse sentido, Canotilho, na perspectiva unitarista da norma, estabelece diferença entre regras e princípios pontuando cinco aspectos essenciais:

1) o grau de abstração, em que os princípios seriam aquelas normas com um grau de abstração maior; 2) determinabilidade diante do caso concreto, sendo que neste aspecto a regra tem um caráter aplicativo mais imediato; 3) fundamentalidade no sistema de fontes do Direito, onde os princípios se encontram em posição hierárquica fundamental para a norma; 4) proximidade da idéia de Direito, em que os princípios estariam vinculados a valores morais da constituição do próprio ideal de Justiça e do Direito, enquanto as regras teriam um conteúdo funcional e, 5) natureza normogenética, pois os princípios seriam os fundamentos das próprias normas e, assim, por conseguinte, das regras.¹⁴

A propósito, na base do pensamento filosófico jurídico, Emmanuel Kant já havia se referido a um caráter mais amplo dos princípios como uma máxima ou um

¹² BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999. p. 158-159.

¹³ Sobre essa distinção, ver especialmente: ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. Também: ALEXY, Robert. *Teoria de los derechos fundamentales*. Tradução de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

¹⁴ CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1998. p. 166-167.

imperativo categórico da lei (*imperans*) e ao conflito entre o princípio como uma norma de valor moral e também como parte integrante de uma legislação:

O princípio, que de certas ações faz um dever, é uma lei prática. Porém a regra que o agente se prescreve a si mesmo, como princípio por razões subjetivas, é chamada de sua máxima. De onde vemos que, com leis idênticas, as máximas dos agentes podem ser muito diferentes. O imperativo categórico, que enuncia de uma maneira geral o que é obrigatório, pode ser formulado assim: age segundo uma máxima que pode ao mesmo tempo ter valor de lei geral. Pode, portanto, considerar tuas ações segundo seu princípio subjetivo; mas não podes estar seguro de que um princípio tem valor objetivo exceto quando seja adequado a uma legislação universal, isto é, quando esse princípio possa ser erigido por tua razão em legislação universal.¹⁵

Os princípios, como norma de conteúdo expressivo ou estando na base de todo sistema, têm importância fundamental para a construção de regras normativas e para a orientação da ação de sujeitos e atores que atuam no campo do objeto da ciência, seja como princípios comuns a todo universo do Direito que dá sentido à sua existência, ou mais delimitados, segundo o objeto específico de cada um dos seus ramos, no Direito Penal, Constitucional, Civil, Tributário, Administrativo, entre outros.

Especificamente é no Direito Internacional que os princípios têm clara conotação normativa e que influenciam mais intensamente que em outros ramos, em razão da construção sistemática do Direito Internacional, pois servem como regras de orientação da ação dos Estados, bem como vetores da sistematização de tratados e documentos internacionais, além de se traduzirem em um instrumento de completude das lacunas que eventualmente venham a surgir na aplicação de uma regra. Essa é a discussão que se focalizará a seguir.

¹⁵ KANT, Emmanuel. *Doutrina do direito*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993. p. 39.

3.2 OS PRINCÍPIOS E O DIREITO INTERNACIONAL

A partir do momento em que o Direito Internacional se condensou como ciência, individualizaram-se princípios de acordo com a necessidade histórica de determinada época que norteariam, a partir dali, as regras que fossem criadas, bem como a ação dos Estados no plano internacional. Esses princípios foram sedimentados na História a partir das experiências contidas na sociedade internacional, de seus erros, acertos, sofrimentos e de acontecimentos que marcaram a condução política.¹⁶

É certo, por isso, que não se pode ter uma visão equivocada dos princípios como pilares, ou valores imutáveis do Direito Internacional Público, posto que eles foram se traduzindo de acordo com o amadurecimento da sociedade internacional, em razão da dinamização das relações internacionais, bem como pelo ambiente onde essas relações foram se desenvolvendo. Assim, existe, por assim dizer, uma multiplicidade de princípios, mesmo no Direito Internacional, de acordo com suas sub-ramificações, em consonância com o modelo de relação que é desenvolvido entre os Estados, ou mesmo como um ponto de vista do operador do Direito, ao invocar ou aplicar discricionariamente sua perspectiva sobre princípios.¹⁷

Maria Asunción Orench y Del Moral, ao interpretar princípios do Direito Internacional, classifica a matéria de princípios em três tipos:

a) Princípios básicos, estruturais e necessários, que encarnam a maneira mais elevada da idéia do Direito e da justiça; b) os princípios gerais do Direito, desenvolvidos da idéia do Direito que a prática histórica dos sistemas internos permitiu integrar nos ordenamentos jurídicos e, por isso, devem também ser incorporados ao Direito Internacional; e c) Princípios próprios do Direito Internacional, dentre os quais uns são básicos em razão da estrutura da sociedade internacional em suas relações, outros, evolutivos

¹⁶ QUADRI, Rolando. *Corso di diritto internazionale pubblico*. Napoli, 1966. p. 142.

¹⁷ RAMOS, Maria Luisa Espada. Sistematización y problemática de los “principios Internacionales”. *Anuario de derecho internacional*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1981, v. V. p. 101ss.

à medida que esta sociedade vai amadurecendo. Ainda existem os princípios derivados.¹⁸

Por sua vez, Araminta de Azevedo Mercadante aponta a seguinte distinção:

É possível distinguir duas classes de princípios gerais do direito: os que constituem a base do direito internacional consuetudinário e convencional, como princípio da igualdade jurídica dos estados, da não agressão, da autodeterminação dos povos, da solução pacífica das controvérsias e aqueles que se depreendem do conteúdo dos direitos concordantes, dos povos civilizados, como princípio de indenizar os prejuízos causados, *res judicata*, estado de necessidade, boa fé, *nemo plus jús transferre potest quam ipse habet*, *neminem laedere*.¹⁹

Com esse sentido indicado pela autora, os princípios foram positivados, como fonte do Direito Internacional, no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, como sendo “os princípios gerais do Direito reconhecidos pelas nações civilizadas”²⁰, emergindo naquela ocasião como importante fonte para o aparelhamento do Direito Internacional. Representam, nesse contexto, vetores fundamentais, basiladores ideológicos da ordem jurídica, mas que serviam naquela época (1919), apenas como um instrumento para completar as lacunas que não fossem preenchidas pelos tratados ou pela prática costumeira.²¹

¹⁸ DEL MORAL, Maria Asunción Orench y. *El derecho internacional como ordenamiento jurídico objetivo: los principios generales del derecho internacional*. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2004. p. 300 (tradução livre).

¹⁹ MERCADANTE, Araminta de Azevedo. A processualística dos atos internacionais: Constituição de 1988 e Mercosul. In: CASELLA, Paulo Borba. *Contratos internacionais e direito econômico no Mercosul*. São Paulo: LTr, 1996. p. 462.

²⁰ Tal denominação, não custa lembrar, recebeu muitas críticas dos estudiosos e pesquisadores do Direito Internacional porque a remetia a uma discriminação, dado que os princípios deveriam ser aqueles reconhecidos pelas nações civilizadas, o que seria ofensivo aos países do terceiro mundo, ou mesmo, independentemente disso, uma conceitualização preconceituosa e excludente justamente para um Direito como sistema jurídico de vocação universalista.

²¹ Julio A. Barberis, em detido estudo sobre os princípios como fonte do Direito Internacional, argumenta que existem certas características comuns nos princípios gerais do Direito que permitem identificá-los e também diferenciá-los das normas derivadas da ordem jurídica internacional, ainda que os princípios gerais do Direito sejam aplicados no Direito Internacional quando não existe o preenchimento da lacuna por nenhuma outra norma jurídica, como os tratados, os atos unilaterais, sentenças arbitrais e judiciais, as resoluções das organizações internacionais. No caso de não ser aplicada nenhuma dessas normas ao caso concreto, aí sim vai se recorrer aos princípios gerais do Direito, recorrendo às seguintes características vinculadas a sua origem e conteúdo: a) generalização de normas jurídicas pertencentes ao Direito interno; b) reconhecimento pela maioria dos membros da comunidade internacional; c) possibilidade de transferência das ordens jurídicas internas ao Direito Internacional (BARBERIS, Julio A. *Formación del derecho internacional*. Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 1994. p. 240-249).

Além disso, deve-se destacar que, como fonte, estão apenas identificados os princípios gerais do Direito e, nesse aspecto, os mesmos, no que tange ao Direito Internacional, podem ser considerados elementos informadores de concepções jurídicas ideológicas, no sentido de orientar a conduta jurídica de Estados, representando a base de sua ordem jurídica.²²

Para Alfred Verdross, os princípios gerais do Direito “iluminam todo o ordenamento jurídico internacional”, e servem não só para suprir as normas consuetudinárias e convencionais, mas também para interpretar preceitos jurídicos internacionais de caráter duvidoso.²³

Não se pode ignorar a importância dos princípios gerais do Direito para a aplicação do Direito Internacional, que passa a se assentar na base de um determinado setor jurídico, indicativo de conduta naturalmente reconhecida como válida e apta, portanto, a orientar a construção do próprio Direito Internacional, dando a ele um todo coerente.

Morton Kaplan e Nicholas Katzenbach ponderam que:

Mesmo que esses princípios gerais não fossem formalmente reconhecidos como fontes do Direito Internacional, sua influência seria sentida. É virtualmente impossível para quem seja treinado nas técnicas jurídicas deixar de recorrer aos princípios fundamentais que são tão evidentes que não admitem contestação. Seu reconhecimento como fonte representa realmente, uma limitação para o juiz, que no mínimo verifica que os mesmos não são óbvios apenas para ele, mas sim de aplicação geral; sua própria experiência, portanto, precisa ser internacionalizada. Os princípios gerais do Direito só são invocados quando não existem precedentes internacionais diretos, e convincentes, quando não pode ser encontrado qualquer outro fundamento além deles.²⁴

²² Da forma como foram redigidos no Estatuto da Corte, os princípios gerais representam a base da ordem jurídica, impregnados de um fundamento ético da idéia de justiça, de equidade, que acabaram sedimentando a base normativa dos Estados segundo a escola jurídica a que são vinculados. Assim, os princípios gerais do Direito operam como regras de reconhecimento das regras legais explícitas em tratados ou costumes e são verdadeiramente a base sobre a qual se estrutura o Direito Internacional. Ao serem enunciados pela jurisprudência, refletem valor compartilhado por aquele sistema de direito, traduzido então na construção normativa jurisprudencial.

²³ VERDROSS, Alfred. *Derecho internacional publico*. 4. ed. Tradução de Antonio Truyol y Serra. Madrid: Aguilar, 1963. p. 98.

²⁴ KAPLAN, Morton; KATZENBACH, Nicholas. *Fundamentos políticos do direito internacional*. Trad. de Sigrid Faulhaber Godolphim e Waldir da Costa Godolphim. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p. 280.

Apesar de a discussão travada doutrinariamente sobre aplicação dos princípios ali expressos dizerem do Direito Internacional, ou se seriam um referencial apenas àqueles princípios gerais do Direito, localizados no ambiente interno dos Estados em foro doméstico,^{25, 26} cabe lembrar que inegavelmente o legislador se referia apenas a princípios do ordenamento jurídico, pois quando da redação do Estatuto ainda não haviam sido condensados princípios do Direito Internacional como um sistema próprio de Direito, o que só foi ocorrer mais tarde, com a idéia da construção de uma sociedade internacional, não mais meramente de coordenação, mas de cooperação e também de integração entre Estados e com a sistematização das ramificações disciplinares do Direito que adotam seus sistemas delimitados por seus objetos de estudo.

Nesse sentido, superando a dúvida pela imprecisão terminológica do dispositivo do Estatuto da Corte Internacional e apontando para um amadurecimento do conceito, a Carta das Nações Unidas, firmada em 1945, como se verá a seguir, condensou e identificou princípios gerais que servem até hoje como basiladores das relações internacionais contemporâneas e, por ser expressão desta, do Direito Internacional.

Com a adesão da expressiva maioria da sociedade internacional à Carta das Nações Unidas, os princípios ali expressos assumem uma importância singular na orientação das relações internacionais modernas. Alguns destes princípios, embora não sejam anunciados no plano internacional de forma absoluta, que abarque a totalidade de Estados, têm adquirido crescente significado entre as nações que os consagram nos textos normativos e norteiam as relações internacionais na socieda-

²⁵ CONFORTI, Benedetto. *Diritto internazionale*. 6. ed. Napoli: Editoriale Scientifica, 2002. p. 44-48.

²⁶ REZEK, José Francisco. Op. cit., 2002. p. 138.

de contemporânea, seja conjuntamente, seja orientando a própria concepção ideológica da inserção internacional de cada Estado, como o princípio da preservação da paz como orientadora de soluções por meios pacíficos, da boa-fé, *pacta sunt servanda*, na celebração e na condução dos tratados, autodeterminação dos povos, como ramificação do princípio do respeito aos direitos humanos e da não-intervenção com relação interestatal.

Cabe observar que, embora a teoria do Direito explique muito mais os princípios como completude de direito ou norma supletiva,²⁷ como instrumento normativo para preenchimento de lacunas, como fonte complementar para exercício de um poder jurisdicional do juiz, é de se destacar que, especificamente no caso do Direito Internacional, eles devem ser vistos de forma mais ampla, ocupando um importante espaço no universo sistemático normativo da disciplina, pois representam muito mais do que isso. Os princípios acabam orientando a ação dos Estados como “vetores de ação” no plano internacional, em razão de um sistema essencialmente baseado na vontade autolimitativa dos Estados diante da produção de regras dos Estados.

É o que observa Heber Arbuét Vignali ao defender que:

O sistema de Direito Internacional Público (geral) não só compreende um conjunto de normas jurídicas positivas, originadas naquelas fontes formais que o próprio sistema reconhece como válidas para a sua produção, mas também possui um conjunto de princípios, os chamados princípios gerais do Direito Internacional. Estes princípios concretizam o ideal de justiça a que tende o sistema jurídico, dando sentido ao marco de segurança que origina sua obrigatoriedade, hierarquizando conceitualmente suas normas e apontando coerência ao conjunto de direitos e obrigações. Estes princípios, por pertencerem a um sistema de coordenação, na maioria das vezes se recolhem e explicitam em normas de Direito Positivo, não se encontrando organicamente expostos, como ocorre no sistema de subordinação.²⁸

²⁷ SCELLE, Georges. *Précis de droit de gens*. Paris, 1932. p. 312ss.

²⁸ VIGNALE, Heber Arbuét. *Derecho internacional público*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, t. I, 1996. p. 84 (tradução livre).

Assim, os princípios situam-se na base de todo o sistema de Direito Internacional, orientando a ação dos Estados e, subseqüentemente, o desenho da produção de regras jurídicas. Por isso, ao se buscar os princípios do Direito Internacional, o trabalho volta-se àquelas regras norteadoras não só da construção doutrinária, mas também do desenho de normas positivas do Direito Internacional, o que denota sua importância para o universo jurídico e para o estudo do Direito Internacional. Afinal o Direito não é só feito de normas, mas também de princípios.²⁹

Particularmente no caso do Direito Internacional, por envolver uma sedimentação histórica da sociedade global, ao mesmo tempo em que possui um sistema extremamente aberto, substancialmente baseado na vontade e na consciência moral da sociedade internacional, os princípios tomam espaço de relevância não só como normas de organização do sistema, mas como um verdadeiro pilar normativo.

Nessa perspectiva, é possível visualizar o Direito Internacional desenhado em um ambiente aberto, em cuja base estariam os princípios norteadores das regras enquanto na superfície se encontrariam os tratados, os costumes, a jurisprudência e as normas positivadas.

3.3 PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL

Conforme já aduzido, toda ciência com um campo de observação próprio possui princípios que orientam a condução do seu estudo e a materialização de seu conteúdo. Especificamente no campo do Direito Internacional, foram condensados, individualizados e positivados em textos normativos internacionais princípios que

²⁹ DWORKIN, Ronald Mylis. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

devem ser observados pelos Estados em suas relações internacionais na dinâmica dos debates sobre a produção de regras que servem para regular a relação entre eles segundo seus mais variados objetivos.³⁰

Os princípios do Direito Internacional estão consagrados em vários documentos produzidos internacionalmente, que foram resultado do amadurecimento da sociedade internacional, a partir de suas experiências, ainda que essa individualização não permita obter uma visão simplista, ou mesmo uma perspectiva estanque e isolada sobre o tema.³¹

O assunto, contemporaneamente, envolve certa complexidade por conta das mais variadas ramificações que o Direito Internacional adquiriu, em razão da importância alcançada para a sociedade, que passou a exigir uma ampliação dos temas abordados e alcançados pela disciplina no cenário internacional, gerando, princípios mais específicos ou outras vezes coincidentes, contribuindo para o surgimento e aprimoramento dos princípios já existentes.³² Tem-se, assim, os princípios gerais da sociedade internacional que servem como um comando genérico de sua ação. Nos seus variados campos de pesquisa, porém, existem outros que indicam e orientam certas relações jurídicas de caráter mais específico, de acordo com o ambiente, com a necessidade e com a perspectiva do próprio

³⁰ ROUSSEAU, Charles. *Droit international public*. Paris: Sirey, 1970.

³¹ Nesse sentido, Ian Brownlie procura identificar os princípios gerais do Direito Internacional: “Esta rubrica pode referir-se a regras de Direito consuetudinário, a princípios gerais de Direito, como no artigo 38, n. 1, alínea c), ou a proposições lógicas resultantes de um raciocínio judicial baseado em fragmentos existentes de Direito Internacional e em analogias de Direito Interno. É claro que não é apropriada qualquer categorização rígida das fontes. São exemplos deste tipo de princípio geral os princípios do consentimento, reciprocidade, igualdade dos Estados, caráter definitivo das decisões arbitrais e das resoluções de litígios, validade jurídica dos acordos, boa-fé, jurisdição interna e liberdade dos mares. Em muitos casos estes princípios têm origem na prática dos Estados. Contudo, são, em primeiro lugar, abstrações de um conjunto de regras e são aceites desde há tanto tempo, e de uma forma tão generalizada, que deixaram de estar *directamente* ligados à prática dos Estados. Em alguns casos, não é muito provável que o princípio em causa, apesar de útil, surja na prática corrente dos Estados.” (BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Tradução de Maria Manuela Farrajota, Maria João Santos, Victor Richard Stockinger, Patrícia Galvão Teles. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 30-31).

³² MIAJA DE LA MUELA, Adolfo. *Introducción al Derecho Internacional Público*, 1957. p. 90.

Estado e de uma região, no sentido de observar esses princípios. Dessa forma, além desses princípios gerais, não podem ser descartados aqueles particulares, porque orientam e marcam relações particulares entre Estados de uma mesma região (América Latina, União Européia, União Africana), ou mesmo em uma organização internacional que persegue determinados objetivos, como a Organização Mundial do Comércio, Mercosul (nação mais favorecida, reciprocidade etc).³³

É certo que um ambiente permeado por um conjunto de características políticas e culturais é capaz de gerar valores próprios que orientarão e irão influenciar a relação jurídica entre os atores que compõem aquele cenário. Por outro lado, uma constelação de Estados pode fixar certos objetivos determinados que orientarão a sua relação e, nesta circunstância, alguns princípios que permitirão com a maior segurança possível individualizar e coordenar a sua ação na busca desses objetivos.³⁴ Nada obsta que nestes dois exemplos da particularização de princípios

³³ A propósito, o professor Guido Soares defende a inter-relação entre as fontes e observa que muitas delas, embora não previstas no plano interno ou em qualquer tratado, têm, em determinado momento da história ou pela necessidade, uma aplicação, visualizando que: “No caso de princípios gerais do Direito dedutíveis dos existentes nos direitos internos dos Estados, sua transposição para a esfera dos direitos e deveres internacionais dos Estados exige o teste da existência de uma necessidade, ou seja, a consciência de que aquele representa um valor jurídico a ser preservado nas relações internacionais (da mesma forma que a *opinio juris sive necessitatis* transforma um simples uso internacional em norma costumeira). Não basta a ocorrência de normas semelhantes nos direitos internos dos Estados para que elas sejam consideradas como princípios gerais do Direito, como uma fonte do Direito Internacional Público (pois não se poderia conceber que o princípio do acesso da pessoa humana aos tribunais domésticos, vigente nos ordenamentos jurídicos dos Estados, seja um princípio geral do Direito Internacional, quando a maioria dos tribunais internacionais não prevêem tais possibilidades). Conforme comprova um exame da jurisprudência de ambas as cortes internacionais de jurisdição universal e competência ilimitada, a CPJI e a CIJ, e mesmo nas decisões de árbitros internacionais, não se encontra um único julgado que tenha invocado o art. 38 do Estatuto da CIJ, sua alínea c, para justificar a aplicação de princípios gerais de Direito como um norma internacional autônoma: no entanto, tal fato corrobora que a força normativa dos mesmos advém de uma necessidade de considerar sua existência, como fonte autônoma, ao lado do *jus scriptum* e das normas consuetudinárias internacionais.” Cabe observar que a referida reflexão coloca os princípios em um plano diferente no Direito Internacional e contextualiza com a perspectiva adotada na presente obra, de que os princípios estariam na base das relações internacionais do próprio Direito Internacional como um conjunto de valores vetores da produção e aplicação dessas regras que se desenvolvem à medida que o ambiente propicia e influencia a produção desses valores (SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. São Paulo: Atlas, 2002. v. 1. p. 92-93).

³⁴ Como exemplo, no âmbito do Direito Internacional do Mar, o princípio da liberdade de navegação; para o Direito Comunitário, o princípio da subsidiariedade; o Direito Internacional Penal, o princípio

internacionais dentro de um quadro menor, a bem-sucedida experiência, a prática rotineira, termine por gerar um reconhecimento da importância de um princípio que passe a ser adotado por um conjunto maior de Estados, de outras regiões, de outros agrupamentos ou esquemas de organização internacional no sentido de pautar suas relações jurídicas.

Por isso, a partir dessa análise e dessa advertência, vai se estabelecer, em primeiro plano, um apontamento daqueles princípios classificados como gerais, condensados em textos normativos internacionais e trabalhados pela doutrina. Em seguida, analisar-se-ão os princípios preponderantemente desenvolvidos na América Latina, empregados pelos Estados a partir de suas relações jurídicas, que foram produzidas regionalmente e que tiveram e têm repercussão sobre a comunidade internacional, contribuindo para a construção doutrinária e normativa do Direito Internacional.

3.4 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO INTERNACIONAL

Conforme já mencionado, existe uma multiplicação dos princípios, não obstante historicamente poderem ser individualizados aqueles que servem de base para as relações internacionais de caráter geral, porque são expressão de documentos assinados pela maioria dos Estados que compõem o cenário mundial.

Nesse sentido, esforço foi feito pela Organização das Nações Unidas que, na Carta de São Francisco, em seu artigo 2º, acabou por pautar os princípios que orientariam a ação isolada e as relações entre os Estados no plano internacional, bem como a produção de normas jurídicas derivadas dessas relações,

do *Nullum crime sine previa lege*; no Direito Internacional do Comércio, o princípio da nação mais favorecida, etc.

prescrevendo, como princípios de seus Estados-membros: a) a igualdade entre os Estados; b) a boa-fé; c) solução pacífica de controvérsias; d) não-intervenção; e) autodeterminação dos povos; e g) cooperação.

Esses princípios servem de base para o estudo, produção e aplicação de regras de Direito Internacional e têm na positivação da Carta das Nações Unidas sua principal fonte, pois, embora reconhecidos de forma isolada com base na consciência coletiva dos Estados e no costume internacional, não estavam condensados em nenhum documento harmonizador do Direito Internacional de forma sistemática, como ocorreu na Carta das Nações Unidas e, mais tarde, em outros documentos, como na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados e na Resolução nº 2.625 de 1970 — Declaração sobre os Princípios do Direito Internacional da Organização das Nações Unidas.^{35, 36}

A seguir se estabelecerá uma sucinta perspectiva desses princípios analisando sua base normativa, doutrinária, bem como sua aplicação no cenário internacional a partir da sua condensação na Carta de São Francisco.

3.4.1 Princípio da Igualdade entre os Estados

É o princípio fundamental não só para o Direito Internacional, mas para a organização da sociedade como um todo, que compreende um sistema de igualdade soberana dos Estados que a compõem, como uma forma de repartir competências e a extensão do exercício dos poderes de ação do Estado na sociedade internacional.

³⁵ REUTER, Paul. Op. cit., 1981, p. 269-273.

³⁶ MENEZES, Wagner. A contribuição da ONU para a formatação do direito internacional contemporâneo. In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de. *Reflexões sobre os 60 anos da ONU*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2005. p. 553.

Os Estados são, para o Direito Internacional, juridicamente iguais, com o mesmo potencial de direitos e obrigações, sem distinção quanto à capacidade aquisitiva dessas regras e também em relação ao seu exercício. Em razão disso, torna-se um princípio de isonomia normativa, partindo da idéia de as regras internacionais serem produzidas e destinadas imparcialmente para todos os Estados, como unidades autônomas e formalmente iguais. Os direitos de cada um não dependem do poder de que dispõem para assegurar o seu exercício, mas sim do simples fato da sua existência como personalidade jurídica internacional.³⁷

Segundo o professor Paul Reuter, tal princípio tem um vínculo estreito com a soberania e, por isso, se transforma em “noção-chave” da estrutura da justaposição que prevalece nas relações internacionais, realçando e resolvendo os problemas decorrentes da multiplicidade dos Estados no contexto internacional e assevera:

A soberania como atributo de Estados múltiplos origina entre eles a mais estrita igualdade (art. 2º, parágrafo 1º da Carta). No plano jurídico, esta última significa que as regras de Direito Internacional são formuladas de uma maneira abstrata e fazem, nomeadamente, abstrações de todos os elementos de força ou de grandeza físicos. Isto não quer dizer que as regras de Direito Internacional não contenham diferenciações concretas, como, por exemplo, as relativas ao traçado do mar territorial, ou a responsabilidade internacional.³⁸

Vale lembrar que o princípio da igualdade entre os Estados tem correlação direta com o conceito de soberania basicamente estabelecido a partir da Paz de Westfália, que pôs fim à Guerra dos 30 Anos e reconheceu a autonomia geográfica dos reinos como unidades independentes, mesmo que naquele tempo não houvesse um amadurecimento do conceito de soberania, como se desenvolveu logo após, a partir de estudos de Vattel e Puffendorf.

³⁷ Carta da Organização dos Estados Americanos, artigo 10.

³⁸ REUTER, Paul. Op. cit., 1981, p. 103.

Para René-Jean Dupuy:

A primazia do poder do Estado na ordem internacional reduz-se, pois, à igualdade de todos perante o direito de estabelecer a sua própria conduta. Poder supremo, porque nada o subordina, mas, igualmente, poder que se justapõe a outros com a mesma pretensão: a soberania tem por corolário a igualdade dos estados. Não obstante as diferenças reais, a sociedade jurídica interestadual é feita de gigantes.

A todo momento, é certo, a realidade evidencia a condição irrisória de muitos deles, mas, a nível dos princípios, visto serem anteriores ao Direito, todos eles estão qualificados para o definir.³⁹

Embora estivesse implicitamente presente nos debates filosóficos, somente em 1907, por ocasião da realização da 2ª Conferência Internacional da Paz de Haia, foi assegurado que não existia distinção entre Estados grandes ou pequenos, fortes ou fracos, e se condensou o princípio da igualdade entre eles.

Cabe ressaltar que tal princípio teve origem em movimento e proposição da ação dos Estados latino-americanos. Rui Barbosa, delegado do Brasil, com o apoio incondicional dos Estados latino-americanos, em discurso defendeu o critério do tratamento igualitário para os Estados sem qualquer distinção de sua dimensão econômica.^{40, 41, 42, 43}

O princípio da igualdade entre os Estados, é importante esclarecer, é um postulado normativo-jurídico, e encerra o pensamento de que, para o Direito Internacional, as normas devem ser cumpridas por todos os Estados, independentemente de sua dimensão geográfica, arsenal militar, poder econômico ou qualquer outro critério, servindo como um antídoto à ação hegemônica. Assim ocorre também para a sociedade civil, as pessoas são diferentes, cultural,

³⁹ DUPUY, René-Jean. *O direito internacional*. Tradução de Clotilde Cruz. Coimbra: Livraria Almedina, 1993. p. 52.

⁴⁰ URRUTIA, Francisco José. *Recueil des Cours*, 22/133.

⁴¹ VALLADÃO, Haroldo. Op. cit., 1961, p. 52.

⁴² MARINHO, Ilmar Penna. Op. cit., 1933.

⁴³ MARINHO, Ilmar Penna. A atuação de Rui Barbosa na Haia e sua influência sobre a evolução do direito internacional. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, jan./dez. n. 27-28, 1958. p. 5ss.

econômica e politicamente, mas, para a lei, não importa essa distinção: todos seus destinatários serão iguais, segundo os seus pressupostos. A igualdade é a regra geral no sentido de que é um postulado fluente, e o reconhecimento é uma exceção atributiva, isto é, devem ser especificadas objetivamente a extensão dessas diferenças.⁴⁴ A consideração de desigualdade entre Estados no plano internacional deve estar amparada na legitimidade que vem expressa na aceitação jurídica dos Estados dessa condição.⁴⁵

No plano internacional, sabe-se que os Estados possuem características militares, culturais, históricas e políticas diversas, mas o Direito Internacional deve ser produzido e orientar essa relação dentro de um caráter isonômico de igualdade entre os Estados e, por decorrência, entre todos os povos do mundo.⁴⁶

⁴⁴ Alguns Tratados na América Latina, como o Tratado de Montevideu, que criou a ALADI, e o Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL, têm reconhecido expressamente diferenças econômicas pontuais entre Estados.

⁴⁵ A União Internacional de Estudos Sociais publicou trabalho sobre a existência de um Código de Moral Internacional, e aponta que existem diferenças entre Estados que permitiriam dar tratamento diferenciado em contraposição à idéia de igualdade, desde que se fundasse: a) na necessidade de certos Estados cuja fragilidade reclama a assistência compassiva das outras nações; b) nas situações particulares criadas pelas relações de vizinhança, pela comunidade do sangue, pelos compromissos especiais de ajuda mútua; c) na impotência de um Estado para satisfazer as suas obrigações internacionais ou para proteger eficazmente a vida ou os bens dos estrangeiros residentes no seu território; d) nos perigos que as ambições excessivas de um Estado façam correr a segurança dos seus vizinhos ou à paz do mundo (União Internacional de Estudos Sociais. Código de Moral Internacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 1954, p. 52). Essas noções, apresentadas pelo referido documento, são, na verdade, exceções de fato que não interferem no princípio da igualdade como um postulado jurídico, que só poderia ser desrespeitado se fosse realizado no âmbito da permissibilidade do próprio sistema normativo.

⁴⁶ O professor Roberto Luiz Silva faz descrição da obra de Abdulquawi Yusuf (Legal aspects of trade preferences for developing states: a study in the influence of development needs on the evolution of international law. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1982) destacando que, para o autor, “a idéia de igualdade entre os Estados com o princípio geral de Direito Internacional é um resultado da própria noção de soberania, que emergiu após o colapso do Sacro Império Romano, com a idéia de Estado nacional, consagrado no Tratado de Osnabruck (um dos que compuseram a Paz de Westphalia). A doutrina faz normalmente distinção: “entre igualdade legal e capacidade legal para exercer direitos, ou seja, entre o fato de serem as mesmas regras aplicáveis a todos os Estados (igualdade legal) e o fato de que todos os Estados devem possuir os mesmos direitos e as mesmas obrigações (capacidade legal para exercer direitos), insinuando que todos os Estados têm direitos iguais ou idênticos, mas que nem todos possuem, uma oportunidade igual para a aquisição de direitos.” (SILVA, Roberto Luiz. *Direito internacional público*. 2. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. p. 112-113).

3.4.2 Princípio da Boa-Fé

A boa-fé como princípio está apoiada na consciência da honestidade, de retidão, no cumprimento e no exercício de regras jurídicas no ambiente da sociedade internacional, traduzindo, acima de tudo, a segurança jurídica neste contexto, pois haverá harmonia no sistema normativo que embasa a relação jurídica entre os Estados se cada um agir em consonância com o Direito. Por isso, a boa-fé é ingrediente basilar não só do Direito Internacional, mas do Direito como um sistema.

Nas palavras de Alfred Verdross, “Não sendo a comunidade jurídica internacional uma entidade fundada em um senhorio, posto que repousa na cooperação e no comum acordo dos Estados, suas normas só serão eficazes se os Estados cumprirem, de boa-fé, as obrigações contraídas.” Ainda em conexão com esse conceito, está a proibição do abuso do direito, quando um Estado faz uso de uma regra de uma forma que se oponha ao espírito do ordenamento jurídico.⁴⁷

O Direito deve ser cumprido e exercido com boa-fé, deve ser utilizado especificamente para seus fins e deve não só estar expresso em papéis normativos, mas, efetivamente, ser exercido e consumido, fazendo cumprir obrigações ali pactuadas. Aqui reside o seu caráter subjetivo.⁴⁸

Objetivamente, a ação dos Estados no âmbito internacional também deve ser interpretada como desprovida de um espírito maligno ou contraditório, ou seja, quando um Estado age de uma determinada forma e justifica sua ação segundo re-

⁴⁷ VERDROSS, Alfred. Op. cit., 1963, p. 82.

⁴⁸ Ao comentar a possibilidade de análise subjetiva do princípio da boa-fé, Julio Barboza defende que: “No tocante à natureza moral do princípio, entendemos que, qualquer que seja, seu conteúdo se transforma em um princípio jurídico ao ser conteúdo de uma norma deste tipo, desde que adquira as características de heteronomia e obrigatoriedade que são típicas do jurídico. Não esqueçamos que sobre o Direito se disse que deve possuir um mínimo de ética, e, portanto, é parte integrante do conteúdo de suas normas, não na parte formal.” (BARBOZA, Julio. Op. cit., 2003, p. 298-299).

gras pré-existentes. Salvo prova em contrário, aquela justificativa deve ser acatada, dentro, é claro, de critérios de razoabilidade que a distanciem da ingenuidade.

O princípio da boa-fé tem ainda função fundamental para o Direito Internacional, uma vez que serve para pacificar conflitos, pois quando levado em conta transforma-se em um lenitivo para a interpretação da ação dos Estados no plano internacional. Em razão disso, acaba se constituindo em um elemento subjetivo, motivador de outro princípio do qual se tratará a seguir, a solução pacífica de conflitos.

3.4.3 Princípio da Solução Pacífica dos Conflitos

O Direito Internacional, historicamente, surgiu para dirimir conflitos entre povos, reinos, Cidades-estado, como um instrumento de pacificação da sociedade inter-relacional. Com isso, não só passam a ser elaboradas regras de conduta, como também se busca desenvolver a consciência dos povos, no sentido de tentar resolver seus litígios antes da utilização de qualquer tipo de força, renunciando aos conflitos e à guerra.⁴⁹

O pressuposto para a utilização do princípio da solução pacífica de conflitos é a existência de um litígio, de uma controvérsia, de um antagonismo de interesses entre Estados no plano internacional, e foi idealizado como princípio justamente para prevenir a amplificação de conflitos existentes para a preservação da paz, da segurança e da justiça internacionais.

O tema envolve certa complexidade, pois existem nuances diferentes de conflitos e, na maioria das vezes, divergências culturais de concepção sobre a

⁴⁹ DUPUY, Pierre-Marie. *Droit international public*. 3. ed. Paris: Éditions Dallooz, 1995. p. 401-407.

pretensão e o método de resolução desses antagonismos.⁵⁰ Tanto podem ser objeto de uma controvérsia no plano internacional a simples interpretação do dispositivo de um tratado, como questões mais sérias, como o marco demarcatório de uma fronteira, ou, ainda mais grave, como um conflito de ordem político-religiosa ou racial entre dois povos ou Estados.

Deve-se ressaltar que não importa a dimensão do conflito ou sua complexidade, não se justifica para o Direito uma solução fora dos padrões de legitimidade do Direito Internacional. Quando os Estados se depararem com situações litigiosas, necessariamente deverão buscar meios pacíficos para solucionar o impasse, abstendo-se da ameaça, do uso da força ou de qualquer outro meio de coação.

Quando se diz que um país reconhece esse princípio subentende-se que ele reconhece que qualquer conflito que o envolva deverá ser resolvido pelos mecanismos pacíficos disponíveis no cenário internacional, disciplinados pelo Direito Internacional, mediante mecanismos diplomáticos,⁵¹ políticos⁵² ou jurídicos.^{53, 54}

Cabe lembrar que já no Tratado de União Liga e Confederação Perpétua, assinado em 1826, existia esse compromisso, principalmente no artigo 16,⁵⁵

⁵⁰ Celso Lafer traz a lume a contraposição entre os conflitos e concepção de conflitos de interesse focalizando o tema sobre a internacionalização do comércio mundial (LAFER, Celso. *Comércio, desarmamento, direitos humanos: reflexões sobre uma experiência diplomática*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 30).

⁵¹ Por meio do entendimento direto, do sistema de consultas, da mediação, da conciliação, do inquérito ou pelos bons ofícios.

⁵² Cada vez mais utilizadas são aquelas controvérsias resolvidas no ambiente de esquemas regionais ou universais de representação estatal.

⁵³ Por meio da Corte Internacional de Justiça, da Arbitragem ou do crescente número de tribunais especializados criados pelos Estados para dirimir conflitos nos mais variados foros que envolvam matéria determinada com objeto específico.

⁵⁴ Embora alguns autores tentem encontrar no recurso à arbitragem (largamente utilizada na América Latina) um princípio, esse entendimento é equivocado, visto que a arbitragem é um mecanismo jurídico, e, por isso, quando um país reconhece o princípio da solução pacífica dos litígios ele já está, implicitamente, se submetendo automaticamente aos mecanismos disponíveis de solução de controvérsia. Logo, se tem por costume resolver suas controvérsias pela arbitragem, estará buscando uma solução pacífica mediante o mecanismo jurídico.

⁵⁵ Texto completo em anexo.

segundo o qual, na eventualidade de um conflito, os signatários resolveriam amigavelmente suas controvérsias, o que foi um marco delineatório das relações entre os Estados na região e substancialmente acabou por influenciar outros modelos.⁵⁶ Regionalmente tal princípio vem expresso também na Carta dos Estados Americanos, no artigo 3º, alínea i; e, ainda, está presente no contexto do pan-americanismo o Tratado Americano de Soluções Pacíficas – o Pacto de Bogotá, produzido em 2 de maio de 1948.⁵⁷

3.4.4 Princípio da Cooperação entre os Povos

A idéia de se promover a cooperação entre os povos para lograr o progresso da humanidade vem ancorada na noção do desenvolvimento de uma comunidade internacional, mais solidária, voltada à resolução de problemas comuns que afetem todos os povos.

Para Dinh, Daillier e Pellet, a cooperação é um termo associado e tem como pressuposto a ajuda assentada sobre a igualdade entre os Estados no desenvolvimento de um trabalho comum, substancialmente na reciprocidade de assistência para enfrentar um determinado problema comum, sintetizam os autores:

Retomando a terminologia em uso nas relações entre Estados, alguns autores empregam o termo cooperação, que coloca a tônica sobre a igualdade dos parceiros no trabalho comum de desenvolvimento. Este termo tem um aspecto mistificador: implica a reciprocidade de prestações entre

⁵⁶ Artigo 16 - As partes contratantes se obrigam e comprometem, solenemente, a transigir, amigavelmente entre si, todas as diferenças que existem ou podem existir entre algumas delas; e no caso de não se resolver o conflito entre as potências discordantes, se levará, para buscar sua conciliação, ao juízo da Assembléia, cuja decisão não será obrigatória, se as ditas potências não se houverem acordado antes explicitamente sobre o caso.

⁵⁷ No referido Tratado, as partes se comprometem a obrigatoriamente resolver suas controvérsias por meios pacíficos e enumera os mecanismos a serem utilizados pelas partes tais como: a) bons ofícios e mediação; b) processo de investigação e conciliação; através de processo judicial com: c) a arbitragem; d) a Corte Internacional de Justiça (reconhecendo como obrigatório “*ipso facto*” a jurisdição da Corte); e por meio de e) pareceres consultivos.

parceiros iguais, precisamente, a assistência tem por objetivo conduzir a esta igualdade pela desigualdade dos compromissos imediatos das partes. Falar de “cooperação” é supor resolvido o problema que a assistência deve resolver.⁵⁸

A ação dos Estados para promover a cooperação tem sido empreendida de várias formas, em alguns casos de forma livre, com base na boa vontade dos povos em se ajudar, por exemplo, diante de um problema incidente conjunto, como o caso de se tornarem medidas contra a proliferação de epidemias ou contaminação dos mares. Outras vezes, mediante a assinatura prévia de tratados que regulamentam o comprometimento dos Estados no sentido de promoverem auxílio mútuo, ou, ainda, pela a criação de organizações internacionais com a finalidade específica de perseguir objetivos conjuntos e enfrentar problemas comuns nas mais variadas áreas que afetam a vida dos Estados, como: saúde, educação, alimentação, cultura, entre outros temas.

A tese da cooperação internacional como princípio tomou vulto à medida que as relações internacionais foram se intensificando e aprofundando, abandonando o caráter de meras regras de coordenação para uma ação mais intrincada, principalmente com a multiplicação de organizações e organismos internacionais, chegando à idéia contemporânea de cooperação, que agora acaba por influenciar o desenvolvimento de um processo mais aprofundado de cooperação, ou seja, a integração regional.⁵⁹

⁵⁸ DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Op. cit., 1999, p. 916.

⁵⁹ Hee Moon Jo fala da distinção das organizações internacionais para cooperação e para a integração distinguindo: “No aspecto formal, a comunidade regional é um tipo de organização internacional, desde que esta esteja estabelecida por um tratado entre os Estados independentes. Entretanto, enquanto a organização internacional procura a cooperação funcional em uma área determinada, mantendo-se o estatuto do Estado independente, a comunidade regional procura a integração substancial entre os Estados-partes, limitando-se voluntariamente ao próprio estatuto do Estado. Essa diferença da finalidade de união entre os Estados distingue uma da outra, ou seja, a união substancial e a união funcional.” (JO, Hee Moon. *Introdução ao direito internacional*. São Paulo: LTr, 2000. p. 267).

Quando o legislador internacional definiu a cooperação como um princípio geral, acabou por envolver o compromisso de cooperação dos Estados nos mais variados setores da sociedade internacional, como a área científica, tecnológica, no campo político, militar, social, cultural, econômico, nos Direitos Humanos, meio ambiente, comércio, no combate à fome etc. Nesse aspecto, as organizações internacionais têm sido reconhecidas como impulsionadoras do processo de cooperação internacional, pois desenvolvem o ambiente do debate em um foro conjunto de Estados para resolução de problemas comuns.⁶⁰

3.4.5 Princípio da Autodeterminação dos Povos

Este princípio está diretamente vinculado à liberdade dos povos e territórios do mundo de escolher, sem ingerência externa, os valores sociais, culturais e políticos que desejam seguir, prescrevendo que nenhum Estado tem o direito de impor a um outro povo valores culturais, morais, econômicos ou religiosos.

O princípio visa coibir que Estados hegemônicos, por intermédio da imposição colonial, determinem valores que não são de um povo, como uma forma de dominação e de subjugação.

O elemento fundamental para caracterizar a violação do princípio é a força, a imposição de padrões culturais por um Estado sobre outro e não se caracteriza

⁶⁰ Nesse sentido, é importante destacar o entendimento de Cesáreo Gutiérrez Espada, para quem as organizações intergovernamentais são um instrumento permanente de cooperação internacional, fenômeno que fica evidente após a Segunda Guerra Mundial, quando passa a existir uma proliferação de organismos internacionais com as mais variadas finalidades, pois os Estados, diante da complexidade de certos problemas internacionais, tiveram que desenvolver uma ação conjunta de forças interestatais, o que ocorreu primeiro em função da compreensão dos Estados que entenderam que a consecução de certos objetivos nacionais só seria possível com a colaboração de outros Estados. Além disso, pela ampliação da consciência de se estabelecer um trabalho de coordenação internacional para o desenvolvimento de ações humanas que ignoram a existência de fronteiras, como o setor de correios, comunicação, aviação, etc., o que foi possível graças às organizações internacionais (ESPADA, Cesáreo Gutierrez. *Derecho internacional público*. Madrid: Trotta, 1995. p. 147-151).

quando o próprio povo de um Estado decide livremente absorver institutos de outro território, pois é uma forma, segundo o Direito Internacional, de exercício pleno da livre determinação desse povo.⁶¹

Segundo enfatiza Oliveiros Litrento:

Teoria, ideal, princípio, a autodeterminação implica sempre numa tomada da consciência a nação. O sentimento de unidade nacional, “feição rigorosamente caracterizada da solidariedade social”, decorre de fatores múltiplos em que podem ser acentuadas a mesma língua, religião, raça, limites naturais do território, usos e costumes. Mas seu elemento essencial repousa numa reunião permanente de tradições, aspirações e necessidades, vinculadas, traduzidas pela vontade de viver em comum, na crença nacional em um mesmo destino.⁶²

Apesar de jurisprudencialmente o princípio da autodeterminação ter sido invocado e aplicado aos povos submetidos à dominação colonial, ele é muito mais abrangente, pois claramente não limita sua extensão aos Estados, conforme o conceito que se tem deles, mas aos povos pertencentes a um território e mesmo a um Estado soberano e independente, tratado atualmente como um dos temas abarcados e protegidos pelos direitos humanos.

A esse propósito, José Joaquim Gomes Canotilho esclarece:

O princípio da autodeterminação dos povos deve ser reinterpretado não apenas no sentido de que os “povos” devem deixar de estar submetidos a quaisquer formas de colonialismo, mas também no sentido de que a legitimação da autoridade e da soberania política pode encontrar suportes sociais e políticos a outros níveis — supranacionais e subnacionais — diferentes do “tradicional” e “realístico” “Estado-nação”.⁶³

Seguindo a interpretação de Canotilho, no sentido de uma releitura sobre o princípio da autodeterminação para níveis subnacionais, cabe lançar um olhar sobre os povos indígenas remanescentes do período colonial, e que continuam a ser

⁶¹ Resolução nº 2625, Assembléia Geral das Nações Unidas.

⁶² LITRENTO, Oliveiros. *Manual de direito internacional Público*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. p. 298.

⁶³ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Nova Ordem Mundial e Ingerência Humanitária (claros e escuros de um novo paradigma internacional). *Revista de Direito da Universidade de Coimbra*, jun. 1994. p. 3.

excluídos e a ter seu direito à autodeterminação a todo o momento desrespeitado, agora não mais pelos colonizadores, mas pela colônia transformada em Estado que se nega a reconhecer direitos elementares e legítimos desses povos que eram os legítimos donos e habitantes dessas terras.⁶⁴

A propósito, o princípio juridicamente consagrado na Carta das Nações Unidas⁶⁵ é aplicado, segundo a ONU a: a) populações que vivem no interior dos Estados soberanos; b) populações que não atingiram a independência; c) populações sob ocupação militar. Essa noção mais ampla da aplicação do princípio tem contribuído para estabelecer uma nova perspectiva sobre o Direito Internacional

⁶⁴ Carlos Frederico Marés, ao defender o alargamento do princípio sob o enfoque dos povos indígenas, doutrina: “Desta forma entendida, a autodeterminação não é mais do que um direito concedido e reconhecido pela comunidade internacional, que pode a cada momento dizer a quem concede e a quem nega, dependendo do Estado nacional contra a qual conflita o povo. Outra coisa totalmente diferente é a autodeterminação baseada na auto-estima de um povo. Cada povo tem regras internas de convivência social, que formam o seu Direito, como já vimos. Nestas regras e nestas relações sociais evidentemente está o direito de se submeterem ou não às regras dos Estados que os envolveram, embora este direito não seja reconhecido nem pelo Estado nem pela comunidade de Estados internacionalmente. Por outro lado, assim como já vimos que nos Estados latino-americanos o Direito não pode ser entendido como apenas aquele que dita o Estado, porque cada povo indígena tem seu próprio Direito, não pode ser limitado o Direito Internacional aos ditames dos organismos criados pelos Estados, porque no seio de um povo indígena não se pode falar da vigência ou eficácia das normas estatais, nem das internacionais”. E conclui: [...] “A questão que fica pendente, portanto, é a seguinte: pode um povo ter direito à autodeterminação sem desejar constituir-se em Estado? Do ponto de vista do Direito internacional parece que não. Do ponto de vista de cada povo, evidentemente que sim, porque a opção de não constituir-se em Estado e de viver sob outra organização estatal, é uma manifestação de uma autodeterminação.” (SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *O renascer dos povos indígenas para o Direito*. Curitiba: Juruá, 1998. p. 78-79).

⁶⁵ Para Ian Brownlie: “A posição atual é a de que a autodeterminação é um princípio jurídico e que os órgãos das Nações Unidas não permitem que o artigo 2º impeça a discussão e a decisão quando este princípio estiver em causa. As suas ramificações precisas noutros contextos não estão ainda esclarecidas, sendo difícil tratar com justiça estes problemas num curto espaço. Esta questão apresenta três aspectos. Em primeiro lugar, este princípio inspira e completa outros princípios gerais de Direito Internacional, *videlicet*, a soberania do Estado, a igualdade dos Estados e a igualdade dos povos de um Estado. Assim, a autodeterminação é empregada em conjunção com o princípio da não ingerência em relação ao uso da força. Em segundo lugar, o conceito de autodeterminação foi aplicado no contexto diferente da autodeterminação econômica. Em último lugar, este princípio parece ter corolários que podem incluir os seguintes: a) se um território for apropriado pela força e se o objetivo for a implementação desse princípio, então o título pode provir, graças à aquiescência e reconhecimentos gerais, mais rapidamente do que em outros casos de apropriação ilegal de um território; b) este princípio pode compensar a falta parcial de certos *desiderata* nos campos da qualidade de estado e do reconhecimento, c) a intervenção destinada a combater um movimento de libertação pode ser ilícita, enquanto que o auxílio a esse movimento pode ser lícito; d) em caso de abandono pelo soberano atual, o território habitado por povos não organizados num Estado não pode ser considerado como *terra nullius*, susceptível de apropriação por Estados individuais.” (BROWNLIE, Ian. Op. cit., 1997, p. 619-620).

não mais como um direito entre Estados somente, mas também um conjunto de regras que garantem os direitos de minorias étnicas e de grupos humanos unidos por laços culturais, sociais, religiosos.⁶⁶

Apesar da importância do princípio para a sociedade internacional, infelizmente, ainda hoje, Estados hegemônicos tentam impor valores culturais a outros povos, ferindo claramente o princípio em nome de uma paz universal. Povos que sequer tiveram contato com a cultura ocidental são obrigados a absorver conceitos, práticas e mecanismos que não compreendem, ou ainda, potências mundiais estabelecem à força seu domínio sobre territórios distantes com os quais não possuem qualquer tipo de identidade cultural ou geográfica. É absolutamente inconcebível para o Direito Internacional o fato de a sociedade contemporânea ainda conviver com territórios ultramarinos e colônias diante de um conjunto de avanços normativos e políticos ocorridos no mundo.

Embora não seja um princípio essencialmente latino-americano, o princípio da autodeterminação dos povos guarda um vínculo bastante estreito com a América Latina, pois quando os europeus chegaram no continente, encontraram aqui civilizações culturalmente avançadas e em vários aspectos mais evoluídas que os próprios invasores. Apesar disso, toda a cultura e valores dos astecas, dos maias e dos incas foram destruídos, e no lugar foi imposta a cultura européia, os idiomas, o latim, os valores espirituais, a estrutura social etc. Assim sendo, o princípio da autodeterminação certamente foi construído, em parte, em razão da experiência latino-americana e pela afirmação e influência de um novo conjunto de Estados atores da sociedade internacional que tinham ao longo de sua história se livrado do

⁶⁶ MELLO, Celso D. de Albuquerque. Op. cit., 1995, p. 447.

jugo da colonização e consagraram, mediante a ação diplomática nos foros internacionais, esse princípio como um corolário das relações internacionais.

Por conta do seu processo de colonização o Direito Internacional na América Latina sempre consagrou o princípio nos mais variados textos, valendo destacar o artigo 3º, alínea e, da Carta da Organização dos Estados Americanos, que textualmente a adota como princípio, e também no artigo 17 como regra objetiva.^{67, 68}

3.4.6 Princípio da Não-Intervenção

Pelo princípio da não-intervenção fica prescrito juridicamente que nenhum Estado pode se imiscuir nos assuntos internos ou externos de outro, em sua condução política, nas suas decisões econômicas, culturais ou sociais, ou determinar que ele se posicione ou aja de determinada forma. A intervenção é caracterizada pela ingerência de um Estado nos negócios internos e externos de outro.⁶⁹

O princípio visa a combater não só a utilização da força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem e sua caracterização se encontra no campo da ilegalidade, pelo exercício de um ato contrário ao Direito Internacional.⁷⁰

⁶⁷ Artigo 3º, alínea c, Carta da OEA: “Todo Estado tem o direito de escolher, sem ingerências externas, seu sistema político, econômico e social, bem como de organizar-se da maneira que mais lhe convenha, e tem o dever de não intervir nos assuntos de outro Estado. Sujeitos ao acima disposto, os Estados americanos cooperarão amplamente entre si, independentemente da natureza de seus sistemas políticos, econômicos e sociais.”

⁶⁸ Artigo 17 da Carta da OEA: “Cada Estado tem o direito de desenvolver, livre e espontaneamente, a sua vida cultural, política e econômica. No seu livre desenvolvimento, o Estado respeitará os direitos da pessoa humana e os princípios da moral universal.”

⁶⁹ MATTOS, Adherbal Meira. *Direito internacional público*. São Paulo: Saraiva, 1980. p. 79.

⁷⁰ Existem algumas intervenções que são consideradas ainda no campo da legalidade e toleradas pelo Direito Internacional e por parte da doutrina, como aquelas exercidas: a) em nome do direito

Para Hidelbrando Accioly a intervenção tem como características:

1) um ato abusivo destinado a usurpar prerrogativas soberanas do Estado a que se aplica; 2º a imposição de uma vontade estranha. [...]. São, porém, atos de intervenção: a imposição ou tentativa de imposição de uma forma de governo, ou de certas instituições políticas, ou de um chefe de governo, ou de uma dinastia; a oposição efetiva a atos lícitos de outro Estado; a imposição ou tentativa de imposição de celebração de um Tratado, ou da adoção ou revogação de certas medidas legislativas ou administrativas ou da suspensão das relações diplomáticas, ou da aceitação ou recusa de certa atitude política; a ingerência na administração da justiça ou em quaisquer atos da competência exclusiva de outro Estado, etc.⁷¹

Um dos fatos motivadores do princípio entre os Estados teve origem justamente em razão da ação praticada pelas metrópoles européias que se julgavam no direito de determinar às colônias com quem poderiam estabelecer relações comerciais, quando estas tinham tal liberdade. Quando as metrópoles julgavam interessante, lançavam impostos, extraíam o que queriam, impunham chefes ou governadores gerais, sem qualquer consideração aos povos que habitavam as colônias, ou ainda com o fim de coagir os Estados a agirem de determinada forma, lançavam ofensivas por meio da ameaça, da força ou de atos coercitivos derogatórios de regras de Direito Internacional.

As ex-colônias tornadas independentes nas mais variadas partes do mundo, à medida que iam se incorporando à sociedade internacional e se inseriam nos foros de discussão de Estados, lutaram pela afirmação desse princípio em razão da sua experiência e pela sua busca por afirmação no cenário internacional.

Vale destacar a contribuição dos Estados Unidos para a consolidação do princípio da não-intervenção no Direito Internacional, pelas mãos da denominada

de defesa e de conservação; b) para proteção dos direitos humanos; c) para proteção dos interesses nacionais. No entanto, ao se aceitar certas medidas, como as que foram elencadas, acaba-se por deixar uma margem para a utilização por certos Estados de má-fé em certas intervenções desnecessárias, o que deve ser repellido pelo melhor direito.

⁷¹ ACCIOLY, Hildebrando. *Tratado de direito internacional público*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, v. II, 1956. p. 43.

“*Doutrina Monroe*”. Em 2 de dezembro de 1823 *James Monroe*, presidente dos Estados Unidos, encaminhou ao Congresso americano uma mensagem que resumidamente declarava: a) que o continente americano não poderia sofrer ocupação de Estados europeus; b) os Estados Unidos não interviriam nos negócios pertinentes aos países europeus; c) a inadmissibilidade de retomada da colonização por meio da intervenção dos Estados europeus sobre os negócios internos ou externos de qualquer país americano.⁷²

É importante ressaltar que o anúncio formal de tal princípio gerou um ambiente de antagonismo e resistência na sociedade internacional da época, e acabou por frear a ação dos Estados europeus sobre a região no sentido de imprimir uma tentativa de restabelecimento do poder colonial ou retomada de poder, embora a doutrina européia sempre tenha sido reticente ao reconhecer tal princípio, nas diversas oportunidades que teve para se manifestar sobre o tema.

De qualquer forma, por conta da influência dos Estados Unidos e em razão da declaração textual de reconhecimento e de defesa norte-americana em caso de opressão européia sobre os países latino-americanos tornados independentes, o princípio teve um forte impacto sobre os Estados da região, inclusive porque, na América Latina, havia uma necessidade histórica e política de afirmação de tal princípio que envolvia motivos como: a) o temor de uma retomada por parte das metrópoles européias, principalmente em razão da política de intervenção da “Santa

⁷² Para Luiz P. F. de Faro Júnior, a mensagem de Monroe continha em resumo: 1) um princípio que se ligava aos direitos e interesses dos Estados Unidos; 2) o sistema político das potências aliadas não poderia estender seus domínios sobre o continente americano sem atingir a paz dos Estados; 3) estabelecer o comprometimento de manter uma política americana eqüidistante dos assuntos internos, ou negócios internos de qualquer potência européia, cultivando relações de amizade com as mesmas. Por outro lado, a Doutrina Monroe, segundo o autor, “foi um ato de defesa da jovem democracia americana contra qualquer tentativa de estabelecer novas colônias na América, ou de estender o sistema monárquico europeu aos países republicanos da América, ou de intervir em seus negócios internos”, pois qualquer desses atos poderia pôr em perigo a situação dos norte-americanos, nação nova e ainda relativamente instável (FARO JÚNIOR, Luiz P. F. de. *Manual de direito internacional público*. São Paulo: Livraria Martins, 1951. p. 132-133).

Aliança” em favor da restauração dos “governos legítimos”; b) a necessidade de afirmação perante a sociedade internacional, pois as ex-colônias davam seus primeiros passos na condição de Estados, e c) a debilidade e fragilidade militar diante de nações militarmente mais poderosas, o que enfraquecia e tornava frágil a defesa perante um possível ataque de uma grande potência.

É de se destacar que a Doutrina Monroe foi exposta de forma unilateral pelos Estados Unidos e não incluiu a América Latina, não tendo naquele momento nenhuma preocupação com a defesa dos Estados latino-americanos. De qualquer forma, serviu para frear a idéia de retomada européia de recolonização. Os Estados da América Latina, por sua vez, tinham interesses consoantes à declaração, porque não lhes interessava também se submeter novamente aos Estados europeus.

Em 1826, no Congresso do Panamá, capitaneado por Bolívar, houve menção à preocupação de resguardar o princípio da não-intervenção mediante uma defesa comum em razão de ofensas à soberania e independência dos Estados latino-americanos e contra a dominação estrangeira.⁷³ Ao longo da história contemporânea do Direito Internacional, várias foram as declarações, principalmente de líderes latino-americanos, que proclamaram ou invocaram tal princípio, conforme já demonstrado nos capítulos anteriores, como as doutrinas Drago e Calvo, que se opuseram à ação intervencionista de Estados e foram proclamadas em um outro contexto da Doutrina Monroe, quando havia concretamente um processo intervencionista em curso.

O pensamento dos doutrinadores se refletiu também na construção de normas jurídicas que foram positivadas e consagradas nos diversos documentos e textos produzidos ao longo da história das relações internacionais regionalmente. A Carta da OEA, em seu artigo 19, prescreve que

⁷³ Artigo 2º – Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua, 1826.

nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem.

O artigo 20 ainda especifica que “nenhum Estado poderá aplicar ou estimular medidas coercivas de caráter econômico e político, para forçar a vontade soberana de outro Estado e obter deste vantagens de qualquer natureza.”

Para Juan Carlos Puig:

a influência da concepção latino-americana em matéria de intervenção tem sido tão importante que a parte importante da declaração da ONU está praticamente baseada nos instrumentos interamericanos respectivos, que por conseguinte culminaram nos artigos 18, 19 e 20 da atual carta da OEA.^{74 75}

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que existe um liame histórico profundo do princípio com a América, ironicamente é na América Latina onde ocorreram as mais claras ações intervencionistas que afrontam o referido princípio como norma de Direito Internacional. Também, foi justamente pelas mãos da nação que ostensivamente o invocou na América continental, os EUA, que no início do século XX, sob a liderança do presidente Roosevelt, marca a política do *big stick*, exercida sob a justificativa de evitar intervenções de outros Estados ou mesmo pacificar questões políticas internas. Vale lembrar a intervenção no Panamá em 1903, na República Dominicana em 1905, no Haiti em 1915, na Nicarágua, sem contar outras ações nebulosas sob o manto da legalidade de exercício de poder e de intervenção, como o combate ao narcotráfico, o que demonstra que, em certos casos, quando convém, lamentavelmente existe um desvirtuamento na interpretação teleológica do referido princípio.

⁷⁴ PUIG, Juan Carlos. El principio de no intervención en el derecho internacional público americano. Influencia de las nuevas realciones internacionales. In: *Anuario Jurídico Interamericano*, 1979, p. 55ss (tradução livre).

⁷⁵ DUPUIS, Charles. Liberté des voies de communication relations internationales. *Reuecil des Cours*. Paris, n. 2, v. I, 1924. p. 369-406 (tradução livre).

3.4.7 Outros Princípios

Outros princípios podem ser considerados dentro desse contexto, também importantes para o Direito Internacional Geral, e não podem ser esquecidos como princípios gerais do Direito Internacional Público, como do *Pacta Sunt Servanda*, que prescreve que o que for pactuado deve ser cumprido e executado; o Princípio da Reciprocidade, que permite a um Estado dar o mesmo tratamento que recebe de outro Estado. Aliás, o referido princípio inclusive está previsto no Tratado de Assunção para orientar as relações entre os países que compõem o Mercosul, no artigo 2º,⁷⁶ o princípio do respeito aos direitos humanos, uma crescente preocupação dos Estados no cenário internacional como forma de se resguardar os direitos individuais diante do poder soberano dos Estados nas relações internacionais.⁷⁷ Assim, em que pese não terem sido especificamente elencados no rol de princípios estabelecidos pela Carta das Nações Unidas, encontram-se subentendidos no bojo do texto normativo do referido documento e servem para balizar várias relações jurídicas estabelecidas no plano internacional entre os Estados.⁷⁸

⁷⁶ Tratado de Assunção: Artigo 2º – O Mercado Comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados-Partes.

⁷⁷ María Asunción Orench y del Moral, ao realizar profundo estudo sobre o Direito Internacional contemporâneo e os princípios gerais do Direito Internacional, enumera outros princípios de caráter geral do Direito, valendo destacar: a) princípio da responsabilidade dos Estados pela reparação de danos; b) princípio da força maior como causa de exclusão da responsabilidade; c) princípio da responsabilidade por denegação de justiça; d) princípio do respeito aos direitos adquiridos; e) princípio da coisa julgada. Além desses, princípios específicos do Direito Internacional como: a) princípio da proteção diplomática como direito do Estado; b) princípio do esgotamento dos recursos internos como caráter prévio para a reclamação internacional; c) princípio da efetividade; d) Princípio da submissão voluntária jurisdição internacional (DEL MORAL, María Asunción Orench y. Op. cit., 2004, p. 149-302).

⁷⁸ O princípio do *Pacta Sunt Servanda* é mencionado na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados como um princípio universal do Direito Internacional. A reciprocidade é um direito reconhecido a todos os Estados em suas relações internacionais muitas vezes no sentido de permitir a adoção de retorsão de caráter administrativo.

3.5 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO LATINO-AMERICANO

O objetivo do presente trabalho é analisar até onde as relações internacionais desenvolvidas no âmbito da América Latina contribuíram para a formação do Direito Internacional, seus institutos, tratados, mecanismos e princípios, indicando de que maneira eles se consubstanciaram na construção doutrinária do Direito Internacional. Para cumprir esse objetivo fez-se necessária uma análise do conjunto de fenômenos históricos, políticos e culturais das relações entre os países neste ambiente.

Como ficou evidenciado, a dinâmica participação dos países da América Latina na agenda das relações internacionais fez emergir um conjunto de valores até então desconhecidos pela sociedade internacional, valores estes que motivaram e inspiraram o desenho de regras para regular a relação entre os Estados que identificaram um direito com mecanismos característicos dos países da América Latina.⁷⁹

Neste sentido Jesus Maria Yepes assegura que a consolidação do Direito Internacional Americano parte de valores que surgem com a dinâmica das relações internacionais instituídas pelo Novo Mundo e conclui:

1. O Novo Mundo aceita a universalidade dos princípios fundamentais do Direito Internacional, mas, ao mesmo tempo, afirma que à medida que novas situações se produzem, novos princípios jurídicos devem ser formulados para resolver problemas que não haviam sido considerados anteriormente porque eles não existiam.
2. Os Estados da América têm o direito de não reconhecer algum valor jurídico das instituições e dos princípios em vigor na Europa, tais como, por exemplo, a intervenção de um Estado nos negócios de um outro, a nacionalidade *jure sanguinis*, a política de hegemonia, a responsabilidade sem falta, a proteção diplomática ilimitada acordada aos nacionais, etc., que não correspondem às suas condições geográficas, políticas e históricas. Isto, eles reprisaram várias vezes apesar da resistência das velhas nações européias.

⁷⁹ PUIG, Juan Carlos. *Les Principes du Droit International Public Americain*. Paris: Pedone, 1954.

3. Eles têm o direito de proclamar sobre quaisquer matérias que lhes são dos princípios e das doutrinas desconhecidas ou mesmo desconhecidas no resto do mundo. Do mesmo direito, eles podem reger por meio de convenções entre eles das questões ao sujeito das quais um acordo universal é impossível.

4. Os Estados do Novo Mundo desenvolveram uma consciência, uma psicologia, que é inata ao continente americano, uma consciência jurídica especial e que a habilita a exercer uma influência sobre a evolução do Direito Internacional.⁸⁰

Esses valores foram se materializando, então, no sentido de orientar a ação jurídica dos Estados no plano internacional e se cristalizando como verdadeiros princípios inspiradores das relações entre os países da região, pois caracteristicamente surgiram para tipificar essas relações. Em razão de sua importância, acabaram servindo como modelo para a produção de regras para toda a sociedade internacional.

Conforme já destacado anteriormente, os princípios encerram uma base propositiva para a construção de regras jurídicas. São valores orientadores da produção de regras, que se consubstanciam a partir de elementos históricos, políticos e sociais em que são aplicados. São influenciados pelo meio em que são produzidos. É esse conjunto de fatores esculpidos a partir do processo histórico e político, bem como cultural dos países latino-americanos, que levou os Estados da região a estabelecer em parâmetros para as relações jurídicas internacionais em que estavam envolvidos. Com isso, os Estados da América Latina adotaram certos princípios gerais especificamente latino-americanos, para servir de base para a produção de regras jurídicas e solução de conflitos que envolviam matéria de Direito Internacional.

As relações internacionais desenvolvidas na América Latina a partir da independência das ex-colônias foram influenciadas e envoltas pelo Direito

⁸⁰ YEPES, Jesus Maria. Droit des Gens em Amérique. *Reuecil dès Cours*. Paris, n. 1, v. 47, 1934. p. 7-8 (tradução livre).

Internacional marcadamente eurocentrista, em razão do pequeno número de Estados que compunham a “sociedade internacional” na época. A partir de suas relações internacionais, no entanto, os Estados latino-americanos desenvolveram seus próprios valores e mecanismos jurídicos, que inclusive acabaram se incorporando nas relações entre os Estados de outras regiões no cenário internacional e a um conjunto muito maior do Direito Internacional.

Conforme bem observa, a partir de uma perspectiva diplomática, Luis Cláudio Villafañe G. Santos:

Os Congressos interamericanos realizados até a década de 1880 tiveram em comum o fato de a iniciativa de sua convocação ter partido de países hispano-americanos e deles emanaram princípios recorrentes:

- a proposta de união ou confederação entre Estados americanos;
- a necessidade de criação de um órgão central de coordenação entre os Estados americanos;
- a conveniência de se impor o princípio da solução pacífica das controvérsias entre os Estados americanos, mediante o recurso à arbitragem; e
- o princípio da defesa coletiva contra agressões externas.⁸¹

De fato, ao estabelecer uma perspectiva das relações internacionais efetivadas regionalmente, e também do conjunto de tratados produzidos, bem como dos mecanismos jurídicos para solução de controvérsias, é possível reconhecer um rol de princípios que passaram a orientar as relações internacionais na região desde o Congresso do Panamá, idealizado por Simón Bolívar. A partir de então, outras regras e princípios foram se desenhando e se materializando no contexto normativo regional.

Juridicamente, os princípios essencialmente latino-americanos foram sendo esculpidos em textos normativos, nos tratados, e podem ser desprendidos e

⁸¹ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo* (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Ed. da UNESP, 2004. p. 141.

organizados de forma sistemática, de maneira que se possa claramente individualizá-los, a partir de seu caráter valorativo e indicativo da ação dos Estados, em vários desses textos, que serviram seguidamente ao longo da história diplomática, normativa regional e universal, para orientar a ação jurídica dos Estados em suas relações internacionais.

Nessa perspectiva, podem ser considerados e classificados como princípios caracteristicamente latino-americanos: a) o princípio da Assistência Recíproca Contra Agressão Externa; b) da Proibição do Uso de Força contra territórios de outros Estados; c) do *uti possidetis*; d) do Asilo Diplomático e ainda, particularmente, o Princípio da Solidariedade, que será objeto de apreciação especial. Em razão da sua importância para o desenvolvimento e formação do Direito Internacional na região e por conseguinte para a sociedade internacional, os referidos institutos serão a seguir estudados.

3.5.1 Princípio da Assistência Recíproca Contra Agressão Externa: a legítima defesa coletiva

O marco paradigmático das relações internacionais na América Latina foi a celebração do Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua, em 1826, como forma de deter as agressões externas sobre os Estados da região. Aquele foi o objeto central do referido tratado e sentido único, naquele momento, da realização do evento. O principal fato motivador era estabelecer uma liga que pudesse prevenir os Estados, então frágeis, recém tornados independentes, contra a agressão externa, pelas circunstâncias que já foram amplamente analisadas.

Já no parágrafo 3º, o Princípio de Defesa Coletiva Contra Agressão Externa é invocado quando se estabelece que

as partes contratantes se obrigam e comprometem a defender-se mutuamente de todo ataque que ponha em risco sua existência política, e empregar, contra os inimigos da independência de todas ou parte delas, toda sua influência, recursos e forças marítimas e terrestres, segundo os contingentes com que cada um está obrigado, por convenção separada, desta referida data, a defender a sustentação da causa comum.

No artigo 21 fica estabelecido também que

as partes contratantes se obrigam e comprometem, solenemente, a sustentar e defender a integridade de seus respectivos territórios, opondo-se eficazmente aos Estados que tentem fazer neles, sem a correspondente autorização e dependência dos governos a quem correspondam o domínio e propriedade, e a empregar ao efeito comum, suas forças e recursos se for necessário.

Esses dispositivos encerram o sentido do princípio da defesa coletiva que seria reproduzido em sucessivos tratados nas convenções hispano-americanas e no conjunto normativo do sistema interamericano.

Cabe ressaltar que, ao estabelecer uma aliança para a defesa coletiva contra agressões externas, os países hispano-americanos modificaram o caráter das alianças militares de seu tempo, que até então tinham um caráter meramente estratégico e eram estabelecidas para a agressão ou não-agressão recíproca. Os países da América Latina, por razões históricas, acabam por fazer um caminho diferente da estratégia utilizada pelos Estados europeus, instituindo uma aliança para a defesa coletiva, que se arraigou na cultura regional e passou a se configurar como um princípio das relações entre os Estados.

Na verdade, a idéia de promoção de uma defesa coletiva contra agressões externas acabou pautando a relação entre os Estados latino-americanos como um ideal coletivo, e, a partir dali passaram a basear suas relações sustentados por um sentido solidarista de defesa contra agressões externas.⁸²

⁸² Pode-se notar então uma intersecção entre os dois princípios. A necessidade de defesa coletiva desenvolveu a solidariedade entre os Estados, mas a linha divisória entre os dois institutos é que, embora ela tenha caráter de uma aliança solidária entre os Estados contra agressões externas,

Vale destacar no Sistema Interamericano o Tratado da OEA, que em seu artigo 3º, alínea “h”, ao enumerar os princípios das relações entre os países da Organização, estabelece que a agressão a um Estado americano constitui uma agressão a todos os demais Estados americanos; adiante, os Estados americanos consagram o princípio da defesa coletiva regional ao estabelecer, no artigo 28, que “toda agressão de um Estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania, ou a independência política de um Estado americano, será considerada como um ato de agressão contra todos os demais Estados americanos”, e também no artigo 29, que disciplina e prevê que

se a inviolabilidade, ou a integridade do território, ou a soberania, ou a independência política de qualquer Estado americano forem atingidas por um ataque armado, ou por uma agressão que não seja ataque armado, ou por um conflito extracontinental, ou por um conflito entre dois ou mais Estados americanos, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, os Estados americanos, em obediência aos princípios de solidariedade continental, ou de legítima defesa coletiva, aplicarão as medidas e processos estabelecidos nos tratados especiais existentes sobre a matéria.

No referido tratado, o princípio foi positivado no contexto de uma legítima defesa coletiva que nada mais é do que a solidariedade diante das agressões externas.

O princípio alcançou tanta importância regionalmente que se materializou em um tratado específico, em 1947, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) que, em seus 26 artigos, disciplina os mecanismos da defesa coletiva regional e considera que um ataque contra qualquer Estado americano será entendido como um ataque contra todos os Estados americanos.

acaba possuindo um objeto limitado e determinado, específico, enquanto o sentido do Princípio da Solidariedade estatal, como se verá adiante, é muito mais amplo e de alcance sobre os mais variados temas. É nesse sentido que cada instituto acaba possuindo vida própria e orientando a ação dos Estados cada um a seu modo.

O princípio apresenta-se como um valor regional, vetor da ação dos Estados na América Latina, mas de caráter global, pois a defesa coletiva passou a inspirar outros foros geográficos regionais, outras organizações internacionais, no sentido de reconhecer o princípio baseado nas relações desenvolvidas entre os países latino-americanos.

Como um exemplo claro da apropriação e reconhecimento internacional deste princípio pode ser citado o artigo 51 da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), que prescreve o instituto, estabelecendo que “nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas.”⁸³

Outra entidade internacional de relevo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), também inseriu dispositivo no sentido de reconhecer o princípio da defesa coletiva, ao dispor, em seu artigo 5º, que

As partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, consequentemente, concordam em que, se um ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51, da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à parte ou partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a

⁸³ Neste sentido, Max Sorensen contextualiza: “O artigo 51 da Carta das Nações Unidas citado em 12.09, dispõe que os Estados têm o direito da legítima defesa coletiva. Existem duas interpretações do conteúdo e significado desse direito. A primeira não faz distinção básica entre a legítima defesa individual e a coletiva. O direito de legítima defesa corresponde apenas a um Estado que defende seus próprios direitos substantivos [...] a diferença entre o direito individual e o coletivo está em estabelecer se os Estados exercem seus direitos de legítima defesa individualmente ou em concerto com outros.” (Bowet, “Collective Self-defence under the Charter of the United Nations”, 32 BYIL, 130 a 150, 1955-6). Esta interpretação distingue entre a legítima defesa coletiva – que é o exercício coordenado dos direitos individuais de legítima defesa por parte de dois ou mais Estados — e a ação coletiva de segurança — dirigida à manutenção da paz e segurança internacionais dentro de uma região determinada. Esta última é ou pode ser igualmente legal, mas não é legítima defesa, e sua legalidade não pode julgar-se à luz do direito da legítima defesa. Ao mesmo tempo, esta interpretação aceita amiúde uma definição ampla daqueles direitos cuja violação autoriza o Estado a atuar em sua própria defesa. Se faz referência à interdependência da segurança e se considera a ameaça à segurança de outro Estado como justificação para o exercício da legítima defesa coletiva. Sem dúvida, é correto, do ponto de vista estritamente lógico e gramatical, assegurar que a natureza do problema é a mesma e se trata de legítima defesa individual ou coletiva (SORENSEN, Max. *Manual de derecho internacional público*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973. p. 706, tradução livre).

segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as demais providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.

Por mais que seja controvertida a invocação da aplicação do Princípio da Defesa Coletiva pelos países da região, o princípio como vetor da ação dos Estados e como dispositivo normativo e solidarista surgiu na América Latina e deu um novo conceito de ação para as organizações militares, e atualmente tem sido invocado e aplicado nos mais variados foros internacionais.

3.5.2 Princípio da Proibição do Uso de Força Contra Territórios de Outros Estados

A partir de uma perspectiva histórica, pôde-se constatar, no primeiro capítulo, que ao longo da história das relações internacionais na América Latina não foram tantos os conflitos entre Estados, contando com um pequeno número de conflitos convencionais de proporções mais sérias, se comparados aos de outras regiões, em outros continentes. Os conflitos ocorridos foram muito mais de ordem interna, em razão da instabilidade institucional dos Estados e da não consolidação do Estado nacional, do que entre os Estados.

Essa situação de relativa paz internacional regional deve-se sobretudo ao modelo de relações internacionais adotado desde a independência dos Estados e ao sistema jurídico desenvolvido desde os primeiros momentos de vida dos Estados tornados independentes, o que estabeleceu um conjunto de princípios que foram a partir dali o alicerce direcionador e modelador das relações internacionais da região. Ao desencadear um modelo de organização internacional, Bolívar lançou valores

que influenciariam a concepção das relações interestatais regionais e que, de forma inter-relacionada, consolidam um verdadeiro sistema regional.

Princípio essencial para o desenvolvimento de um ambiente pacífico foi a proibição do uso de força contra o território de outros Estados. Note-se que, à época, os Estados buscavam, no Direito Internacional, legitimidade para justificar ataques, para fundamentar a agressão e subjugar seus adversários, ou as potências inimigas. Em sentido contrário à prática internacional da época, o Congresso do Panamá, no Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua, declara o comprometimento dos Estados no sentido de se obrigarem e comprometerem, solenemente a transigir, de forma amigável entre si, todas as diferenças que existem ou que venham a existir entre elas. No caso de que não entrem em algum acordo, levar-se-á, para procurar sua reconciliação, a um tribunal da Assembléia, cuja decisão não será obrigatória, se as partes não tivessem concordado explicitamente anteriormente no que quer que seja.

Os Estados renunciavam ao uso da força e proclamavam o caminho da solução pacífica para a resolução dos conflitos, devendo, antes de lançar mão de qualquer tipo de agressão, buscar os mecanismos diplomáticos disponíveis à época, inclusive impondo a pena de exclusão da Confederação ao Estado infrator do princípio.

O princípio da proibição do uso de força contra territórios de outros Estados ficou tão arraigado na cultura dos Estados latino-americanos que, em vários momentos da história diplomática, foram produzidos documentos que invocavam o princípio como uma regra imperativa na América Latina, como fez Luiz Maria Drago ao defender a não utilização de força para submeter Estados por qualquer justificativa, o que foi seguido por outros doutrinadores e discutido em foros

internacionais, amadurecendo ainda mais o conceito do princípio como um valor internacional.

A propósito, Luis Ivani de Amorim Araújo, apesar de se opor à idéia da existência de um Direito Americano, reconhece que:

Hodiernamente, a doutrina Drago, com as modificações propostas por Horace Porter, encontra-se com outras palavras inseridas na Carta da ONU, seja quando esta declara no seu preâmbulo “que a força armada não será usada a não ser no interesse comum”, como também, no inciso 4, do artigo 2º ao estatuir que “todos os membros deverão evitar, em suas relações internacionais, a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado.”⁸⁴

A renúncia ao uso da força contra outros Estados se materializou como um princípio jurídico, uma regra de conduta para os Estados latino-americanos. Isso acabou repercutindo na formação de um ambiente de paz regional, nas relações estabelecidas entre os Estados regionalmente, e destes com Estados de outros continentes.

A Organização dos Estados Americanos consagra o princípio em seu artigo 22. Nele, o conjunto dos países signatários compromete-se, em suas relações internacionais, a não recorrer ao uso da força, salvo em caso de legítima defesa, em conformidade com os tratados vigentes, ou em cumprimento dos mesmos tratados.

As repercussões desse princípio extrapolaram o âmbito regional e foi incluído nos ideais das Nações Unidas, da sociedade internacional contemporânea, como um princípio geral a ser observado pelos Estados, no artigo 2º, parágrafo 4, que prescreve a obrigação de que “todos os membros das Nações Unidas deverão evitar em suas relações a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas.”

⁸⁴ ARAÚJO, Luiz Ivani de Amorim. Op. cit., 2000, p. 78.

Seguramente a contribuição da América Latina e o modelo de suas relações internacionais foram, e continuam sendo, fundamentais para o desenvolvimento da idéia de uma sociedade mais pacífica. Ao estabelecer a proibição do uso da força contra territórios de outros países, os Estados latino-americanos acabaram por gestar um valor importante para a sociedade internacional, até então costumeiramente agressiva, e a mudar a perspectiva da atuação internacional diante dos conflitos.

3.5.3 Princípio do *Uti Possidetis* e o *Uti Possidetis Iuris*

Conforme já referido, um ponto característico que marca o início de vida dos Estados latino-americanos tornados independentes foi o sangrento processo comum de luta pela independência. Em razão disso, desenvolveram-se profundos laços de amizade entre os povos desses Estados. Por outro lado, por terem sido submetidos a toda forma de colonização e exploração, por parte das metrópoles, formou-se a consciência da importância do respeito aos limites dos Estados como sujeitos soberanos de Direito Internacional.

Não obstante, e como resultado da independência, surgiram questões territoriais de fixação dos limites geográficos entre os novos Estados a serem resolvidas, pois precisavam estabelecer suas fronteiras, seja pelo fato de não terem sido bem delimitadas enquanto colônia, seja pela restauração de limites anteriores, o que, num primeiro momento, poderia resultar em um fato explosivo que justificasse um conjunto de conflitos como aqueles que a Europa enfrentou ao longo de sua sangrenta história de conquista territorial e formação dos Estados. Na América Latina isso não ocorreu, e as discussões geográficas entre os Estados aos poucos

foram sendo resolvidas sem tiros de canhão, guerras ou levantes armados contra territórios de outros Estados que implicassem disputa territorial.

Deve-se considerar, por importante, a diversidade de formação dos Estados em todo o mundo, e a realidade da América Latina que já possuía, de certo modo, espaços geográficos delimitados, em que pese os Estados emancipados terem desenvolvido desde o início de sua formação uma grande consciência em relação ao respeito a outros territórios e a opção pela solução pacífica de controvérsias. Esse conjunto de elementos acabou se materializando em um princípio de aplicação a casos de disputa territorial, que foi fundamental para delimitação dos atuais contornos dos Estados da região, o Princípio do *Uti Possidetis*, que significa: “como possuis continuai possuindo”. O princípio serviu de base para a construção dos Estados americanos mediante a demarcação dos territórios das novas repúblicas.

Na essência, o instituto não é uma criação dos países da América Latina. Desde a antiga Roma era tido como um interdito possessório que legitimava o possuir e detinha a posse mansa e pacífica sobre um determinado bem. Não obstante, em razão de uma necessidade regional, pela realidade que os países enfrentaram após a sua emancipação, houve um resgate do conceito que passou a ser largamente aplicado, redesenhando os contornos doutrinários, e a ser considerado um princípio para a solução de questões fronteiriças à luz do Direito Internacional regional.⁸⁵

O princípio do *Uti Possidetis* levou à interpretação de que teriam direito territorial sobre as terras aqueles Estados que já exerciam alguma forma de jurisdição de fato sobre o território ocupado, a posse mansa, pacífica, contínua e

⁸⁵ KOHEN, Marcelo G. La contribución de América Latina al desarrollo progresivo del derecho internacional en materia territorial. *Anuario de Derecho Internacional*. Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, v. XVI, 2001. p. 57ss.

prolongada. O fator preponderante objeto do instituto é a relação de fato real da posse entre o Estado que se formava e o território onde já detinha zona de influência e que era, portanto, capaz de consolidar uma relação jurídica de soberania.⁸⁶

Não obstante sua aplicação, o princípio sofreu modificações na sua perspectiva e certo antagonismo na interpretação e aplicação do instituto. Enquanto o governo brasileiro baseou-se no sistema clássico segundo a concepção do Direito Romano, as nações hispano-americanas interpretaram o instituto defendendo a tese de que o que deveria ser levado em conta para fins de delimitação do território era o direito à posse, mediante o reconhecimento de antigas divisões possessórias estabelecidas pelas coroas espanhola e portuguesa por meio de títulos, o que configurou o chamado princípio do *Uti Possidetis Iuris*, variante do sistema clássico.

Conforme rememorava Hildebrado Accioly:

Convém, todavia, não esquecer que, na apreciação desse princípio, buscado no Direito Romano e muito alegado nas questões de limites entre as nações da América Latina, as divergências têm sido freqüentes. Como ponto de partida para sua aplicação, foi, em geral, adotada à época da emancipação política dos Estados latino-americanos. Mas, enquanto, no Brasil, se dava ao *Uti possidetis* o único sentido que ele poderia razoavelmente ter, isto é, o de posse real e efetiva, herdada pelos países americanos ao tempo de sua independência, vários autores e governos hispano-americanos sustentaram conceitos diferentes, adotando o que denominaram o *uti possidetis juris*, ou o direito à posse, independentemente da ocupação efetiva.⁸⁷

Na verdade, os Estados invocaram o instituto e adotaram diferentes perspectivas do princípio para servir a seus interesses. Tanto o Brasil, que se apossou de um vasto território, quanto as nações de origem hispânica, que, quando se formaram, já não detinham poder sobre parte do território estabelecido nos tratados demarcatórios das possessões das metrópoles.

⁸⁶ ARECHAGA, Eduardo Jimenez de. *Curso de derecho internacional público*. Montevideu, v. II, 1961. p. 445.

⁸⁷ ACCIOLY, Hildebrando. Op. cit., 1956, p. 130-131.

De qualquer forma, sem partidarismo algum, o instituto do *Uti Possidetis* deve prevalecer, pois significa a idéia jurídica resgatada do Direito Romano, conforme foi criado e constituído juridicamente, e refere-se especificamente à relação de fato do titular que o invoca com o espaço geográfico. A variante adotada pelos Estados hispano-americanos é uma invenção perigosa, que resgata aquilo que os Estados latino-americanos emancipados (inclusive aqueles de origem hispânica) queriam negar ao proclamar a independência: o jugo colonial baseado em um condomínio real, sedimentado em um poder que, a partir de 1810, ano marco das revoluções na América, efetivamente deixou de existir em todo o mundo e que, por isso, não se justificava a invocação de nada que derivasse dele.

O estudo do princípio do *Uti Possidetis*, seja mediante qual perspectiva for, ajuda a compreender a estabilidade regional na consolidação das fronteiras e a forma pacífica com que o tema foi tratado pelos Estados da região. Com exceção de alguns espaços que ainda geram disputas entre os Estados latino-americanos, e que já foram objeto de apreciação no primeiro capítulo, existe na América Latina um profundo respeito às delimitações territoriais dos Estados, o que faz com que se configure um verdadeiro ambiente de paz regional.

3.5.4 Princípio do Asilo Diplomático

Um dos fatores que atravancaram o desenvolvimento institucional dos Estados na América Latina, ao longo da história, foram as sucessivas tensões de poder existentes no interior dos Estados entre grupos, oligarquias, raças, credos, resultado de um processo de emancipação política sem a consolidação do elemento nacional, do fortalecimento da identidade cultural dos diversos grupos étnicos

(negros, índios, crioulos, europeus) e a inclusão político-democrática dos povos que compuseram o novo mundo.

Nesse contexto, na América Latina vários foram os golpes, as guerrilhas, as tomadas de poder de grupos que se sobrepunham a outros, de revoluções e contra-revoluções, do coronelismo, do populismo paternalista, caudilhesco e messiânico, das ditaduras militares, de direita e de esquerda, que envolveram a grande maioria dos países da região por longos períodos, e que se caracterizaram por serem regimes dotados por extrema violência, de desrespeito aos direitos fundamentais e com propensão a perseguir implacavelmente seus opositores políticos ou ideológicos.

Em razão dessa realidade, um mecanismo, embora não fosse criação do Direito local,⁸⁸ logo após a emancipação dos países da América Latina, com a instalação das delegações de representação estrangeira, foi importado e amoldado às necessidades da realidade regional, e, por sua aplicação costumeira, adquiriu ao longo do tempo força de um princípio das relações internacionais que marca regionalmente o Direito Internacional e se materializa em tratados, acordos e nas leis internas constitucionais dos Estados latino-americanos. O Asilo Diplomático é disseminado e aceito pela grande maioria dos países da América Latina e se configura como um princípio que atua como um lenitivo para a realidade de tensões políticas regionais, não obstante seja aplicado concretamente pelos mais variados Estados de diversas partes do globo.

Sobre a crença de ser o Asilo Diplomático uma modalidade surgida na América, constata Florisbal Del'Olmo o registro do mesmo, há vários séculos, em outros continentes. Aduz, porém:

⁸⁸ O Asilo Diplomático surge com a própria idéia de imunidade de jurisdição diplomática no século XV na Europa, derivado do asilo territorial, instituto existente desde a Antiguidade e que preservava a integridade de perseguidos por crimes comuns, perspectiva que durou até o século XIX.

Consolidou-se, contudo, e assumiu contornos e características próprias no continente americano, mormente pelo expressivo número de rebeliões e golpes de Estado ocorridos na região durante o século XX e pela importância que a doutrina e os Estados latino-americanos, através de conferências e tratados, têm dado ao instituto, considerado essencial na proteção das pessoas acusadas de crimes políticos.⁸⁹

O instituto do Asilo Diplomático é uma variante do Asilo Político territorial, e consiste na garantia que um Estado dá, dentro de suas prerrogativas de imunidade de jurisdição diplomática, à integridade física de um indivíduo que esteja sendo procurado pelas autoridades de e no seu próprio Estado. Por essa razão, o seu exercício está respaldado, como direito, pela extraterritorialidade das missões diplomáticas e pelas prerrogativas de inviolabilidade que o local da missão possui no Direito Internacional.

O Asilo Diplomático na América Latina volta-se clara e objetivamente aos perseguidos políticos, diferentemente do modelo que o inspirou na Europa e que servia a delinqüentes comuns. Sua característica essencial é que o instituto é aplicado no interior do Estado perseguidor, nas dependências das missões diplomáticas, nos locais da missão, com a finalidade de salvaguardar a segurança, a integridade física, a liberdade e a vida dos indivíduos.

A propósito, José Joaquín Caicedo Castilla, ao lembrar a freqüência com que a América Latina se deparou com perturbações políticas de toda ordem, como guerras civis, golpes de Estado e as diversas lutas entre os mais variados grupos, afirma que o princípio do Asilo na América Latina cumpre duas funções: primeiro, na proteção da vida, da liberdade ou da segurança de pessoas perseguidas por delitos políticos, pois, ao protegê-las, presta-se um serviço ao Estado territorial, porque se evita que um processo parcial ou que uma decisão baseada nos resultados de uma revolução triunfante, origine situações irreparáveis, razões da divisão profunda e

⁸⁹ DEL'OLMO, F. S. Op. cit., 2006, p. 219-220.

de profundos ódios entre os nacionais desse Estado; segundo, porque se relaciona com a aspiração que sempre existiu na América Latina de assegurar o respeito aos direitos fundamentais do homem e, principalmente, garantir a liberdade política.⁹⁰

Para que se configure o direito de Asilo, o indivíduo deve ingressar nas dependências de uma missão diplomática estrangeira, necessariamente embaixada, não sendo aceito o instituto concedido em sedes de Organizações Internacionais ou Consulados, e lá requerer a proteção das autoridades daquele país, a quem caberá aceitar ou não, de acordo com os fundamentos do pedido e os contornos que envolvem a perseguição.

Neste caso, deve-se destacar que a concessão do asilo é um direito do Estado que recebeu o indivíduo nas dependências de sua missão diplomática. É a ele que compete analisar se concede ou não a proteção diplomática, no sentido de resguardar nas dependências de suas missões diplomáticas a integridade do indivíduo, analisando os contornos do caso concreto, o perfil do crime de que o indivíduo é acusado e pelo qual ele é perseguido pelas autoridades de seu Estado, enfim, a qualificação do delito é prerrogativa do Estado que concede o asilo.⁹¹

⁹⁰ CASTILLA, José Joaquín Caicedo. Op. cit., 1961, p. 299-300.

⁹¹ Ao contextualizar o surgimento do asilo diplomático como uma prática costumeira na América Latina, Carlos Torres Gigena faz um profundo estudo sobre a análise do delito e descreve: "Ao analisar-se a prática havida na América Latina sobre a qualificação no asilo por parte do asilante, permite considerar que a mesma já constitui um direito costumeiro. É necessário previamente discriminar entre as teses sustentadas por cada Estado quando suas missões diplomáticas acordaram asilo, e a tese dos mesmos quando tinham que respeitar o asilo acordado por missões estrangeiras perante eles acreditadas. Deve-se considerar quando os Estados exerceram o asilo em forma ativa (quando eles acordaram o asilo) e quando o exerceram de forma passiva (quando tiveram que reconhecer o asilo acordado por missões estrangeiras). Desde que começou a prática do asilo na América, em todos os casos em que a missão diplomática de um país latino-americano concordou com o asilo, tanto esta como o Estado que representava sustentaram sempre que a qualificação correspondia ao asilante. Mas o mesmo país, se uma missão estrangeira ante o acreditado aceitava, por sua vez, o asilo, muitas vezes pretendeu negar tal direito ao asilante. Indubitavelmente, essa negativa não correspondia a uma convicção jurídica, mas a interesse circunstancial de política interna. Tanto é assim que não era necessário que se passasse muito tempo para que o mesmo país aceitasse outra vez o asilo e voltasse a sustentar que a qualificação era um direito do asilante." (GIGENA, Carlos Torres. *Asilo diplomático: Su práctica y teoría*. Buenos Aires: La Ley, 1960. p. 150-151, tradução livre).

Após a concessão, o Estado asilante comunica as autoridades do Estado local, requerendo a concessão de um salvo-conduto, uma espécie de autorização, que é a garantia para que o indivíduo seja retirado do Estado. O Asilo Diplomático termina nas seguintes situações: a) saída do asilado do Estado; b) renúncia ao asilo feita pelo asilado; c) fuga do asilado; d) extradição do asilado, e) morte do asilado.

Cabe lembrar que a concessão do asilo não é uma sentença abonadora dos atos do indivíduo asilado perante as leis de seu país. É apenas um ato de caráter protetivo à integridade desse indivíduo, pois ele continuará tendo de responder, no caso de retorno ao seu país de origem, por crimes cometidos segundo a tipificação da legislação local. Por outro lado, é de se ressaltar que o fato de a missão diplomática de um Estado, no âmbito territorial de outro Estado, conceder o asilo a um indivíduo perseguido pelas autoridades locais, não configura uma forma de intervenção, tendo em vista que a concessão do Asilo Diplomático possui um caráter de isonomia perante o processo político local porque se fundamenta em valores éticos voltados para a proteção dos direitos humanos e também por que não se trata de um instituto baseado na contravenção, mas sim em consonância com o Direito Internacional como instituto jurídico.

Ao comentar a natureza jurídica do Asilo Diplomático, José Francisco Rezek adverte:

O que deve destacar-se, antes de mais nada, no estudo do asilo diplomático, é o fato de que ele constitui uma exceção à plenitude da competência que o Estado exerce sobre seu território. Essa renúncia, ditada na América Latina por razões humanitárias e de conveniência política, e relacionada em suas origens tanto com a extensão territorial dos países da área quanto com a relativa freqüência, no passado, de quebras da ordem constitucional, não resultaria jamais da simples aplicação do direito diplomático. Com efeito, nos países que não reconhecem essa modalidade de asilo político — e que constituem larga maioria —, toda pessoa procurada pela autoridade local que entre no recinto de missão diplomática estrangeira deve ser de imediato restituída, pouco importando saber se se cuida de delinqüente político ou comum. As regras de direito diplomático fariam apenas com que a polícia não entrasse naquele recinto inviolável sem a autorização, mas de nenhum modo abonariam qualquer forma de

asilo. Só nos países latino-americanos, em virtude da aceitação costumeira e convencional desse instituto, pode ele ocorrer.⁹²

De fato, o instituto do Asilo Diplomático é um princípio que orienta as relações internacionais na América Latina, porque é aceito, reconhecido e aplicado regionalmente como norma de Direito Internacional, fundamentando-se em profundos valores humanitários que se sobrepõem às simples regras de Direito Diplomático, em razão de se tratar de um valor, de um comprometimento dos Estados com a vida, a democracia e a liberdade de expressão.⁹³

Na história da América Latina, em razão da sua incidência e de seu reconhecimento como direito, vários tratados foram firmados para uniformizar o entendimento sobre a matéria: em 1889, concluiu-se o primeiro tratado que versou sobre o instituto, o “Tratado de Direito Penal de Montevideu”, que contou com apenas cinco ratificações; em 1928 foi celebrada a “Convenção de Havana sobre o Asilo”; em 1933 teve lugar a “Convenção de Montevideu”, e finalmente, em 1954, a “Convenção Interamericana de Asilo Diplomático”, a chamada “Convenção de Caracas”.

Vale destacar que, embora exista um reconhecimento regionalmente uniforme do asilo como princípio, por meio desse conjunto de tratados e dos textos normativos, a sua aplicação prática nem sempre é tranqüila, muitas vezes tornando-se complexa e de difícil resolução, promovendo inclusive a ocorrência de conflitos diplomáticos entre os Estados envolvidos.⁹⁴ Deve-se esclarecer, contudo, que o que

⁹² REZEK, José Francisco. *Directo internacional público: curso elementar*. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 216-217.

⁹³ ESPIELL, Hector Gros. Analisis jurídico comparativo de las legislaciones sobre asilo en América Latina y los instrumentos internacionales y regionales. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, n. 95/97, jan./jun. 1995. p. 69ss.

⁹⁴ Caso emblemático envolvendo um conflito decorrente do Asilo Diplomático foi o litígio que ocorreu entre Colômbia e Peru – o caso *Haya de La Torre*, que teve repercussão mundial e chegou a ser julgado pela Corte Internacional de Justiça. Victor Raúl Haya de La Torre era presidente do Partido Aprista do Peru. Sentindo-se ameaçado pelo regime peruano, que o considerava um criminoso

motiva, na verdade, essas controvérsias, não é a tipificação já arraigada na cultura dos Estados e amplamente disciplinada nos tratados, mas sim os elementos presentes nos casos concretos, que, por envolverem questões locais, com antagonismos políticos, representando os mais variados interesses, levam naturalmente o poder local a questionar a aplicação do instituto. Se isso ocorre na América Latina, onde o instituto está arraigado na cultura dos Estados, deve-se questionar a dificuldade de sua aplicação em outras regiões geográficas, nas quais é esporadicamente aplicado.

A propósito, ao discutir a aplicação do Asilo Diplomático na América Latina e em outros países de outros continentes, C. Neale Ronning visualiza os fundamentos que compõem o instituto, sua vitalidade e importância para a configuração do Direito Internacional:

Se na prática do direito de asilo agora corresponde ou não a uma regra de direito universalmente aceita, constitui um ponto de menor importância do que o fato de que está sendo quase universalmente respeitado em toda a América Latina. É um instituto que surgiu em resposta às necessidades sociais dessas sociedades e reflete a cultura e as tradições da área. O próprio fato de que ele é uma das poucas “regras” que logrou sobreviver ao impacto da revolução social e da guerra fria, é uma prova da sua vitalidade. Apesar de, em 1954, a República Dominicana ter denunciado as Convenções de 1928 e 1933, ela na realidade continuou a respeitar a prática e concedeu salvo-conduto para que refugiados pudessem sair do país. O ódio e a violência da revolução social cubana também se abstiveram

comum, em 1949 solicitou e recebeu asilo junto a Embaixada da Colômbia. Mas, ao requerer o salvo-conduto para retirada do asilado, o governo do Peru recusou-se a concedê-lo, solicitando ao mesmo tempo a entrega do político para julgamento. A Colômbia então recusou-se a entregá-lo: estava formado o impasse diplomático. A discussão foi carreada para a Corte Internacional de Justiça, e envolveu o seguinte tema: os dois países haviam ratificado a Convenção de 1928, em que pese o Estado do Peru afirmou sua posição adversa à qualificação unilateral pelo asilante, pois não havia ratificado a Convenção de 1933, que estabelecia a autorização para a qualificação unilateral, na qual a Colômbia se fundamentava como sendo uma regra de Direito costumeiro. A Convenção de 1928 estabeleceu como requisito mínimo para a concessão do Asilo: a natureza política dos delitos imputados ao paciente e o estado de urgência. A decisão da CIJ foi proferida no dia 20 de novembro de 1950 e chegou à seguinte conclusão por demais contraditória e de certa forma inexecutável: a) a Colômbia não tem o direito de qualificar o delito e b) o Peru não teria o direito de recuperar o asilado. Após reinterpretação e prolação de uma nova decisão que resultou igualmente inexecutável, os dois países chegaram em 1954 a um acordo que pôs fim à controvérsia, ficando estabelecido a entrega pela Colômbia do asilado ao governo do Peru, que se responsabilizaria por sua retirada de seu território. De qualquer forma, após o decurso de tempo e o arrefecimento dos ânimos Haya de La Torre restabeleceu a plenitude de seus direitos em seu país.

de tentar destruir esta instituição. É verdade que ocorreram discussões e procrastinações, mas quase sempre o refugiado tem tido permissão para deixar o país com segurança.⁹⁵

Apesar da flexibilidade na interpretação de regras que compõem o princípio do Asilo Diplomático, o princípio mostra vitalidade e sobrevida, principalmente diante da timidez internacional de sua acolhida. Virando as costas para isso, a América Latina volta-se para a valorização de suas tradições jurídicas caracteristicamente latino-americanas. Ainda são muitos e polêmicos os casos que envolvem a sua concessão, que segue prestigiada pelos Estados da região.

Em suma, ao longo da conturbada e instável história política da América Latina, o instituto do Asilo Diplomático, como princípio que rege as relações entre os Estados, foi vital, e continua sendo, para o resguardo dos direitos fundamentais contra a repressão política, principalmente diante da fragilidade das instituições democráticas que ainda não se consolidaram e da instabilidade do processo político regional.

Assim, numa perspectiva jurídica rigorosa, os princípios: a) da Assistência Recíproca Contra Agressão Externa; b) da Proibição do Uso de Força Contra Territórios de Outros Estados; c) do *Uti Possidetis*; d) do Asilo Diplomático são princípios caracteristicamente latino-americanos, que contribuíram e seguem contribuindo para o aprimoramento do Direito Internacional. A doutrina, em um enquadramento não utilizado no presente trabalho, do chamado Direito Americano, trabalha outros princípios que não correspondem, porém, à perspectiva da presente obra, como o Princípio da Não-Intervenção e da Autodeterminação dos Povos, que podem ser considerados americanos mas não latino-americanos.

⁹⁵ RONNING, C. Neale. *O Direito na diplomacia interamericana*. Tradução de José Carlos Coelho de Souza. Rio de Janeiro: Forense, 1966. p. 123.

Outros autores, de forma equivocada, conforme já mencionado, elencam a arbitragem como princípio, quando ela, na verdade, é um mecanismo pacífico jurídico de solução de controvérsias, bastante utilizado na América Latina, que, por sua vez, sempre proclamou a solução pacífica de litígios e que largamente empregou e aprimorou o instituto para a solução de conflitos regionais, o que levou à confusão de sua configuração na qualidade de um princípio, quando na verdade é decorrente de outro princípio, do princípio da Solução Pacífica de Controvérsias.

De qualquer forma, tais institutos gestados na América Latina são reconhecidos pelo Direito Internacional como princípios universais e embora guardem com sua cultura uma relação estreita, foram aplicados e reconhecidos nas mais variadas regiões do mundo, nas diversas organizações internacionais, nos foros globais e tribunais internacionais, servindo como um instrumento para a pacificação de conflitos e para o aprimoramento do Direito Internacional na busca pela paz mundial.

Como forma de delimitar ainda mais o objeto da tese defendida no presente trabalho, no próximo capítulo, propositalmente, vai-se discorrer de forma individualizada sobre o mais importante princípio desenvolvido na América Latina: o Princípio da Solidariedade o qual, ficará demonstrado, a partir de seu surgimento nas relações regionais mudou profundamente a concepção das relações entre Estados no cenário contemporâneo, servindo inclusive como um paradigma para a afirmação do Direito Internacional regulador da sociedade internacional do presente e também do futuro que se quer construir.

CAPÍTULO IV – O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE

4.1 CONCEITO DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL: SUA DIMENSÃO E CONTEÚDO

A solidariedade designa um vínculo recíproco e profundo que liga dois ou mais sujeitos, ou mesmo um grupo, no sentido da consciência de responsabilidade comum sobre um determinado objeto, ou de um elemento comum que os une, e em razão desses laços, há uma tendência natural de ajudar o outro e de compartilhar os mesmos valores, sem exigir nada em troca, sejam eles bons ou não, encerrem eles benefícios ou custos, manifestados mediante a concordância dos interesses dos sujeitos envolvidos.¹ Além disso, ela também expressa uma co-responsabilidade no sentido de cumprir uma obrigação, um dever assumido em grupo por ocasião de um pacto.

Para o internacionalista Jean Salmon, o conceito de solidariedade na Sociedade Internacional pode ser identificado como sendo: “*engagement par lequel deux ou plusieurs personnes s’obligent lés unes pour lés autres et chacune pour toutes.*”²

O aparecimento do conceito de solidariedade está contido num preceito de vida em sociedade como um todo.³ Assim, o pressuposto que deu base ao surgimento da solidariedade remonta ao início da vida em sociedade, de vínculos fraternos que uniam membros de uma mesma família, de um mesmo grupo e, à

¹ KRAUS, Herbert. La Morale Internationale. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 16, tomo I, 1927. p. 490.

² SALMON, Jean. *Dictionnaire de Droit International Public*. Bruxelles: Bryland Auf, 2001. p. 1039.

³ FUR, Louis le. La Théorie du Droit Naturel. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 18, 1927. p. 338-339.

medida que a sociedade foi tornando-se complexa em suas relações, esses vínculos foram tomando outras dimensões.⁴

O conceito da solidariedade como princípio ético está inserto no espírito de que cada um cresce em valor e dignidade na medida em que investe suas forças e seu trabalho na promoção do outro, unindo suas ações e suas forças em nome de um ideal comum. O princípio vale analogicamente para todas as relações concretas e entre os sujeitos que nelas se inserem, entre os povos e entre os Estados como representação de organização social.

Na sociedade internacional a idéia de solidariedade entre os Estados vai se fazer presente na medida em que aquela desenvolve a consciência da existência de uma comunidade internacional, pautada por relações além dos interesses soberanos e egoístas, na interdependência, seja espiritual, econômica ou social, na idéia de viver em uma comunidade universal, regional ou mesmo global, a partir da reflexão de filósofos e pensadores e do próprio desenvolvimento de laços históricos e políticos e mesmo geográficos entre os povos de diferentes Estados.^{5, 6}

O Princípio da Solidariedade possui conteúdo deveras importante para a noção do próprio Direito Internacional como sistema jurídico e é onde reside seu maior mérito, pois se volta claramente contra o unilateralismo hegemônico, pautando-se por um ideal das relações internacionais que tem como fio condutor o multilateralismo e um voluntarismo, que por intermédio dessas relações leva os

⁴ BRIÈRE, Yves-Marie Leróy. Évolution de la Doctrine et de la Pratique en Matière de Représailles. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 22, tomo II, 1928. p. 253.

⁵ PELLA, Vespasian. La Repression des Crimes Contre la Personnalité de l'etat. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 33, tomo III, 1930. p. 788-789.

⁶ RAUCHBERG, Heirinch. Les Obligations Juridiques des Membres de la Société des Nations pour le maintien de la Paix. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 37, 1931. p. 90-91.

Estados a uma coexistência pacífica e fraterna, e por conseguinte promove a paz entre os povos.⁷

Aliás, um dos impactos na transformação instrumental do Direito Internacional a partir de textos produzidos pelas Nações Unidas foi a internacionalização dos direitos humanos como um bem jurídico internacional a ser protegido pelos Estados.^{8, 9, 10} Com o redimensionamento da interpretação dos direitos individuais e sociais para normas de solidariedade entre os indivíduos e os povos da terra, os Estados passam a incorporar a solidariedade não só como vínculo de relação entre Estados, mas substancialmente como justificativa de sua atuação individual, no cenário internacional, voltada para a proteção dos povos,¹¹ pautada pelo Princípio da Solidariedade que abarca a discussão de vários temas, como a paz, o meio ambiente, a proteção conjunta contra as armas nucleares, a questão da bioética e mesmo da autodeterminação dos povos.^{12, 13}

⁷ RANGEL, Vicente Marotta. *L'avis consultatif du 9 juillet 2004 et l'antinomie entre volontarisme et solidarisme* (in *International law and the use of force at the turn of centuries: essays in honour of V. Djuro Degan*, Rijeka: Faculty of Law, Univ of Rijeka, 2005, cap. 10. p. 199-205.

⁸ LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 180.

⁹ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direitos Humanos e Meio-ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional*. p. 75.

¹⁰ Norberto Bobbio ensina que: “a afirmação dos direitos humanos é ao mesmo tempo universal e positiva. Universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; e positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado.” (BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 11. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 30).

¹¹ Conforme observa José Joaquim Gomes Canotilho: “[...] os traços caracterizadores desse novo paradigma emergente são os seguintes: (1) alicerçamento do sistema jurídico-político internacional, não apenas no clássico paradigma das relações horizontais entre Estados (*paradigma hobbesiano/westfalliano*, na tradição ocidental), mas no novo paradigma centrado nas relações entre Estado/povo (as populações dos próprios Estados); (2) emergência de um *jus cogens* internacional materialmente informado por valores, princípios e regras universais progressivamente plasmados em declarações e documentos internacionais; (3) tendencial elevação da dignidade humana a pressuposto ineliminável de todos os constitucionalismos.” (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1990. p. 1276).

¹² Conforme descreve André Ramos Tavares: “[...] estariam compreendidos, dentre outros direitos, os seguintes: o direito universal ao desarmamento nuclear, como forma de preservação da própria espécie humana, o direito à não-intervenção genética e direito a uma democracia participativa. Trata-se de um rol de direitos que decorrem, em primeiro lugar, da superação de um mundo bipolar, dividido entre os que se alinhavam com o capitalismo e aqueles que se alinhavam com o

A propósito desse raciocínio Marc Boegner afirma que a solidariedade das nações deve manifestar-se não com vistas à guerra, mas à paz e para garantir os direitos essenciais à vida humana:

Não é somente com vistas a manter ou restaurar a paz que os Estados civilizados devem fortificar sua solidariedade pelos vínculos do Direito; é também na elaboração de uma legislação internacional que garanta a toda criatura humana o respeito de seus direitos essenciais.¹⁴

É nesse sentido que se aperfeiçoa o conceito de solidariedade: além de os Estados serem unidades políticas geográficas autônomas e que podem possuir interesses comuns e relações pautadas por uma aliança fraterna,¹⁵ os seus componentes, os povos, transcendendo esse conceito geográfico e político, possuem um vínculo indivisível na perspectiva dos Direitos Humanos e por isso, embora separados política e culturalmente, buscam criar mecanismos para sua perpetuação e coexistência, e é a partir daí que a própria noção de solidariedade se justifica à medida que se desenvolve a idéia de construção dos direitos humanos e de uma identidade comum do gênero humano, cabendo aos Estados instituir essa aliança.¹⁶

A solidariedade internacional norteia a concepção de auxílio mútuo entre os povos dos diferentes Estados no sentido de enfrentar os mais variados acontecimentos, tais como: a distribuição gratuita de mantimentos e doações financeiras para reconstrução de Estados vítimas de catástrofes naturais; o

comunismo. Também o fenômeno da globalização e os avanços tecnológicos são responsáveis pela ascensão dessa nova categoria de direitos humanos.” (BASTOS, Celso Ribeiro; TAVARES, André Ramos. *As Tendências do Direito Público no Limiar de um Novo Milênio*. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 389-390).

¹³ Conforme ROUSSEAU, Dominique. Les Droits de L'homme de La Troisième Génération. In: *Droit constitutionnel et droits de l'homme*. Coletânea publicada pela Association Française des Constitutionnalistes. Paris: Economica, 1987. p. 125ss.

¹⁴ BOEGNER, Marc. La Solidarité des Nations. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 6, 1925. p. 312 (tradução livre).

¹⁵ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do estado*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

¹⁶ RAWLS, John. *O direito dos povos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 103 e ss.

fornecimento de remédios e a autorização para a quebra de patentes de certos medicamentos em caso de epidemias; a adoção conjunta de ações no sentido de reduzir os gases poluentes que destroem a camada de ozônio; o perdão de dívidas internacionais em razão da debilidade econômica e pobreza das nações devedoras; a adoção de uma aliança econômica e a divisão dos ganhos e dos prejuízos nos processos de trocas comerciais e integração econômica; a elaboração conjunta de soluções para problemas sociais enfrentados; o socorro operacional em caso de algum tipo de problema estrutural ocorrido em um Estado, entre outros.

Por outro lado, cabe ressaltar que o Princípio da Solidariedade estatal muitas vezes é confundido com o Princípio da Cooperação. O que na essência distingue um do outro são os laços, os vínculos presentes na solidariedade, na consciência de coletividade pelo fato de oferecer sem nada esperar em troca. Enquanto a cooperação é um princípio aberto, motivador, ideal de ação, baseado na amizade, o Princípio da Solidariedade pressupõe, para sua caracterização, vínculos mais profundos, com conteúdo ético e moral, embalados muitas vezes por razões de caráter social, cultural, histórico, em vínculos estreitos de irmandade não só entre Estados, como foi observado, mas substancialmente e principalmente entre os povos.

4.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE

O conceito de solidariedade é antigo e remonta à gênese da humanidade como valor moral de coexistência pacífica em sociedade e do pacto social¹⁷ e, ao longo da evolução histórica, foi objeto de reflexão de pensadores e doutrinas das

¹⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

mais variadas partes do mundo. Foi inclusive um dos pilares do pensamento da Revolução Francesa subdividida no triedro liberdade, igualdade e fraternidade, que influenciaram profundamente a constituição e a perspectiva normativa e organizacional dos Estados contemporâneos.¹⁸

Embora na Carta da Jamaica, de 1815, Bolívar já idealizasse fundamentalmente estabelecer uma “união espiritual” entre Estados do Novo Mundo, com um vínculo que ligasse todas as partes entre si com base em sua irmandade,¹⁹ o ponto de partida para a sedimentação do Princípio da Solidariedade no Direito Internacional foi o Congresso do Panamá, que ocorreu em 1826, e que resultou no “Tratado de Liga e Confederação Perpétua”. Dele podem ser desprendidos alguns elementos importantes que configuram a gênese deste princípio.

Já no preâmbulo o texto invoca uma consolidação das

relações íntimas que atualmente existem, e sedimentação de uma maneira mais solene e estável, que devem existir na frente de todas e em cada uma delas, o que convém às nações de uma origem comum, que combateram simultaneamente para assegurar os frutos da liberdade e da independência, cuja posição se encontra hoje.

Esses laços solidificaram, assim, a idéia de solidariedade baseada em uma relação estreita entre os membros da Confederação Perpétua “de amizade firme e inviolável e de união íntima e estreita com todas e cada uma das referidas partes.”

No referido Tratado as partes se comprometem a, conjuntamente, manter em comum defesas e ofensivas se for necessário, a soberania e independência de todos os Estados Confederados da América contra toda dominação estrangeira. Assegurar, desde então e para sempre, a importância de uma paz inalterável e

¹⁸ MAKOWSKI, Julián. L'organisation actuelle de l'arbitrage international. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 36, tomo II, 1931. p. 373.

¹⁹ “É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma língua, costumes, uma religião, deveria por conseguinte ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que se formarem.” (BOLÍVAR, Simón. *Obras completas I*. 2. ed. Havana, 1950. p. 169).

promover, ao efeito, a melhor harmonia e boa inteligência entre os povos, cidadãos e temas, respectivamente, com as demais potências com quem se mantenha ou inicie relações amistosas.

A solidariedade fica mais explícita no artigo 3º, que dispõe:

As partes contratantes se obrigam e comprometem a defender-se mutuamente de todo ataque que ponha em risco sua existência política, e empregar, contra os inimigos da independência de todas ou parte delas, toda sua influência, recursos e forças marítimas e terrestres, segundo os contingentes com que cada um está obrigado, por convenção separada, desta referida data, a defender a sustentação da causa comum.

Na verdade, no Tratado as partes institucionalizam e aprofundam um vínculo de relação fraternal que se desenvolve, então, mediante seguidas conferências interamericanas, sempre tendo como pano de fundo uma aliança baseada em laços de irmandade para a defesa comum.

Ao invocar esse vínculo entre os Estados, estabelecendo um modelo de aliança baseado na ajuda mútua para enfrentar problemas comuns, o Tratado idealizado por Bolívar acaba por originar um novo modelo de pacto entre os Estados no cenário internacional, um modelo pautado pela solidariedade, diferente dos que existiam até então, baseados nas relações estratégicas, em que os Estados participavam vislumbrando unicamente seu interesse e suas necessidades, antecipando-se sobretudo às grandes organizações internacionais que seriam criadas depois, como a Sociedade das Nações e a ONU, inspiradas não só em uma simples cooperação, ou interposição de soberanias, mas em laços profundos de aliança para a consecução de objetivos comuns.²⁰

²⁰ Neste sentido, YEPES, Jesus Maria. *Philosophie du Panaméricanisme et Organization de La Paix*. Suíça: Éditions de I Baconnière, 1945. p. 56-60.

4.3 A POSITIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NO CONTINENTE AMERICANO: A SOLIDARIEDADE LATINO-AMERICANA

A partir da inserção do ideal solidarista no Congresso do Panamá, numa perspectiva essencialmente constituída pelos países latino-americanos, os Estados, no plano continental, seguidamente passaram a incorporá-lo ao final de suas negociações, nos textos produzidos e nos discursos diplomáticos para enaltecer o Princípio da Solidariedade como elemento convergente de sustentação de aliança entre os Estados do continente.

Dogmaticamente não se pode fazer uma leitura do Direito Internacional, do conjunto normativo de relação entre os Estados do continente americano, dos textos produzidos no âmbito do interamericanismo, sem que se faça menção ao Princípio da Solidariedade, freqüentemente invocado nos documentos diplomáticos oficiais.

A propósito, a solidariedade é um componente inato ao surgimento das relações internacionais na América continental. Nesse sentido, Albert Guani, sustentando tal argumento, subdividiu em quatro períodos históricos nos quais se desenvolveu o conceito de solidariedade entre os Estados, enumerando:

a) o primeiro período na luta pela emancipação política ante as metrópoles européias; b) o segundo período nas tentativas de criação de uma confederação entre os novos Estados; c) terceiro, nos ciclos dos congressos jurídicos sul-americanos; e d) último período, na participação dos Estados sul-americanos na Sociedade das Nações.²¹

A partir dessa linha de raciocínio e por ilação, poder-se-ia acrescentar ainda contemporaneamente a fase universalista, quando o ideal, embora permanecesse arraigado nas relações entre Estados da região, foi absorvido por toda a sociedade internacional, incorporando-se ao discurso das Nações Unidas e de outras

²¹ GUANI, Albert. La solidarité internationale: dans L'Amérique Latine. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 8, 1925. p. 207-208.

organizações internacionais que seguem os mais variados objetivos positivados em seus textos fundamentais num cenário agora globalizado.

Assim, no plano regional, incluído no Tratado do Panamá de 1826, e evolutivamente ao longo da história posterior, o Princípio da Solidariedade foi consagrado na maioria dos textos produzidos nas relações entre os Estados e, em alguns casos foram celebrados especificamente para firmar e reafirmar o princípio. Em 1936 na “Declaração de Princípios de Solidariedade e Cooperação Interamericana”, resultado da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz de Buenos Aires.²² Em seu preâmbulo o referido documento enuncia:

Que a existência de interesses continentais obriga a manter uma solidariedade de princípios, como fundamento da vida da relação de todas e cada uma das Nações Americanas;

Que o Panamericanismo, como princípio de Direito Internacional Americano, consistente na união moral de todas as Repúblicas da América, na defesa de seus interesses comuns sobre a base da mais perfeita igualdade e recíproco respeito a seus direitos de autonomia, independência e livre desenvolvimento, exige a proclamação de princípios de Direito internacional Americano; e

Que é necessário consagrar o princípio da solidariedade americana em todos os conflitos extracontinentais, já que os de índole continental devem ter solução pacífica por meios estabelecidos nos Tratados e Convenções existentes ou nos instrumentos que se celebram.

Em 1938 o Princípio da Solidariedade foi reafirmado na “Declaração dos Princípios de Solidariedade da América” (Declaração de Lima) da 8ª Conferência Interamericana de 1938, que reafirmou a solidariedade continental²³ e o propósito dos governos dos Estados Americanos de manter os princípios em que se baseia a dita solidariedade através da consciência: “Que o respeito à personalidade, sobera-

²² FERREIRA DE MELLO, Rubens. *Textos de direito internacional e de história diplomática*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1950.

²³ Conforme analisa Ricardo Seitenfus: “Ao reafirmar a solidariedade continental, os Estados americanos se propõem a colaborar para defender os princípios sobre os quais baseia esta solidariedade, sobretudo o que consagra a não-intervenção estrangeira nas questões continentais. A esse respeito, a Declaração de Lima enfatiza que, caso ocorra uma intervenção extracontinental nas questões americanas, ou ainda no caso de ameaça à paz ou integridade territorial de um dos estados americanos, os outros Estados deverão, de comum acordo, entrar em entendimento.” (SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. Op. cit., 1997, p. 184).

nia e independência de cada Estado americano constitua a essência da ordem internacional amparado pela solidariedade continental, manifestada historicamente e sustentada por declarações e tratados vigentes.”²⁴ No ano seguinte foi firmada a Declaração conjunta de solidariedade continental, aprovada em 3 de outubro de 1939, no Panamá, por ocasião da Primeira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas,^{25, 26} que reafirmou o conteúdo da Declaração de Lima e em seu artigo 3º proclama:

Que estes postulados são alheios a todo propósito egoísta de isolamento e antes também se inspiram em um alto sentido de cooperação universal, que move estas nações a formular votos ferventes para que pare o deplorável estado de guerra que existe hoje entre alguns países da Europa, com grave perigo para os mais caros interesses espirituais, morais e econômicos da humanidade, e para que de novo reine no mundo a paz, não de violência, mas sim de justiça e de direito.

Na seqüência, em 1940, em Havana foi aprovada a Resolução XII sobre a “Promoção da Solidariedade Continental” apontando em seu preâmbulo.

Que o sentimento de solidariedade entre as Repúblicas Americanas constitui uma verdadeira força de defesa continental, a qual todas elas devem contribuir o máximo de sua cooperação, removendo todo obstáculo que possa comprometer esse princípio de direito público americano, de maneira que nenhum Estado desse Continente se vê coibido de oferecer seu mais completo e decidido discurso a uma realização, tanto no aspecto político como no econômico, desse ideal.

Em 1945, no México, foi redigida a Ata de Chapultepec, de assistência recíproca e solidariedade americana, resultado da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, adverte que “a nova situação do mundo faz cada vez mais imperiosa a união e a solidariedade dos povos americanos para a defesa de seus direitos e a manutenção da paz internacional”, o que comprova sua importância para a correlação da manutenção da paz regional.

²⁴ CASTILLA, José Joaquim Caicedo. Op. cit., 1961, p. 59-60.

²⁵ GUANI, Alberto. *La Solidariedad Internacional en América*. Montevideu: Cláudio Garcia y Cia, 1942.

²⁶ FERREIRA DE MELLO, Rubens. Op. cit., 1950. p. 529ss.

A propósito, Celso D. de Albuquerque Mello, embora critique a efetividade da adoção do Princípio da Solidariedade pelos Estados do continente em momentos históricos, admite:

Outra consideração que deve ser feita e que nos parece estar além da consagração de princípios meramente formais é o da idéia de solidariedade. Se esta não existisse pelo menos em estado latente, ou ainda em germe, não teria sido possível a reunião de uma série tão grande de conferências internacionais americanas em que sempre se encontra um avanço institucional ou a conclusão de tratados internacionais americanos. Não quer dizer isto que seja uma solidariedade irrestrita, mas que pelo menos se manifestou em alguns momentos [...].²⁷

Nesse sentido, dentro do Sistema Interamericano, o Princípio da Solidariedade acabou se transformando em um instrumento sempre invocado nos preâmbulos dos tratados mais recentes, valendo lembrar os mais expressivos, como o Tratado da Organização dos Estados Americanos, que declara que

o verdadeiro sentido da solidariedade americana e da boa vizinhança não pode ser outro senão o de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade individual e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do Homem.

Por sua vez, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) reafirma que os Estados “renovam sua adesão aos Princípios de Solidariedade e Cooperação Interamericana”, em que pese a solidariedade aí invocada destoe dos singelos valores que justificaram seu surgimento, e a solidariedade, a partir de então, passou a ser invocada dentro da idéia de uma aliança contra a agressão externa.

No que tange às organizações econômicas regionais, o Tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), proclamou a vontade de “fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre seus

²⁷ MELLO, Celso D. de Albuquerque. Considerações sobre o pan-americanismo. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, n. 67/68, 1985/1986. p. 33.

povos”, bem como a disposição de “impulsionar o desenvolvimento de vínculos de solidariedade e cooperação com outros países e áreas de integração da América Latina, com o propósito de promover um processo convergente que conduza ao estabelecimento de um mercado comum regional”; e, mais recentemente, a Comunidade Sul Americana de Nações (CASA), que na Declaração de Cusco, celebrada em 8 de dezembro de 2004, invocou a vocação solidarista dos povos da América do Sul para justificar a criação do projeto de integração política nos seguintes termos:

A história compartilhada e solidária de nossas nações, que desde as façanhas da independência têm enfrentado desafios internos e externos comuns, demonstra que nossos países possuem potencialidade ainda não aproveitadas tanto a utilizar melhor suas aptidões regionais quanto para fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais.

Vale destacar, a propósito, que tal organização surge baseada nas idéias bolivarianas.²⁸

Outros blocos econômicos, como o Mercosul, a Comunidade Andina, o Mercado Comum Centro Americano, a Comunidade do Caribe, em seus textos fundamentais, fazem referência à existência de uma solidariedade regional baseada em laços históricos entre os Estados.²⁹

O jurista César Diaz Cisneiros, ao mencionar os princípios do Direito Internacional Americano, faz referência à solidariedade nos seguintes termos:

A solidariedade americana atual e as tendências históricas de celebrar tratados de União, Liga e Confederação, os princípios que contêm, e a própria Organização dos Estados Americanos, que é uma forma do sistema interamericano, revelam a uniformidade jurídico-política das Repúblicas Americanas na ordem internacional.³⁰

²⁸ AMÉRICA DO SUL, *Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

²⁹ MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CELLI JÚNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha de (Coords.). *Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá, 2006.

³⁰ CISNEROS, César Diaz. *Derecho internacional público*. 2. ed. Buenos Aires: Tipográfica Editora Argentina, 1966. p. 177-182; GARCIA, Carlos Arellano. Op. cit., 1998, p. 501-502.

Na verdade foi a concepção de solidariedade como ideal dos Estados, surgida nos primórdios do sistema interamericano, que acabou por solidificar a própria noção dos Estados latino-americanos enquanto sujeitos de Direito e atores das relações internacionais regionais e mundiais, e contribuiu para a construção de mecanismos, regras, características da dinâmica regional, que em razão da proximidade e dos laços de afinidade, desenvolvidos em sucessivas conferências, propiciou a troca de informações e a adoção de mecanismos similares para a resolução de conflitos.

Hoje, o verdadeiro sentido da solidariedade americana não é outro senão o de consolidar no continente, dentro do quadro das instituições democráticas, do Sistema Interamericano e de outras organizações formadas à margem dele, um regime de liberdade individual e de justiça social, fundado no respeito aos direitos essenciais do homem e na igualdade libertária entre os Estados, embora o sentido inicial em que foi concebido, tenha sido modificado em sua essência, como se verá a seguir.

4.4 A DISTORÇÃO NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NA AMÉRICA LATINA: SOLIDARIEDADE CONTINENTAL OU LEGÍTIMA DEFESA COLETIVA?

A solidariedade latino-americana que esteve presente nos momentos iniciais da consolidação dos Estados Americanos, foi utilizada também naquele período para justificar uma ação conjunta dos Estados contra a intervenção das ex-metrópoles européias seja no Congresso do Panamá, em 1826 pelas mãos do bolivarismo.

Por isso, não pode passar despercebido o fato de que o conceito inicial de solidariedade desenvolvido e pensado na América Latina passou a justificar um outro princípio e foi incorporado por ele, conforme já se advertiu neste trabalho: o Princípio de Segurança Coletiva Contra Agressão Externa, segundo adverte Carlos

Garcia Bauer: “este princípio leva implícito os chamados princípios da segurança coletiva e da defesa mútua contra agressão externa, no sentido que foi adotado sempre um conceito de defesa comum contra agressão externa.”³¹

O resultado desse fato foi que o conceito essencial de solidariedade entre os Estados do continente foi acobertado pela solidariedade como defesa coletiva, modificando a essência do enunciado do próprio princípio.

A esse propósito, Ricardo Seitenfus esclarece que tal confusão representa uma clara dissuasão e ocorreu em função dos mecanismos adotados nas Conferências Pan-americanas, principalmente que resultaram na “Declaração de Lima”:

Até aquele momento, a constante reafirmação do princípio da solidariedade continental não encontrava instrumentos jurídicos que permitissem sua uniforme interpretação e pronta execução. A questão essencial era a ausência de mecanismos que pudessem fazer com que o impreciso princípio da segurança coletiva continental se transformasse no princípio da segurança coletiva continental.

Nota-se, de pronto, as diferenças marcantes entre os dois princípios. A solidariedade está alicerçada no voluntarismo e numa apreciação individual e subjetiva de sua materialização. Ausente a instrumentalização para a sua aplicação, a solidariedade encontra-se no terreno das intenções e das declarações. Sua natureza é político-diplomática e sua eficácia deve ser buscada no campo moral das pressões e sugestões.

O princípio da segurança coletiva, ao contrário, repousa na concepção de um ataque dirigido à um país membro da coalizão é considerado um atentado à própria coalizão. Portanto, a segurança individual passa a ser considerada segurança de todos e qualquer agressão que venha a sofrer um país membro significa que a resposta deverá emanar do coletivo. Portanto, afasta-se do terreno das intenções para dirigir-se à ação propriamente dita.³²

Este é o panorama dos tratados regionais que foram produzidos a partir da construção do sistema interamericano tanto na Carta da OEA quanto no TIAR, nos quais a solidariedade só foi invocada para essa finalidade e com o sentido de ser uma solidariedade para a defesa contra um agente externo, uma solidariedade para a guerra e não para a paz.

³¹ Nesse sentido, BAUER, Carlos Garcia. *Universalismo y Panamericanismo*. Editorial Universitária, Universidade de San Carlos de Guatemala, 1968. p. 96.

³² SEITENFUS, Ricardo. Op. cit., 1997, p. 184-185.

Aquele valor que deveria sempre nortear as relações dos povos baseadas em relações fraternas, foi utilizado assim, nesse cenário, tendo presente uma agressão externa, um conflito, o que acabou por distorcer a essência do Princípio da Solidariedade entre os Estados.

Cabe então uma advertência sobre a necessidade de incluir nos documentos produzidos em âmbito regional a noção de solidariedade que promova o sentido da fraternidade para a paz e não só para a defesa. Não se nega a importância da solidariedade para a defesa, mas que não se fique só nisso, e também se exercite e positive a solidariedade para a construção de objetivos comuns, do desenvolvimento regional, e não de interesses isolados e hegemônicos dos Estados.

Esse fato ajuda a entender, em parte, porque o Princípio da Solidariedade não é estudado, invocado e positivado em textos oficiais, porque na maioria das vezes é tratado e entendido como um sentido implícito a outros princípios e mesmo aos acordos e objetivos dos tratados, como algo inato à própria realização de uma aliança ou conferência.

4.5 DIMENSÕES DO CONCEITO DE SOLIDARIEDADE

Com a caracterização do conceito de solidariedade foi possível visualizar o seu conteúdo, o seu espírito e sentido, ou seja, vontade individual que vislumbra o outro, e que oferece suas forças para cooperar, para amparar como um próprio sentido como contingência mecânica da vida em sociedade.³³

É preciso, contudo, advertir que a solidariedade que se desenvolve nas relações primitivas entre os homens por meio de laços familiares, desde a constitui-

³³ DUGUIT. *Traité de Droit Constitutionnel*, p. 179.

ção das primeiras relações entre pares e entre pais e filhos, à medida que tornavam-se complexas, suas relações pessoais entre clãs, tribos, aldeias, Cidades-Estado, reinos, até chegar à noção contemporânea de Estado soberano e sociedade internacional, foram redimensionando suas perspectivas e sua forma de visualização e aplicação.³⁴

Apesar do seu redimensionamento, cabe chamar a atenção para o fato de que em cada uma dessas facetas do tema não se pode encontrar uma concepção segura, uma definição exata da forma de exercício de cada sujeito ou grupo de sujeitos que se propõem a solidarizar, pois o seu sentido, o seu valor maior, está implícito, não importando a dimensão da solidariedade, o mais importante é o sentido e os valores éticos que ela carrega dentro de si para a construção da boa vontade.³⁵

Assim, os indivíduos solidarizam-se com base em laços afetivos, consciência moral ou mesmo religiosa dentro da perspectiva pessoal da promoção individual do bem; os grupos sociais pautam-se na existência de objetivos comuns da vida em sociedade que os vincula e onde geograficamente se situam. Por sua vez, os Estados se solidarizam com base na consciência da existência de uma sociedade internacional, seja por vínculos ideológicos de política internacional, ou geográficos quando o fazem em um espaço de atuação comum, ou mesmo pelo desenvolvimento de uma consciência civilizacional universal. A propósito, os Estados materializam a solidariedade internacional transpondo um sentimento moral e ético, que se desenvolve no senso individual das pessoas, e se dilata tomando

³⁴ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O futuro do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2001.

³⁵ DA LUZ, Nelson Ferreira. *Introdução ao direito internacional público*. São Paulo: Saraiva, 1963. p. 110 e ss.

uma nova dimensão na ação dos Estados no plano internacional de forma muito mais ampla.³⁶

Nesse aspecto, é que a seguir o trabalho busca classificar as espécies de manifestação de solidariedade internacional de acordo com sua intensidade e aplicação pelos Estados no plano internacional, quer: universalmente, continentalmente, regionalmente ou de forma unilateral.

4.6 MODALIDADES DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

No plano internacional os Estados em suas ações são levados a proclamar e a desenvolver a solidariedade. Cabe observar que esse é um fenômeno ainda novo que começa a se desenvolver e abrange as mais variadas justificativas e níveis de aplicação. Às vezes os Estados são levados a praticá-la com base em uma consciência superior de evolução da própria humanidade, noutras fatores históricos e geográficos é que acabam sendo determinantes. A seguir serão analisados de forma particular como cada uma dessas espécies interage e o contexto em que são aplicadas, podendo ser unilateral, regional, continental ou universal.

A solidariedade unilateral é aquela que é praticada de forma desinteressada por um Estado, apenas por sua consciência de ajudar ao outro, sem esperar que seja feito o mesmo em relação a ele. Um exemplo dessa espécie de solidariedade é o monroísmo, tratado no primeiro capítulo; as declarações de pesar diante de algum

³⁶ Adverte Louis Cavaré que: “Dar ao Direito Internacional Público como fundamento a consciência que esses indivíduos têm da solidariedade social é não somente aderir a uma noção muito vaga, mas ainda a uma concepção inexata e mesmo perigosa. Cabe inquirir se os indivíduos, considerados em seu conjunto, terão sempre uma visão clara das necessidades sociais de seu grupo. Por outro lado, tomar como base exclusiva do direito a solidariedade social ou intersocial é colocar-se em campo muito estreito. É difícil afirmar, sem desconhecer a grande influência exercida pela solidariedade, que se possa atribuir somente a ela todas as necessidades sociais. Há necessidades morais inerentes à pessoa humana, que não implicam necessariamente a idéia de solidariedade.” (CAVARÉ, Louis. *Le droit international public positif*. Volume II, p. 131).

acontecimento que afete um determinado Estado ou povo; ou mesmo uma ajuda financeira ou material que um Estado oferece para outro Estado em função da necessidade deste.

Por sua vez, a solidariedade regional é levada a efeito basicamente entre Estados que possuem uma identidade geográfica comum e que pela proximidade acabam tendo interesses comuns. O desenvolvimento dessa boa-vizinhança contribui inclusive para a consolidação de uma paz regional. Exemplos de solidariedade regional podem ser encontrados no pan-americanismo de Bolívar e nas relações entre Estados decorrentes desses laços que hoje se materializam no Mercosul e na Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

De forma mais ampla, a solidariedade continental é a forma de manifestação de solidariedade que é caracterizada por conter um pressuposto essencial, uma identidade que une os Estados, quase sempre geográfica, cultural ou histórica, desenvolvendo assim um verdadeiro espírito de fraternidade. A solidariedade continental foi proclamada pelo movimento de consolidação do Sistema Interamericano, baseado em documentos que invocavam a solidariedade entre os povos. É seguidamente anunciada nas conferências pan-americanas que compuseram o sistema interamericano e, a partir de sua positivação é reproduzida por outros continentes que invocaram o mesmo princípio.

A solidariedade continental tem justificado e fundamentado a assinatura de tratados que criam espaços econômicos de grandes dimensões, como na União Européia, na União Africana e no continente americano.³⁷

³⁷ Cabe observar que especificamente sobre a solidariedade continental americana Celso D. de Albuquerque Mello enxergava somente uma solidariedade latino-americana regional e não continental, embora advertisse que não acreditava nem mesmo em uma solidariedade latino-americana, “vez que inúmeros países da América Latina têm apoiado as ações norte-americanas contra outros latino-americanos. Esta falta de unidade resulta da situação de dependência da América Latina em relação aos EUA, bem como no fato de as denominadas elites latino-

A forma mais recente de manifestação de solidariedade que tem sido desenvolvida é a solidariedade universal, que transcende a qualquer tipo de influência regional ou mesmo de critérios geográficos e culturais. Ela é resultado de uma nova sociedade internacional concebida a partir de 1945 sob os auspícios da Carta das Nações Unidas e da dinamização de suas ações pedagógicas de solidariedade, em razão dos direitos humanos interpretados dentro de uma nova dimensão e por conta da recente transformação originada da mundialização e das descobertas científicas.

A solidariedade universal é resultado de uma construção histórica, filosófica e cultural, que sintetiza um conjunto de valores que acabaram transcendendo e se arraigando na cultura dos povos de todo o mundo.

Neste contexto, a universalidade contida no ideal de solidariedade como valor mundial contemporâneo deve ser entendida como um importante vetor normativo inspirador de regras jurídicas e que pode conduzir a sociedade internacional a uma nova dimensão das relações internacionais, a um sentido de humanidade.

4.7 IMPACTOS DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS

Conforme referido, a solidariedade como princípio das relações entre Estados só surgiu como instrumento modelador das relações entre esses atores e, por conseguinte, como vetor normativo do Direito Internacional, a partir da declaração dos Estados latino-americanos no sentido de reconhecê-lo textualmente como um

americanas terem os mesmos interesses dos EUA na maioria das vezes (MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito internacional americano: estudo sobre a contribuição de um direito regional para a integração econômica*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995. p. 123).

princípio a ser seguido nas suas relações interestatais, como um valor regional e, a partir de então, na ação destes Estados ao instituí-lo freqüentemente, como um corolário de suas relações internacionais, nos textos normativos e nos tratados que seguidamente foram sendo assinados entre eles e com outros Estados extracontinentais.³⁸

Por sua vez, o Direito Internacional tem seu marco de surgimento doutrinário com a assinatura, em 1648, de tratados internacionais da paz de Westfália³⁹, que puseram fim à Guerra dos 30 Anos, estabelecendo princípios de igualdade entre os Estados europeus,⁴⁰ consagrando, assim, a formalização de acordos internacionais por meio de um documento escrito.⁴¹ É de se destacar, contudo, que o seu alcance imediato não atingiram o reconhecimento, por parte dos Estados, da solidariedade de seus interesses políticos e, dentro de sua união, em uma comunidade internacional deliberante sobre os negócios comuns de seus diversos membros, mas sim nos seus interesses soberanos, particulares e individualizados.

³⁸ Em consonância com o presente pensamento, Clóvis Bevilacqua apontou: “O que se deve dizer é que certos agrupamentos de povos têm mais intenso o sentimento de sua solidariedade, ou têm interesses peculiares, cuja satisfação pede, se não princípios novos, novas aplicações de princípios gerais, e que podem, assim, contribuir com um contingente mais ou menos considerável para o acervo das idéias e para o aperfeiçoamento científico do Direito Internacional.” (BEVILAQUA, Clóvis. *Direito Público Internacional*. 2. ed. v. I, 1939. p. 12).

³⁹ Com o Tratado de Westfália abandona-se a idéia de um Estado mundial e centralizador e se reconhece a pluralidade de Estados independentes e nacionais situados na Europa.

⁴⁰ Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano aponta a importância para o Direito Internacional do Tratado de Westfália: “O princípio mais importante, então adotado para regulamentar e normalizar as relações internacionais, foi o da igualdade jurídica dos Estados. Do Tratado de Westfália se desprenderam regras fundamentais que passaram a presidir as relações dos Estados europeus. O princípio básico, como dissemos, expressamente preconizado, foi o de igualdade absoluta dos Estados europeus, no tocante à sua vida jurídica internacional. [...] A partir do Tratado de Westfália, como consequência do princípio da igualdade dos Estados, todos eles independentes de qualquer poder superior, quer em assuntos políticos, quer em matéria religiosa, deu-se o desmoronamento da sociedade cristã organizada e elaborou-se um sistema de equilíbrio de forças ou sistema europeu de Estados, como sendo o único meio capaz de garantir a normalidade da convivência internacional.” (RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. *Direito internacional público*. Rio de Janeiro: Forense, v. 1, 1989. p. 67-68).

⁴¹ RENOUVIN, Pierre. *Historia de Las Relaciones Internacionales*, p. 432.

De toda forma, a partir de 1648 o Direito Internacional passa a fazer parte da agenda internacional como instrumento para regular todo o tipo de negociação no plano mundial e a constituir objeto de estudos de forma mais sistematizada, recebendo o *status* de ciência jurídica.⁴² O período de aparecimento, afirmação e preponderância do Direito Internacional corresponde a um cenário internacional que coincide com o surgimento dos Estados constitucionais e a preocupação com a imposição da soberania estatal,⁴³ afirmando pois, as idéias políticas, jurídicas e filosóficas inspiradoras daquela ordem internacional que permanecem vivas até hoje e ainda influenciam o pensamento contemporâneo do Direito Internacional.

Outro dado importante a considerar é que o Direito Internacional Clássico parte de uma visão predominantemente eurocentrista, baseada nas relações entre os Estados da Europa como centros de poder.

Conforme observa Heber Arbuét Vignali:

As relações internacionais nesse período se caracterizam por integrar-se em um esquema homogêneo de equilíbrio de poder multipolar com epicentro na Europa, onde as potências competem entre si limitadas por estritas regras de jogo a partir das quais se lançam à conquista e à colonização da periferia, objetivando afirmar seu poder neste processo e impondo ao resto do mundo suas normas e padrões.

Para regular estas relações a Europa cria um sistema jurídico, o Direito Internacional clássico, que pretende ser aceito pelo resto do mundo. Na América os descendentes de europeus que chegam ao poder com a

⁴² O que os autores denominam de Direito Internacional Clássico tem relação direta com o surgimento dos Estados constitucionais, quando aparecem e se desenvolvem instrumentos políticos e regras jurídicas que se mantêm, de certa forma, vigentes até hoje.

⁴³ Bobbio discorre sobre os princípios da soberania e analisa o contexto de sua afirmação: “Em sentido lato, o conceito político-jurídico de soberania indica o poder de mando de última instância, numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas em cuja organização não se encontra este poder supremo, exclusivo e não derivado [...]. Em sentido estrito, na sua significação moderna, o termo soberania aparece, no final do século XVI, juntamente com o de Estado, para indicar, em toda a sua plenitude, o poder estatal, sujeito único e exclusivo da política. Trata-se do conceito político jurídico que possibilita ao Estado moderno, mediante sua lógica absolutista interna, impor-se à organização medieval do poder, baseada, por um lado, nas categorias e nos Estados, e, por outro, nas duas grandes coordenadas universalistas, representadas pelo papado e pelo império: isto ocorre em decorrência de uma notável necessidade de unificação e concentração de poder, cuja finalidade seria reunir numa única instância o monopólio da força num determinado território e sobre uma determinada população e, com isso realizar no Estado a máxima unidade e coesão política.” (BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmem Varriale C. et al. 5. ed. Brasília: UNM, 1993. p. 1179-1181).

independência aderem ao mesmo, reafirmando assim seus laços com as antigas metrópoles. Não realizam uma revisão sistemática de todo o ordenamento à luz das diferentes necessidades dos novos Estados, mas propõem um distinto enfoque ideológico, impulsionando e objetivando também algumas trocas pontuais.

O sistema é imposto também aos demais Estados não europeus pela sua gravitação em torno do poder (Turquia, China, Japão, Índia, Libéria, etc.) realizado mais freqüente, através do domínio colonial.⁴⁴

O Direito Internacional, conforme foi concebido, ganha espaço como instrumento regulador da ordem internacional e se sedimenta na soberania absoluta estatal, encontrando, por isso, na teoria voluntarista, justificativa e fundamento para sua validade, ou seja, o Estado é sujeito de direitos e obrigações no plano internacional por sua vontade e desde que livremente consinta em se obrigar. O Estado era concebido como a autoridade jurisdicional central, pela qual somente ele poderia resolver definitivamente os conflitos ocorridos em seu território. As normas de Direito Internacional deveriam ser instrumentalizadas para a coexistência mínima entre os entes soberanos estatais.⁴⁵

Neste sentido, cabe lembrar que por estarem baseadas na soberania absoluta dos Estados, as relações desenvolvidas entre os mesmos eram fundamentadas em um conceito conservador de interação interestatal, numa perspectiva dos Estados voltados para seus interesses, para suas questões internas e para a proteção de sua fortaleza, que era dimensionada por sua soberania geográfica ou nas dimensões de sua soberania externa. Por essa razão, os Estados só se envolviam em relações com outros sujeitos quando existia a necessidade e o interesse nesse sentido, e mesmo assim, o faziam levando em conta suas prerrogativas jurídicas de “senhor soberano” de suas vontades.⁴⁶

⁴⁴ VIGNALE, Heber Arbuat. *Derecho internacional publico*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, tomo I, 1996. p. 44-45 (tradução livre).

⁴⁵ PEIXOTO, A. K. *A erosão da soberania e a teoria das relações internacionais*. p. 32.

⁴⁶ Manfredi Siotto Pintor aponta que foi o conceito de solidariedade que transformou a sociedade internacional, limitando o conceito de soberania e as liberdades particulares dos Estados, impondo gradualmente aos Estados civilizados a consciência da reciprocidade de deveres na comunhão de

Até a realização do Congresso do Panamá o Direito Internacional tinha essa perspectiva traçada anteriormente, não obstante importantes estudos proclamarem a importância de uma identidade comum entre os Estados, não concretizada no plano internacional por conta da concepção inicialmente pensada do Direito Internacional sedimentado numa soberania absoluta.⁴⁷

É nesse aspecto que deve ser compreendida a realização do Congresso do Panamá, ou seja, como um verdadeiro marco divisor da concepção das relações internacionais, quando se desenvolve uma perspectiva de aliança entre os Estados baseada em um espaço de coexistência comum e solidária.

Ao proclamar por meio de um tratado uma aliança fraterna entre os Estados de uma dada região, invocando para isso razões históricas, culturais, geográficas, como fundamento em uma solidariedade, o hispano-americanismo e as Conferências pan-americanas desencadeiam um processo de redimensionamento na forma de relação entre os Estados, a solidariedade e a cooperação entre os povos, que passam a ser consideradas princípios importantíssimos do Direito Internacional e a pautar as relações entre os mesmos.

A propósito, ao mencionar a essência da solidariedade pan-americana, mediante conferências e organismos, bem como da sua previsão em Tratados, Oliveiros Litrento vê coincidências de interesses e de ideais, observando:

E nessa hora de aproximação continental, pondo de lado ressentimentos justificados contra o grande vizinho do Norte, que por mais de um século vinha praticando um imperialismo comprometedor, vamos buscar num passado comum as origens de nossa solidariedade pan-americana. E não é de admirar que, situado geograficamente no Novo Mundo, ainda que herdeiro étnico e espiritual do Velho Continente, o grande Estado do Norte, diante da ameaça das monarquias absolutas européias que teimavam em recuperar suas ex-colônias tornadas nações livres, não vacilasse, desde o

interesses (PINTOR, Manfredi Siotto. *Le Regime International de L'escaut. Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 21, tomo I, 1928. p. 285).

⁴⁷ SÉFÉRIADÈS, Stélio. *Principes Généraux du Droit International de la Paix. Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 34, tomo IV, 1930.

primeiro momento, em ficar ao lado de seus irmãos de continente contra os objetivos intervencionistas da Santa Aliança. Foram, precisamente, interesses e ideais comuns que venceram a barreira das diferenças étnicas, lingüísticas e culturais dominantes na América. Muito mais do que a semelhança da formação histórica ou da pura e simples situação geográfica, aqueles ideais possibilitaram com firmeza a política antiintervencionista de Monroe.⁴⁸

A solidariedade latino-americana se entranha na essência das relações internacionais regionais e é reproduzida pelos foros universais, o que altera substancialmente a perspectiva das relações entre os Estados e do próprio Direito Internacional, segundo os pilares doutrinários informadores em que foi concebido.

Ao se consubstanciar em um princípio do Direito Internacional, a solidariedade passa a fundamentar todo o sistema normativo internacional dentro de uma perspectiva que vai além da que era praticada até então, de mera cooperação, e os Estados passam a agir pautados por uma aliança mais aprofundada, com relações normativas mais vigorosas, o que desencadeia a intensificação das relações internacionais em foros de participação política dos Estados, e a construção de uma sociedade internacional, mais voltada ao multilateralismo.^{49, 50}

Aliada ao desenvolvimento do princípio da igualdade entre os Estados, com a dinâmica da sociedade internacional, começa-se a incidir sobre um outro fenômeno que foi a multiplicação de organismos internacionais de representação estatal, pois passa a justificar e a fundamentar a essência das relações entre os Estados desenvolvidas nesses foros.⁵¹

⁴⁸ LITRENTO, Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 173.

⁴⁹ Conforme advertiu Baron Descamps, a conciliação entre os dois princípios de soberania nacional e de solidariedade internacional ainda são imperfeitas em razão de uma perspectiva social dos dois institutos (DESCAMPS, Baron. *L'influence de la Condemnation de la Guerre sur L'évolution Juridique Internationale. Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 6, 1930. p. 444-445).

⁵⁰ SPIROPOULOS, Jean. *L'individu et le Droit international. Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 30. 1929. p. 196-197.

⁵¹ ERICH, Rafael Waldemar. *La Question des Zones Démilitarisées. Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 26, tomo I, 1929. p. 599.

O Princípio da Solidariedade é a matriz do Direito Internacional contemporâneo, é o princípio que norteia a ação dos povos, dos Estados e das organizações internacionais e que pode conduzir à consciência coletiva da necessidade de uma sociedade internacional mais jurisdicionalizada.

4.8 O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NO SISTEMA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

No Direito Internacional contemporâneo o Princípio da Solidariedade é invocado no âmbito de diversos organismos internacionais, inclusive tem motivado a adoção de um novo conceito alternativo de aliança entre os Estados baseada em uma “integração solidária” para a defesa de valores compartilhados.⁵²

A propósito, ao analisar o Direito Internacional contemporâneo ante uma perspectiva sobre sua evolução e sobre o seu futuro, André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros apontam a solidariedade como sendo um dos elementos nucleares do novo e moderno Direito Internacional, afirmando:

A obrigação de a Ordem Jurídica Internacional prosseguir o desenvolvimento dos povos, concebido nesses termos, constitui um dos corolários essenciais da inoculação no Direito Internacional do conceito de solidariedade entre Estados (em vez do conceito clássico da soberania egoísta e individualista dos Estados), e exprime um dos elementos nucleares do novo e moderno Direito Internacional da solidariedade, [...].⁵³

Na União Européia, que no preâmbulo do Tratado de Roma, em 1957, coloca a solidariedade como fundamento da integração, que une a Europa e os países ultramarinos, reafirmando o princípio no Tratado de Maastricht como balizador das

⁵² PUIG, Juan Carlos. Integración y Autonomía de América Latina en las Postrimerías del Siglo XX. *Revista Integración Latinoamericana*. Buenos Aires, n. 109, enero/febrero 1986. p. 20-62.

⁵³ PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de. *Manual de Direito Internacional Público*. 3. ed. rev. e aum. Coimbra: Livraria Almedina, 1993. p. 663.

relações entre Estados europeus e motivador da integração econômica para promover a prosperidade dos seus povos. O princípio da solidariedade é tido como princípio fundamental por repartir, entre os membros, uniforme e equitativamente, as vantagens, a prosperidade e os custos da integração.⁵⁴

Na União Africana o ato constitutivo da Organização, em seu artigo 3º, elenca a solidariedade como um dos objetivos a serem perseguidos para “realizar maior unidade e solidariedade entre os países e povos da África”, princípio que já era proclamado na antiga carta da Organização da Unidade Africana que a precedeu.^{55, 56}

Ademais, o Princípio da Solidariedade também motiva a ação de organizações internacionais, como as missões de paz da ONU, na atuação de organismos internacionais especializados, como a FAO e a OMS, bem como de ONGs internacionais, como a Cruz Vermelha Internacional, a Médico Sem Fronteiras etc.

O Princípio da Solidariedade Estatal, como novo ingrediente das relações internacionais, contribui para a adaptação de valores e princípios tutelados pelo Direito Internacional clássico, conforme lembra Fausto de Quadros:

A evolução do DIP clássico para o DIP novo consistiu, portanto, no abandono da soberania como único princípio sobre o qual se assentava a ordem jurídico-internacional e na sua fundamentação também no princípio da solidariedade internacional. O DIP não deixou de regular as relações entre Estados soberanos, mas passou a preocupar-se com muito mais: com a solidariedade e a justiça social entre os homens e os povos. Por outras palavras, o DIP não deixou de assentar na soberania dos Estados, mas passou a considerá-la numa relação de recíproca limitação com o princípio da solidariedade internacional, particularmente nos domínios que indicamos. Em suma, o DIP não abandonou na sua subsistência os princípios sobre os quais se baseava na sua fase clássica, mas reviu-os e transformou-os, de modo a se adaptarem aos novos valores que passaram também a compor a

⁵⁴ BORCHARDT, Klaus-Dieter. *O ABC do Direito Comunitário*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2000. p.12.

⁵⁵ NADER, Adalberto. União africana (UA). In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CELLI JÚNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha de (Coords.). *Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá, 2006. p. 228.

⁵⁶ CARVALHO, Genésio de. Um olhar crítico ao desenvolvimento da África e à construção da União Africana. In: STELZER, Joana; GONÇALVES, Everton das Neves (Orgs). *Direito das relações internacionais: na fronteira entre a força econômica e o valor da vida humana: estudos comemorativos a luminar trajetória acadêmica de Odete Maria de Oliveira*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2006. p. 350.

sua elaboração dogmática, e que se conjugam no princípio da solidariedade internacional, quer a doutrina o trate ou não conjuntamente com o princípio da justiça social internacional.⁵⁷

De fato, à medida que a sociedade internacional se mundializa e se desenvolve a idéia de uma aldeia global, o senso de solidariedade como princípio se fortalece e permeia cada vez mais a ação de Estados, instituições e indivíduos, imprimindo novos temas na agenda global no sentido de combate à pobreza mundial, à fome, às epidemias, da necessária atenção ao desenvolvimento econômico dos povos, transformando-se em motivador para contraposição e derrogação de regras positivas do Direito do Comércio Internacional, como foi o caso recente da quebra de patentes dos remédios contra a AIDS em casos de epidemia.

O Papa João Paulo II chamou a atenção da sociedade internacional para o desafio de construir uma globalização pautada pelo Princípio da Solidariedade entre as nações:

O grande desafio moral, que se coloca às nações e à comunidade internacional relativamente ao desenvolvimento, é ter a coragem de uma nova solidariedade, capaz de dar passos engenhosos e eficazes para vencer quer o subdesenvolvimento desumanizante, quer o "sobre-desenvolvimento", que tende a reduzir a pessoa a uma mera unidade econômica numa rede consumista.⁵⁸

De qualquer forma, o que deve ser destacado, doutrinariamente, é que o Princípio da Solidariedade é na essência um princípio de Direito Internacional genuinamente latino-americano, desenhado, gestado, pensado e positivado a partir das relações regionais e que atualmente, se constitui no pilar da perspectiva da sociedade internacional contemporânea.⁵⁹

⁵⁷ QUADROS, Fausto de. *Direito das Comunidades Européias e Direito Internacional Público*. Lisboa: Almedina, 1991. p. 400.

⁵⁸ João Paulo II. Exortação apostólica pós-sinodal ecclesia. In: *Ásia* 32, 6 de novembro de 1999.

⁵⁹ O professor Eligio Resta discorre sobre o Direito fraterno como um pacto que se decide compartilhar regras mínimas de convivência, livre de obsessão de identidade, com um olhar apara a humanidade com um lugar comum, caracteristicamente como um Direito não violento, inclusivo, que abandona o confinamento da cidadania e olha para o cosmopolitismo, concluindo: "O direito

4.9 PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL NAS CONSTITUIÇÕES DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA: UMA VISITA NECESSÁRIA

É incontestável que os países da América Latina, nas suas relações interestatais no plano internacional, regional e universal, revelam um grande comprometimento com os princípios, valores e normas de Direito Internacional. Isso ficou claro ao se analisar o conjunto de documentos normativos produzidos no plano regional, pelo conjunto de institutos jurídicos criados e proclamados, pelos valores que influenciaram a construção normativa e doutrinária do Direito Internacional, bem como pela sua expressiva dinâmica diplomática.

Assim sendo, é oportuno que se faça também uma leitura da perspectiva normativa dos países da América Latina sobre o Direito Internacional, ou seja, de como os ordenamentos constitucionais, como instrumentos de organização do Estado que são visualizam, disciplinam e tipificam regras que envolvam o Estado em questões de caráter internacional, além de como esses países conduzem as suas relações internacionais.⁶⁰

As Constituições, como normas organizativas dos Estados, disciplinam um conjunto de institutos do Direito Internacional que servem para guiá-los em suas relações internacionais, como o mecanismo para celebrar tratados, valor hierárquico, regras de direitos humanos, declaração de guerra, tratamento de estrangeiros, prin-

fraternal, então vive de falta de fundamentos, anima-se de fragilidade; procura evitar afirmar que 'deve' ser, e que existe uma verdade que o move. Ao contrário, arrisca algo numa aposta, exatamente como na aposta de Pascal sobre a existência do bem comum: se tivesse existido, o benefício teria sido enormemente maior do que o custo empregado com as próprias contribuições pessoais. No caso em que, ao contrário, não tivesse existido aquilo que se gastou, teria tido um pequeno custo em relação àquilo que se poderia ter ganho. Convém, então, apostar na fraternidade." (RESTA, Eligio. *O direito fraterno*. Tradução de Sandra Regina Martini Vial. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 136).

⁶⁰ Utilizou-se como fonte direta e primária de estudo as Constituições dos Estados mencionados.

cípios, entre outros. A tarefa, então, é estabelecer uma sucinta perspectiva dos dispositivos mais importantes, que expressam a visão constitucional e normativa dos Estados latino-americanos diante das regras de Direito Internacional, com o objetivo de buscar o grau de comprometimento de cada Estado latino-americano com as regras de Direito Internacional.⁶¹

A Argentina, após a Reforma Constitucional de 1994, inseriu tópicos bastante avançados em matéria de Direito Internacional, reconhecendo, em seu artigo 22, que os tratados possuem hierarquia superior às leis nacionais. Além disso, elaborou uma Constituição fundamentalmente voltada para a garantia e cumprimento dos tratados de direitos humanos, conferindo valor hierárquico constitucional aos tratados que passem pela aprovação de dois terços do total de membros da Câmara.

Belize invoca ação no plano internacional que garanta: a) soberania e integridade territorial; b) proibição da exploração do homem pelo homem ou pelo Estado; c) proteção ao meio ambiente; d) promoção da paz internacional; d) segurança e a cooperação entre nações; e) estabelecimento de uma ordem econômica e social internacional justa e igual; f) respeito ao Direito Internacional e aos tratados acordados entre nações. É de se destacar o comprometimento de Belize com o meio ambiente como um princípio de suas relações internacionais, em um momento em que o mundo todo se organiza em foros internacionais, por meio de tratados para enfrentar os efeitos devastadores ocasionados pelas catástrofes naturais, sem dúvida resultado da ação irresponsável dos Estados, pela não-adoção de políticas ambientais adequadas.

⁶¹ Na análise de Antonio Colomer Viadel, existem características do sistema constitucional latino-americano e ibero-americano, como o mito da concentração do poder Executivo, que se caracteriza por ser o centro do sistema político, o mimetismo constitucional, ou seja, a semelhança entre os textos constitucionais históricos dos diferentes países (VIADEL, Antonio Colomer. Una teoría constitucional de la supervivencia para América Latina. *Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais*. Belo Horizonte: Del Rey, n. 3, jan./jun.2004. p. 327-350).

A Constituição da Bolívia dá um tratamento especial às regras de Direitos Humanos ao reconhecer, em seu artigo 6º, que os direitos e garantias fundamentais da pessoa humana serão interpretados e aplicados conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos e de acordo com os Tratados, Convenções e Convênios Internacionais referentes à matéria ratificados pela Bolívia.⁶²

Ao se analisar a Constituição brasileira, é possível perceber um profundo comprometimento do Estado brasileiro com os valores e fundamentos do Direito Internacional. O Brasil possui, já no preâmbulo de sua Constituição, dispositivo que proclama o seu comprometimento na ordem internacional com a solução pacífica de controvérsias, demonstrando ser um Estado essencialmente pacífico e de boa vontade, o que representa um compromisso bastante peculiar do sistema internacional regional.

Por sua vez, no artigo 4º disciplina os princípios das relações internacionais destinados a conduzir suas ações na sociedade internacional, enumerando: a) a independência nacional; b) prevalência dos direitos humanos; c) autodeterminação dos povos; d) não-intervenção; e) igualdade entre os Estados; f) defesa da paz; g) solução pacífica dos conflitos; h) repúdio ao terrorismo e ao racismo; i) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; j) concessão de asilo político. Igualmente, em parágrafo único do referido artigo, é fixado o comprometimento do Estado brasileiro com a construção de uma comunidade latino-americana de nações.

Os princípios ali anunciados são uma reprodução dos princípios gerais da ONU, adicionados e adequados a outros valores regionais importantes, como o Asilo Político, a prevalência dos direitos humanos e o compromisso com a construção de

⁶² Este inciso foi introduzido pela Lei n. 2.410, de 8 de agosto de 2002, mas as reformas feitas no art. 6º pela mesma Lei foram revogadas pela Lei n. 3.089, de 6 de julho de 2005.

uma comunidade latino-americana de nações, o que denota bem o foco das relações políticas do Estado brasileiro voltado essencialmente para a América Latina.

Cabe observar que, em que pese o comprometimento do Estado brasileiro com um conjunto normativo ideológico bastante expressivo do Direito Internacional, existe uma distorção entre a boa qualidade das normas programáticas e principiológicas e as minguadas regras objetivas, que disciplinam a celebração de tratados e especificamente a ação brasileira no plano internacional, obrigando os juristas a contorcionismos doutrinários quanto à interpretação e aplicação de normas internacionais perante o Direito interno.

A Constituição de Cuba volta-se textualmente contra o imperialismo, invocando sua aspiração pela paz, a dignidade baseada no respeito à independência e soberania dos povos e no direito à autodeterminação, não importando a dimensão geográfica ou política dos Estados. Preceitua também que suas relações internacionais se fundamentam nos seguintes princípios: a) igualdade de direitos; b) livre determinação dos povos; c) integridade territorial; d) independência dos Estados; e) cooperação internacional em benefício e interesse mútuos e eqüitativos; f) solução pacífica de controvérsias em pé de igualdade e respeito; g) os demais princípios proclamados na Carta das Nações Unidas e em outros tratados internacionais dos quais Cuba faça parte, inclusive a integração com os países da América Latina e do Caribe.

A Constituição vai ainda mais longe e de forma pedagógica institui um mecanismo de ação no plano internacional delimitando os temas e as expressões utilizadas como princípios: 1) propõe o desenho de uma política de relações internacionais não só para Cuba, mas também para todos os países do Terceiro Mundo, diante da política imperialista e neocolonialista que visa à limitação ou

subordinação da soberania dos povos e a agravar as condições econômicas de exploração e opressão das nações subdesenvolvidas; 2) condena o imperialismo, responsável por todas as manifestações fascistas, colonialistas, neocolonialistas e racistas, como principal força de agressão e de guerra e como o pior inimigo dos povos; 3) repudia a intervenção, direta ou indireta, nos assuntos internos ou externos de qualquer Estado e, da mesma forma, a agressão armada, o bloqueio econômico, assim como qualquer outra forma de coação econômica ou política, a violência física contra pessoas residentes em outros países, ou outra forma de interferência ou ameaça à integridade dos Estados e dos elementos políticos, econômicos e culturais das nações; 4) rechaça a violação do direito irrenunciável e soberano de todo Estado em regular o uso e benefícios das telecomunicações em seu território, conforme a prática universal e os convênios internacionais; 5) qualifica como crime internacional a guerra de agressão e de conquista; reconhece a legitimidade das lutas pela libertação nacional, assim como a resistência armada à agressão, e considera como seu dever internacional solidarizar-se com o agredido e com os povos que lutam por sua libertação e autodeterminação; 6) reafirma suas relações com os países que edificam o socialismo na amizade fraternal, na cooperação e na ajuda mútua, baseadas nos objetivos comuns da construção de uma nova sociedade; 7) mantém relações de amizade com os países que, mesmo tendo um regime político, social e econômico diferente, respeitam a soberania, observando as normas de convivência entre os Estados, se atêm aos princípios de convivência mútua e adotam uma atitude recíproca com seu país.

Mais direta impossível, pois é possível ler nas entrelinhas dos dispositivos constitucionais cubanos, a política de resistência e de oposição de Cuba à política estadunidense, passando a idéia de que foi redigida com esse claro propósito.

No Chile, apesar da Reforma Constitucional de 2005, muito pouco está consignado em termos de comprometimento com valores e princípios do Direito Internacional. As normas concentram-se em enaltecer a soberania do Estado chileno, que só pode ser limitada, segundo o artigo 5º, pelo “respeito aos direitos fundamentais que emanam da natureza humana”, direitos estes tão caros ao povo chileno em razão do regime repressor de governo que imperou nos anos de ditadura militar.

Já o Equador possui uma Constituição que traduz claramente o sentimento das relações internacionais no âmbito regional, segundo a abordagem do presente trabalho. No artigo 4º, o dispositivo proclama que o Estado equatoriano, em suas relações com a comunidade internacional: 1) proclama a paz e a cooperação como meios de convivência e a igualdade jurídica dos Estados; 2) condena o uso da ameaça e da força como modo de solução de conflitos, e não reconhece o conflito bélico como fonte de direito; 3) declara que o Direito Internacional é norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas e incentiva a solução de controvérsias por meios jurídicos e pacíficos; 4) apóia o desenvolvimento da comunidade internacional, a estabilidade e o fortalecimento de seus organismos; 5) promove a integração, em especial a andina e latino-americana; 6) rechaça toda forma de colonialismo, neocolonialismo, discriminação/segregação, reconhece o direito de autodeterminação dos povos, assim como o direito de se libertar de sistemas opressivos.

No artigo 5º prevê também a possibilidade de o Estado do Equador formar associações com um ou mais países para a promoção e defesa dos interesses nacionais e comunitários. No artigo 18 estabelece a primazia das regras internacionais e a sua aplicabilidade imediata no ordenamento jurídico interno, perante qualquer juiz, tribunal ou autoridade. E, no artigo 29, proclama o comprometimento do Estado do Equador com um dos notórios princípios de Direito

Internacional caracteristicamente gestados na América Latina, dando o direito aos equatorianos perseguidos por crimes políticos de pedir asilo e exercê-lo em conformidade com a lei e convênios internacionais, reconhecendo, por fim, o direito de asilo dos estrangeiros.

O texto constitucional equatoriano deve ser valorizado e reconhecido como um modelo de comprometimento estatal com as regras internacionais para outros Estados da América Latina que carecem de um sistema constitucional eficaz e que possuem um conjunto normativo constitucional débil e silente na matéria, que não condiz com as tradições regionais.

A Guatemala possui em sua Carta Magna dispositivos de caráter mais geral e menos objetivo no que tange aos princípios das relações internacionais, comprometendo-se que regulará suas relações com outros Estados em conformidade com os princípios, regras e práticas internacionais, com o propósito de contribuir para a manutenção da paz e da liberdade, do respeito e defesa dos direitos humanos, do fortalecimento do processo democrático e das instituições internacionais que garantam o benefício mútuo e eqüitativo entre os Estados. O país declara também que manterá relações de amizade, solidariedade e cooperação com aqueles Estados cujo desenvolvimento econômico, social e cultural seja análogo ao seu, com o propósito de encontrar soluções apropriadas para seus problemas comuns e de formular, conjuntamente, políticas a favor do progresso das respectivas nações.

Por outro lado, no artigo 150, a Constituição da Guatemala faz elogiável menção a sua participação na comunidade centro-americana de Estados, comprometendo-se a manter e cultivar as relações de cooperação e solidariedade com os demais Estados que formarão a Federação da América Central, no sentido de adotar as medidas adequadas para pôr em prática, total ou parcialmente, a união política ou

econômica da América Central com o comprometimento de fortalecer a integração econômica centro-americana com base na equidade.

A Constituição do México, por sua vez, também traz em seu artigo 89, X, um dispositivo expresso que fala do comprometimento, não do Estado, mas de seu presidente, na condução da política internacional, no sentido de observar os seguintes princípios normativos: a) a autodeterminação dos povos; b) a não-intervenção; c) a solução pacífica de controvérsias; d) a proibição da ameaça e do uso da força nas relações internacionais; e) a igualdade jurídica entre os Estados; f) a cooperação internacional para o desenvolvimento; g) a luta pela paz e pela segurança. O dispositivo é bastante semelhante ao conjunto de princípios brasileiros e segue o pragmatismo nas relações internacionais pela identidade com aqueles estabelecidos pelas Nações Unidas.

A Nicarágua estabelece que são direitos irrenunciáveis da nação nicaragüense no plano internacional: a) a independência; b) a soberania; c) a autodeterminação nacional; e consagra a d) não-intervenção, invocando para tanto o direito do seu povo de defender com armas em mãos, se necessário, a independência e autodeterminação nacional; firma ainda seu e) comprometimento com a defesa pela paz, condenando todo tipo de dominação ou exploração colonialista e imperialista; invocando o princípio da f) solidariedade com todos os povos que lutam contra a opressão e a discriminação. A Nicarágua fundamenta suas relações internacionais no princípio do g) não-alinhamento, na busca pela paz e no respeito à soberania de todas as nações, opondo-se, dessa forma, a qualquer forma de discriminação, autoproclamando-se anticolonialista, antiimperialista e anti-racista, rechaçando toda subordinação de um Estado a outro.

Cabe destacar ainda o compromisso da Nicarágua com o reconhecimento dos: h) direitos inerentes à pessoa humana, do irrestrito respeito, promoção e proteção dos direitos humanos e da plena vigência dos direitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU e na Convenção Americana de Direitos Humanos e Organização dos Estados Americanos.

Todos os dispositivos elencados possuem forte conotação relacionada à história política da Nicarágua, que como já apresentado no primeiro capítulo, foi bastante tumultuado, sobretudo pela ação de Estados hegemônicos que financiavam o conflito entre os grupos políticos locais, o que levou a uma longa guerra civil e à instabilidade e tensão política permanentes.

A República do Panamá declara textualmente aceitar as normas internacionais e, com isso, acaba por reconhecer o Direito Internacional, declarando ainda a igualdade de direitos entre os panamenhos e os estrangeiros, mas adverte que poderá, por motivos de trabalho, salubridade, moralidade, segurança pública e economia nacional, negar ou subordinar a condições especiais o exercício de determinadas atividades aos estrangeiros em geral. Da mesma forma que declara que o país poderá, por meio da lei ou de suas autoridades, de acordo com as circunstâncias, tomar medidas que afetem exclusivamente os nacionais de determinados países, em caso de guerra ou em conformidade com o estabelecido em tratados internacionais. São dispositivos negativos de princípios que fornecem exceções perigosas ao melhor Direito, pois é óbvio que o Estado panamenho possui esses direitos de acordo com seus interesses soberanos, mas a sua invocação textual

acaba por relaxar a ação política e legitimar ações contrárias aos princípios do Direito Internacional originados de uma longa conquista da sociedade internacional.

O Estado do Paraguai declara, na Constituição de 1992, explicitamente seu comprometimento com o Direito Internacional e proclama os seguintes princípios nas suas relações internacionais: a) a independência nacional; b) a autodeterminação dos povos; c) a igualdade jurídica entre os Estados; d) a solidariedade e cooperação internacionais; e) a proteção internacional dos direitos humanos; f) a livre navegação nos rios internacionais; g) a não-intervenção; h) a condenação de toda forma de ditadura, colonialismo e imperialismo. Cabe observar que no referido dispositivo, inteligentemente, o legislador paraguaio estabeleceu diferença entre os princípios da cooperação e da solidariedade e incluiu como princípio a livre navegação dos rios, particularmente em razão de suas tradições.

No artigo 144, da sua Constituição, a República do Paraguai renuncia à guerra ao mesmo tempo em que sustenta o princípio da legítima defesa, invocando a compatibilidade do princípio com os direitos e obrigações do país em seu caráter de membro da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, ou como parte em tratados de integração.

É no artigo 145, contudo, que a Constituição paraguaia surpreende ao aceitar um sistema normativo supranacional, desde que em condições de igualdade com outros Estados, admitindo, assim, uma ordem jurídica supranacional que garanta a vigência dos direitos humanos, da paz, da justiça, da cooperação e desenvolvimento político, econômico, social e cultural, desde que tal decisão seja adotada pela maioria absoluta de cada Câmara do Congresso. De qualquer forma, apesar da sua limitação é um instrumento valioso, principalmente em um processo de integração econômica nos moldes do Direito Comunitário.

A Constituição do Peru, de 1993, traz uma disposição transitória bastante abrangente e que pode dar margem a várias interpretações jurídicas sobre a matéria ao enunciar que as normas relativas aos direitos e liberdades reconhecidos pela Constituição serão interpretadas em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com os tratados e acordos internacionais sobre a mesma matéria ratificados pelo Peru.

O sistema constitucional do Suriname, disciplinado no ano de 1987, proclama os princípios das relações internacionais no artigo 7º e anuncia que: a) a República do Suriname reconhece e respeita o direito de autodeterminação dos povos e independência nacional baseada na igualdade, soberania e mútuo benefício; b) a República do Suriname promove o desenvolvimento da ordem jurídica internacional e apóia a solução pacífica de conflitos internacionais; c) a República do Suriname rejeita todo tipo de agressão armada, pressão política ou econômica, assim como qualquer intervenção direta ou indireta nos assuntos domésticos de outros Estados; d) a República do Suriname estimula a solidariedade e cooperação com outros povos no combate ao colonialismo, neocolonialismo, racismo, genocídio, e em prol da libertação nacional, paz e progresso social; e) a República do Suriname é a favor da participação em organizações internacionais com o intuito de estabelecer a coexistência pacífica, paz e progresso da raça humana.

O Uruguai é detentor de uma excelente e tradicional escola de internacionalistas e uma academia bastante dinâmica e pródiga no estudo do Direito Internacional. Os princípios presentes na Carta uruguaia, no entanto, são poucos e não condizem com a dinâmica doutrinária uruguaia, com destaque para o artigo 6º, que prevê que todas as diferenças surgidas entre as partes contratantes serão decididas pela arbitragem ou outro meio pacífico nos tratados internacionais por ele

celebrados. A República buscará a integração social e econômica dos Estados latino-americanos, especialmente no que se refere à defesa comum de seus produtos e matérias-primas. Deste modo, proporá a efetiva complementação de seus serviços públicos.

Por sua vez, a Constituição da Venezuela, de 1999, é um primor no que respeita ao resgate do movimento bolivarista e do capital acumulado pelo sistema de Direito Internacional na América Latina. A própria Constituição já se intitula envolta pelos princípios de Bolívar, e vale a pena destacar as seguintes regras que orientam as relações internacionais venezuelanas no artigo 152, o qual prescreve que as relações internacionais da República respondem às finalidades do Estado em função do exercício da soberania e dos interesses do povo; elas são regidas pelos princípios da independência, igualdade entre os Estados, autodeterminação e não-intervenção em seus assuntos internos, solução pacífica dos conflitos internacionais, cooperação, respeito aos direitos humanos e solidariedade entre os povos na luta por sua emancipação e pelo bem-estar da humanidade. A República manterá a mais firme e decidida defesa a estes princípios e a prática democrática em todos os organismos e instituições internacionais.

Outro dispositivo anunciado é que a Venezuela promoverá e favorecerá a integração latino-americana e caribenha, incentivando a criação de uma comunidade de todas as nações defendendo os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais da região. A República poderá assinar tratados internacionais que unam e coordenem esforços para promover o desenvolvimento comum de nossas nações, e que garantam o bem-estar dos povos e a segurança coletiva de seus habitantes. Para tais fins, o país poderá atribuir, mediante tratados, o exercício das competências necessárias a organizações internacionais a fim de alcançar este

processo de integração. Dentro das políticas de integração e união da América Latina e do Caribe, a República privilegiará as relações com a Ibero-América, procurando manter uma política comum de toda a América Latina. As normas adotadas durante os acordos de integração serão consideradas parte constitutiva do ordenamento legal vigente e de aplicação direta e preferencial à legislação interna.

Como se pôde observar, em sucinta análise, os países da América Latina, além de atuarem no plano internacional para a consolidação das regras de Direito Internacional, também possuem, com raríssimas exceções,⁶³ um sistema constitucional normativo que consagra nos seus ordenamentos, em suas normas fundamentais, dispositivos que comprometem os Estados na condução desses princípios.

Pelo exposto é possível concluir que o conjunto normativo de Direito Internacional, como ideal de justiça interestatal está arraigado, e encarnado nos Estados da América Latina, os quais fundamentalmente possuem um *animus* estatal, materializado nas normas constitucionais, no sentido de se conduzirem de acordo e em observância às regras de Direito Internacional.

Os Estados latino-americanos contribuíram indubitavelmente para a formação doutrinária do Direito Internacional, expondo suas ações, costumes, regras e modelos para a sociedade internacional, e, ao mesmo tempo, consolidaram no seu sistema jurídico normativo interno os mesmos valores e práticas, garantindo, assim, a sobrevivência do sistema jurídico latino-americano, pelo comprometimento dos Estados, fazendo da América Latina um ambiente rico e dinâmico em matéria de produção e observância das regras de Direito Internacional.

⁶³ Deixou-se propositalmente de se fazer menção à Constituição da Guiana Francesa pelo fato de a mesma estar submetida à Constituição da França, e também a Guiana, Costa Rica, Honduras, El Salvador e Jamaica pelo fato de, infelizmente, as suas Constituições não fazerem, em nenhum momento, referência aos princípios que regem suas relações internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese, embora tenha procurado realizar uma abordagem o mais ampla possível e tenha sido rigidamente fiel às suas fontes, não tem a pretensão de ser um estudo pronto e acabado sobre a interação da América Latina no Direito e nas Relações Internacionais. Outras perspectivas, outros argumentos históricos e jurídicos, novos acontecimentos certamente poderão reforçar o argumento central da tese defendida, o de que efetivamente a América Latina contribuiu significativamente com a formação doutrinária do Direito Internacional, especialmente o Princípio da Solidariedade entre Estados, fornecendo-lhe institutos, princípios, regras e modelos jurídicos.

É de se observar, todavia, que qualquer estudo sobre a América Latina envolvendo uma análise histórica, sociológica, cultural, política e jurídica é extremamente rico e instigante, mas paradoxalmente, em alguns momentos, mostra-se contraditório, com referências distorcidas, argumentos científicos conflituosos, em decorrência sobretudo da escassa pesquisa de qualidade e do debate quase inexistente sobre o tema, o que se torna um desafio ainda maior quando alguém se propõe, como é o caso presente, a construir um novo discurso científico, a lançar-se em uma pesquisa inédita que exige sistematicidade e organização para a consecução dos objetivos iniciais.

De qualquer forma, ao se trabalhar com diversos elementos, com múltiplos campos de análise, pôde-se contextualizar, de forma mais ampla e profunda, fenômenos que induzem e permitem entender a América Latina não só em um contexto regional geográfico, histórico ou político, mas sobretudo jurídico, que é

resultado de uma conjunção desses vários elementos que se desenvolvem em um dado ambiente, o que robusteceu a pesquisa e lhe forneceu conteúdo.

No primeiro capítulo a pesquisa, ao realizar uma análise histórica e geográfica, dos mecanismos informadores da concepção do Direito e das relações internacionais entre os Estados, tenta demonstrar as raízes históricas de uma política internacional de dominação e colonialismo que contaminou as relações contemporâneas; na geografia latino-americana, as suas divisões e comunhão de ideais, os conflitos territoriais, associativismos, experiências regionais que levaram à partilha de ideais comuns. Ao se analisar as relações internacionais, ficaram evidenciadas, num contexto mais amplo das relações mundiais, a submissão latino-americana a um contexto mundial e sua dependência da política externa internacional de nações hegemônicas e a atitude passiva dos Estados latino-americanos diante dessa realidade. Tudo isso levou ao desenvolvimento de um Direito como um instrumento de defesa, como alternativa pacífica à dominação, em vez de instrumento de manipulação e submissão de outros povos, o que fundamentalmente atuou para a construção de uma perspectiva própria regional de Direito Internacional.

Na perspectiva da presença de elementos do Direito Internacional na América Latina inserta no segundo capítulo, a partir de uma análise jurídica pôde-se deparar com os debates doutrinários sobre a existência de um Direito Regional Americano, os mesmos debates que acabaram por dissolver a construção filosófica de um sistema normativo de Direito Internacional Regional, bastante evidente hoje com a sistematização do Direito Comunitário. Apesar disso, mesmo na proposta da construção de um Direito Regional Americano, existiam incongruências entre os conceitos jurídicos dos atores envolvidos, que acabaram por obstruir a construção

de um sistema normativo coeso, opondo os Estados Unidos ao mundo. Enquanto estes agiam mediante uma política internacional de vocação unilateral, por meio da Doutrina Monroe e de discursos de seus líderes, a América Latina baseava-se num Direito de Solidariedade Estatal, cujas idéias ficaram expressas nos institutos e mecanismos jurídicos criados a partir do Congresso do Panamá, em 1826, e pela atuação política e diplomática dos Estados, o que revela sobremaneira a coesão de um sistema formado por países latino-americanos.

No terceiro capítulo debateu-se a formação de regras e a sua influência sobre a ação dos Estados no plano internacional. O estudo foi focalizado sob a perspectiva da contribuição da América Latina como inspiradora de valores, normas e regras que influenciam a ação de outros Estados no âmbito internacional, buscando princípios do Direito Internacional latino-americanos, ou, em outras vezes, a ação dos países da América Latina para a consolidação de princípios. A propósito, é de se reforçar a advertência já feita no referido capítulo: haja vista o fenômeno de multiplicação e especificidade de princípios para cada ramificação normativa, outros princípios idealizados na América Latina, que não foram citados, podem ser lembrados, pois são bastante próximos do objeto de estudo do pesquisador, mas para uma perspectiva do Direito Internacional Público, como sistema geral proposto na tese, têm pouca relevância.

No quarto capítulo foi trabalhado o objeto específico da tese, o Princípio da Solidariedade, sua construção histórica e cultural na América Latina, seus contornos, sua dimensão e conteúdo. Além disso, como forma de valorar sua inserção nas relações internacionais, trabalhou-se o Princípio como embaixador do sistema internacional contemporâneo.

É de se ressaltar, complementarmente, que outros elementos evidenciam a contribuição latino-americana para a formação do Direito Internacional e, embora fora da perspectiva sistemática proposta, não podem ser esquecidos. Como exemplo, pode ser citado o Tratado de Tlatelolco, para a proscrição de armas nucleares na América Latina, firmado em 1967, que antecedeu em mais de um ano o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, celebrado universalmente; a atuação nas negociações diplomáticas que a política latino-americana teve em conferências e foros internacionais, como ocorreu na Liga das Nações entre 1919 e 1926,¹ contribuindo para o surgimento de princípios e institutos do Direito Internacional.² Ressalte-se a contribuição nos debates na Corte Internacional de Justiça para a construção da “Cláusula Facultativa de Jurisdição Voluntária”, que acabou se transformando num princípio para a solução pacífica de controvérsias; da “Cláusula da Mobilidade”, no sistema geral de preferências discutido no âmbito da UNCTAD. Na vigência do GATT, a ação dos países latino-americanos contribuiu para aprovar na rodada Tóquio em 1979 a “Cláusula de Habilitação” que beneficiou sobretudo os países em desenvolvimento, e na OMC, a diplomacia lutou pela quebra de patentes, o que trouxe à lume uma nova visão sobre as relações comerciais. Enfim, nos mais variados foros internacionais, fora do sistema regional, a diplomacia latino-americana tem contribuído enormemente para a consolidação da idéia do Direito, influenciando, liderando e apontando soluções. Há que se lembrar ainda os

¹ GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

² Conforme faz referência Raul Pederneiras à postura e contribuição da diplomacia latino-americana em foros internacionais: “Na Conferência Pan-Americana de Washington (1889), Saens Peña, preclaro Delegado da Argentina, lançou contra o lema ‘a América para os americanos’, a divisa muito mais ampla: a América pela humanidade”. A atitude de Rui Barbosa na Conferência de Haia (1907), conforme já contado, exaltou esse nobre princípio de igualdade dos Estados perante o Direito Internacional (PEDERNEIRAS, Raul. *Direito internacional compendiado*. 12. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1961. p. 76).

esforços empreendidos para a solidificação e harmonização do Direito Internacional Privado, por meio das CIDIPs, as seguidas conferências interamericanas que inclusive promoveram entre os países da região a harmonização do Direito Internacional Privado e do Direito Privado de cada Estado³, e ainda, da mais ousada tentativa de unificação normativa na América Latina intentada mediante o Código de Bustamante, celebrado em Havana em 1928.

Em suma, o trabalho foi articulado em linha de raciocínio subdividida em quatro capítulos: a) fundamentos, descrição histórica de fenômenos e sistematização das relações internacionais na América Latina; b) arcabouço normativo, doutrinas e conjunto de fenômenos e sistematização de regras; c) valores e princípios das regras do Direito Internacional na América Latina e; d) o Princípio da Solidariedade e sua individualização a partir de sua positivação nas relações entre Estados da América Latina. Essa trajetória da pesquisa oportunizou visualizar a elaboração de um conjunto de ações dos Estados tendentes à construção do Direito Internacional, permitindo perceber a América Latina como modeladora das relações jurídicas internacionais contemporâneas.

Assim, cabe trazer à lume, porque oportuno, um documento de grande relevância e que reforça o argumento desenvolvido ao longo desta tese, visto que é expressão da sociedade internacional institucionalizada. A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida no dia 17 de dezembro de 1976, decidiu promover uma sessão plenária comemorativa e especial para render homenagem ao libertador Simón Bolívar por ocasião do sesquicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá. Dela resultou a Resolução nº 31/142,

³ CASELLA, Paulo Borba; ARAÚJO, Nadia de (Coords.). *Integração jurídica interamericana: as convenções interamericanas de direito internacional privado (CIDIPs) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998.

reconhecendo na ocasião que o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua, assinado no Panamá em 15 de julho de 1826, refletiu um espírito universalista, encarnado atualmente nas Nações Unidas. Ao render homenagem a Simón Bolívar reconhece em seu segundo ponto, textualmente: “Que o Congresso Anfictiônico do Panamá representa o mais relevante e denodado ensaio unionista no plano internacional do século XIX com caracteres ecumênicos, em antecipação e coincidência com os objetivos do sistema das Nações Unidas.”⁴

A ONU, por representar e expressar a opinião de mais de 190 Estados soberanos, em seu foro mais representativo – a Assembléia Geral, acaba por ratificar a presente tese, ou seja, de que o Direito Internacional foi influenciado pelas relações internacionais desenvolvidas na América Latina a partir da independência dos Estados da região e que a América Latina contribuiu para a formação de princípios, normas, institutos e regras que serviram de inspiração para a construção do Direito Internacional, cujo marco foi o Congresso do Panamá, em 1826, com base no Princípio da Solidariedade. Desde então, propiciou que doutrinariamente os países latino-americanos não ficassem à margem do sistema internacional herdado, mas passassem a ser atores importantes e determinantes para a construção da noção de justiça internacional, da igualdade entre as nações, da solução pacífica entre os povos, do não-intervencionismo, da autodeterminação dos povos e da solidariedade entre os Estados, para a busca da paz mundial, que é a pedra angular do Direito Internacional contemporâneo.^{5, 6}

⁴ Resolução n. 31/142 da Assembléia Geral das Nações Unidas. 103ª Sessão Plenária, 17/12/1976.

⁵ CERETTI, Carlo. *Panamericanesimo e diritto internazionale*. Milano: A. Giuffrè, 1939. p. 176ss.

⁶ SCHUCKING, Walter. Le développement du pacte de la société des nations. *Reueuil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 20, 1927. p. 441.

CONCLUSÃO

A partir da análise do desenvolvimento histórico da América Latina foi possível visualizar que, desde a invasão européia, passando pela formação e consolidação dos Estados da latino-americanos, até os dias atuais, foram desenvolvidos vínculos de submissão às metrópoles e mais tarde ao poder de Estados hegemônicos, muitas vezes como resultado natural de um estado letárgico gerado pela própria endemia histórica de dependência colonial, com a concordância e subserviência conivente das elites, por meio do poder local instituído.

Por sua vez, o sistema normativo constituído a partir das relações internacionais na América Latina foi um reflexo e resultado da sua própria história, da necessidade de afirmação de sua soberania, da estratégia de estabelecer inicialmente laços de solidariedade para a defesa, como um problema comum a todos os Estados da região, de uma mesma realidade, cultural, econômica, política pós-independência, o que facilitou o desenvolvimento de institutos que foram empregados para regular a relação característica dos países da região.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que os países da América Latina estabeleceram mecanismos jurídicos e consolidaram um processo de aproximação e aliança, dentro de um marco de solidariedade regional, no plano externo — fora do quadro regional —, movidos pela necessidade do reconhecimento da sua soberania e afirmação perante a sociedade internacional, os Estados, individualmente, acabaram por estabelecer vínculos de dependência – militar, econômica e política com Estados hegemônicos. Isso gerou (às vezes mais, às vezes menos) uma política internacional quase sempre pautada por um alinhamento incondicional. Fator marcante das relações internacionais regionais é a forte influência dos Estados

Unidos sobre a política externa regional, caracterizada de forma mais extrema pelo intervencionismo quando tem seus interesses contrariados, o que macula um conjunto de institutos jurídicos produzidos no plano regional. Essa forte influência tem início com a proposta dos Estados Unidos de criação de um sistema pan-americano, em 1889, o qual, em certa medida, se arrasta até os dias atuais, por meio do sistema interamericano, representado por um conjunto de instituições, tratados e organizações internacionais firmados e estabelecidos regionalmente.

Nesse contexto, em função dessa realidade, gerada desde o sistema colonial, desenvolveu-se nas relações internacionais um quadro endêmico de dependência e subordinação, muitas vezes tolerada pelo Direito Internacional, pela assinatura de tratados ou por atos diplomáticos. Essa dependência estrutural nas relações desenvolvidas no plano internacional teve repercussões políticas e ideológicas sobre a América Latina como um todo, o que caracterizou um quadro paradigmático de dependência nas relações internacionais.

Por conseguinte, e como resultado do desenvolvimento das Relações Internacionais, o Direito Internacional na América Latina surge após a independência dos países da região, que deixam o *status* de colônia e passam a se relacionar como atores da sociedade internacional. Paradoxalmente, seus mecanismos e institutos se caracterizaram em grande parte pela originalidade, posto que foram criados de forma independente, com mecanismos personificados na realidade regional que se amoldava, até então desconhecidos da sociedade internacional, oferecendo, por isso, novos institutos para o Direito Internacional.

O Congresso do Panamá, realizado em 1826, foi o ponto de partida para a construção doutrinária e sistemática da teoria de um Direito Internacional Regional e deu especial contribuição para a ampliação dos institutos jurídicos do Direito

Internacional, pois assentou as bases que determinariam e disciplinariam as relações internacionais regionais, bem como dos Estados da região perante o Sistema Internacional, fornecendo, em razão dessa dinâmica, um conjunto de institutos jurídicos que são reconhecidos e aplicados pelo Direito Internacional contemporâneo. Eles inclusive traduziam, já naquele tempo, um espírito universalista que antecedeu os modelos de sociedades interestatais instituídos pela sociedade internacional contemporânea nas mais variadas organizações internacionais.

Como contribuição ao Direito Internacional, o Congresso do Panamá trouxe consigo uma nova modalidade de aliança entre Estados que até então não existia materialmente na sociedade internacional, com vocação universalista assentada na solidariedade. Construiu princípios importantes para a paz, como a solução pacífica de controvérsias como primeira e imediata medida diante da existência de conflitos, a defesa coletiva como ação conjunta dos Estados perante uma agressão externa, entre outros valores implícitos no “Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua”, elaborado ao final da referida Conferência.

A partir do Congresso do Panamá intensificaram-se as relações internacionais regionais que serviram de base para o surgimento do regionalismo contemporâneo. Em função dessa dinâmica, emergiu um conjunto de institutos originais insertos em teses e doutrinas regionais que influenciaram a construção do conjunto normativo do Direito Internacional, como a “Cláusula Calvo”, a “Doutrina Drago”, a “Doutrina Tobar”, a “Doutrina Estrada”, a “Doutrina Blum”, o “Pacto Saavedra-Lamas”. Além disso contou também com o aperfeiçoamento de institutos como o Asilo Político e diplomático, o sistema do *uti possidetis* para resolver conflitos fronteiriços, e a proibição do uso de força contra territórios de outros Estados, sem contar a

sistematização de um conjunto de organizações regionais de todas as formas, como a OEA, o MERCOSUL, a ALADI, a CASA, entre outras.

Além de ser um manancial de teses e regras jurídicas internacionais, a América Latina, como região geopolítica, foi desde sempre, um ambiente fértil para o desenvolvimento, aplicação e reconhecimento de institutos e regras do Direito Internacional. Vislumbra-se um quadro de comprometimento com o sistema jurídico internacional que se identifica na compreensão de uma sociedade mundial pautada por regras que disciplinam a coexistência pacífica entre os povos com base na igualdade entre os Estados, a partir da valorização das relações diplomáticas entre eles, da adoção de mecanismos jurídicos pacíficos para a solução de controvérsias, como a arbitragem e a submissão à Corte Internacional de Justiça e a tribunais especializados, pela maciça participação dos países em organizações internacionais, com vocação ora regional, ora universal, pelo reconhecimento de institutos jurídicos importantes produzidos no plano internacional, como o princípio da não-intervenção, a autodeterminação dos povos e o respeito para com os direitos humanos.

Por outro lado, cabe uma observação importante para o deslinde das hipóteses levantadas e perquiridas durante o presente trabalho, que diz respeito à teoria da sistematização do Direito Americano e as bases jurídicas nas quais se assenta. O hispano-americanismo, o discurso do pan-americanismo, e depois o Sistema Interamericano, deram fôlego para a construção doutrinária do chamado Direito Internacional Americano. Existe, no entanto, uma inexatidão conceitual desencadeada pela atuação dos atores que compõem o quadro regional e que acabam por dissolver a idéia de um sistema genuinamente regional, dissolvendo, assim, sua rigidez sistêmica. Os Estados Unidos, ao liderar e propor a criação de

uma união pan-americana e um Sistema Interamericano, o fizeram capitalizando os institutos já desenvolvidos regionalmente, a partir do Congresso do Panamá e da atuação diplomática dos Estados, que por isso já estavam arraigados na cultura regional dos Estados latino-americanos, mas não pelos Estados Unidos nem pelo Canadá.

De qualquer forma deve-se destacar que, embora esteja alinhado ao chamado Sistema Interamericano, o sistema jurídico desenvolvido pelos Estados latino-americanos é profundamente incompatível, na essência, com a prática exercida pelos governos dos Estados Unidos e do Canadá, em razão da perspectiva embrionária do método e da formação das relações internacionais de cada uma dos atores envolvidos desde a colonização, passando por valores sociais, culturais e políticos construídos ao longo de sua história. Enquanto os Estados Unidos sempre buscaram uma política unilateral, de imposição de liderança, a partir da proclamação da *Doutrina Monroe*, na defesa de seus interesses e de uma postura intervencionista no plano regional, e imperialista no plano internacional geral, sempre levando em conta seus interesses e sua defesa. Por sua vez os Estados de origem hispânica e o Brasil desenvolveram uma outra concepção de relações entre os Estados, baseada na solidariedade, nos laços históricos, culturais e sociais, voltadas muito mais para as preocupações regionais e para resolução de questões internas e pela solidariedade internacional, que caracteriza a essência de suas relações externas.

Por isso, embora fosse proclamado e resgatado um conjunto de importantes institutos jurídicos, no momento oportuno de sua execução houve e ainda há um descompasso de perspectiva, traduzindo-se num composto de normas, na maioria das vezes ineficazes, levando a teoria da existência do pan-americanismo à inconsistência, pois os institutos regionais nunca foram empregados realmente em

defesa do conjunto de países da América. São institutos arraigados na cultura dos povos latino-americanos em razão de sua história, de sua realidade e de suas tradições, mas que não foram absorvidos pela cultura norte-americana, o que fica evidente pelo amplo descomprometimento daqueles Estados na recepção dos textos e tratados produzidos no quadro regional ou pelo não cumprimento dos tratados assinados.

Essa realidade ajuda a explicar em parte, e em um primeiro momento, porque aquele conjunto de institutos jurídicos emergentes e de grande relevância sistemática desenvolvidos na América Latina, acabou por diluir-se entre textos jurídicos e não se firmou como um verdadeiro sistema normativo: porque foram envolvidos pela construção doutrinária imperfeita, que foi obnubilada pela forte presença dos Estados Unidos e de seus objetivos mais amplos sobre a região, não permitindo assim a condensação da idéia de um Direito efetivamente aplicado, válido e eficaz no quadro regional, o que oportunizou um debate doutrinário equivocado sobre sua existência ou não, quando, na verdade, o próprio sistema deveria ter sido discutido. Deve-se acrescentar ainda outros fatores, como o próprio alinhamento dependente, político, militar, econômico e tecnológico dos Estados da América Latina no plano internacional; a falta de organização doutrinária e de pesquisa; a fragilidade da política interna dos Estados, que desencadeia um enfraquecimento da presença estatal no plano internacional; e, contemporaneamente, em razão da mundialização da sociedade internacional, um sistema global que absorve o local, fragmentando assim as manifestações locais.

Nesse quadro, para o estabelecimento de um novo parâmetro de relações internacionais na América Latina, que leve em conta as premissas basilares do Direito Internacional Regional, é preciso partir da leitura dessa realidade existente,

para que, não a ignorando, se possa fugir de um sistema dependente, e nele encontrar uma postura crítica que permita a instituição de um novo paradigma, a partir do resgate da afirmação dos valores construídos inicialmente na formação do pensamento estatal e interestatal e da realidade regional latino-americana. Assim sendo, aqueles importantes princípios surgidos na afirmação dos países da América Latina perante a comunidade internacional poderão ser resgatados dentro de um marco cultural característico, redimensionados, atualizados e ampliados no atual cenário internacional e na aplicação de regras de Direito Internacional, levando em conta a base principal do instrumento que norteia a relação entre os Estados, que sempre foi a solidariedade.

É possível, portanto, visualizar concretamente um Direito Internacional latino-americano, constituído por um conjunto de institutos, costumes, princípios, regras e normas que devem ser resgatados e cultivados por seus atores a partir das raízes de sua história, não do ponto de vista do sectarismo sistemático ou doutrinário, mas conformado e inserto no arcabouço normativo do Direito Internacional.

Em suma, diante de um conjunto de informações trazidas objetivamente pela pesquisa e pelo próprio reconhecimento da sociedade internacional, é possível concluir que o Direito Internacional contemporâneo possui elementos e foi construído, em parte, por influência do modelo das relações internacionais desenvolvidos na América Latina. Nesse propósito, oferece à sociedade internacional um conjunto de princípios, doutrinas e institutos que foram incorporados ao estudo doutrinário do Direito Internacional e de forma prática nos esquemas regionais de representação estatal que seguiram o modelo criado na América Latina, como foi o Princípio da Solidariedade que remoldou as relações internacionais e a sociedade como um todo a partir de sua posituação no continente

americano, tento inicialmente um sentido de fraternidade defensiva com base em laços de igualdade entre os Estados. Uma série de fatores econômicos, sociais e políticos no entanto, fez com que fosse mudado o sentido inicial do Princípio da solidariedade principalmente nas relações interamericanas. Contemporaneamente o princípio tem sido resgatado, no seu sentido inicial, para fundamentar as relações internacionais entre os Estados principalmente nos processo de integração regional, por outro lado contribui para o redimensionamento dessas relações à medida que a sociedade internacional se universaliza, conforme visto no último capítulo.

Complementarmente, além das conclusões aqui apresentadas, o estudo chama atenção para uma importante reflexão: a América Latina precisa deixar de olhar somente para o além-mar e voltar-se para si própria, para sua realidade, sua história, seus valores, suas iniciativas, seus trunfos. Durante anos os estudos realizados na América Latina focalizaram experiências, teorias, idéias de uma outra realidade, numa xenofilia nem sempre coincidente com a realidade vivida por seus povos.

Não se pretende aqui defender a idéia (seria desarrazoado e incongruente) de que se deva fechar as portas para o estudo de outros conhecimentos e outras experiências. Existem laços antropológicos profundos da América Latina com outros continentes e, contemporaneamente, uma realidade globalizada que encerra uma nova realidade, mas é necessário advertir para a necessidade de serem feitas em pesquisas voltadas para a história e para a realidade dos fenômenos latino-americanos, como uma forma de construir um verdadeiro espaço de identidade cultural e de desenvolvimento científico.

A América Latina precisa construir suas relações internacionais sem modelos ou padrões pré-estabelecidos, fugindo do paradigma da dependência. Dessa iniciati-

va depende seu presente cheio de contradições, seu passado acobertado, mas, sobretudo, substancialmente, o futuro de prosperidade que se deseja construir.

Simón Bolívar ousou propor modelos, fugir de padrões e, ao lançar as bases para um processo integracionista da região, mesmo pensando de forma contrária à elite de seu tempo, quando tudo parecia um sonho distante e inócuo, acabou por influenciar positivamente todo o modelo de relações internacionais entre os Estados da região e do mundo. A ação de Bolívar deve servir de inspiração, de luta e resistência contra o imperialismo, não como objeto de apropriação político partidária e panfletária, mas, sobretudo, pelo resgate da identidade latino-americana. O seu império, demarcado pelo idealismo e pela solidariedade entre os Estados, continua vivo na alma dos povos latino-americanos. Por isso estava certo quando escreveu sobre o tempo:

Sou o pai dos séculos...
os limites de meu império são demarcados
pelo infinito.
Para mim não há sepultura,
Sou mais poderoso do que a morte.
Eu vejo o passado,
o futuro eu vejo, e
pelas minhas mãos vai fluindo o presente.⁷

Que o passado da América Latina seja resgatado e preservado, que em decorrência disso seus valores sejam cantados para o mundo todo, que o seu presente seja a autodeterminação dos seus povos, que o futuro possa se mostrar tão vitorioso como o visualizou Bolívar, e que passado, presente e futuro fluam por suas próprias mãos, por seus livros, por seu próprio saber.

⁷ BOLÍVAR, Simón. Meu delírio sobre o Chimborazo. Simon Bolívar: *Escritos fundamentais*. Caracas: Monte Ávila, 1998. Ver também: <<http://www.analitica.com/biblioteca/bolívar/chimborazo>>.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando. *Tratado de direito internacional público*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, v. 1 e 2, 1956.

_____. *Manual de direito internacional público*. 11. ed. 9. tiragem, rev. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____; NASCIMENTO E SILVA, G.E. do. *Manual do direito internacional público*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

AHLF, Loretta Ortiz. *Derecho internacional público*. 2. ed. México: Oxford University Press-Harla México, 1998.

AKEHURST, Michael. *Introdução ao direito internacional*. Tradução de Fernando Ruivo. Coimbra: Livraria Almedina, 1985.

ALBERDI, Juan Bautista. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Hyspanamérica, 1988.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. A Alça na Política externa. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do; SANCHEZ, Michelle Ratton (Orgs.). *O Brasil e a Alca: os desafios da integração*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

_____; OLIVEIRA, Henrique Altemari (Coords.). *Alca: aspectos históricos, jurídicos e sociais*. São Paulo: FTD, v. I, 1998.

ALEIXO, José Carlos Brandi. O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: FUNAG, ano 43, n. 2, 2000.

ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Tradução de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Mercosul: fundamentos e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: LTr, 1998.

_____. *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVAREZ, Alejandro. *La reconstrucción del derecho de gentes*. El nuevo orden y la renovación social, 1952.

_____. *Lê panaméricanisme et la sixième Conférence Panaméricaine tenue à la havane en 1928*. Paris: Les Éditions Internationales, 1928.

_____. *Lê droit international Américan*. Paris: Pedone, 1910.

ALVES, José Augusto Lindgren. *A arquitetura internacional dos direitos humanos*. São Paulo: FTD, 1997.

AMADOR, F. V. Garcia. A contribuição da América Latina para o desenvolvimento do Direito do Mar. In: *Curso de direito internacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

AMÉRICA DO SUL. *Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

ANDERSON, Perry. *A civilização e seus significados*. Tradução de Leda Maria Paulani e Fernando Haddad. São Paulo: Bomtempo, 1997.

ANDRADE, Agenor Pereira de. *Manual de direito internacional público*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1987.

_____. *O direito internacional público*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1975.

ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de derecho internacional público*. 5. ed. Buenos Aires: Libreria y Editorial "La Facultad", 1951.

ARAÚJO, Luiz Ivani de Amorim. *Da globalização do direito internacional público: os choques regionais*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2000.

_____. *Curso de direito internacional público*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ARECHAGA, Eduardo Jimenez de (Coord.). *Derecho internacional publico*. 2. ed. Montevideu: Fundação de Cultura Universitária, v. 5, 1996.

_____. *Curso de derecho internacional público*. Montevideu, v. II, 1961.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Contraponto, 2002.

ATKINS, G. Pope. *Latin América in the International Political System*. 3. ed. Boulder, Colo: Westview, 1995.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

BALASSA, Bela. *Teoria da integração econômica*. Tradução de Maria F. Gonçalves e Maria E. Ferreira. Lisboa: LCF, 1972.

BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BAPTISTA, Luis Olavo. *O Mercosul, suas instituições e ordenamento jurídico*. São Paulo: LTr, 1998.

_____; FONSECA, José Roberto Franco. *O direito internacional no terceiro milênio: estudos em homenagem ao prof. Vicente Marotta Rangel*. São Paulo: LTr, 1998.

_____. Impacto do Mercosul sobre o sistema legislativo brasileiro. Mercosul: das negociações à implantação. In: BAPTISTA, Luis Olavo; MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Mercosul: das negociações à implantação*. São Paulo: LTr, 1994.

_____; MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CASELLA, Paulo Borba (Orgs.). *Mercosul: das negociações à implantação*. São Paulo: LTr, 1994.

BARBERIS, Julio A. *Formación del derecho internacional*. Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 1994.

BARBOSA, Rubens Antônio. *América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

BARBOZA, Julio. *Derecho internacional público*. Buenos Aires: Zavalia, 2003.

BARRAL, Welber. *O Brasil e o protecionismo*. Curitiba: Juruá, 2002.

BASSO, Maristela. *Mercosul: seus efeitos políticos e econômicos nos Estados membros*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

BASTOS, Celso Ribeiro; TAVARES, André Ramos. *As tendências do direito público no limiar de um novo milênio*. São Paulo: Saraiva, 2000.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Caderno Dívida Externa*. 2. ed. São Paulo: PEDEX, n. 6, 1994.

BAUER, Carlos Garcia. *Universalismo y panamericanismo*. Editorial Universitária, Universidade de San Carlos de Guatemala, 1968.

BEDIN, Gilmar Antônio et al. *Paradigmas das relações internacionais: idealismo-realismo-dependência-interdependência*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2000.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BETHELL, Lislie (Org.). *História da América Latina*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

BETIOL, Laércio F. *Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

BEVILAQUA, Clovis. *Direito público internacional*. 2. ed. v. I, 1939.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1999.

_____. et al. *Dicionário de política*. Tradução Carmem Varrialle C. et al. 5. ed. Brasília: UNM, 1993.

_____. *A era dos direitos*. 11. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOEGNER, Marc. La solidarité des nations. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 6, 1925.

BOLÍVAR, Simón. *Escritos fundamentales*. Caracas: Monte Ávila, 1998.

_____. *Obras completas*, I. 2. ed. Havana, 1950.

BONFIM, Manuel. *América Latina: males de origem*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. *O ABC do direito comunitário*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2000.

_____. *El ABC del derecho comunitario*. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 1994.

BORRERO NAVIA, José Maria. *Los derechos ambientales: una visión del sur*. Cali: FIPMA, 1994.

BRAILLARD, Philippe. *Teoria das relações internacionais*. Tradução de J. J. Pereira Gomes e A. Silva Dias. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BRAUDEL, Fernad. América Latina. In: *Las Civilizaciones Actuales*. Madrid: Tecnos, 1978.

BRIÈRE, Yves-Marie Leróy. Évolution de la doctrine et de la pratique en matière de représailles. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 22, tomo II, 1928.

BRIERLY, James Leslie. *Direito internacional*. 4. ed. Tradução de M. R. Crucho de Almeida. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

BRIGNOLI, Héctor Pérez: *América Central: da colônia à crise atual*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BROTÓNS, Antonio Remiro. Universalismo, multilateralismo, regionalismo y unilateralismo en el nuevo orden internacional. *Revista Española de Derecho Internacional*. Madrid: Boletín Oficial del Estado, v. LI-1999, n. I, enero-junio, 2000.

BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Tradução de Maria Manuela Farrajota, Maria João Santos, Victor Richard Stockinger, Patrícia Galvão Teles. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BUENO, Clodoaldo. Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003). In: *Revista Política Externa*, v. 13, n. 1, jun./jul./ago. 2004.

BULMER-TOMAS, Victor. As economias latino-americanas, 1929-1939. In: BETHELL, Lisie (Org.). *História da América Latina: a América Latina após 1930: economia e sociedade*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, v. VI, 2005.

CALVO, Carlos. *El derecho internacional*. En nueva revista. Buenos Aires, t. VIII, 1883.

CAMARA FILHO, José Sette. A Doutrina Larreta. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano 2, n. 3, jan./jun. 1946.

CÂMARA, Irene Pessoa de Lima. *Em nome da democracia: a OEA e a crise haitiana – 1991-1994*. Brasília: Instituto Rio Branco/Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *Tratado de direito internacional dos direitos humanos*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, v. III, 2003.

_____. *Direito das organizações Internacionais*. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

_____. *O sistema interamericano no limiar no novo século: o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. *Direitos humanos e meio-ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993.

_____. *A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos*. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. *Princípios do direito internacional contemporâneo*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

_____; _____. *O Estado e as relações internacionais*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1979.

CANCINO, Francisco Cuevas. *Tratado sobre la organización internacional*. México: Jus, 1962.

_____. *El ideal panamericano del libertador*. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 4. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

_____. Nova Ordem Mundial e Ingerência humanitária (claros e escuros de um novo paradigma internacional), *Revista de Direito da Universidade de Coimbra*, jun. 1994.

_____. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 3. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

_____. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1990.

CANTERO, Carlos Marcial Russo. *El Mercosur ante la necesidad de organismos supranacionales*. Assunción: Intercontinental, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

CARMAGNANI, Marcello. *El outro Occidente*. América Latina desde la invasión europea hasta la globalización. México: El Colegio de México, 2004.

CARNELUTTI, Francesco. *Teoria geral do direito*. Tradução de Antonio Carlos Ferreira. São Paulo: Lejus, 1999.

CARR, Edward H. *Vinte anos de crise: uma introdução ao estudo das relações internacionais*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2001.

CARRIÓ, Genaro R. *Principios jurídicos y positivismo jurídico*. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1970.

CARVALHO, Genésio de. Um olhar crítico ao desenvolvimento da África e à construção da União Africana. In: STELZER, Joana; GONÇALVES, Everton das Neves (Orgs.). *Direito das relações internacionais: na fronteira entre a força econômica e o valor da vida humana: estudos comemorativos a luminar trajetória acadêmica de Odete Maria de Oliveira*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2006.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Tradução de Ana Carla Lacerda. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *História contemporânea da América Latina: imperialismo e libertação*. Tradução de Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1987.

CASAS, Frei Bartolomé de Las. *Brevíssima relação da destruição das índias: o paraíso perdido*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CASELLA, Paulo Borba; SANCHEZ, Rodrigo E. (Coords.). *Quem tem medo da ALCA?* Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

_____. *Direito comunitário do Mercosul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

_____; ARAÚJO, Nadia de (Coords.). *Integração jurídica interamericana: as convenções interamericanas de direito internacional privado (CIDIPs) e o direito brasileiro*. São Paulo: LTr, 1998.

_____; MERCADANTE, Araminta (Coords.). *Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio? A OMC e o Brasil*. São Paulo: LTr, 1998.

_____. *Direito comunitário e seu ordenamento jurídico*. São Paulo: LTr, 1994.

CASTAÑEDA, Jorge. *México y el orden internacional*. El Colégio de México. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

CASTILLA, José Joaquim Caicedo. *El derecho internacional en el sistema interamericano*, 1970.

_____. *El panamericanismo*. Buenos Aires: Roque Depalma, 1961.

CAVARÉ, Louis. *Le droit international public positif*. Volume II.

CELLI JUNIOR, Umberto. *Comércio de serviços na OMC*. Curitiba: Juruá, 2005.

_____. *O controle da aplicação das regras de concorrência nos processos de integração: a experiência européia*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da USP. São Paulo, 1997.

_____. *A integração latino-americana: do discurso à ação*. Dissertação de Mestrado apresentada à FADUSP em 1990.

CERETTI, Carlo. *Panamericanesimo e diritto internazionale*. Milano: A. Giuffrè, 1939.

CEREXHE, Etienne. *O direito europeu*. Tradução de António Mota Salgado. Lisboa: Editorial Notícias, v. I, 1985.

CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

_____. *Contato entre civilizações: a conquista da América como serviço de Deus e de sua majestade (1442-1548)*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

CHACON, Vamireh. A invenção da América Latina. *Revista Política Externa*. São Paulo, v. 11. n. 4. mar./abr./maio 2003.

CHASTEN, John Charles. *América Latina: uma história de sangue e fogo*. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. Tradução de Miguel Urbano Rodrigues. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CHEVALIER, François. *América Latina: de la independencia a nuestro días*. Barcelona: Labor, 1979.

CHIAVENATO, Julio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CISNEROS, César Diaz. *Derecho internacional público*. 2. ed. Buenos Aires: Tipográfica Editora Argentina, 1966.

CJCE, de 5-02-63. *Algemene Transport- en Expeditie Onderneming van Gend et Loss c/ administration fiscale néerlandaise*, p. n. 26/62, colec. de 1963.

COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1992.

COING, Helmut. *Elementos fundamentais da filosofia do direito*. 5. ed. Tradução de Elisete Antoniuk. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 1999.

CONFORTI, Benedetto. *Diritto Internazionale*. 6. ed. Napoli: Scientifica, 2002.

CORREA, Castro. Rui e a Doutrina Drago. *Revista da Faculdade de Direito*. São Paulo, ano 62, n. 1, 1967.

COSTA, L. A. Podestá. *Derecho internacional público*. Buenos Aires: Tipográfica Ed. Argentina, 1955.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucitec/EDUS, 1992.

CRUZ, Feliu Guilherme; ALFARO, Carlos Monge. *Las encomiendas según tasas y ordenanzas*. Buenos Aires: Talleres, 1941.

CUNHA, J. da Silva. *Direito internacional público: introdução e fontes*. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1993.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O futuro do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. *Elementos de teoria geral do estado*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. *Elementos de teoria geral do estado*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

DA LUZ, Nelson Ferreira. *Introdução ao direito internacional público*. São Paulo: Saraiva, 1963.

D'ANGELIS, Wagner Rocha. *Mercosul: da intergovernamentalidade à supranacionalidade*. Curitiba: Juruá, 2000.

DEL MORAL, Maria Asunción Orench y. *El derecho internacional como ordenamento jurídico objetivo: los principios generales del derecho internacional*. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2004.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. *Curso de direito internacional público*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DELOS, J. T. *La société internationale et les principes du droit public*. Paris, 1929.

DESCAMPS, Baron. L'influence de la condamnation de la guerre sur l'évolution juridique internationale. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 6, 1930.

DICTIONNAIRE de la Terminologie du droit international. Paris: Sirey, 1960.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito internacional público*. Tradução de Vítor Marques de Coelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

DINIZ, Arthur J. Almeida. *Novos paradigmas em direito internacional público*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

DOMINGUES, Maria Teresa Moya. *Manual de derecho internacional publico*. Buenos Aires: Ediar, 2004.

DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DOZER, Donald Marquand. *América Latina: uma perspectiva histórica*. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1966.

DRAGO, Luis Maria. *Memória de relaciones exteriores y culto (Argentina) de 1902-1903*. Anexo 1. Buenos Aires, 1904.

DREIER, John C. *A organização dos estados americanos e a crise do hemisfério*. Tradução de George Gurjan. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

DUGUIT. *Traité de Droit Constitutionnel*.

DUPUIS, Charles. Liberte des voies de communication relations internationales. *Reuceil des Cours*, n. 2, v. I, 1924.

DUPUY, Pierre-Marie. *Droit international public*. 3. ed. Paris: Éditions Dallooz, 1995.

DUPUY, René-Jean. *O direito internacional*. Tradução de Clotilde Cruz. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

DWORKING, Ronald Mylis. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ERICH, Rafael Waldemar. La question des zones démilitarisées. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 26, tomo I, 1929.

ESPADA, Cesário Gutierrez. *Derecho internacional publico*. Madrid: Editorial Trotta, 1995.

ESPIELL, Hector Gross. La doctrine du Droit International en Amérique Latine avant la première conférence panaméricaine (Washington, 1889). In: *Journal of the History of International Law* 3:2001. p. 1-17.

_____. Análisis jurídico comparativo de las legislaciones sobre asilo en América Latina y los instrumentos internacionales y regionales. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, jan./jun. 1995, n. 95/97.

FARO JÚNIOR, Luiz P. F. de. *Manual de direito internacional público*. São Paulo: Livraria Martins, 1951.

FAWCETT, C. B. Geography and empire. In: TAYLOR, G. (Ed.). *Geography in the Twentieth Century*. Londres: Methuen, 1953.

FERRÉ, Methol. *A América Latina no século XXI*. Tradução de Neófita Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA DE MELLO, Rubens. *Textos de direito internacional e de história diplomática*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1950.

FERRERO, Raul. *Derecho internacional*. Lima: Ediciones Peruanas, tomo I, 1966.

FINKELSTEIN, Cláudio. *O processo de formação de mercados de blocos*. São Paulo: IOB-Thomson, 2003.

FRANK, Andre Gunder; COCKCROFT, James D.; JOHNSON, Dale. *Dependence and Underdevelopment*. Garden City, New York: Anchor Books, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Organizado por Edson Nery da Fonseca. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2003.

FONTOURA, Jorge. *Solução de controvérsias efetividade jurídica: as perspectivas do Mercosul*. MERCOSUL introdução e desenvolvimento. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília: Senado Federal, 1998.

FORBES, D. K. *Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento*. Tradução de João Alves dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUR, Louis le. La théorie du droit naturel. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, V. 18. 1927.

FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 43. ed. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GARCIA, Carlos Arellano. *Segundo curso de derecho internacional público*. 2. ed. México: Porrúa, 1998.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

GIDDENS, Anthony; HUTTON, Will. *No limite da racionalidade*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIGENA, Carlos Torres. *Asilo diplomático: su práctica y teoría*. Buenos Aires: La Ley, 1960.

GIL, Federico G. *Instituciones y desarrollo político de América Latina*. Buenos Aires: Instituto para la Integración de América Latina (INTAL) BID, 1966.

GÓES, Synésio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*. Brasília: Funag, 1991.

GOGGIOLA, Osvaldo. América Latina: o presente em perspectiva histórica. In: GOGGIOLA, Osvaldo (Org.). *América Latina: encruzilhada da história contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2003.

GUANI, Alberto. *La solidaridad internacional en América*. Montevideu: Cláudio García y Cia, 1942.

_____. La solidarité internationale: dans L'Amérique Latine. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 8, 1925.

GUERRA, Sidney César Silva. *Direito internacional público*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. A integração latino-americana. *Seminário sobre a integração latino-americana*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/Contraponto, 2002.

_____. (Org.). *Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília: IPRI/FUNAG, 1999.

HAASS, R. N. What to do with American Primacy. *Foreign Affairs*, v. 78, n. 5, sept./oct. 1999.

HEREDIA, Edmundo A. Una aproximación teórica a los conceptos de “nación” y de “espacios regionales” en la configuración de las relaciones internacionales latino-americanas. In: CERVO, Amado Luiz; DOPCKE, Wolfgang. *Relações internacionais dos países americanos: vertentes da história*. Brasília: Linha Gráfica, 1994.

HIRST, Mônica. A distribuição desigual dos poderes: um governo regional no hemisfério ocidental. *Revista Política Externa*. São Paulo, v. 4, n. 2, set./out./nov., 1995.

HISPANO, Cornélio. *El libro de oro de Bolívar*. Paris: Garnier Hermanos, 1925.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A era dos impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. *Novo dicionário de língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HUNTINGTON, Samuel. *Choque de civilizações*. Política externa. São Paulo, v. 2, n. 4. mar./maio 1994.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. *Imperialismo na América latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

ITUASSÚ, Oyama César. *Curso de direito internacional público*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

JAGUARIBE, Helio. *Brasil: alternativas e saída*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. A nova ordem mundial. *Política Externa*. São Paulo, v. 1, n. 1. jun. 1992.

JO, Hee Moon. *Introdução ao direito internacional*. São Paulo: LTr, 2000.

JOÃO PAULO II. Exortação apostólica pós-sinodal ecclesia. In: *Ásia* 32, 6 de novembro de 1999.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. *Doutrina do direito*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993.

_____. *A paz perpétua*. Tradução Marco A. Zingano. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KAPLAN, Morton; KATZENBACH, Nicholas. *Fundamentos políticos do direito internacional*. Tradução de Sigrid Faulhaber Godolphim e Waldir da Costa Godolphim. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

KLOR, Adriana Dreyzin. *El Mercosur*. Gerador de una nueva fuente de derecho internacional privado. Buenos Aires: Zavalia, 1997.

_____ et al. *Solução de controvérsias*: OMC, União Européia e Mercosul. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004.

KOHEN, Marcelo G. La contribución de América Latina al desarrollo progresivo del derecho internacional en materia territorial. *Anuário de Derecho Internacional*. Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, v. XVI, 2001.

KONETZKE, Richard. *América Latina: II la época colonial*. México: Siglo Veintiuno Ediciones, 1981.

KRAUS, Herbert. La morale internationale. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 16, tomo I, 1927.

KUNZ, Josef L. *Del derecho internacional clasico ao derecho internacional nuevo*. México: Imprenta Universitária, 1953.

LABRANO, Roberto Ruiz Diaz. *Mercosur-Unión Europea*. Assunción: Intercontinental, 2001.

LAFER, Celso. O cenário mundial e o relacionamento União Européia/Mercosul. *Política Externa*. São Paulo, v. 9, jun./ago. 2000.

_____. *Comércio, desarmamento, direitos humanos*: reflexões sobre uma experiência diplomática. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A OMC e a regulamentação do comércio internacional*: uma visão brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

_____. *Soberania e subordinação*. Ordem dos Advogados do Brasil. Conferência Nacional. Foz do Iguaçu, 1994. São Paulo: JBA Comunicações, 1995.

_____. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Comércio e relações internacionais*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____; PENA, Felix. *Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

LAMBERT, Jacques. *América Latina: estruturas sociais e instituições políticas*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Nacional, 1971.

LECUNA, Vicente. *Bolívar y el arte militar*. New York: The Colonial Press, 1955.

_____. *Cartas del libertador*. New York: The Colonial Press, 1948.

LESSA, Antônio Carlos. *História das relações Internacionais: a Pax britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LIANES, Oscar B. *Direito internacional público: instrumento das relações internacionais*. Brasília: Horizonte, 1979.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Pan-Americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal, 1980.

LIPOVETZKY, Jaime César; LIPOVETZKY, Daniel Andrés. *Mercosul: estratégias para a integração*. São Paulo: LTr, 1994.

LITRENTO, Oliveiros. *Manual de direito internacional público*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. *Curso de direito internacional público*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

LOBO, Helio. *O pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1939.

LUDWIG, Emil. *Bolívar: caballero de la gloria y de la libertad*. Buenos Aires: Ed. Losada, 1947.

MACLEOD, Murdo J. Aspecto da economia interna da América espanhola colonial: mão-de-obra; tributação; distribuição e troca. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. v. II. 1999.

MAGALHÃES, José Carlos de. *Direito econômico internacional*. Curitiba: Juruá, 2005.

_____. Fatores de limitação da jurisdição do Estado. In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de (Org). *Solução e prevenção de litígios internacionais*. São Paulo: Mania de Livro, v. II, 1999.

MAKOWSKI, Julián. L'organisation actuelle de l'arbitrage international. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 36, tomo II, 1931.

MANTILLA PINEDA, Benigno. La filosofía del panamericanismo de Jesús María Yepes. *Estudios de Derecho*. Medellín: Universidad de Antioquia, n. 131-132, 1999.

MARINHO, Ilmar Penna. *O funcionamento do Sistema Interamericano dentro do Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1959.

_____. A atuação de Rui Barbosa na Haia e sua influência sobre a evolução do direito internacional. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, n. 27-28, jan./dez. 1958.

_____. *O pan-americanismo*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1933.

MARQUES, Claudia Lima. Direitos do Consumidor no Mercosul: algumas sugestões frente ao impasse. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 32, out./dez. 1999.

MARTÍNEZ, Gustavo Vargas. *Bolívar y el poder: orígenes de la revolución en las Repúblicas entecas de América*. México: Universidade Nacional Autónoma do México, 1991.

MATIAS, Eduardo Felipe P. *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MATTOS, Adherbal Meira. *Direito internacional público*. São Paulo: Saraiva, 1980.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MEDEIROS. Antonio Paulo Cachapuz de. *O poder de celebrar tratados: competência dos poderes constituídos para celebração de tratados, à luz do Direito Internacional, do Direito Comparado e do Direito Constitucional Brasileiro*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1995.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista; HOLLANDA, Cristina Buarque de. Política externa e América Latina: avaliando a trajetória e extensão de seu globalismo e regionalização. In: COSTA, Darc; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Orgs.). *Mundo latino e mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2004.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 13. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____. *Direito internacional americano: estudo sobre a contribuição de um direito regional para a integração econômica*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

_____. Considerações sobre o pan-americanismo. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, n. 67/68, 1985/1986.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996.

MENEZES, Wagner. *Estudos de direito internacional*. Curitiba: Juruá, v. III, 2005.

_____. *Estudos de direito internacional*. Curitiba: Juruá, v. IV, 2005.

_____. *Estudos de direito internacional*. Curitiba: Juruá, v. V, 2005.

_____. *Ordem global e transnormatividade*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. A contribuição da ONU para a formatação do direito internacional contemporâneo. In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo; MAGALHÃES, José Carlos de *Reflexões sobre os 60 anos da ONU*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. *Direito internacional no cenário contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2004.

_____. *Estudos de direito internacional*. v. I. Curitiba: Juruá, 2004.

_____. *Estudos de direito internacional*. v. II. Curitiba: Juruá, 2004.

_____. *O direito internacional e o direito brasileiro*. Ijuí: Unijuí, 2004.

_____. *Direito internacional: legislação e textos básicos*. Curitiba: Juruá, 2001.

_____. Mercosul dez anos: desenvolvimento institucional e o direito da integração. In: PIMENTEL, Luís Otávio (Org.). *Direito da Integração e relações Internacionais: Alca, Mercosul e EU*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

_____. *Lineamentos para sistematização do estudo do direito da integração*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CELLI JÚNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha de (Coords.). *Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá, 2006.

_____. A contribuição da ONU para a formatação do direito internacional contemporâneo. In: *Reflexões sobre os 60 anos da ONU*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2005.

_____; MAGALHÃES, José Carlos de (Coords.). *Solução e prevenção de litígios internacionais*. Brasília: NECIN/CAPE, v. I e II, 1998.

_____. A processualística dos atos internacionais: Constituição de 1988 e Mercosul. In: CASELLA, Paulo Borba. *Contratos internacionais e direito econômico no Mercosul*. São Paulo: LTr, 1996.

MIAJA DE LA MUELA, Adolfo. *Introducción al derecho internacional público*, 1957.

MITRE, Bartolomé. *Historia de San Matin y de la emancipación sudamericana*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos, tomo I, 1950.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, t. III, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORNER, Magnus. *La mezcla de razas en la historia de América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1969.

MUÑOZ, Heraldo. *A nova política internacional*. São Paulo: Alfa Omega, 1996.

NADER, Adalberto. União Africana (UA). In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CELLI JÚNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha de (Coords.). *Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá, 2006.

NASCIMENTO, Walter Vieira do. *Lições de história do direito*. 8. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. *Global: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NUSSBAUM, Arthur. Historia del derecho internacional. *Revista de Derecho Privado*. Madrid: Editorial, 1949.

OLIC, Néelson Bacic. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna, 1992.

OLIVEIRA, Almir de. *Curso de direitos humanos*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais: estudos de introdução*. Curitiba: Juruá, 2001.

_____. Paradigma da dependência. In: BEDIN, Gilmar Antonio et al. *Paradigmas nas relações internacionais: idealismo-realismo*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2000.

_____. *União Européia: processo de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999.

_____. Relações internacionais: breves apontamentos e contextualização. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Coord). *Relações internacionais & globalização: grandes desafios*. 2. ed. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1999.

_____. Relações Internacionais: conceituação e paradigmas. *Congresso Catarinense de Relações Internacionais (ICRI)*. Florianópolis, nov. 1999.

PABST, Haroldo. *Mercosul: direito da integração*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

PANTALEÃO, Olga. *A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783*. São Paulo, 1946.

PAZOS, Luiz. *La globalización*. México: Diana, 1999.

PEDERNEIRAS, Raul. *Direito internacional compendiado*. 12. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1961.

PEIXOTO, A. K. *A erosão da soberania e a teoria das relações internacionais*.

PELLA, Vespasian. La repression des crimes contre la personnalité de l'état. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 33, tomo III, 1930.

PÉPIN, Eugène. *Lê panamericanisme*. Paris: Librairie Armand Colin, 1938.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo. *Direito institucional e material do Mercosul*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2005.

PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de. *Manual de direito internacional público*. 3. ed. rev. e aum. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

PEREIRA, Antonio Celso Alves. *A reforma das Nações Unidas*. O direito internacional e o direito brasileiro. Ijuí: Ed. da Unijui, 2004.

PEREYRA, Carlos. *El Mito de Monroe (1763-1860)*. Madrid: M. Aguilar, 1931.

PEROTTI, Alejandro Daniel. Un nuevo ejercicio de aplicación judicial del derecho Mercosur: al asuntos pollos. In: *Revista de Derecho del Mercosur*. Buenos Aires: La Ley, n. 1, fev. 2001.

PESCATORE, Pierre. *L'ordre juridique des communautés européennes*. Liège: Presses Universitaires, 1975.

PESSOA, Mário. *O direito internacional moderno*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947.

PETRAS, James. *Império e políticas revolucionárias na América Latina*. Tradução de Carmem Cristina Cacciaccaro. São Paulo: Xamã, 2002.

PINTOR, Manfredi Siotto. Le regime international de l'escaut. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 21, tomo I, 1928.

PIOVESAN, Flavia. *Introdução ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos*: a convenção interamericana de direitos humanos. São Paulo: RT, 2000.

PIMENTEL, Luiz Otávio (Org.) *Mercosul no cenário internacional*: direito e sociedade. Curitiba: Juruá, 1998.

PORTOCARRERO, Amaru Barahona. Breve estudo sobre a história contemporânea da Nicarágua. In: CASANOVA, Pablo Gozález (Org.). *América Latina*: história de meio século. Tradução de Marcos Bagno. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1990.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PUIG, Juan Carlos. Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX. *Revista Integración Latinoamericana*. Buenos Aires, n. 109, enero/febrero 1986.

_____. El principio de no intervención en el derecho internacional público americano. Influencia de las nuevas relaciones internacionales. In: *Anuario Jurídico Interamericano*, 1979.

_____. *Les principes du droit international public americain*. Paris: Pedone, 1954.

_____. Solución de conflictos en el DIP. Una crítica latinoamericana. Nuevo Mundo. *Revista de Estudios Latinoamericanos*, [s.d.].

QUADRI, Rolando. *Corso di diritto internazionale pubblico*. Napoli, 1966.

QUADROS, Fausto de. *Direito das comunidades européias e direito internacional público*. Lisboa: Almedina, 1991.

QUINTANA, Lucio M. Moreno. *El sistema internacional americano*. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciências Sociales, 1925. Tomo I.

RAWLS, John. *O direito dos povos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RAMOS, Maria Luisa Espada. Sistematización y problemática de los “principios Internacionales”. *Anuario de derecho internacional*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, v. V, 1981.

RANGEL, Vicente Marotta. *L’avis consultatif du 9 juillet 2004 et l’antinomie entre volontarisme et solidarisme* (in International law and the use of force at the turn of centuries: essays in honour of V. Djuro Degan, Rijeka: Faculty of Law. Univ of Rijeka, 2005, cap. 10.

_____. *Direito e relações internacionais – textos coligidos, ordenados e anotados*. 8. ed. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. O tridimensionalismo de Puig. Mundo Nuevo. *Revista de Estudios Latinoamericanos*. Caracas: Universidad Simon Bolívar, año XII, n. 2/4, abr./dic. 1989. p. 299-300.

_____. *Do conflito entre a Carta das Nações Unidas e os demais acordos regionais*. São Paulo: Saraiva, 1954.

RÁO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos*. São Paulo: Max Limonad, v. 1, 1960.

RAUCHBERG, Heirrinch. Les obligations juridiques des mebres de la société des nations pour le maintien de la paix. *Recueil dès Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 37, 1931.

RAWLS, John. *O direito dos povos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RENOUVIN, Pierre. *Historia de las relaciones internacionales*.

RESTA, Eligio. *O direito fraterno*. Tradução de Sandra Regina Martini Vial. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

REUTER, Paul. *Direito internacional público*. Tradução de Maria Helena Capêto Guimarães. Lisboa: Presença, 1981.

REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Direito internacional público: curso elementar*. 9. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

_____. *As Américas e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1966.

ROBLES, Alfonso Garcia. *Lê panaméricanisme et la politique de bons voisinage*. Paris: Lês Éditions Internationales, 1938.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *América Latina: história e presente*. Tradução de Jurandir Malerba. Campinas: Papirus, 2004.

RONNING, C. Neale. *O direito na diplomacia interamericana*. Tradução de José Carlos Coelho de Souza. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

ROSSI, Clovis. *Militarismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ROUQUIÉ, Alain. *O extremo ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1991.

_____. *O Estado Militar na América Latina*. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa Omega, 1984.

ROUSSEAU, Charles. *Droit international public*. Paris: Sirey, 1970.

ROUSSEAU, Dominique. Lês droits de l'Homme de la Troisième Génération. In: *Droit constitutionnel et droits de L'Homme*. Coletânea publicada pela Association Française des Constitutionnalistes. Paris: Econômica, 1987.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. *Direito internacional público*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SADER, Emir. *A revolução cubana*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

SALCEDO, Juan Antonio Carrillo. *El derecho internacional en perspectiva histórica*. Madrid: Tecnos, 1991.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALMON, Jean. *Dictionnaire de Droit International Public*. Bruxeles: Bryland Auf, 2001.

SANCHEZ, Luis Alberto. *Existe América Latina?* México: Fondo de Cultura Económica, 1945.

SANDERS, Willian. Criação e consolidação da comunidade americana. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, n. 41-42, nov./dez. 1965.

SAN MARTÍN, A.; CARO, R. *Las Relaciones del Peru, Chile y Bolívia – la Mediterraneidad de Bolivia*. Lima: Centro Peruano de Estudios Internacionales (CEPEI), 1983.

SÁ VIANA. *Elementos do direito internacional*. [s.l. e s.e], 1908.

_____. *De la non existence d' um droit internacional Américain*. Paris, 1912.

SANTIVÁÑEZ, Emma Nogales de. *Bolívia y sus relaciones continentales*. Los procesos de integración en el nuevo milenio. La Paz: Universidade Católica Boliviana, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo* (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

_____. *O império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 2. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SCELLE, Georges. *Précis de droit de gens*. Paris, 1932.

SCHUCKING, Walter. Le développement du pacte de la société des nations. *Reuecil dès Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 20, 1927.

SÉFÉRIADÈS, Stélio. Principes généraux du droit international de la paix. *Recueil dès Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 34, tomo IV, 1930.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SEPÚLVEDA, César. *Las fuentes del derecho internacional americano*. México: Editorial Porrúa, 1975.

_____. Lãs Relaciones entre Derecho y Política en el Sistema Interamericano. In: *Estudios de Derecho Internacional – Homenage a D. Antonio de Luna*, 1968.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SHAW, Felix Fernandez. *La Organización de Los Estados Americanos (O.E.A.): una nueva visión de América*. 2. ed. Madrid: Ediciones Cultura Hispânica, 1963.

SIERRA GARCIA, Jaime. Bolívar, el panamericanismo, el modelo sociológico americano y el derecho. *Estudios de derecho*. Medellín: Universidade de Antióquia, n. 128, 1997.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 18. ed. rev. e atual. Nagib Slaib Filho, Geraldo Magela Alves. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVA, Eliezer Batista da. *Infra-estrutura para o desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul*. Tradução de Vera Lucia Travassos/Ronald Fucs. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. *Manual de direito internacional público*. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de Terras, de 1850*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

SILVA, Roberto Luiz. *Direito internacional público*. 2. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

SOARES, Albino de Azevedo. *Lições de direito internacional público*. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editores, 1986.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. São Paulo: Atlas, v. 1. 2002.

_____. A compatibilização da Aladi e do Mercosul com o GATT. *Boletim da Integração Latino-Americana*. Brasília, n 16, 1995.

SODER, José. *História do direito internacional*. Frederico Westphalen, RS: Ed. da URI, 1998.

SORENSEN, Max. *Manual de derecho internacional público*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

SORTO, Fredys Orlando. *Guerra civil contemporânea: a ONU e o caso salvadorenho*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *O renascer dos povos indígenas para o direito*. Curitiba: Juruá, 1998.

SOUZA SANTOS, Boaventura de (Org.) *A globalização e as ciências sociais*. Os processos da globalização. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SPIROPOULOS, Jean. L'individu et le droit international. *Recueil des Cours*. Paris: Boulevard Saint-Germain, v. 30. 1929.

STEIN, Stanley J.; STEIN, Bárbara H. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. Tradução de José Fernandes Dias. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

STIGLITZ, Joseph. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

STRENGER, Irineu. *Relações internacionais*. São Paulo: LTr, 1998.

STRUPP, Karl. *Elements de droit international public universal, européen et américain*. Paris: Lês Editions Internationales, v. III, 1930.

SZABP, Imre. Fundamentos históricos e desenvolvimento dos direitos do homem. In: VASAK, Karel. *As dimensões internacionais dos direitos do homem*. Tradução Carlos Alberto Aboim de Brito. Lisboa: Editora Portuguesa de Livros Técnicos e Científicos, 1983.

TAPAJÓS, Vicente. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

TESAURO, Giuseppe. *Diritto comunitario*. 2. ed. Padova: Cedam, 2001.

THOMAS, Ann Van Wynen; THOMAS Jr., A. J. *The organization of american states*. Dallas: Southern Methodist University Press, 1963.

TRATADO de União Liga e Confederação Perpétua, 1826.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *Direito das organizações internacionais*. 3. ed. rev., atual e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

_____. *Direitos Humanos e meio-ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional*.

TRUYOL Y SERRA, Antonio. *História do direito internacional público*. Tradução de Henrique Barrilaro Ruas. Lisboa: Coimbra Editora, 1996 (Coleção Estudo Geral).

_____. *Noções fundamentais de direito internacional público*. Tradução de R. Ehrhardt Soares. Coimbra: Armênio Amado, 1962.

TULCHIN, Joseph S. Os Estados Unidos e a América Latina no mundo. *Revista Política Externa*, v. 2, n. 1, jun./1993.

URRUTIA, Francisco José. *Lê continent amèricain et lê droit international*. Librairie Arthur Rousseau: Paris, 1928.

_____. *Recueil des Cours* 22/133.

UNIÃO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOCIAIS. *Código de Moral Internacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1954.

VACCHINO, Juan Mario. *Integración Lationamerianca: de la ALALC a la ALADI*. Buenos Aires: Depalma, 1983.

VALIENTE, Mario Salazar. El salvador: crise, ditadura, luta... (1920-1980). In: CASANOVA, Pablo Gozález (Org.). *América Latina: história de meio século*. Tradução de Marcos Bagno. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1990.

VALLADÃO, Haroldo. Os enfoques universalistas no direito interno e internacional. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, n. 61-66, 1975/1979.

_____. A nova dimensão do pan-americanismo econômico-social. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, n. 43-44, jan./dez. 1966.

_____. *Democratização e socialização do direito Internacional: os impactos latino-americano e afro-asiático*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1961.

VALVERDE, Alfonso Barrera. *Cursillo de Derecho Internacional Público*. *Caderno n. 25*. La Paz: Publicaciones de La Facultad de Derecho y C. P., 1961.

VATTEL, Emer de. *O direito das gentes*. Prefácio e tradução de Vicente Marotta Rangel. Brasília: Ed. da UnB, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2004.

VÁZQUES, Modesto Seara. *Del Congreso de Viena a la Paz de Versalhes*. 2. ed. México: Editorial Porrúa, 1980.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional*. Barueri: Manole, 2003.

VERDROSS, Alfred. *Derecho internacional publico*. 4. ed. Tradução de Antonio Truyol y Serra. Madrid: Aguilar, 1963.

VIADÉL, Antonio Colomer. Una teoria constitucional de la supervivencia para América Latina. *Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais*. Belo Horizonte: Del Rey, n. 3, jan./jun. 2004.

VIANNA, Sá. *De la non existence un droit international Américain*. Rio de Janeiro: L. Figueiredo Éditeur, 1912.

VIGNALE, Heber Arbuet. *Derecho internacional público*. Temas de la Teoria General. Montevideú: Talleres Gráfico, 1993.

_____. *Derecho internacional público*. Montevideú: Fundación de Cultura Universitaria, tomo I, 1996.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004.

WILGUS, A. Curtis; D'EÇA, Raul. *Latin american history*. Nova Yorque: Barnes & Nobles, 1966.

YEPES, Jesus Maria. *Del Congreso do Panamá a la Conferência de Caracas*. Caracas: Oficina Central de Informação, 1976.

_____. *Del Congreso de Panamá a La Conferência de Caracas 1826-1954*. Caracas, v. I, 1955.

_____. *Introduction à 1' étude du droit internacional américain* (extrait de la revue générale de droit internacional public), n. 4, oct./déc. 1952.

_____. *Philosophie du panaméricanisme et Organization de La Paix*. Suíça: Éditions de I Baconnière, 1945.

_____. Droit des gens em Amérique. *Reuceil dès Cours*, n. 1, v. 47, 1934.

_____. La contribution de 1' Amérique Latine au développement du droit internacional public et privé. In: *RdC*, v. III, t. 32, 1930.

_____. *Le panaméricanisme*, [s.d.].

ZAMBRANO, José Alberto. Bolívar y el derecho internacional. *Décimo curso de derecho internacional*. Washington: Ediciones Jurídicas de las Américas, 1984.

REVISTAS E PERIÓDICOS PESQUISADOS:

Anuário de Derecho Internacional, Universidade de Navarra, Pamplona.

Anuário Hispano-Luso Americano de Derecho Internacional, Madrid.

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Rio de Janeiro: Nacional.

Cursos de Derecho Internacional. Comitê Jurídico Interamericano. Ediciones Juridicas de las Ameritas.

Estudios de Derecho, Medellín.

Integración Latinoamericana. Los fundamentos econômicos de la integración, Buenos Aires.

Recueil dês Cours – Academia de Direito Internacional de Haia Recueil des Cours. Paris: Boulevard Saint-Germain.

Revista de Direito, São Paulo.

Revista Española de Derecho Internacional, Madrid.

Revista de Estudios Latinoamericanos. Mundo Nuevo, Caracas.

Revista Jurídica Latinoamericana, Derecho de la Integración, BID.

Revista Política Externa. São Paulo.

JORNAIS E REVISTAS:

Jornal do Brasil - Brasília

Jornal Folha de São Paulo – São Paulo

Jornal Gazeta do Povo - Curitiba

Jornal O Estado de São Paulo – São Paulo

Jornal O Globo – Rio de Janeiro

Jornal Presença Latina – São Paulo

Revista Aventuras na História – São Paulo

Revista Carta Capital – São Paulo

Revista Isto é – São Paulo

Revista Veja – São Paulo

SÍTIOS CONSULTADOS:

Nome: AEC. Associação dos Estados do Caribe

Endereço na Internet: <http://www.acs-aec.org>

Nome: ALADI. Associação Latino-Americana de Integração

Endereço na Internet: <http://www.aladi.org>

Nome: ALADIP. Associação Latino-Americana de Direito Internacional Público

Endereço na Internet: <http://www.aladip.org>

Nome: BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento

Endereço na Internet: <http://www.iadb.org>

Nome: CAN. Comunidade Andina

Endereço na Internet: <http://www.comunidadandina.org>

Nome: CARICOM. Comunidade do Caribe

Endereço na Internet: <http://www.caricom.org>

Nome: CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

Endereço na Internet: <http://www.eclac.org>

Nome: MERCOSUL. Mercado Comum do Sul

Endereço na Internet: <http://www.mercosur.org.uy>

Nome: OEA. Organização dos Estados Americanos

Endereço na Internet: <http://www.oas.org>

Nome: PARLATINO. Parlamento Latino-Americano

Endereço na Internet: <http://www.parlatino.org.br>

Nome: SELA. Sistema Econômico Latino-Americano.

Endereço na Internet: <http://www.sela.org>

Endereço na Internet: <http://www.analitica.com/biblioteca/bolívar/chimboraz>

ANEXOS

ANEXOS

TEXTOS NORMATIVOS

Anexo A	Carta Circular Convocatória do Congresso do Panamá – 1824
Anexo B	Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua – 1826
Anexo C	Resolução da ONU – 1976 - 31/142. Sesquicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá
Anexo D	Oitava Conferência Internacional Americana – Declaração de Lima – CIX Declaração dos Princípios de Solidariedade da América
Anexo E	CX Declaração dos Princípios Americanos
Anexo F	Declaração Conjunta de Solidariedade Continental
Anexo G	Segunda Reunião de Consulta: a Havana. XII Promoção da Solidariedade Continental
Anexo H	Conferência Interamericana de Consolidação da Paz. XXVII Declaração de Princípios sobre Solidariedade e Cooperação Interamericana
Anexo I	Carta da Organização dos Estados Americanos
Anexo J	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR

ANEXO A
CARTA CIRCULAR CONVOCATÓRIA DO CONGRESSO DO PANAMÁ

Lima, 7 de dezembro de 1824.

Exmo Senhor

Grande e bom amigo:

Depois de quinze anos de sacrifícios consagrados à liberdade de América, por obter o sistema de garantias que, em paz e guerra, seja o escudo de nosso novo destino, é tempo já de que os interesses e as relações que unem entre si às repúblicas americanas, antes colônias espanholas, tenham uma base fundamental que eternize, se é possível, a duração destes governos.

Entabular aquele sistema e consolidar o poder deste grande corpo político pertence ao exercício de uma autoridade sublime, que dirija a política de nossos governos, cujo influxo mantenha a uniformidade de seus princípios, e cujo nome só acalme nossas tempestades. Tão respeitável autoridade não pode existir senão numa assembléia de plenipotenciários nomeados por cada uma de nossas repúblicas, e reunidos sob os auspícios da vitória, obtida por nossas armas contra o poder espanhol.

Profundamente penetrado destas idéias convidei em oitocentos vinte e dois, como presidente da República de Colômbia, aos Governos de México, Peru, Chile e Buenos Aires, para que formássemos uma confederação, e reuníssemos no Istmo de Panamá ou outro ponto elegível a pluralidade, uma assembléia de plenipotenciários de cada Estado "que nos servisse de conselho nos grandes conflitos, de ponto de contato nos perigos comuns, de fiel intérprete nos tratados públicos quando ocorram dificuldades, e de conciliador, em fim, de nossas diferenças".

O Governo do Peru celebrou em seis de julho daquele ano um tratado de aliança e confederação com o plenipotenciário de Colômbia; e por ele ficaram ambas as partes comprometidas a interpor seus bons ofícios com os governos da América, antes espanhola, para que entrando todos no mesmo pacto, verificasse-se a reunião da assembléia geral dos confederados. Igual tratado concluiu no México, em três de

outubro de oitocentos vinte e três, o enviado extraordinário de Colômbia àquele Estado; e há fortes razões para esperar que os outros governos se submetam ao conselho de seus mais altos interesses.

Diferir mais tempo a assembléia geral dos plenipotenciários das repúblicas que de fato estão já confederadas, até que se verifique a ascensão dos demais, seria privar-nos das vantagens que produziria aquela assembléia desde sua instalação. Estas vantagens aumentariam prodigiosamente, se, se contempla o quadro que nos oferece o mundo político, e muito particularmente, o continente europeu.

A reunião dos plenipotenciários do México, Colômbia e, Peru, se retardaria indefinidamente se não se promovesse por uma das mesmas partes contratantes; a não ser que se aguardasse o resultado de uma nova e especial convenção sobre o tempo e lugar relativos a este grande objeto. Ao considerar as dificuldades e retardos pela distância que nos separa, unidos a outros motivos solenes que emanam do interesse geral, determino-me a dar este passo com a mira de promover a reunião imediata de nossos plenipotenciários, enquanto os demais governos celebram os preliminares que existem já entre nós, sobre a nomeação e incorporação de seus representantes.

Com respeito ao tempo da instalação da Assembléia atrevo-me a pensar que nenhuma dificuldade pode opor-se a sua realização no termo de seis meses, ainda contando o dia da data; e também me atrevo a lisonjear de que o ardente desejo que anima a todos os americanos de exaltar o poder do mundo de Colón, diminuirá as dificuldades e demoras que exijam os preparativos ministeriais, e a distância que medeia entre as capitais de cada Estado, e o ponto central de reunião.

Parece que se o mundo tivesse de eleger sua capital, o Istmo de Panamá, seria assinalado para este nobre destino, colocado como está no centro do balão, vendo por uma parte a Ásia, e pelo outro a África e a Europa. O Istmo de Panamá foi oferecido pelo Governo de Colômbia, para este fim, nos tratados existentes. O Istmo está a igual distância das extremidades; e por esta causa poderia ser o lugar provisório da primeira assembléia dos confederados.

Diferindo, por minha parte, a estas considerações, sinto-me com uma grande propensão a mandar ao Panamá os deputados desta república, mal tenha a honra de receber a ansiada resposta desta circular. Nada certamente poderá encher tanto

os ardentes votos de meu coração, como a conformidade que espero dos governos confederados a realizar este majestoso ato da América.

Se V. E. não se digna aderir a ele, prevejo retardos e prejuízos imensos ao tempo que o movimento do mundo acelera tudo, podendo também acelerá-lo em nosso dano.

Tidas as primeiras conferências entre os plenipotenciários, a residência da Assembléia, como suas atribuições, pode determinar-se de uma maneira solene pela pluralidade, e então tudo se terá atingido.

O dia que nossos plenipotenciários façam a troca de seus poderes se fixará na história diplomática de América uma época imortal. Quando, depois de cem séculos, a posteridade procure a origem de nosso direito público, e recordem os pactos que consolidaram seu destino, registrarão com respeito os protocolos do Istmo. Nele, encontrarão o plano das primeiras alianças, que traçará a marcha de nossas relações com o universo.

O que será então do Istmo de Corinto comparado com o de Panamá?

Deus guarde a V. E.

Vosso grande e bom amigo.

BOLIVAR

O Ministro de Governo e Relações Exteriores, José Sánchez Carrión.

ANEXO B

TRATADO DE UNIÃO, LIGA E CONFEDERAÇÃO PERPÉTUA

Congresso do Panamá. Elaborado e aprovado pela Assembléia Americana do Congresso do Panamá, do dia 22 de junho ao dia 3 de julho de 1826.

Elaborado e aprovado pela Assembléia Americana do Congresso do Panamá, do dia 22 de junho ao dia 3 de julho de 1826. Não entrou em vigor visto que foi ratificado somente pela Grande Colômbia (Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela de hoje). O governo de Rivadavia, representante da oligarquia República da Argentina decidiu não assistir. Apesar de que Bolívar se opunha á participação dos Estados Unidos, a instância de Santander, os Estados Unidos enviou dois representantes de nível de Secretariado, um morreu no caminho e o outro chegou quando o Congresso havia terminado. Brasil e Chile também não enviaram representantes. Haiti não foi convidado a participar.

Em nome de Deus Pai Todo Poderoso, Autor e Legislador do Universo:

As repúblicas de Colômbia, Centro América, Peru e Estados Unidos Mexicanos, desejando consolidar as relações intimas que atualmente existem, e sedimentar de uma maneira mais solene e estável, as que devem existir na frente de todas e cada uma delas, o qual convém as Nações de uma origem comum, que combateram simultaneamente para assegurar os frutos da liberdade e da independência, cuja posição se encontra hoje, felizmente, e estão firmemente determinados a continuar, contando para isso, com as ajudas da Divina Providência, que, tão visivelmente, tem protegido a justiça de sua causa, convenhou-se em nomear e constituir, devidamente, Ministros Plenipotenciários que, reunidos e congregados na presente Assembléia, entrem em acordo sobre os meios de se fazer de forma perfeita e douradora a obra tão louvável obra.

Por este motivo, os ditos estados têm conferido os plenos poderes seguintes, a saber:

Sr. Vice-Presidente, Encarregado da República de Colômbia, aos Excelentíssimos senhores Pedro Gual e Pedro Bricenho Méndez, General de Brigada do Exército da referida República.

Sr. Presidente da República do Centro América aos Excelentíssimos senhores Antonio Larrazábal e Pedro Molina.

Sr. o Conselho do Governo da República do Peru aos Excelentíssimos senhores Dom Manuel Lorenzo de Vidaurre, Presidente da Corte Suprema de Justiça da mesma, e Dom Manuel Pérez de Tudela, Fiscal do mesmo Tribunal.

Sr. o presidente dos Estados Unidos Mexicanos, aos Excelentíssimos senhores Dom José Mariano Michelena, General de Brigada, e Dom José Domingues, Regente do Supremo Tribunal de Justiça do Estado de Guanajuato.

Os quais, depois de ter trocado seus plenos poderes respectivos, e sendo em vasta e boa forma, conveniou-se nos artigos seguintes:

Art.1º - As Repúblicas da Colômbia, Centro América, Peru e Estados Unidos Mexicanos, se associem e Confederem mutuamente, em paz e guerra, e contraem, para si, um pacto perpétuo de amizade firme e inviolável e de união íntima e estreita com todas a cada uma das referidas partes.

Art. 2º - O objeto deste pacto perpétuo, será manter, em comum, defesas e ofensivas se for necessário, a soberania e independência de todas cada um dos Estados confederados da América contra toda dominação estrangeira, e se assegurar, desde agora, para sempre, a importância de uma paz inalterável, e promover, ao efeito, a melhor harmonia e boa inteligência entre os povos, cidadãos e temas, respectivamente, com as demais potências com quem deve-se manter ou iniciar relações amistosas.

Art. 3º - As partes contratantes se obrigam e comprometem a defender-se mutuamente de todo ataque que ponha em risco sua existência política, e empregar, contra os inimigos da independência de todas ou parte delas, toda sua influência,

recursos e forças marítimas e terrestres, segundo os contingentes com que cada um está obrigado, por convenção separada, desta referida data, a defender a sustentação da causa comum.

Art. 4º - O contingente de tropas com todos seus meios e transportes, alimentos e dinheiro, com que um estado tenha que lutar pela defesa de uma das outras, poderão passar quantas vezes sejam necessárias livremente pelo território de qualquer uma delas o qual se tenha sido invadido e que vem ao seu auxílio, mas o Governo a quem corresponde as tropas e auxílios á caminho, avisará oportunamente ao estado que se tenha em trânsito, para que este avise o itinerário do caminho que tenha que seguir dentro do seu território, devendo, precisamente, ser por vias mais rápidas, habitadas, e sendo por contra do governo a quem pertence as tropas, todos os gastos que venham a ter com o pessoal, alimentos e equipamentos.

Art. 5º - Os navios de guerra e pelotões de qualquer tamanho e tipo pertencentes a uma ou mais partes contratantes terão livre entrada e saída em todos os portos e serão, de forma eficaz, protegidos contra ataques dos inimigos em comum, permanecendo nos referidos portos todo o tempo que os comandantes ou capitães achem necessário, dos quais, com seus oficiais e tripulantes serão responsáveis, perante o governo o qual representam, com seu pessoal, bens e propriedades, qualquer falta que venham a cometer, ferindo a lei e regulamentos do porto em que se encontram, podendo as autoridades locais ordenar que se mantenham a bordo de seus navios sempre que haja algum tipo de reclamação.

Art. 6º - As partes contratantes se obrigam, ainda, a prestar os auxílios necessários e que estejam a seu alcance á embarcações de guerra e mercantes que chegam aos portos de sua responsabilidade por motivos de falhas ou por qualquer outro motivo accidental, e, na seqüência, poderão encaminhar, reparar e prestar alimentos, e nos casos de guerras comuns, poderão armar-se, aumentar seus armamentos e tripulações até ficar em bom estado para continuar sua viagem, todas as despesas da potencia ou despesas particulares ficam a encargo das referidas embarcações.

Art. 7º - A fim de evitar as depredações que os piratas armados possam causar por conta de particulares, em prejuízo do comercio nacional ou estrangeiro, se estipula que em todos os casos de uma guerra em comum, seja extensiva a jurisdição dos tribunais e prisões de todos e cada uma dos estados aliados, aos piratas que naveguem sob autorização da brigada de qualquer uma delas, conforme as leis e estatutos do país o qual corresponda o pirata, sempre que tenha indícios veementes de se ter cometido excessos contra o comércio das nações, amigas ou neutras, entendido que esta estipulação durará somente até que as partes contratantes convenham de comum acordo na abolição absoluta de uma expedição de piratas.

Art.8º - No caso de invasão repentina dos territórios das Partes Contratantes, qualquer uma destas poderão atuar hostilmente contra os invasores, sempre que as circunstâncias não dêem lugar a um acordo com o governo a que corresponda a soberania dos referidos territórios, mas a parte que assim ajudar, deverá fazer cumprir os estatutos, ordens e leis do país invadido, e fazer respeitar e obedecer o seu governo, isto, quando permitam as condições da guerra.

Art. 9º - Convenhou-se que fugitivos de um território a outro, e de um barco de guerra ou mercante ao território ou navio de guerra de outro país sendo soldados ou marinheiros desertores de qualquer nível de hierarquia, sejam devolvidos imediatamente e a qualquer hora, pelos Tribunais ou autoridades sob a direção em que os desertores estão subordinados, mas a entrega deve preceder a reclamação de um oficial de guerra dos referidos desertores militares, e por um capitão, comandante, ou responsável do navio mercante para o caso do navio mercante, dando os dados do da pessoa, seus nomes e do pelotão ou do navio correspondente que tenha deserddado, podendo entretanto, ser preso em prisões públicas até que se verifique a devida entrega.

Art.10 - Para que as partes contratantes se identifiquem ainda mais em seus interesses, estipulam aqui, expressamente, que nenhuma das partes poderão fazer, de forma independente, acordo de paz com inimigos em comum, sem incluir no acordo, a todos os outros demais aliados de forma específica, e, de forma alguma,

sob nenhum pretexto, poderá nenhuma das partes contratantes consentir em nome dos outros, propostas feita de forma independente que não tenham por base o reconhecimento pleno e absoluto, tampouco a pedidos de contribuições, subsídios ou cobranças de quaisquer espécies, por via de indenização ou por outra causa, reservando-se a cada uma das referidas partes, aceitar ou não a paz de acordo com as formalidades de costume.

Art. 11 - Desejando as partes contratantes, fazer com que se façam cada vez mais fortes e indissolúveis os vínculos e relações fraternais, por meio de conferências freqüentes e amistosas, se convém fazer, a cada dois anos, em tempo de paz, e, a cada ano, durante a presente e demais guerras em comum, uma Assembléia geral, composta pelos Ministros Plenipotenciários de cada lugar, dos quais serão devidamente autorizados com os plenos poderes necessários. O lugar e data da reunião, a forma e ordem das seções, se expressarão e serão acertadas em uma reunião a parte, desta mesma data.

Art. 12 - As partes contratantes se obrigam e comprometem especialmente, no caso em que haja reunião da Assembléia geral em algum lugar de seu país, a prestar aos Plenipotenciários que a compõem, todos os auxílios que exigem uma hospitalidade e o caráter sagrado e inviolável dos mesmos.

Art. 13 - O assunto principal da Assembléia geral dos Ministros Plenipotenciários das potencias confederadas são:

- **Primeiro**, negociar e concluir entre as potências que a compõem, todos os tratados, convenções e os outros atos que tornem suas relações reciprocamente agradáveis e de modo satisfatório.
- **Segundo**, contribuir para a permanência da paz e amizade inalteráveis entre as potências confederadas, servindo-se de conselho nos grandes conflitos, de negociador nos perigos comuns, de fiel intérprete nos Tratados e convenções públicas que tenham concluído na mesma Assembléia, quando sobre seu conhecimento surja alguma dúvida, e de conciliador em suas disputas e diferenças.
- **Terceiro**, procurar a reconciliação e mediação entre uma ou mais dos estados, ou entre eles, com uma ou mais potências alheias á Confederação, que estejam

ameaçadas por um rompimento ou empenhadas em guerra por queixas de injúrias, danos graves e outras causas.

- **Quarto**, ajustar e concluir durante as guerras em comum das partes contratantes com uma ou mais potências alheias á Confederação, todos os Tratados de aliança acordados, subsídios e acordos que acelerem o seu fim.

Art. 14 - Nenhuma das partes contratantes poderão celebrar Tratados de aliança ou ligas perpétuas ou temporais, com nenhum estado alheio á presente Confederação, sem consultar previamente aos demais aliados que a compõem ou que venham a compor no decorrer do tempo, e obter para isto, o seu consentimento explícito ou a negação para o caso do que fala o artigo seguinte.

Art. 15 - Quando algumas das partes contratantes julgar conveniente formar alianças perpétuas ou temporais de objeto específico e por motivos especiais, a República empenhada de fazer tais alianças, procurará, primeiramente, através de suas irmãs aliadas; mas se elas, por qualquer motivo negarem seus auxílios ou não puderem prestar o que se precisa, ficará o país com a liberdade de buscar onde seja possível encontrar o que procura.

Art. 16 - As partes contratantes se obrigam e comprometem, solenemente, a transigir, de forma amigável entre si, todas as diferenças que existem ou que venham a existir entre elas, e no caso de que não entrem em algum acordo, se levará, para procurar sua reconciliação, a um tribunal da Assembléia, cuja decisão não será obrigatória, se as partes não tivessem concordado explicitamente anteriormente no que quer que seja.

Art. 17 - Sejam quais forem as causas de injúria, danos graves ou outros motivos que algumas das Partes contratantes possam produzir contra umas e outras, nenhuma delas poderá declarar guerra, nem ordenar atos de represálias contra a República que acredita ser a ofensora, sem levar antes sua causa fundamentada em documentos e comprovantes necessários com uma exposição circunstanciada do caso, á decisão conciliatória da Assembléia Geral.

Art. 18 - No caso de que um dos estados confederados julgue conveniente declarar guerra ou romper hostilidades contra uma potência alheia á presente Confederação, deverá antes solicitar os bons ofícios, interposição e mediação de seus aliados, e estes estarão obrigados a empregar o modo mais eficaz possível. Se esta interposição não bastar, a Confederação deverá declarar se aceita ou não a causa do confederado, e, ainda que não aceite, não poderá, baixo nenhum pretexto, acordar com o inimigo do confederado.

Art. 19 - Qualquer uma das Partes contratantes que façam alguma contravenção ao estipulado nos três artigos anteriores, rompendo com as hostilidades contra outro, ou que não cumpra as decisões da Assembléia, no caso de que tivesse submetido previamente a elas, será excluída da Confederação, e não voltará a pertencer à liga, sem o voto unânime das partes que a compõem a favor de sua readmissão.

Art. 20 - No caso de que algum dos Estados contratantes peça à Assembléia seu parecer ou conselho, sobre qualquer assunto ou caso grave, deverá a Assembléia dar com toda a franqueza, interesse e boa fé que exige a fraternidade.

Art. 21 - As partes contratantes se obrigam e comprometem, solenemente, a sustentar e defender a integridade de seus respectivos territórios, opondo-se eficazmente aos Estados que tentem fazer neles, sem a correspondente autorização e dependência dos Governos a quem correspondam o domínio e propriedade, e a empregar ao efeito comum, suas forças e recursos se for necessário.

Art. 22 - As partes contratantes se garantem mutuamente a integridade de seus territórios, pois, em virtude das convenções particulares que celebrem entre si, tenham demarcado e fixado seus limites respectivos, cuja conservação será posta sob proteção da Confederação.

Art. 23 - Os cidadãos de cada uma das Partes contratantes gozarão dos direitos e prerrogativas de cidadãos da República em que residem, desde que, manifestado seu desejo de adquirir tal direito, perante as autoridades competentes,

conforme a lei de cada um dos Estados aliados, prestem juramento de fidelidade á Constituição do país adotada, e como tais cidadãos poderão obter todos os empregos e honras a que têm direito os outros demais cidadãos, excluindo sempre aqueles que as leis fundamentais reservem aos nacionais, e manter para a opção dos demais, o tempo da residência e requisitos que exijam as leis particulares da cada estado

Art. 24 - Se um cidadão ou cidadã de uma República aliada preferir permanecer no território de outra, conservando sempre seu caráter de cidadão do país de seu nascimento ou de sua adesão, tal cidadão ou cidadãos gozarão, igualmente, em qualquer território das Partes contratantes em que residam, de todos os direitos e prerrogativas dos nativos do país, e a respeito da administração da justiça e da proteção correspondente á sua pessoa, bens e propriedades; e por conseguinte, não será proibido, baixo nenhum pretexto, o exercício de sua profissão ou ocupação, nem de dispor entre vivos ou por última vontade, de seus bens móveis e imóveis, como melhor lhe convenha, sujeitando-o em todos os casos, aos tributos e leis a que os nacionais se submetem do território em que se encontram.

Art. 25 - Para que as partes contratantes recebam a possível compensação pelos serviços que se prestam mutuamente nesta aliança, se convém em que suas relações comerciais se ajustem na próxima Assembléia, ficando vigente, entre tanto, as que atualmente existem entre algumas partes, em virtude de estipulações anteriores.

Art. 26 - Os Estados da América, cujos Plenipotenciários não tiverem participado da celebração e assinado o presente Tratado, poderão, não obstante o estipulado no artigo 14º, incorporar na atual Confederação, no lapso de um ano depois de ratificado o presente Tratado e a Convenção de contingentes concluído nessa data, sem exigir modificações nem variação nenhuma, para no caso de se desejar ou pretender alguma mudança, se sujeitará ao voto e resolução da Assembléia, que não aceitará, se não no caso de que as modificações que se pretendam, não alterem substancialmente as bases e objetos do Tratado.

Art. 27 - As partes contratantes se obrigam e comprometem a cooperar para a completa abolição e extinção do tráfico de escravos da África, mantendo as suas atuais proibições desse tipo de tráfico com toda sua força e vigor, e para conseguir desde agora grande conquista de tal empenho, convém, além de declarar, como declaram entre si, de maneira mais solene e positiva, aos traficantes de escravos, com seus barcos carregados de escravos, e procedentes da costa da África baixo bandeira de qualquer uma das referidas partes contratantes, enquadrada no crime de pirataria, baixo as condições que se especificarão, depois, em uma convenção especial.

Art. 28 - As repúblicas de Colômbia, Centro América Peru e Estados Unidos Mexicanos, ao identificar, tão forte e poderosamente seus interesses de princípios e interesse em paz e guerra, declaram, formalmente, que o presente Tratado de união da liga e confederação perpétua não interrompe, nem interromperá, de modo algum, o exercício de soberania de cada um deles, com respeito de suas relações exteriores com as demais potências alheias a esta Confederação, enquanto não se oponha ao que se tenha convenhado no referido Tratado.

Art. 29 - Se uma das Partes mude essencialmente sua atual forma de governo, ficará, pelo feito, excluída da Confederação, e seu Governo não será reconhecido e nem readmitido na referida Confederação, a não ser que seja por voto unânime de todas as partes que a constituem.

Art. 30 - O presente tratado será firme em todos seus aspectos e efeitos, enquanto os estados aliados permaneçam empenhados na guerra atual ou em outra em comum, sem poder variar nenhum de seus artigos e cláusulas, se não de acordo com todas as referidas partes na Assembléia geral, submetendo-se a serem obrigadas por qualquer meio que as demais julguem a propósito o seu cumprimento, mas verificada que seja a paz, deverão as potências aliadas rever, na mesma Assembléia, este Tratado, e fazer nele as reformas e modificações que pelas circunstâncias se peçam e estimem como necessárias.

Art. 31 - O presente Tratado de União e Confederação Perpétua será ratificado, e as ratificações serão firmadas na cidade de Tacubaya, uma légua distante da Cidade do México, no término de oito meses, contados desde a data, ou antes, se possível.

Em fé do qual, os Ministros Plenipotenciários das Repúblicas de Colômbia, Centro América, Peru e Estados Unidos Mexicanos, assinam e selam o presente, com suas respectivas assinaturas nesta cidade do Panamá, no dia 15 de julho de 1826.

Artigo Adicional. Como as partes contratantes desejam fervorosamente viver em paz, com todas as Nações do Universo evitando todo o desgosto que possa proceder o exercício de seus direito legítimos em paz e guerra, se convém igualmente em que logo se obtenha a ratificação do presente Tratado, procederá a fixar, de comum acordo, todos os pontos, regras e princípios que se tem de conduzir o modo, em um ou outro caso, cujo efeito convidarão novamente os estados neutros e amigos para que, se acreditam, tomem uma parte ativa em semelhante negociação, e juntar-se, por meio de seus Plenipotenciários, a negociar, concluir e firmar o Tratado ou Tratados os quais se façam com tão importante objeto.

O presente artigo adicional terá a mesma força como se tivesse incluído palavra por palavra no presente tratado assinado; será ratificado, e as ratificações serão encerradas dentro do mesmo término.

Em fé do qual os respectivos Ministros Plenipotenciários assinaram e colocam seus selos respectivos, nesta cidade do Panamá, no dia 15 de julho de 1826.

ANEXO C
RESOLUÇÃO DA ONU 31/142. SESQUICENTENÁRIO DO CONGRESSO
ANFICTIONICO DO PANAMÁ

31/142. Sesquicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá

A Assembléia Geral,

Tendo decidido celebrar uma sessão plenária comemorativa especial para render homenagem ao Libertador Simon Bolívar na ocasião do sesquicentenário do Congresso Anfictionico do Panamá, que se reuniu em 22 de junho de 1826,

Considerando que o objetivo primordial de dito Congresso foi o de constituir uma assembléia de países confederados a fim de que se assentassem as bases jurídicas para as relações entre as republicas americanas com todas as nações do mundo, assim como para servir "de Conselho nos grandes conflitos, de ponto de contato nos perigos comuns, de fiel interprete nos tratados públicos quando ocorram dificuldades e de conciliador, em fim, de nossas diferenças", conceitos que são fundamento do direito internacional dos países americanos e constituem, por tanto, um direto antecedente do Pacto da Sociedade das Nações e da Carta das Nações Unidas,

Tendo conhecimento que Bolívar concebia uma região latina americana de países livres e fraternos, unidos por ideais comuns, sonho que o aponta como o precursor da integração desta região,

Reconhecendo que o Tratado de União Liga e Confederação Perpétua, assinado no Panamá em 15 de julho de 1826, reflete um espírito universalista, encarnado atualmente nas Nações Unidas, ao reiterar a soberania e independência dos Estados e o propósito de "assegurar-se, desde agora, para sempre, que os goze de uma paz inalterável, e promover, ao efeito, a melhor harmonia e boa inteligência, assim entre seus povos, cidadãos e súbditos, respectivamente, como com as demais Potências com quem devem manter ou entrar em relações amistosas",

Recordando que Simon Bolívar, em várias ocasiões, se referiu à necessidade de uma possível abertura de um canal no Panamá, cujas vias "encurtarão as distâncias do mundo, estreitarão os laços comerciais" dos continentes e promoverão o intercâmbio dos produtos "das quatro partes do globo",

1. *Rende homenagem* ao Libertador Simon Bolívar como promotor da integração latino americana e como forjador de planos construtivos para a organização internacional em escala continental e mundial, e ao efeito dispõe colocar uma placa comemorativa em um lugar do edifício da Sede das Nações Unidas como tributo permanente a sua memória;

2. *Reconhece* que o Congresso Anfictionico do Panamá representa o mais relevante e denodado ensaio unionista no plano internacional do século XIX com caracteres ecumênicos, em antecipação e coincidência com os objetivos do sistema das Nações Unidas;

3. *Expressa a esperança* de que os ideais de Bolívar possam inspirar o estabelecimento de uma ordem internacional mais justa de respeito ao direito e dedicado à manutenção da paz, à preservação dos princípios democráticos, à promoção do progresso econômico e social e à liberdade de todos os povos;

4. *Formula votos* para que se chegue a um feliz resultado as negociações destinadas a concertar um novo tratado sobre o Canal de Panamá, que elimine as causas de conflito entre a República de Panamá e os Estados Unidos de América, de acordo com a Declaração de Princípios assinada pelas partes interessadas em 7 de fevereiro de 1974 aonde se determina que o território panamenho do qual faz parte o Canal de Panamá será devolvido prontamente à jurisdição da República do Panamá, e que esta "assumirá a total responsabilidade pelo Canal interoceânico na terminação do novo tratado";

5. *Pede* ao Secretário Geral que faça circular entre todos os Estados Membros um documento que reproduza a convocatória e os acordos do Congresso Anfictiônico de 1826, cujos textos originais, que se conservam no Rio de Janeiro, serão depositados no Panamá por decisão do Governo do Brasil, no momento oportuno, para que se guardem no monumento que se erija naquele país, como parte da comemoração bolivariana.

ANEXO D

OITAVA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA DECLARAÇÃO DE LIMA CIX DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE SOLIDARIEDADE DA AMÉRICA¹

A Oitava Conferência Internacional Americana

CONSIDERANDO:

Que os povos da América alcançaram a unidade espiritual devido à similitude de suas instituições republicanas, a seu inquebrantável desejo de paz, a seus profundos sentimentos de humanidade e tolerância e sua adesão absoluta aos princípios de Direito Internacional, de igualdade na soberania dos Estados e da liberdade individual sem prejuízos religiosos ou raciais;

Que baseando-se em ditos princípios e desejos, perseguem e defendem a paz do Continente e colaboram unidos em prol da concórdia universal;

Que o respeito à personalidade, soberania e independência de cada Estado americano constitua a essência da ordem internacional amparado pela solidariedade continental, manifestada historicamente e sustentada por declarações e tratados vigentes;

Que a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, celebrada em Buenos Aires, aprovou, em 21 de dezembro de 1936, a Declaração de Princípios sobre Solidariedade e Cooperação Interamericana, e em 23 de dezembro de 1936 o Protocolo de Não-Intervenção²;

OS GOVERNOS DOS ESTADOS AMERICANOS DECLARAM:

1º Que reafirmam sua solidariedade continental e seu propósito de colaborar na manutenção dos princípios em que se baseia na dita solidariedade.

¹ Reafirmada na Resolução V da Primeira Reunião de Consulta, infra, p. 115.

² Para a referida Declaração e o texto do protocolo, veja Conferências Internacionais Americanas, 1889-1936, op. cit., p. 605 e 646.

2° Que fiéis aos princípios antes enunciados e sua soberania absoluta, reafirmam sua decisão de manter e defendê-los contra toda intervenção ou atividade estranha que possa ameaçá-los.

3° E que para o caso de que paz, seguridade ou integridade territorial de qualquer das Repúblicas Americanas que se veja ameaçada por atos de qualquer natureza que possam destruí-las, proclamam seu interesse comum e sua determinação de fazer efetiva sua solidariedade, coordenando suas respectivas vontades soberanas mediante o procedimento de consulta que estabelecem os convênios vigentes e as declarações das Conferências Interamericanas, usando os meios que em cada caso aconselhem as circunstâncias. Fica entendido que os Governos das Repúblicas Americanas atuaram independentemente em sua capacidade individual, reconhecendo-se amplamente sua igualdade jurídica como Estados soberanos.

4° Que para facilitar as consultas que estabelecem este e outros instrumentos americanos de paz, os Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas celebrarão, quando o estimem conveniente e a iniciativa de qualquer um deles, reuniões em diversas capitais das mesmas, por rotação e sem caráter protocolar. Cada Governo pode em circunstâncias ou por razões especiais designar um representante que substitua seu Ministro das Relações Exteriores.³

5° Esta declaração se conhecerá como “DECLARAÇÃO DE LIMA”.

(Aprovada em 24 de dezembro de 1938).

³ Até agora se verificou três Reuniões de Consulta entre os Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, a saber: a do Panamá, 1939 (infra, p. 102); a de Havana, 1970 (infra, p. 129); e a do Rio de Janeiro, 1942 (infra, p. 169). Fica reafirmada no Regulamento de cada reunião a precipitada disposição sobre representantes designados para substituir a ditos Ministros.

ANEXO E

CX DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS AMERICANOS¹

Os Governos das Repúblicas Americanas

CONSIDERANDO:

Que a necessidade de manter vivos os princípios fundamentais das relações internacionais nunca foi maior que atualmente;

Que todo Estado está interessado na conservação da ordem mundial mediante o regime da lei, da paz baseada na justiça e do bem estar social e econômico da humanidade;

RESOLVEM:

Proclamar, apoiar e recomendar, uma vez mais, os seguintes princípios essenciais ao logro de ditos objetivos:

1° É inadmissível a intervenção de um Estado nos assuntos internos ou externos de qualquer outro;

2° Todas as diferenças de caráter internacional devem resultar de meios pacíficos;

3° Não é lícito o uso da força como instrumento de política nacional ou internacional;

4° As relações entre os Estados devem obedecer às normas de Direito Internacional;

5° O respeito e a fiel observância dos Tratados constituem norma indispensável para o desenvolvimento das relações pacíficas entre os Estados, e somente poderão ser revisados mediante acordo das partes;

6° A colaboração pacífica entre os representantes dos diferentes Estados e o desenvolvimento do intercâmbio espiritual entre os respectivos povos concorrem para a boa compreensão dos problemas de cada um, e dos problemas comuns a todos, uma vez que facilita a solução pacífica das controvérsias internacionais;

7° A reconstrução econômica contribui ao bem estar nacional e internacional, assim como a paz entre os povos; e,

8° A cooperação internacional é condição necessária à manutenção dos princípios antes indicados.

(Aprovada em 24 de dezembro de 1938).

¹ As três Reuniões de Consulta deram seu apoio, em numerosas resoluções, a um ou outro dos oito princípios formulados mais abaixo.

ANEXO F

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE SOLIDARIEDADE CONTINENTAL¹

Os Governos das Repúblicas da América, representados nesta Primeira Reunião de Consulta entre os Ministros das Relações Exteriores, firmemente vinculados pelo espírito democrático que inspira suas instituições, e desejosos de vigorar nesta ocasião a solidariedade que esse espírito determinou, de manter a paz neste continente americano e de favorecer o restabelecimento dela em todo o mundo,

DECLARAM:

1° Que reafirmam a Declaração de Solidariedade entre os povos deste hemisfério, proclamada na Oitava Conferência Internacional (Americana) de Lima, em 1938²;

2° Que se esforçaram com todos os meios espirituais e materiais adequados de que dispõem, por conservar e fortalecer a paz e a harmonia entre as Repúblicas da América, como requisito indispensável para que possam cumprir com eficácia o dever que lhes corresponde o processo histórico universal da civilização e da cultura;

3° Que estes postulados são alheios a todo propósito egoísta de isolamento e antes também se inspiram em um alto sentido de cooperação universal que move estas nações a formular votos ferventes para que pare o deplorável estado de guerra que existe hoje entre alguns países da Europa, com grave perigo para os mais caros interesses espirituais, morais e econômicos da humanidade, e para que de novo reine no mundo a paz, não de violência, mas sim de justiça e de direito.

(Aprovada em 3 de Outubro de 1939).

¹ Veja também resolução CIX; veja supra, p. 97.

² A respeito deste tema, veja também as resoluções I, VII e XIII da Segunda Reunião de Consulta, infra, p. 138, 143, 146 e 148.

ANEXO G

SEGUNDA REUNIÃO DE CONSULTA: A HAVANA XII PROMOÇÃO DA SOLIDARIEDADE CONTINENTAL¹

A Segunda Reunião de Consulta entre os Ministros das Relações Exteriores das
Repúblicas Americanas,

CONSIDERANDO:

Que o sentimento de solidariedade entre as Repúblicas Americanas constitui uma verdadeira força de defesa continental, a qual todas elas devem contribuir o máximo de sua cooperação, removendo todo obstáculo que possa comprometer esse princípio de direito público americano, de maneira que nenhum Estado desse Continente se vê coibido de oferecer seu mais completo e decidido discurso a uma realização, tanto no aspecto político como no econômico desse ideal,

RESOLVE:

Recomendar aos Estados Americanos que em qualquer caso em que a legislação interna ou atos contratuais vigentes constituem algum inconveniente para a mais ampla cooperação que deva prestar um Estado ao princípio de solidariedade continental, o mesmo inicie por meios de direito, a revisão de tais atos enquanto ela seja possível.

¹ Tema que motivou muitas resoluções da Terceira Reunião de Consulta relativas a várias esferas de atividade; v. gr., as resoluções I, XVI e XXIII, infra, p. 180, 195 201 e 203.

ANEXO H

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ XXVII DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO INTERAMERICANAS¹

Os Governos das Repúblicas da América,

CONSIDERANDO:

Que a identidade de suas formas democráticas de governo e os ideais comuns de paz e justiça foram exteriorizados nos diferentes Tratados e Convenções que haviam subscrito até chegar a constituir um sistema puramente americano tendente à conservação da paz, ao banimento legal da guerra, ao desenvolvimento harmônico de seu comércio e suas aspirações culturais em todas as ordens das atividades políticas, econômicas, sociais, científicas e artísticas;

Que a existência de interesses continentais obriga a manter uma solidariedade de princípios, como fundamento da vida da relação de todas e cada uma das Nações Americanas;

Que o Panamericanismo, como princípio de Direito Internacional Americano, consistente na união moral de todas as Repúblicas da América, na defesa de seus interesses comuns sobre a base da mais perfeita igualdade e recíproco respeito a seus direitos de autonomia, independência e livre desenvolvimento, exige a proclamação de princípios de Direito internacional Americano; e

Que é necessário consagrar o princípio da solidariedade americana em todos os conflitos extracontinentais, já que os de índole continental devem ter solução pacífica por meios estabelecidos nos Tratados e Convenções existentes ou nos instrumentos que se celebram,

¹ Ata final, p. 15.

A Conferência Interamericana de Consolidação da Paz,

DECLARA:

1° Que as nações da América, fiéis a suas instituições republicanas, proclamam sua absoluta liberdade jurídica, o respeito irrestrito a suas soberanias e a existência de uma democracia solidária na América;

2° Que todo ato suscetível de perturbar a paz da América afeta a todas e cada uma delas e justifica a iniciação dos procedimentos de consulta previstos na Convenção para a manutenção, reforço e restabelecimento da paz, subscrita nesta Conferência;

3° E que são princípios aceitos pela comunidade Internacional Americana, os seguintes:

- a) O banimento legal da conquista territorial e, em consequência, nenhuma aquisição feita por violência será reconhecida;
- b) Está recomendada a intervenção de um Estado nos assuntos internos ou externos de outro Estado;
- c) É ilícita a cobrança compulsiva das obrigações pecuniárias; e
- d) Toda diferença ou disputa entre as Nações da América, qualquer que seja sua natureza e origem, resultará por via da conciliação, da arbitragem ampla ou da justiça internacional.

(Aprovada em 21 de dezembro de 1936).

ANEXO I

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Reformada pelo Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Buenos Aires", assinado em 27 de fevereiro de 1967, na Terceira Conferencia Interamericana Extraordinária.

Pelo Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Cartagena das Índias", assinado em 5 de dezembro de 1985, no Décimo Quarto período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral,

Pelo Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Washington", assinado em 14 de dezembro de 1992, no Décimo Sexto período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral,

e pelo Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Manágua", assinado em 10 de junho de 1993, no Décimo Nono Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral.

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

EM NOME DOS SEUS POVOS, OS ESTADOS REPRESENTADOS NA
NONA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA,

Convencidos de que a missão histórica da América é oferecer ao Homem uma terra de liberdade e um ambiente favorável ao desenvolvimento de sua personalidade e à realização de suas justas aspirações;

Conscientes de que esta missão já inspirou numerosos convênios e acordos cuja virtude essencial se origina do seu desejo de conviver em paz e de promover, mediante sua mútua compreensão e seu respeito pela soberania de cada um, o melhoramento de todos na independência, na igualdade e no direito;

Seguros de que a democracia representativa é condição indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região;

Certos de que o verdadeiro sentido da solidariedade americana e da boa vizinhança não pode ser outro senão o de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade individual e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do Homem;

Persuadidos de que o bem-estar de todos eles, assim como sua contribuição ao progresso e à civilização do mundo exigirá, cada vez mais, uma intensa cooperação continental;

Resolvidos a perseverar na nobre empresa que a Humanidade confiou às Nações Unidas, cujos princípios e propósitos reafirmam solenemente;

Convencidos de que a organização jurídica é uma condição necessária à segurança e à paz, baseadas na ordem moral e na justiça; e

De acordo com a Resolução IX da Conferência sobre Problemas da Guerra e da Paz, reunida na cidade do México,

RESOLVERAM

Assinar a seguinte

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I

NATUREZA E PROPÓSITOS

Artigo 1º

Os Estados americanos consagram nesta Carta a organização internacional que vêm desenvolvendo para conseguir uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência. Dentro das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos constitui um organismo regional.

A Organização dos Estados Americanos não tem mais faculdades que aquelas expressamente conferidas por esta Carta, nenhuma de cujas disposições a autoriza a intervir em assuntos da jurisdição interna dos Estados membros.

Artigo 2º

Para realizar os princípios em que se baseia e para cumprir com suas obrigações regionais, de acordo com a Carta das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos estabelece como propósitos essenciais os seguintes:

- a) Garantir a paz e a segurança continentais;
- b) Promover e consolidar a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção;
- c) Prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre seus membros;
- d) Organizar a ação solidária destes em caso de agressão;
- e) Procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surgirem entre os Estados membros;
- f) Promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural;
- g) Erradicar a pobreza crítica, que constitui um obstáculo ao pleno desenvolvimento democrático dos povos do Hemisfério; e

- h) Alcançar uma efetiva limitação de armamentos convencionais que permita dedicar a maior soma de recursos ao desenvolvimento econômico-social dos Estados membros.

Capítulo II

PRINCÍPIOS

Artigo 3º

Os Estados americanos reafirmam os seguintes princípios:

- a) O direito internacional é a norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas;
- b) A ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento fiel das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional;
- c) A boa-fé deve reger as relações dos Estados entre si;
- d) A solidariedade dos Estados americanos e os altos fins a que ela visa requerem a organização política dos mesmos, com base no exercício efetivo da democracia representativa;
- e) Todo Estado tem o direito de escolher, sem ingerências externas, seu sistema político, econômico e social, bem como de organizar-se da maneira que mais lhe convenha, e tem o dever de não intervir nos assuntos de outro Estado. Sujeitos ao acima disposto, os Estados americanos cooperarão amplamente entre si, independentemente da natureza de seus sistemas políticos, econômicos e sociais;
- f) A eliminação da pobreza crítica é parte essencial da promoção e consolidação da democracia representativa e constitui responsabilidade comum e compartilhada dos Estados americanos;
- g) Os Estados americanos condenam a guerra de agressão: a vitória não dá direitos;
- h) A agressão a um Estado americano constitui uma agressão a todos os demais Estados americanos;
- i) As controvérsias de caráter internacional, que surgirem entre dois ou mais Estados americanos, deverão ser resolvidas por meio de processos pacíficos;

- j) A justiça e a segurança sociais são bases de uma paz duradoura;
- k) A cooperação econômica é essencial para o bem-estar e para a prosperidade comuns dos povos do Continente;
- l) Os Estados americanos proclamam os direitos fundamentais da pessoa humana, sem fazer distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo;
- m) A unidade espiritual do Continente baseia-se no respeito à personalidade cultural dos países americanos e exige a sua estreita colaboração para as altas finalidades da cultura humana;
- n) A educação dos povos deve orientar-se para a justiça, a liberdade e a paz.

Capítulo III

MEMBROS

Artigo 4º

São membros da Organização todos os Estados americanos que ratificarem a presente Carta.

Artigo 5º

Na Organização será admitida toda nova entidade política que nasça da união de seus Estados membros e que, como tal, ratifique esta Carta. O ingresso da nova entidade política na Organização redundará para cada um dos Estados que a constituam em perda da qualidade de membro da Organização.

Artigo 6º

Qualquer outro Estado americano independente que queira ser membro da Organização deverá manifestá-lo mediante nota dirigida ao Secretário-Geral, na qual seja consignado que está disposto a assinar e ratificar a Carta da Organização, bem como a aceitar todas as obrigações inerentes à condição de membro, em especial as referentes à segurança coletiva, mencionadas expressamente nos art. 28 e 29.

Artigo 7º

A Assembléia Geral, após recomendação do Conselho Permanente da Organização, determinará se é procedente autorizar o Secretário-Geral a permitir que o Estado solicitante assine a Carta e a aceitar o depósito do respectivo

instrumento de ratificação. Tanto a recomendação do Conselho Permanente como a decisão da Assembléia Geral requererão o voto afirmativo de dois terços dos Estados membros.

Artigo 8º

A condição de membro da Organização estará restringida aos Estados independentes do Continente que, em 10 de dezembro de 1985, forem membros das Nações Unidas e aos territórios não-autônomos mencionados no documento OEA/Ser.P, AG/doc.1939/85, de 5 de novembro de 1985, quando alcançarem a sua independência.

Artigo 9º

Um membro da Organização, cujo governo democraticamente constituído seja deposto pela força, poderá ser suspenso do exercício do direito de participação nas sessões da Assembléia Geral, da Reunião de Consulta, dos Conselhos da Organização e das Conferências Especializadas, bem como das comissões, grupos de trabalho e demais órgãos que tenham sido criados.

- a) A faculdade de suspensão somente será exercida quando tenham sido infrutíferas as gestões diplomáticas que a Organização houver empreendido a fim de propiciar o restabelecimento da democracia representativa no Estado-membro afetado;
- b) A decisão sobre a suspensão deverá ser adotada em um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral, pelo voto afirmativo de dois terços dos Estados-membros;
- c) A suspensão entrará em vigor imediatamente após sua aprovação pela Assembléia Geral;
- d) Não obstante a medida de suspensão, a Organização procurará empreender novas gestões diplomáticas destinadas a coadjuvar o restabelecimento da democracia representativa no Estado-membro afetado;
- e) O membro que tiver sido objeto de suspensão deverá continuar observando o cumprimento de suas obrigações com a Organização;
- f) A Assembléia Geral poderá levantar a suspensão mediante decisão adotada com a aprovação de dois terços dos Estados-membros; e

- g) As atribuições a que se refere este artigo se exercerão de conformidade com a presente Carta.

Capítulo IV

DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS DOS ESTADOS

Artigo 10

Os Estados são juridicamente iguais, desfrutam de iguais direitos e de igual capacidade para exercê-los, e têm deveres iguais. Os direitos de cada um não dependem do poder de que dispõem para assegurar o seu exercício, mas sim do simples fato da sua existência como personalidade jurídica internacional.

Artigo 11

Todo Estado americano tem o dever de respeitar os direitos dos demais Estados de acordo com o Direito Internacional.

Artigo 12

Os direitos fundamentais dos Estados não podem ser restringidos de maneira alguma.

Artigo 13

A existência política do Estado é independente do seu reconhecimento pelos outros Estados. Mesmo antes de ser reconhecido, o Estado tem o direito de defender a sua integridade e independência, de promover a sua conservação e prosperidade, e, por conseguinte, de se organizar como melhor entender, de legislar sobre os seus interesses, de administrar os seus serviços e de determinar a jurisdição e a competência dos seus tribunais. O exercício desses direitos não tem outros limites senão o do exercício dos direitos de outros Estados, conforme o Direito Internacional.

Artigo 14

O reconhecimento significa que o Estado que o outorga aceita a personalidade do novo Estado com todos os direitos e deveres que, para um e outro, determina o Direito Internacional.

Artigo 15

O direito que tem o Estado de proteger e desenvolver a sua existência não o autoriza a praticar atos injustos contra outro Estado.

Artigo 16

A jurisdição dos Estados nos limites do território nacional exerce-se igualmente sobre todos os habitantes, quer sejam nacionais ou estrangeiros.

Artigo 17

Cada Estado tem o direito de desenvolver, livre e espontaneamente, a sua vida cultural, política e econômica. No seu livre desenvolvimento, o Estado respeitará os direitos da pessoa humana e os princípios da moral universal.

Artigo 18

O respeito e a observância fiel dos tratados constituem norma para o desenvolvimento das relações pacíficas entre os Estados. Os tratados e acordos internacionais devem ser públicos.

Artigo 19

Nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem.

Artigo 20

Nenhum Estado poderá aplicar ou estimular medidas coercivas de caráter econômico e político, para forçar a vontade soberana de outro Estado e obter deste, vantagens de qualquer natureza.

Artigo 21

O território de um Estado é inviolável; não pode ser objeto de ocupação militar, nem de outras medidas de força tomadas por outro Estado, direta ou indiretamente, qualquer que seja o motivo, embora de maneira temporária. Não se

reconhecerão as aquisições territoriais ou as vantagens especiais obtidas pela força ou por qualquer outro meio de coação.

Artigo 22

Os Estados americanos se comprometem, em suas relações internacionais, a não recorrer ao uso da força, salvo em caso de legítima defesa, em conformidade com os tratados vigentes, ou em cumprimento dos mesmos tratados.

Artigo 23

As medidas adotadas para a manutenção da paz e da segurança, de acordo com os tratados vigentes, não constituem violação aos princípios enunciados nos artigos 19 e 21.

Capítulo V

SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 24

As controvérsias internacionais entre os Estados membros devem ser submetidas aos processos de solução pacífica indicados nesta Carta.

Esta disposição não será interpretada no sentido de prejudicar os direitos e obrigações dos Estados-membros, de acordo com os artigos 34 e 35 da Carta das Nações Unidas.

Artigo 25

São processos pacíficos: a negociação direta, os bons ofícios, a mediação, a investigação e conciliação, o processo judicial, a arbitragem e os que sejam especialmente combinados, em qualquer momento, pelas partes.

Artigo 26

Quando entre dois ou mais Estados americanos surgir uma controvérsia que, na opinião de um deles, não possa ser resolvida pelos meios diplomáticos comuns, as partes deverão convir em qualquer outro processo pacífico que lhes permita chegar a uma solução.

Artigo 27

Um tratado especial estabelecerá os meios adequados para solução das controvérsias e determinará os processos pertinentes a cada um dos meios pacíficos, de forma a não permitir que controvérsia alguma entre os Estados americanos possa ficar sem solução definitiva, dentro de um prazo razoável.

Capítulo VI

SEGURANÇA COLETIVA

Artigo 28

Toda agressão de um Estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania, ou a independência política de um Estado americano, será considerada como um ato de agressão contra todos os demais Estados americanos.

Artigo 29

Se a inviolabilidade, ou a integridade do território, ou a soberania, ou a independência política de qualquer Estado americano forem atingidas por um ataque armado, ou por uma agressão que não seja ataque armado, ou por um conflito extracontinental, ou por um conflito entre dois ou mais Estados americanos, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, os Estados americanos, em obediência aos princípios de solidariedade continental, ou de legítima defesa coletiva, aplicarão as medidas e processos estabelecidos nos tratados especiais existentes sobre a matéria.

Capítulo VII

DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Artigo 30

Os Estados-membros, inspirados nos princípios de solidariedade e cooperação interamericanas, comprometem-se a unir seus esforços no sentido de que impere a justiça social internacional em suas relações e de que seus povos alcancem um desenvolvimento integral, condições indispensáveis para a paz e a segurança. O desenvolvimento integral abrange os campos econômico, social, educacional, cultural, científico e tecnológico, nos quais devem ser atingidas as metas que cada país definir para alcançá-lo.

Artigo 31

A cooperação interamericana para o desenvolvimento integral é responsabilidade comum e solidária dos Estados-membros, no contexto dos princípios democráticos e das instituições do Sistema Interamericano. Ela deve compreender os campos econômico, social, educacional, cultural, científico e tecnológico, apoiar a consecução dos objetivos nacionais dos Estados-membros e respeitar as prioridades que cada país fixar em seus planos de desenvolvimento, sem vinculações nem condições de caráter político.

Artigo 32

A cooperação interamericana para o desenvolvimento integral deve ser contínua e encaminhar-se, de preferência, por meio de organismos multilaterais, sem prejuízo da cooperação bilateral acordada entre os Estados-membros.

Os Estados-membros contribuirão para a cooperação interamericana para o desenvolvimento integral, de acordo com seus recursos e possibilidades e em conformidade com suas leis.

Artigo 33

O desenvolvimento é responsabilidade primordial de cada país e deve constituir um processo integral e continuado para a criação de uma ordem econômica e social justa que permita a plena realização da pessoa humana e para isso contribua.

Artigo 34

Os Estados-membros convêm em que a igualdade de oportunidades, a eliminação da pobreza crítica e a distribuição eqüitativa da riqueza e da renda, bem como a plena participação de seus povos nas decisões relativas a seu próprio desenvolvimento, são, entre outros, objetivos básicos do desenvolvimento integral. Para alcançá-los convêm, da mesma forma, em dedicar seus maiores esforços à consecução das seguintes metas básicas:

- a) Aumento substancial e auto-sustentado do produto nacional *per capita*;
- b) Distribuição eqüitativa da renda nacional;
- c) Sistemas tributários adequados e eqüitativos;

- d) Modernização da vida rural e reformas que conduzam a regimes eqüitativos e eficazes de posse da terra, maior produtividade agrícola, expansão do uso da terra, diversificação da produção e melhores sistemas para a industrialização e comercialização de produtos agrícolas, e fortalecimento e ampliação dos meios para alcançar esses fins;
- e) Industrialização acelerada e diversificada, especialmente de bens de capital e intermediários;
- f) Estabilidade do nível dos preços internos, em harmonia com o desenvolvimento econômico sustentado e com a consecução da justiça social;
- g) Salários justos, oportunidades de emprego e condições de trabalho aceitáveis para todos;
- h) Rápida erradicação do analfabetismo e ampliação, para todos, das oportunidades no campo da educação;
- i) Defesa do potencial humano mediante extensão e aplicação dos modernos conhecimentos da ciência médica;
- j) Alimentação adequada, especialmente por meio da aceleração dos esforços nacionais no sentido de aumentar a produção e disponibilidade de alimentos;
- k) Habitação adequada para todos os setores da população;
- l) Condições urbanas que proporcionem oportunidades de vida sadia, produtiva e digna;
- m) Promoção da iniciativa e dos investimentos privados em harmonia com a ação do setor público; e
- n) Expansão e diversificação das exportações.

Artigo 35

Os Estados-membros devem abster-se de exercer políticas e praticar ações ou tomar medidas que tenham sérios efeitos adversos sobre o desenvolvimento de outros Estados-membros.

Artigo 36

As empresas transnacionais e o investimento privado estrangeiro estão sujeitos à legislação e à jurisdição dos tribunais nacionais competentes dos países receptores, bem como aos tratados e convênios internacionais dos quais estes sejam parte, e devem ajustar-se à política de desenvolvimento dos países receptores.

Artigo 37

Os Estados-membros convêm em buscar, coletivamente, solução para os problemas urgentes ou graves que possam apresentar-se quando o desenvolvimento ou estabilidade econômicos de qualquer Estado-membro se virem seriamente afetados por situações que não puderem ser solucionadas pelo esforço desse Estado.

Artigo 38

Os Estados-membros difundirão entre si os benefícios da ciência e da tecnologia, promovendo, de acordo com os tratados vigentes e as leis nacionais, o intercâmbio e o aproveitamento dos conhecimentos científicos e técnicos.

Artigo 39

Os Estados-membros, reconhecendo a estrita interdependência que há entre o comércio exterior e o desenvolvimento econômico e social, devem envidar esforços, individuais e coletivos, a fim de conseguir:

- a) Condições favoráveis de acesso aos mercados mundiais para os produtos dos países em desenvolvimento da região, especialmente por meio da redução ou abolição, por parte dos países importadores, das barreiras alfandegárias e não alfandegárias que afetam as exportações dos Estados-membros da Organização, salvo quando tais barreiras se aplicarem a fim de diversificar a estrutura econômica, acelerar o desenvolvimento dos Estados-membros menos desenvolvidos e intensificar seu processo de integração econômica, ou quando se relacionarem com a segurança nacional ou com as necessidades do equilíbrio econômico;
- b) Continuidade do seu desenvolvimento econômico e social, mediante:
 - i. Melhores condições para o comércio de produtos básicos por meio de convênios internacionais, quando forem adequados; de processos ordenados de comercialização que evitem a perturbação dos mercados; e de outras medidas destinadas a promover a expansão de mercados e a obter receitas seguras para os produtores, fornecimentos adequados e seguros para os consumidores, e preços estáveis que sejam ao mesmo tempo recompensadores para os produtores e eqüitativos para os consumidores;

- ii. Melhor cooperação internacional no setor financeiro e adoção de outros meios para atenuar os efeitos adversos das acentuadas flutuações das receitas de exportação que experimentem os países exportadores de produtos básicos;
- iii. Diversificação das exportações e ampliação das oportunidades de exportação dos produtos manufaturados e semimanufaturados de países em desenvolvimento; e
- iv. Condições favoráveis ao aumento das receitas reais provenientes das exportações dos Estados-membros, especialmente dos países em desenvolvimento da região, e ao aumento de sua participação no comércio internacional.

Artigo 40

Os Estados-membros reafirmam o princípio de que os países de maior desenvolvimento econômico, que em acordos internacionais de comércio façam concessões em benefício dos países de menor desenvolvimento econômico no tocante à redução e abolição de tarifas ou outras barreiras ao comércio exterior, não devem solicitar a estes países concessões recíprocas que sejam incompatíveis com seu desenvolvimento econômico e com suas necessidades financeiras e comerciais.

Artigo 41

Os Estados-membros, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico, a integração regional, a expansão e a melhoria das condições do seu comércio, promoverão a modernização e a coordenação dos transportes e comunicações nos países em desenvolvimento e entre os Estados-membros.

Artigo 42

Os Estados-membros reconhecem que a integração dos países em desenvolvimento do Continente constitui um dos objetivos do Sistema Interamericano e, portanto, orientarão seus esforços e tomarão as medidas necessárias no sentido de acelerar o processo de integração com vistas à consecução, no mais breve prazo, de um mercado comum latino-americano.

Artigo 43

Com o objetivo de fortalecer e acelerar a integração em todos os seus aspectos, os Estados-membros comprometem-se a dar adequada prioridade à elaboração e execução de projetos multinacionais e a seu financiamento, bem como a estimular as instituições econômicas e financeiras do Sistema Interamericano a que continuem dando seu mais amplo apoio às instituições e aos programas de integração regional.

Artigo 44

Os Estados-membros convêm em que a cooperação técnica e financeira, tendente a estimular os processos de integração econômica regional, deve basear-se no princípio do desenvolvimento harmônico, equilibrado e eficiente, dispensando especial atenção aos países de menor desenvolvimento relativo, de modo que constitua um fator decisivo que os habilite a promover, com seus próprios esforços, o melhor desenvolvimento de seus programas de infra-estrutura, novas linhas de produção e a diversificação de suas exportações.

Artigo 45

Os Estados-membros, convencidos de que o Homem somente pode alcançar a plena realização de suas aspirações dentro de uma ordem social justa, acompanhada de desenvolvimento econômico e de verdadeira paz, convêm em envidar os seus maiores esforços na aplicação dos seguintes princípios e mecanismos:

- a) Todos os seres humanos, sem distinção de raça, sexo, nacionalidade, credo ou condição social, têm direito ao bem-estar material e a seu desenvolvimento espiritual em condições de liberdade, dignidade, igualdade de oportunidades e segurança econômica;
- b) O trabalho é um direito e um dever social; confere dignidade a quem o realiza e deve ser exercido em condições que, compreendendo um regime de salários justos, assegurem a vida, a saúde e um nível econômico digno ao trabalhador e sua família, tanto durante os anos de atividade como na velhice, ou quando qualquer circunstância o prive da possibilidade de trabalhar;

- c) Os empregadores e os trabalhadores, tanto rurais como urbanos, têm o direito de se associarem livremente para a defesa e promoção de seus interesses, inclusive o direito de negociação coletiva e o de greve por parte dos trabalhadores, o reconhecimento da personalidade jurídica das associações e a proteção de sua liberdade e independência, tudo de acordo com a respectiva legislação;
- d) Sistemas e processos justos e eficientes de consulta e colaboração entre os setores da produção, levada em conta a proteção dos interesses de toda a sociedade;
- e) O funcionamento dos sistemas de administração pública, bancário e de crédito, de empresa, e de distribuição e vendas, de forma que, em harmonia com o setor privado, atendam às necessidades e interesses da comunidade;
- f) A incorporação e crescente participação dos setores marginais da população, tanto das zonas rurais como dos centros urbanos, na vida econômica, social, cívica, cultural e política da nação, a fim de conseguir a plena integração da comunidade nacional, o aceleração do processo de mobilidade social e a consolidação do regime democrático. O estímulo a todo esforço de promoção e cooperação populares que tenha por fim o desenvolvimento e o progresso da comunidade;
- g) O reconhecimento da importância da contribuição das organizações tais como os sindicatos, as cooperativas e as associações culturais, profissionais, de negócios, vicinais e comunais para a vida da sociedade e para o processo de desenvolvimento;
- h) Desenvolvimento de uma política eficiente de previdência social; e
- i) Disposições adequadas a fim de que todas as pessoas tenham a devida assistência legal para fazer valer seus direitos.

Artigo 46

Os Estados-membros reconhecem que, para facilitar o processo de integração regional latino-americana, é necessário harmonizar a legislação social dos países em desenvolvimento, especialmente no setor trabalhista e no da previdência social, a fim de que os direitos dos trabalhadores sejam igualmente protegidos, e convêm em envidar os maiores esforços com o objetivo de alcançar essa finalidade.

Artigo 47

Os Estados-membros darão primordial importância, dentro dos seus planos de desenvolvimento, ao estímulo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura, orientadas no sentido do melhoramento integral da pessoa humana e como fundamento da democracia, da justiça social e do progresso.

Artigo 48

Os Estados-membros cooperarão entre si, a fim de atender às suas necessidades no tocante à educação, promover a pesquisa científica e impulsionar o progresso tecnológico para seu desenvolvimento integral. Considerar-se-ão individual e solidariamente comprometidos a preservar e enriquecer o patrimônio cultural dos povos americanos.

Artigo 49

Os Estados-membros empreenderão os maiores esforços para assegurar, de acordo com suas normas constitucionais, o exercício efetivo do direito à educação, observados os seguintes princípios:

- a) O ensino primário, obrigatório para a população em idade escolar, será estendido também a todas as outras pessoas a quem possa aproveitar. Quando ministrado pelo Estado, será gratuito;
- b) O ensino médio deverá ser estendido progressivamente, com critério de promoção social, à maior parte possível da população. Será diversificado de maneira que, sem prejuízo da formação geral dos educandos, atenda às necessidades do desenvolvimento de cada país; e
- c) A educação de grau superior será acessível a todos, desde que, a fim de manter seu alto nível, se cumpram as normas regulamentares ou acadêmicas respectivas.

Artigo 50

Os Estados-membros dispensarão especial atenção à erradicação do analfabetismo, fortalecerão os sistemas de educação de adultos e de habilitação para o trabalho, assegurarão a toda a população o gozo dos bens da cultura e promoverão o emprego de todos os meios de divulgação para o cumprimento de tais propósitos.

Artigo 51

Os Estados-membros promoverão a ciência e a tecnologia por meio de atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e de programas de difusão e divulgação, estimularão as atividades no campo da tecnologia, com o propósito de adequá-la às necessidades do seu desenvolvimento integral; concertarão de maneira eficaz sua cooperação nessas matérias; e ampliarão substancialmente o intercâmbio de conhecimentos, de acordo com os objetivos e leis nacionais e os tratados vigentes.

Artigo 52

Os Estados-membros, dentro do respeito devido à personalidade de cada um deles, convêm em promover o intercâmbio cultural como meio eficaz para consolidar a compreensão interamericana e reconhecem que os programas de integração regional devem ser fortalecidos mediante estreita vinculação nos setores da educação, da ciência e da cultura.

SEGUNDA PARTE

Capítulo VIII

DOS ÓRGÃOS

Artigo 53

A Organização dos Estados Americanos realiza os seus fins por intermédio:

- a) Da Assembléia Geral;
- b) Da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores;
- c) Dos Conselhos;
- d) Da Comissão Jurídica Interamericana;
- e) Da Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- f) Da Secretaria-Geral;
- g) Das Conferências Especializadas; e
- h) Dos Organismos Especializados.

Poderão ser criados, além dos previstos na Carta e de acordo com suas disposições, os órgãos subsidiários, organismos e outras entidades que forem julgados necessários.

Capítulo IX

A ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 54

A Assembléia Geral é o órgão supremo da Organização dos Estados Americanos. Tem por principais atribuições, além das outras que lhe confere a Carta, as seguintes:

- a) Decidir a ação e a política gerais da Organização, determinar a estrutura e funções de seus órgãos e considerar qualquer assunto relativo à convivência dos Estados americanos;
- b) Estabelecer normas para a coordenação das atividades dos órgãos, organismos e entidades da Organização entre si e de tais atividades com as das outras instituições do Sistema Interamericano;
- c) Fortalecer e harmonizar a cooperação com as Nações Unidas e seus organismos especializados;
- d) Promover a colaboração, especialmente nos setores econômico, social e cultural, com outras organizações internacionais cujos objetivos sejam análogos aos da Organização dos Estados Americanos;
- e) Aprovar o orçamento-programa da Organização e fixar as quotas dos Estados membros;
- f) Considerar os relatórios da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e as observações e recomendações que, a respeito dos relatórios que deverem ser apresentados pelos demais órgãos e entidades, lhe sejam submetidas pelo Conselho Permanente, conforme o disposto na alínea f, do artigo 91, bem como os relatórios de qualquer órgão que a própria Assembléia Geral requeira;
- g) Adotar as normas gerais que devem reger o funcionamento da Secretaria-Geral;
e
- h) Aprovar seu regulamento e, pelo voto de dois terços, sua agenda.

A Assembléia Geral exercerá suas atribuições de acordo com o disposto na Carta e em outros tratados interamericanos.

Artigo 55

A Assembléia Geral estabelece as bases para a fixação da quota com que deve cada um dos governos contribuir para a manutenção da Organização, levando em conta a capacidade de pagamento dos respectivos países e a determinação dos mesmos de contribuir de forma eqüitativa. Para que possam ser tomadas decisões sobre assuntos orçamentários, é necessária a aprovação de dois terços dos Estados membros.

Artigo 56

Todos os Estados membros têm direito a fazer-se representar na Assembléia Geral. Cada Estado tem direito a um voto.

Artigo 57

A Assembléia Geral reunir-se-á anualmente na época que determinar o regulamento e em sede escolhida consoante o princípio do rodízio. Em cada período ordinário de sessões serão determinadas, de acordo com o regulamento, a data e a sede do período ordinário seguinte.

Se, por qualquer motivo, a Assembléia Geral não se puder reunir na sede escolhida, reunir-se-á na Secretaria-Geral, sem prejuízo de que, se algum dos Estados-membros oferecer oportunamente sede em seu território, possa o Conselho Permanente da Organização acordar que a Assembléia Geral se reúna nessa sede.

Artigo 58

Em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Estados-membros, o Conselho Permanente convocará um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral.

Artigo 59

As decisões da Assembléia Geral serão adotadas pelo voto da maioria absoluta dos Estados-membros, salvo nos casos em que é exigido o voto de dois terços, de acordo com o disposto na Carta, ou naqueles que determinar a Assembléia Geral, pelos processos regulamentares.

Artigo 60

Haverá uma Comissão Preparatória da Assembléia Geral, composta de representantes de todos os Estados-membros, a qual desempenhará as seguintes funções:

- a) Elaborar o projeto de agenda de cada período de sessões da Assembléia Geral;
- b) Examinar o projeto de orçamento-programa e o de resolução sobre quotas e apresentar à Assembléia Geral um relatório sobre os mesmos, com as recomendações que julgar pertinentes; e
- c) As outras que lhe forem atribuídas pela Assembléia Geral.

O projeto de agenda e o relatório serão oportunamente encaminhados aos governos dos Estados-membros.

Capítulo X

A REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Artigo 61

A Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores deverá ser convocada a fim de considerar problemas de natureza urgente e de interesse comum para os Estados americanos, e para servir de Órgão de Consulta.

Artigo 62

Qualquer Estado-membro pode solicitar a convocação de uma Reunião de Consulta. A solicitação deve ser dirigida ao Conselho Permanente da Organização, o qual decidirá, por maioria absoluta de votos, se é oportuna a reunião.

Artigo 63

A agenda e o regulamento da Reunião de Consulta serão preparados pelo Conselho Permanente da Organização e submetidos à consideração dos Estados-membros.

Artigo 64

Se, em caso excepcional, o Ministro das Relações Exteriores de qualquer país não puder assistir à reunião, far-se-á representar por um delegado especial.

Artigo 65

Em caso de ataque armado ao território de um Estado americano ou dentro da zona de segurança demarcada pelo tratado em vigor, o Presidente do Conselho Permanente reunirá o Conselho, sem demora, a fim de determinar a convocação da Reunião de Consulta, sem prejuízo do disposto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca no que diz respeito aos Estados-membros no referido instrumento.

Artigo 66

Fica estabelecida uma Comissão Consultiva de Defesa para aconselhar o Órgão de Consulta a respeito dos problemas de colaboração militar, que possam surgir da aplicação dos tratados especiais existentes sobre matéria de segurança coletiva.

Artigo 67

A Comissão Consultiva de Defesa será integrada pelas mais altas autoridades militares dos Estados americanos que participem da Reunião de Consulta. Excepcionalmente, os governos poderão designar substitutos. Cada Estado terá direito a um voto.

Artigo 68

A Comissão Consultiva de Defesa será convocada nos mesmos termos que o Órgão de Consulta, quando este tenha que tratar de assuntos relacionados com a defesa contra agressão.

Artigo 69

Quando a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta ou os governos lhe cometerem, por maioria de dois terços dos Estados-membros, estudos técnicos ou relatórios sobre temas específicos, a Comissão também se reunirá para esse fim.

Capítulo XI
OS CONSELHOS DA ORGANIZAÇÃO
Disposições comuns

Artigo 70

O Conselho Permanente da Organização e o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral dependem diretamente da Assembléia Geral e têm a competência conferida a cada um deles pela Carta e por outros instrumentos interamericanos, bem como as funções que lhes forem confiadas pela Assembléia Geral e pela Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.

Artigo 71

Todos os Estados-membros têm direito a fazer-se representar em cada um dos Conselhos. Cada Estado tem direito a um voto.

Artigo 72

Dentro dos limites da Carta e dos demais instrumentos interamericanos, os Conselhos poderão fazer recomendações no âmbito de suas atribuições.

Artigo 73

Os Conselhos, em assuntos de sua respectiva competência, poderão apresentar estudos e propostas à Assembléia Geral e submeter-lhe projetos de instrumentos internacionais e proposições com referência à realização de conferências especializadas e à criação, modificação ou extinção de organismos especializados e outras entidades interamericanas, bem como sobre a coordenação de suas atividades. Os Conselhos poderão também apresentar estudos, propostas e projetos de instrumentos internacionais às Conferências Especializadas.

Artigo 74

Cada Conselho, em casos urgentes, poderá convocar, em matéria de sua competência, Conferências Especializadas, mediante consulta prévia com os Estados membros e sem ter de recorrer ao processo previsto no artigo 122.

Artigo 75

Os Conselhos, na medida de suas possibilidades e com a cooperação da Secretaria Geral, prestarão aos governos os serviços especializados que estes solicitarem.

Artigo 76

Cada Conselho tem faculdades para requerer do outro, bem como dos órgãos subsidiários e dos organismos a eles subordinados, a prestação, nas suas respectivas esferas de competência, de informações e assessoramento. Poderá, também, cada um deles, solicitar os mesmos serviços às demais entidades do Sistema Interamericano.

Artigo 77

Com a prévia aprovação da Assembléia Geral, os Conselhos poderão criar os órgãos subsidiários e os organismos que julgarem convenientes para o melhor exercício de suas funções. Se a Assembléia Geral não estiver reunida, os referidos órgãos e organismos poderão ser estabelecidos provisoriamente pelo Conselho respectivo. Na composição dessas entidades os Conselhos observarão, na medida do possível, os princípios do rodízio e da representação geográfica eqüitativa.

Artigo 78

Os Conselhos poderão realizar reuniões no território de qualquer Estado-membro, quando o julgarem conveniente e com aquiescência prévia do respectivo governo.

Artigo 79

Cada Conselho elaborará seu estatuto, submetê-lo-á à aprovação da Assembléia Geral e aprovará seu regulamento e os de seus órgãos subsidiários, organismos e comissões.

Capítulo XII

O CONSELHO PERMANENTE DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 80

O Conselho Permanente da Organização compõe-se de um representante de cada Estado-membro, nomeado especialmente pelo respectivo governo, com a categoria de embaixador. Cada governo poderá acreditar um representante interino, bem como os suplentes e assessores que julgar conveniente.

Artigo 81

A Presidência do Conselho Permanente será exercida sucessivamente pelos representantes, na ordem alfabética dos nomes em espanhol de seus respectivos países, e a Vice-Presidência, de modo idêntico, seguida a ordem alfabética inversa. O Presidente e o Vice-Presidente exercerão suas funções por um período não superior a seis meses, que será determinado pelo estatuto.

Artigo 82

O Conselho Permanente tomará conhecimento, dentro dos limites da Carta e dos tratados e acordos interamericanos, de qualquer assunto de que o encarreguem a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.

Artigo 83

O Conselho Permanente agirá provisoriamente como Órgão de Consulta, conforme o estabelecido no tratado especial sobre a matéria.

Artigo 84

O Conselho Permanente velará pela manutenção das relações de amizade entre os Estados-membros e, com tal objetivo, ajudá-los-á de maneira efetiva na solução pacífica de suas controvérsias, de acordo com as disposições que se seguem.

Artigo 85

De acordo com as disposições da Carta, qualquer parte numa controvérsia, no tocante à qual não esteja em tramitação qualquer dos processos pacíficos

previstos na Carta, poderá recorrer ao Conselho Permanente, para obter seus bons ofícios. O Conselho, de acordo com o disposto no artigo anterior, assistirá as partes e recomendará os processos que considerar adequados para a solução pacífica da controvérsia.

Artigo 86

O Conselho Permanente, no exercício de suas funções, com a anuência das partes na controvérsia, poderá estabelecer comissões *ad hoc*.

As comissões *ad hoc* terão a composição e o mandato que em cada caso decidir o Conselho Permanente, com o consentimento das partes na controvérsia.

Artigo 87

O Conselho Permanente poderá também, pelo meio que considerar conveniente, investigar os fatos relacionados com a controvérsia, inclusive no território de qualquer das partes, após consentimento do respectivo governo.

Artigo 88

Se o processo de solução pacífica de controvérsias recomendado pelo Conselho Permanente, ou sugerido pela respectiva comissões *ad hoc* nos termos de seu mandato, não for aceito por uma das partes, ou qualquer destas declarar que o processo não resolveu a controvérsia, o Conselho Permanente informará a Assembléia Geral, sem prejuízo de que leve a cabo gestões para o entendimento entre as partes ou para o reatamento das relações entre elas.

Artigo 89

O Conselho Permanente, no exercício de tais funções, tomará suas decisões pelo voto afirmativo de dois terços dos seus membros, excluídas as partes, salvo as decisões que o regulamento autorize a aprovar por maioria simples.

Artigo 90

No desempenho das funções relativas à solução pacífica de controvérsias, o Conselho Permanente e a comissão *ad hoc* respectiva deverão observar as disposições da Carta e os princípios e normas do direito internacional, bem como levar em conta a existência dos tratados vigentes entre as partes.

Artigo 91

Compete também ao Conselho Permanente:

- a) Executar as decisões da Assembléia Geral ou da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, cujo cumprimento não haja sido confiado a nenhuma outra entidade;
- b) Velar pela observância das normas que regulam o funcionamento da Secretaria-Geral e, quando a Assembléia Geral não estiver reunida, adotar as disposições de natureza regulamentar que habilitem a Secretaria-Geral para o cumprimento de suas funções administrativas;
- c) Atuar como Comissão Preparatória da Assembléia Geral nas condições estabelecidas pelo artigo 60 da Carta, a não ser que a Assembléia Geral decida de maneira diferente;
- d) Preparar, a pedido dos Estados-membros e com a cooperação dos órgãos pertinentes da Organização, projetos de acordo destinados a promover e facilitar a colaboração entre a Organização dos Estados Americanos e as Nações Unidas, ou entre a Organização e outros organismos americanos de reconhecida autoridade internacional. Esses projetos serão submetidos à aprovação da Assembléia Geral;
- e) Formular recomendações à Assembléia Geral sobre o funcionamento da Organização e sobre a coordenação dos seus órgãos subsidiários, organismos e comissões;
- f) Considerar os relatórios do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, da Comissão Jurídica Interamericana, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Secretaria-Geral, dos organismos e conferências especializados e dos demais órgãos e entidades, e apresentar à Assembléia Geral as observações e recomendações que julgue pertinentes; e
- g) Exercer as demais funções que lhe atribui a Carta.

Artigo 92

O Conselho Permanente e a Secretaria-Geral terão a mesma sede.

Capítulo XIII

O CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Artigo 93

O Conselho Interamericano de Desenvolvendo Integral compõe-se de um representante titular, no nível ministerial ou seu equivalente, de cada Estado-membro, nomeado especificamente pelo respectivo governo.

Conforme previsto na Carta, o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral poderá criar os órgãos subsidiários e os organismos que julgar suficiente para o melhor exercício de suas funções.

Artigo 94

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral tem como finalidade promover a cooperação entre os Estados americanos, com o propósito de obter seu desenvolvimento integral e, em particular, de contribuir para a eliminação da pobreza crítica, segundo as normas da Carta, principalmente as consignadas no Capítulo VII no que se refere aos campos econômico, social, educacional, cultural, e científico e tecnológico.

Artigo 95

Para realizar os diversos objetivos, particularmente na área específica da cooperação técnica, o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral deverá:

- a) Formular e recomendar à Assembléia Geral o plano estratégico que articule as políticas, os programas e as medidas de ação em matéria de cooperação para o desenvolvimento integral, no marco da política geral e das prioridades definidas pela Assembléia Geral;
- b) Formular diretrizes para a elaboração do orçamento programa de cooperação técnica, bem como para as demais atividades do Conselho;
- c) Promover, coordenar e encomendar a execução de programas e projetos de desenvolvimento aos órgãos subsidiários e organismos correspondentes, com base nas prioridades determinadas pelos Estados-membros, em áreas tais como:
 1. Desenvolvimento econômico e social, inclusive o comércio, o turismo, a integração e o meio ambiente;

2. Melhoramento e extensão da educação a todos os níveis, e a promoção da pesquisa científica e tecnológica, por meio da cooperação técnica, bem como do apoio às atividades da área cultural; e
 3. Fortalecimento da consciência cívica dos povos americanos, como um dos fundamentos da prática efetiva da democracia e a do respeito aos direitos e deveres da pessoa humana.
 4. Para este fim, contará com mecanismos de participação setorial e com apoio dos órgãos subsidiários e organismos previstos na Carta e outros dispositivos da Assembléia Geral;
- d) Estabelecer relações de cooperação com os órgãos correspondentes das Nações Unidas e outras entidades nacionais e internacionais, especialmente no que diz respeito à coordenação dos programas interamericanos de assistência técnica;
- e) Avaliar periodicamente as entidades de cooperação para o desenvolvimento integral, no que tange ao seu desempenho na implementação das políticas, programas e projetos, em termos de seu impacto, eficácia, eficiência, aplicação de recursos e da qualidade, entre outros, dos serviços de cooperação técnica prestados e informar à Assembléia Geral.

Artigo 96

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral realizará, no mínimo, uma reunião por ano, no nível ministerial ou seu equivalente, e poderá convocar a realização de reuniões no mesmo nível para os temas especializados ou setoriais que julgar pertinentes, em áreas de sua competência. Além disso, reunir-se-á, quando for convocado pela Assembléia Geral, pela Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, por iniciativa própria, ou para os casos previstos no artigo 37 da Carta.

Artigo 97

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral terá as Comissões Especializadas Não-Permanentes que decidem estabelecer e o que for necessário para o melhor desempenho de suas funções. Estas Comissões funcionarão e serão constituídas segundo o disposto no Estatuto do mesmo Conselho.

Artigo 98

A execução e, conforme o caso, a coordenação dos projetos aprovados será confiada à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, que informará o Conselho sobre o resultado da execução.

Capítulo XIV

A COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

Artigo 99

A Comissão Jurídica Interamericana tem por finalidade servir de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos; promover o desenvolvimento progressivo e a codificação do direito internacional; e estudar os problemas jurídicos referentes à integração dos países em desenvolvimento do Continente, bem como a possibilidade de uniformizar suas legislações no que parecer conveniente.

Artigo 100

A Comissão Jurídica Interamericana empreenderá os estudos e trabalhos preparatórios de que for encarregada pela Assembléia Geral, pela Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e pelos Conselhos da Organização. Pode, além disso, levar a efeito, por sua própria iniciativa, os que julgar convenientes, bem como sugerir a realização de conferências jurídicas e especializadas.

Artigo 101

A Comissão Jurídica Interamericana será composta de onze juristas nacionais dos Estados membros, eleitos, de listas de três candidatos apresentadas pelos referidos Estados, para um período de quatro anos. A Assembléia Geral procederá à eleição, de acordo com um regime que leve em conta a renovação parcial e procure, na medida do possível, uma representação geográfica eqüitativa. Não poderá haver na Comissão mais de um membro da mesma nacionalidade.

As vagas que ocorrerem por razões diferentes da expiração normal dos mandatos dos membros da Comissão serão preenchidas pelo Conselho Permanente da Organização, de acordo com os mesmos critérios estabelecidos no parágrafo anterior.

Artigo 102

A Comissão Jurídica Interamericana representa o conjunto dos Estados-membros da Organização, e tem a mais ampla autonomia técnica.

Artigo 103

A Comissão Jurídica Interamericana estabelecerá relações de cooperação com as universidades, institutos e outros centros de ensino e com as comissões e entidades nacionais e internacionais dedicadas ao estudo, pesquisa, ensino ou divulgação dos assuntos jurídicos de interesse internacional.

Artigo 104

A Comissão Jurídica Interamericana elaborará seu estatuto, o qual será submetido à aprovação da Assembléia Geral.

A Comissão adotará seu próprio regulamento.

Artigo 105

A Comissão Jurídica Interamericana terá sua sede na cidade do Rio de Janeiro, mas, em casos especiais, poderá realizar reuniões em qualquer outro lugar que seja oportunamente designado, após consulta ao Estado-membro correspondente.

Capítulo XV

A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Artigo 106

Haverá uma Comissão Interamericana de Direitos Humanos que terá por principal função promover o respeito e a defesa dos direitos humanos e servir como órgão consultivo da Organização em tal matéria.

Uma convenção interamericana sobre direitos humanos estabelecerá a estrutura, a competência e as normas de funcionamento da referida Comissão, bem como as dos outros órgãos encarregados de tal matéria.

Capítulo XVI

A SECRETARIA-GERAL

Artigo 107

A Secretaria-Geral é o órgão central e permanente da Organização dos Estados Americanos. Exercerá as funções que lhe atribuíam a Carta, outros tratados e acordos interamericanos e a Assembléia Geral, e cumprirá os encargos de que for incumbida pela Assembléia Geral, pela Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e pelos Conselhos.

Artigo 108

O Secretário-Geral da Organização será eleito pela Assembléia Geral para um período de cinco anos e não poderá ser reeleito mais de uma vez, nem poderá suceder-lhe pessoa da mesma nacionalidade. Vagando o cargo de Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto assumirá as funções daquele até que a Assembléia Geral proceda à eleição de novo titular para um período completo.

Artigo 109

O Secretário-Geral dirige a Secretaria-Geral, é o representante legal da mesma e, sem prejuízo do estabelecido no artigo 91, alínea b, responde perante a Assembléia Geral pelo cumprimento adequado das atribuições e funções da Secretaria-Geral.

Artigo 110

O Secretário-Geral ou seu representante poderá participar, com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização.

O Secretário-Geral poderá levar à atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, na sua opinião, possa afetar a paz e a segurança do Continente e o desenvolvimento dos Estados membros.

As atribuições a que se refere o parágrafo anterior serão exercidas em conformidade com esta Carta.

Artigo 111

De acordo com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, a Secretaria-Geral promoverá relações

econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais entre todos os Estados membros da Organização, com especial ênfase na cooperação da pobreza crítica.

Artigo 112

A Secretaria-Geral desempenha também as seguintes funções:

- a) Encaminhar *ex officio* aos Estados membros a convocatória da Assembléia Geral, da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e das Conferências Especializadas;
- b) Assessorar os outros órgãos, quando cabível, na elaboração das agendas e regulamentos;
- c) Preparar o projeto de orçamento-programa da Organização com base nos programas aprovados pelos Conselhos, organismos e entidades cujas despesas devam ser incluídas no orçamento-programa e, após consulta com esses Conselhos ou suas Comissões Permanentes, submetê-lo à Comissão Preparatória da Assembléia Geral e em seguida à própria Assembléia;
- d) Proporcionar à Assembléia Geral e aos demais órgãos serviços de secretaria permanentes e adequados, bem como dar cumprimento a seus mandatos e encargos. Dentro de suas possibilidades, atender às outras reuniões da Organização;
- e) Custodiar os documentos e arquivos das Conferências Interamericanas, da Assembléia Geral, das Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, dos Conselhos e das Conferências Especializadas;
- f) Servir de depositária dos tratados e acordos interamericanos, bem como dos instrumentos de ratificação dos mesmos;
- g) Apresentar à Assembléia Geral, em cada período ordinário de sessões, um relatório anual sobre as atividades e a situação financeira da Organização; e
- h) Estabelecer relações de cooperação, consoante o que for decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os Organismos Especializados e com outros organismos nacionais e internacionais.

Artigo 113

Compete ao Secretário-Geral:

- a) Estabelecer as dependências da Secretaria-Geral que sejam necessárias para a realização de seus fins; e
- b) Determinar o número de funcionários e empregados da Secretaria-Geral, nomeá-los, regulamentar suas atribuições e deveres e fixar sua retribuição.

O Secretário-Geral exercerá essas atribuições de acordo com as normas gerais e as disposições orçamentárias que forem estabelecidas pela Assembléia Geral.

Artigo 114

O Secretário-Geral Adjunto será eleito pela Assembléia Geral para um período de cinco anos e não poderá ser reeleito mais de uma vez, nem poderá suceder-lhe pessoa da mesma nacionalidade. Vagando o cargo de Secretário-Geral Adjunto, o Conselho Permanente elegerá um substituto, o qual exercerá o referido cargo até que a Assembléia Geral proceda à eleição de novo titular para um período completo.

Artigo 115

O Secretário-Geral Adjunto é o Secretário do Conselho Permanente. Tem o caráter de funcionário consultivo do Secretário-Geral e atuará como delegado seu em tudo aquilo de que for por ele incumbido. Na ausência temporária ou no impedimento do Secretário-Geral, exercerá as funções deste.

O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto deverão ser de nacionalidades diferentes.

Artigo 116

A Assembléia Geral, com o voto de dois terços dos Estados membros, pode destituir o Secretário-Geral ou o Secretário-Geral Adjunto, ou ambos, quando o exigir o bom funcionamento da Organização.

Artigo 117

O Secretário-Geral designará o Secretário Executivo de Desenvolvimento Integral, com a aprovação do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.

Artigo 118

No cumprimento de seus deveres, o Secretário-Geral e o pessoal da Secretaria não solicitarão nem receberão instruções de governo algum nem de autoridade alguma estranha à Organização, e abster-se-ão de agir de maneira incompatível com sua condição de funcionários internacionais, responsáveis unicamente perante a Organização.

Artigo 119

Os Estados-membros comprometem-se a respeitar o caráter exclusivamente internacional das responsabilidades do Secretário-Geral e do pessoal da Secretaria-Geral e a não tentar influir sobre eles no desempenho de suas funções.

Artigo 120

Na seleção do pessoal da Secretaria-Geral levar-se-ão em conta, em primeiro lugar, a eficiência, a competência e a probidade; mas, ao mesmo tempo, dever-se-á dar importância à necessidade de ser o pessoal escolhido, em todas as hierarquias, de acordo com um critério de representação geográfica tão amplo quanto possível.

Artigo 121

A sede da Secretaria-Geral é a cidade de Washington, D.C.

Capítulo XVII

AS CONFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS

Artigo 122

As Conferências Especializadas são reuniões intergovernamentais destinadas a tratar de assuntos técnicos especiais ou a desenvolver aspectos específicos da cooperação interamericana e são realizadas quando o determine a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, por iniciativa própria ou a pedido de algum dos Conselhos ou Organismos Especializados.

Artigo 123

A agenda e o regulamento das Conferências Especializadas serão elaborados pelos Conselhos competentes, ou pelos Organismos Especializados interessados, e submetidos à consideração dos governos dos Estados membros.

Capítulo XVIII

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Artigo 124

Consideram-se como Organismos Especializados Interamericanos, para os efeitos desta Carta, os organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, que tenham determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados americanos.

Artigo 125

A Secretaria-Geral manterá um registro dos organismos que satisfaçam as condições estabelecidas no artigo anterior, de acordo com as determinações da Assembléia Geral e à vista de relatório do Conselho correspondente.

Artigo 126

Os Organismos Especializados gozam da mais ampla autonomia técnica, mas deverão levar em conta as recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos, de acordo com as disposições da Carta.

Artigo 127

Os Organismos Especializados apresentarão à Assembléia Geral relatórios anuais sobre o desenvolvimento de suas atividades, bem como sobre seus orçamentos e contas anuais.

Artigo 128

As relações que devem existir entre os Organismos Especializados e a Organização serão definidas mediante acordos celebrados entre cada organismo e o Secretário-Geral, com a autorização da Assembléia Geral.

Artigo 129

Os Organismos Especializados devem estabelecer relações de cooperação com os organismos mundiais do mesmo caráter, a fim de coordenar suas atividades. Ao entrarem em acordo com os organismos internacionais de caráter mundial, os

Organismos Especializados Interamericanos devem manter a sua identidade e posição como parte integrante da Organização dos Estados Americanos, mesmo quando desempenhem funções regionais dos organismos internacionais.

Artigo 130

Na localização dos Organismos Especializados, levar-se-ão em conta os interesses de todos os Estados membros e a conveniência de que as sedes dos mesmos sejam escolhidas mediante critério de distribuição geográfica tão eqüitativa quanto possível.

TERCEIRA PARTE

Capítulo XIX

NAÇÕES UNIDAS

Artigo 131

Nenhuma das estipulações desta Carta se interpretará no sentido de prejudicar os direitos e obrigações dos Estados membros, de acordo com a Carta das Nações Unidas.

Capítulo XX

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 132

A assistência às reuniões dos órgãos permanentes da Organização dos Estados Americanos ou às conferências e reuniões previstas na Carta, ou realizadas sob os auspícios da Organização, obedece ao caráter multilateral dos referidos órgãos, conferências e reuniões e não depende das relações bilaterais entre o governo de qualquer Estado-membro e o governo do país sede.

Artigo 133

A Organização dos Estados Americanos gozará no território de cada um de seus membros da capacidade jurídica, dos privilégios e das imunidades que forem necessários para o exercício das suas funções e a realização dos seus propósitos.

Artigo 134

Os representantes dos Estados membros nos órgãos da Organização, o pessoal das suas representações, o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto gozarão dos privilégios e imunidades correspondentes a seus cargos e necessários para desempenhar com independência suas funções.

Artigo 135

A situação jurídica dos Organismos Especializados e os privilégios e imunidades que devem ser concedidos aos mesmos e ao seu pessoal, bem como aos funcionários da Secretaria-Geral, serão determinados em acordo multilateral. O disposto neste artigo não impede que se celebrem acordos bilaterais, quando julgados necessários.

Artigo 136

A correspondência da Organização dos Estados Americanos, inclusive impressos e pacotes, sempre que for marcada com o seu selo de franquia, circulará isenta de porte pelos correios dos Estados membros.

Artigo 137

A Organização dos Estados Americanos não admite restrição alguma, por motivo de raça, credo ou sexo, à capacidade para exercer cargos na Organização e participar de suas atividades.

Artigo 138

Os órgãos competentes buscarão, de acordo com as disposições desta Carta, maior colaboração dos países não membros da Organização em matéria de cooperação para o desenvolvimento.

Capítulo XXI

RATIFICAÇÃO E VIGÊNCIA

Artigo 139

A presente Carta fica aberta à assinatura dos Estados americanos e será ratificada conforme seus respectivos processos constitucionais. O instrumento original, cujos textos em português, espanhol, inglês e francês são igualmente autên-

ticos, será depositado na Secretaria-Geral, a qual enviará cópias autenticadas aos governos, para fins de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados na Secretaria-Geral e esta notificará os governos signatários do dito depósito.

Artigo 140

A presente Carta entrará em vigor entre os Estados que a ratificarem, quando dois terços dos Estados signatários tiverem depositado suas ratificações. Quanto aos Estados restantes, entrará em vigor na ordem em que eles depositarem as suas ratificações.

Artigo 141

A presente Carta será registrada na Secretaria das Nações Unidas por intermédio da Secretaria-Geral.

Artigo 142

As reformas da presente Carta só poderão ser adotadas pela Assembléia Geral, convocada para tal fim. As reformas entrarão em vigor nos mesmos termos e segundo o processo estabelecido no artigo 140.

Artigo 143

Esta Carta vigorará indefinidamente, mas poderá ser denunciada por qualquer dos Estados membros, mediante uma notificação escrita à Secretaria-Geral, a qual comunicará em cada caso a todos os outros Estados às notificações de denúncia que receber. Transcorridos dois anos a partir da data em que a Secretaria-Geral receber uma notificação de denúncia, a presente Carta cessará seus efeitos em relação ao dito Estado denunciante e este ficará desligado da Organização, depois de ter cumprido as obrigações oriundas da presente Carta.

Capítulo XXII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 144

O Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso atuará como comissão executiva permanente do Conselho Interamericano Econômico e Social enquanto estiver em vigor a Aliança para o Progresso.

Artigo 145

Enquanto não entrar em vigor a convenção interamericana sobre direitos humanos a que se refere o Capítulo XV, a atual Comissão Interamericana de Direitos Humanos velará pela observância de tais direitos.

Artigo 146

O Conselho Permanente não formulará nenhuma recomendação, nem a Assembléia Geral tomará decisão alguma sobre pedido de admissão apresentado por entidade política cujo território esteja sujeito, total ou parcialmente e em época anterior à data de 18 de dezembro de 1964, fixada pela Primeira Conferência Interamericana Extraordinária, a litígio ou reclamação entre país extracontinental e um ou mais Estados membros da Organização, enquanto não se houver posto fim à controvérsia mediante processo pacífico. Este artigo permanecerá em vigor até 10 de dezembro de 1990.

ANEXO J

TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA - TIAR

Em nome de seus Povos, os Governos representados na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, animados pelo desejo de consolidar e fortalecer suas relações de amizade e boa vizinhança e,

Considerando:

Que a Resolução VIII da Conferência Interamericana Sobre Problemas da Guerra e da Paz, reunida na cidade do México, recomendou a celebração de um tratado destinado a prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão contra qualquer dos países da América;

Que as Altas Partes Contratuais reiteram sua vontade de permanecer unidas dentro de um sistema interamericano compatível com os propósitos princípios das Nações Unidas, e reafirmam a existência do acordo que celebram sobre os assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais, que sejam suscetíveis de ação regional;

Que as Altas Partes Contratantes renovam sua adesão aos princípios de solidariedade e cooperação interamericana e especialmente aos princípios enunciados nos considerandos e declarações do Ato de Chapultepec, todos os quais devem ser tidos por aceitos como normas de suas relações mútuas e como base jurídica do Sistema Interamericano;

Que, a fim de aperfeiçoar os processos de solução pacífica de suas controvérsias, pretendem celebrar o Tratado sobre " Sistema Interamericano de Paz", previsto nas Resoluções IX e XXXI da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz;

Que a obrigação de auxílio e de defesa comum das Repúblicas Americanas se acha essencialmente ligada a seus ideais democráticos e à sua vontade de permanente cooperação para realizar os princípios e propósitos de uma política de paz;

Que a comunidade regional americana sustenta como verdade manifesta que a organização jurídica e uma condição necessária para a segurança e a paz, e que a paz se funda na justiça e na ordem moral e, portanto, no reconhecimento e na proteção internacionais dos direitos e liberdades da pessoa humana no bem estar

indispensável dos povos e na efetividade da democracia, para a realização internacional da justiça e da segurança.

Resolveram - de acordo com os objetivos enunciados - celebrar o seguinte Tratado, a fim de assegurar a paz por todos os meios possíveis, prover auxílio recíproco efetivo para enfrentar os ataques armados contra qualquer Estado Americano, e conjurar as ameaças de agressão contra qualquer deles.

Artigo 1º

As Altas Partes Contratantes condenam formalmente a guerra e se obrigam, nas suas relações internacionais a não recorrer à ameaça nem ao uso da força, de qualquer forma incompatível com as disposições das Nações Unidas ou do presente Tratado.

Artigo 2º

Como consequência do princípio formulado no Artigo anterior, as Altas Partes Contratantes Comprometem-se a submeter toda controvérsia, que entre elas surja, aos métodos de solução pacífica e a procurar resolver entre si, mediante os processos vigentes no Sistema Interamericano, antes de a referir à Assembléia Geral ou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Artigo 3º

1. As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes se comprometem a ajudar a fazer ao ataque, no exercício do direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

2. Por solicitação do Estado ou dos Estados diretamente atacados, e até decisão do órgão de consulta do Sistema Interamericano. Cada uma das Partes Contratantes poderá determinar as medidas imediatas que adote individualmente, em cumprimento da obrigação de que trata o parágrafo precedente e de acordo com o princípio de solidariedade continental. O Órgão de Consulta reunir-se-á sem

demora a fim de examinar essas medidas e combinar as de caráter coletivo que seja conveniente adotar.

3. O estipulado neste Artigo aplicar-se-á a todos os casos de ataque armado que se efetue dentro da região descrita no Artigo 4.^o ou dentro do território de um Estado Americano. Quando o ataque se verificar fora das referidas áreas aplicar-se-á o estipulado no Artigo 6.^o.

4. Poderão ser aplicadas as medidas de legítima defesa de que trata este Artigo, até que o Conselho de Segurança das Nações Unidas tenham tomado as medidas necessárias para manter a paz e a segurança internacionais.

Artigo 4.^o

A região a que se refere este Tratado é a compreendida dentro dos seguintes limites: começando no Pólo Norte; daí diretamente para o sul, até um ponto a 74 graus de latitude norte e 10 graus de longitude oeste; daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 47 graus e 30 minutos de latitude norte e 59 graus de longitude oeste; daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 35 graus de latitude norte e 60 graus de longitude oeste; daí diretamente para o sul até um ponto a 20 graus de latitude norte; daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 5 graus de latitude norte e 24 graus de longitude oeste; daí diretamente para o sul até o Pólo Sul; daí diretamente para o norte até um ponto a 30 graus de latitude sul e 90 graus de longitude oeste; daí por uma linha loxodrômica até um ponto no Equador a 97 graus de longitude oeste; daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 15 graus de latitude norte e 120 graus de longitude oeste; um ponto a 50 graus de latitude norte e 170 graus de longitude leste; daí diretamente para o norte até um ponto a 54 graus de latitude norte; daí por uma linha loxodrômica até um ponto a 65 graus e 30 minutos de latitude norte e 168 graus 50 minutos e 5 segundos de longitude oeste; daí diretamente para norte até o Pólo Norte.

Artigo 5.^o

As Altas Partes Contratantes enviarão imediatamente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, de conformidade com os Artigos 51 e 54 da Carta de São Francisco, informações completas sobre as atividades desenvolvidas ou projetadas no exercício do direito de legítima defesa ou com o propósito de manter a paz e a segurança interamericanas.

Artigo 6º

Se a inviolabilidade ou integridade do território ou a soberania ou independência política de qualquer Estado Americano for atingida por uma agressão que não seja um ataque armado, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas que, em caso de agressão, devem ser tomadas em auxílio do agredido, ou, em qualquer caso, convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança do Continente.

Artigo 7º

Em caso de conflito entre dois ou mais Estados Americanos, sem prejuízo do direito de legítima defesa, de conformidade com o Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, as Altas Partes Contratantes reunidas em consulta instarão com os Estados em Litígio para que suspendam as hostilidades e restaurem o *statu quo ante bellum*, e tomarão, além disso, todas as outras medidas necessárias para se restabelecer ou manter a paz e a segurança interamericanas, e para que o conflito seja resolvido por meios pacíficos. A recusa da ação pacificadora será levada em conta na determinação do agressor e na aplicação das medidas que se acordarem na reunião de consulta.

Artigo 8º

Para os efeitos deste Tratado, às medidas que o órgão de consulta acordar compreenderão uma ou mais das seguintes: a retirada dos chefes de missão; a ruptura de relações diplomáticas; a ruptura de relações consulares; a interrupção parcial ou total das relações econômicas ou das comunicações ferroviárias, marítimas, aéreas, telegráficas, telefônicas, radiotelefônicas ou radiotelegráficas, e o emprego de forças armadas.

Artigo 9º

Além de outros atos que, em reunião de consulta possam ser caracterizados como de agressão, serão considerados como tais:

a) o ataque armado, não provocado, por um Estado contra o território, a população ou as forças terrestres ou aéreas de outro Estado;

b) a invasão, pela força armada de um Estado, do território de um Estado Americano, pela travessia das fronteiras demarcadas de conformidade com um tratado, sentença judicial ou laudo arbitral, ou, na falta de fronteiras assim demarcadas, a invasão que afete uma região que esteja sob a jurisdição efetiva de outro Estado.

Artigo 10

Nenhuma das estipulações deste Tratado será interpretada no sentido de prejudicar os direitos e obrigações das Altas Partes Contratantes, de acordo com a Carta das Nações Unidas.

Artigo 11

As consultas a que se refere o presente Tratado serão realizadas mediante a Reunião de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas que tenham ratificado o Tratado, ou na forma ou pelo órgão que futuramente forem ajustados.

Artigo 12

O Conselho Diretor da União Panamericana poderá atuar provisoriamente como órgão de consulta, enquanto não se reunir a Órgão de Consulta a que se refere o artigo anterior.

Artigo 13

As consultas serão promovidas mediante solicitação dirigida ao Conselho Diretor da União Panamericana por qualquer dos Estados signatários que hajam ratificado o Tratado.

Artigo 14

Nas votações a que se refere o presente Tratado somente poderão tomar parte os representantes dos Estados signatários que o tenham ratificado.

Artigo 15

O Conselho Diretor da União Panamericana atuará, em tudo o que concerne ao presente Tratado, como órgão de ligação entre os Estados signatários que o tenham ratificado e entre estes e as Nações Unidas.

Artigo 16

O Órgão de Consulta adotará suas decisões pelo voto de dois terços dos Estados signatários que tenham ratificado o Tratado.

Artigo 18

Quando se tratar de uma situação ou disputa entre Estados Americanos, serão excluídas das votações a que se referem os dois artigos anteriores as partes diretamente interessadas.

Artigo 19

Para constituir *quorum*, em todas as reuniões a que se referem os artigos anteriores, se exigirá que o número dos Estados representados seja pelo menos igual ao número de votos necessários para adotar a respectiva decisão.

Artigo 20

As decisões que exijam a aplicação das medidas mencionadas no artigo 8.º serão obrigatórias para todos os Estados signatários do presente Tratado que o tenham ratificado, com a única exceção de que nenhum Estado será obrigado a empregar a força armada sem seu consentimento.

Artigo 21

As medidas que forem adotadas pelo Órgão de Consulta serão executadas mediante as normas e os órgãos atualmente existentes ou que futuramente venham a ser estabelecidos.

Artigo 22

Este Tratado entrará em vigor, entre os Estados que o ratificam, logo que tenham sido depositadas as ratificações de dois terços dos Estados signatários.

Artigo 23

Este Tratado fica aberto à assinatura dos Estados Americanos, na cidade do Rio de Janeiro e será ratificado pelos Estados signatários com a máxima brevidade, de acordo com as respectivas normas constitucionais. As ratificações

serão entregues para depósito à União Panamericana, a qual notificará cada depósito a todos os Estados signatários. Tal notificação será considerada como troca de ratificações.

Artigo 24

O presente Tratado será registrado na Secretaria Geral das Nações Unidas, por intermédio da União Panamericana, desde que sejam depositadas as ratificações de dois terços dos estados signatários.

Artigo 25

Este Tratado terá duração indefinida, mas poderá ser denunciado por qualquer das Altas Partes Contratantes mediante notificação escrita à União Panamericana, a qual comunicará a todas as outras Altas Partes Contratantes cada notificação de denúncia que receber. Transcorridos dois anos desde a data do recebimento, pela União Panamericana, de uma notificação de denúncia de qualquer das Altas Partes Contratantes, o presente Tratado cessará de produzir efeitos com relação a tal Estado, mas subsistirá para todas as demais Altas Partes Contratantes.

Artigo 26

Os princípios e as disposições fundamentais deste Tratado serão incorporados ao Pacto Constitutivo do sistema Interamericano.

Em testemunho do que, os Plenipotenciários abaixo assinados, tendo depositado seus plenos poderes; achados em boa e devida forma, assinam este Tratado, em nome dos respectivos Governos, nas datas indicadas ao lado de suas assinaturas.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, em quatro textos respectivamente nas línguas portuguesa, espanhola, francesa e inglesa, aos dois dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e sete.

QUADRO DESCRITIVO DAS CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS

CONFERÊNCIAS LATINO-AMERICANAS

ANO	EVENTO	LOCAL	PAIS	RESULTADO
1826	Congresso do Panamá	Panamá	Colômbia, América Central, México e Peru	Realização do “Congresso do Panamá” com a assinatura de um Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua que fundamentava a aliança entre os Estados em laços de fraternidade; criação de uma confederação de Estados Independentes com a possibilidade de um sistema de defesa coletiva; criação de um contingente de exército comum; solução pacífica de controvérsias; defesa da paz; sistema de representação; abolição do tráfico de escravos; valorização de princípios e harmonia entre os povos através da livre circulação de pessoas. A Colômbia foi a única que ratificou o Tratado.
1831	Convocação para o Congresso do México em Tacubaya	México	Nenhum	A convocatória fracassou em razão de os Estados estarem sofrendo com lutas internas e anarquia política.
1838	Convocação para o Congresso do México em Tacubaya	México	Nenhum	A convocatória fracassou em razão de os Estados estarem sofrendo com lutas internas e anarquia política.
1840	Convocação para o Congresso do México em Tacubaya	México	Nenhum	A convocatória fracassou em razão de os Estados estarem sofrendo com lutas internas e anarquia política.
1847 - 1848	Primeiro Congresso de Lima	Perú	Bolívia, Chile, Peru, Equador, Nova Granada (Colômbia)	Discussão sobre delimitação territorial e aplicação do princípio do <i>uti possidetis</i> , comércio e navegação, correios, convenção consular, costumes internacionais, abolição do corso e capturas marítimas, proibição da ocupação territorial por qualquer nação, criação de uma confederação de Estados. Não houve ratificação por nenhum Estado.
1856	Tratado Continental	Chile	Chile, Equador, Peru, Bolívia Costa Rica, Honduras, México Nicarágua e Paraguai	O evento não foi organizado em forma de um congresso e sim foi negociado diplomaticamente. No Tratado final ficaram estipuladas relações de amizade, comércio e navegação, se regulamentou a execução de sentenças, a extradição, a validação de diplomas profissionais, respeito à integridade territorial e à soberania de cada Estado, princípio da solidariedade continental, utilização de mecanismos pacíficos de solução de controvérsias. A Argentina negou sua adesão e o Chile não ratificou o tratado.
1864-1865	Segundo Congresso de Lima	Peru	Argentina, Colômbia, Peru, Chile, Equador, Bolívia, Guatemala, El Salvador e Venezuela	Foi firmado um tratado de liga e aliança para a defesa coletiva contra a agressão externa, manutenção da paz, por meio dos mecanismos pacíficos de solução de controvérsias, respeito a integridade territorial, opção pela arbitragem, comércio e navegação e correios. O Tratado acabou não sendo ratificado

No período de **1865** e **1889** os congressos que se realizaram foram eminentemente de caráter jurídico, com a finalidade de codificar os princípios de Direito Internacional Privado aplicáveis na América. Em 1877-1879, no Peru, ocorreu o Primeiro Congresso de Jurisconsultos de Lima; em 1888-1889, no Uruguai, ocorreu o Primeiro Congresso Sul-Americano de Direito Internacional Privado.

QUADRO DESCRITIVO DAS CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS

CONFERÊNCIAS AMERICANAS

ANO	EVENTO	LOCAL	PAIS	RESULTADO
1889	Primeira Conferência Pan-americana	Washington – Estados Unidos	Todos os Estados americanos à exceção da República Dominicana (<i>Panamá e Cuba ainda não eram independentes</i>)	Não aprovou nenhum tratado, mas foram produzidas várias resoluções, sobre rios internacionais, proibição de conquista, previsibilidade da arbitragem para resolver conflitos entre os Estados. Foi criado o Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, que tinha por função documentar informações sobre comércio, leis e tarifas, e era vinculado ao Departamento de Estado dos EUA.
1901-1902	Segunda Conferência Pan-americana	Cidade do México – México	19 Estados americanos	Foram aprovados Tratados sobre extradição, proteção contra o anarquismo, indenização por responsabilidade internacional, exercício de profissões liberais e arbitragem entre Estados para solução de litígios, patentes de invenções modelos industriais, marcas de comércio. O Escritório Comercial das Repúblicas Americanas é transformado em Escritório Internacional das Repúblicas Americanas.
1906	Terceira Conferência Pan-americana	Rio de Janeiro - Brasil	Países americanos	Foram aprovados Tratados sobre condição dos cidadãos naturalizados, sobre patentes de invenção, desenhos e modelos industriais, marcas de fábrica e comércio e propriedade literária e artística, sobre codificação do Direito internacional em que é criada a Junta Internacional de Jurisconsultos. O Escritório Internacional é substituído pela “Comissão Permanente das Conferências Internacionais Americanas”.
1910	Quarta Conferência Pan-americana	Buenos Aires - Argentina	Países americanos	Foram aprovados Tratados sobre marcas de fábrica e comércio, danos pecuniários pelos Estados, arbitragem internacional como mecanismo de solução de controvérsias, propriedade literária e artística, sobre patentes de invenção, marcas e fábricas de comércio. A “Comissão Permanente das Conferências Internacionais Americanas” passa a ser denominada de “União Pan-americana”.
1923-1935	Quinta Conferência Pan-americana	Santiago – Chile	Países americanos	Foram aprovados Tratados sobre condição dos cidadãos naturalizados, sobre patentes de invenção, desenhos e modelos industriais, marcas de fábrica e comércio, agricultura e propriedade literária e artística, publicidade de leis, decretos e regulamentos aduaneiros, documentos de embarque, Tratado para prevenir conflitos entre Estados Americanos.
1928	Sexta Conferência Pan-americana	Havana - Cuba	Países americanos	Foram aprovados Tratados sobre: aviação comercial, condição dos cidadãos naturalizados e estrangeiros, agentes consulares, funcionários diplomáticos, neutralidade marítima, direitos e deveres dos Estados em caso de luta civil, Direito de Asilo. Foi aprovado o Código de Direito internacional Privado, o “Código de Bustamente”. A “União Pan-americana” é dotada de características da moderna organização internacional, com as que se conhece contemporaneamente.
1933	Sétima Conferência Pan-americana	Montevideu – Uruguai	Países americanos	Foram aprovados Tratados sobre: Nacionalidade da Mulher; Extradição; Asilo Político; Direitos e Deveres dos Estados.
1938	Oitava Conferência Pan-americana	Lima – Peru	Países americanos	Não foram aprovados Tratados, mas foram aprovadas 112 declarações, entre elas, a Declaração de Princípios de Solidariedade da América, conhecida como a “Declaração de Lima”.
1948	Nona Conferência Pan-americana	Colômbia - Bogotá	Países americanos	Foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), através da assinatura da Carta de Bogotá que entrou em vigor em 1948, com a finalidade de assegurar a paz no continente e promover o bem estar social. Foi reafirmação do Princípio da Solidariedade continental. A OEA é criada com a seguinte estrutura institucional: Conferência Interamericana, Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, Conselho e Secretariado.
1954	Décima Conferência Pan-americana	Caracas - Venezuela	Países americanos	Foram aprovados Tratados sobre Asilo Territorial e Asilo Diplomático e fomento nas relações culturais interamericanas.

* **Em 1967**, na Conferência Interamericana Extraordinária, reunida em Buenos Aires, é aprovada a reforma da carta da OEA que entrou em vigor em 1970, criando a Assembléia Geral, Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, Conselho Permanente da Organização, Conselho Interamericano Econômico e Social, Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, Comissão Jurídica Interamericana, Comissão Interamericana dos Direitos do Homem e Secretaria Geral.

* **Em 1985**, no "Décimo Quarto Período Extraordinário de sessões da Assembléia Geral", reunida em Cartagena das Índias, foi novamente reformada a Carta da OEA, que ainda não entrou em vigor.